Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Em co-tutela com

Université Paris 8 – Vincennes – Saint-Denis
Département de Sociologie

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA ENTRE A AUTONOMIA E A DEPENDÊNCIA:
Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão

Yumi Garcia dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Sociologia

Orientadores
Prof. Dr. Sedi Hirano
Profa. Dra. Helena Sumiko Hirata

São Paulo
Junho de 2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

RESUMO

Esta pesquisa revela, a partir de uma abordagem etnológica, o processo de construção de identidades sociais das mulheres chefes de família monoparental situadas na fronteira da autonomia e da dependência em três contextos socio-culturais distintos. As mães solteiras, separadas ou divorciadas em situação de precariedade socioeconômica no Brasil, na França e no Japão constituem o objeto do estudo. Tendo como fio condutor o modo de articulação entre família, trabalho e políticas públicas, esta pesquisa tem como objetivo comparar o efeito da monoparentalidade sobre o universo social constituído nos três países.

Símbolo da família contemporânea, mas também historicamente alvo de discurso normalizante, as mulheres chefes de família monoparental formam público privilegiado das políticas públicas. A hipótese do maior grau de pauperização destas devido à ruptura familiar é o argumento amplamente compartilhado entre os agentes especializados hoje, desde as feministas até os agentes de decisão política.

A investigação a partir da trajetória das mulheres dos três países, articuladas a seu turno entre as esferas privada e pública de atuação, revela, porém, que o efeito da monoparentalidade no sentido da pauperização e da dependência é minoritária. A experiência da autonomia é vivida por essas mulheres como um todo. A comparação por países mostra porém que no Japão, a autonomia é menos conhecida que no Brasil e na França, estando elas na fronteira da autonomia e da dependência. A especificidade de cada sociedade revela as diferenças do processo de construção de uma identidade social.

Palavras chaves: Mulheres chefes de família monoparental, conjugalidade, parentalidade,

precariedade, autonomia, políticas públicas, trabalho, comparação internacional.

Women who head single-parent households between autonomy and dependence :
A cross-country comparison between Brazil, France and Japan

ABSTRACT

Starting from an ethnological approach, this research reveals the development of social identities of women who head one-parent households located at the border of autonomy and dependence in three different socio-cultural contexts. This study focuses on mothers who are single, separated or divorced and in precarious socioeconomic situation in Brazil, in France, and in Japan. Having the mode of articulation among family, work and public policies as focal point, this research has the objective of comparing the effects of one-parenthood on the established social universe in these three countries.

Women who head one-parent households, who have historically been the target of norm-establishing discourse, are a symbol of the contemporary family and they are target of public policies. The hypothesis of precariousness caused by family rupture amongst these women is widely shared by specialized agents, from feminists through to policy decision makers.

However, the research based on the trajectory of these women in these three countries, articulated as they are between the public and private spheres of action, reveals that pauperism and dependence as consequence of one-parenthood is less prevalent than expected. The experience of autonomy is lived by these women as a whole through the combination between work and public and private networks. This cross-country comparison shows, however, that autonomy is felt less in Japan than in Brazil or in France. In the Japanese case, women who head one-parent households are closer to the border between autonomy and dependence than in the other two countries. Peculiarities of each society lead to differences in the process of construction of social identity.

Key words: Women who head one-parent households, conjugality, parentality, precariousness, autonomy, public policies, labour, international comparison.

Meus sinceros agradecimentos

Ao orientador Prof. Dr. Sedi Hirano, que aceitou orientar-me em mais uma jornada acadêmica – dessa vez mais longa, de doutorado; pela sua constante generosidade e confiança. Sem seu apoio, este trabalho não teria sido possível.

À orientadora Profa. Dra. Helena Hirata, que me inspirou teoricamente, me abriu o caminho da co-tutela com a Universidade Paris 8; pelo seu rigor, paciência e acolhida durante minha estadia em Paris e toda a fase do doutorado. Foi um privilégio realizar esta tese juntas.

À Profa. Dra. Chiyoko Mita, que aceitou ser minha orientadora durante minha estadia no Japão; pelo seu estímulo.

Ao Dr. Robert Cabanes, pela intermediação dos contatos no Brasil e na França, pelas constantes e ricas trocas intelectuais e por aceitar fazer parte da banca examinadora.

À Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães, pelo convite em participar em seu seminário e pela interlocução, além de aceitar fazer parte da banca examinadora do exame de qualificação e, agora, da tese.

À Profa. Dra. Bila Sorj, por aceitar fazer parte da banca examinadora.

À Profa. Dra. Tamiko Tsuru, pela interlocução e intermediação de contatos no Japão.

A Isabel Georges, pelo estímulo, pela inspiração e pelas trocas intelectuais.

A Silvia Miranda Ferreira, pela intermediação dos contatos no Brasil e a interlocução.

A Yoshinori Shimauchi, pela intermediação dos contatos no Japão.

A Kazumi Moriki, pela orientação "informal" e estímulo.

A Jayme Garcia dos Santos, pelo apoio e estímulo constantes.

A Helio Ishii, pelo apoio incondicional; um agradecimento especial.

Ao Gabriel, por ter me esperando em São Paulo enquanto eu ia a campo no Japão e na

França; pela compreensão da importância desse trabalho.

Ao Caio, por ter nascido durante o doutorado; por ter ido junto, para o Japão, e me esperado em casa, enquanto pesquisava na França.

A Joana Barros e Edson Miagusko.

A Michiko Okano.

Aos amigos, colegas, familiares e companheiras feministas, pelo estímulo e inspiração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**

PRIMEIRA PARTE: COSTRUÇÃO DO OBJETO **16**

CAPÍTULO 1: METODOLOGIA DAS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS PARA UM ESTUDO SOBRE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL **16**

1. Aspectos teórico-metodológicos das comparações internacionais **16**

2. Contribuição dos estudos comparativos entre Brasil, França e Japão sobre mulheres chefes de família monoparental **20**

CAPÍTULO 2: DESVENDANDO O OBJETO DE ESTUDO - A MULHER CHEFE DE FAMÍLIA MONOPARENTAL **24**

1. As representações da mulher chefe de família monoparental no tempo e no espaço **24**

2. As transformações do casal e da família: para uma relação mais igualitária? **33**

3. Família e o lugar da chefe de família monoparental no Brasil, na França e no Japão **36**

4. Definindo a autonomia e a dependência das chefes de família monoparental **58**

5. Pobreza e condições de vida das mulheres chefes de família monoparental (a questão da feminização da pobreza) **63**

SEGUNDA PARTE: A PESQUISA EMPÍRICA **78**

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE PESQUISA EMPÍRICA **80**

1. O acesso às informantes **84**

2. O “relato de vida” **91**

CAPÍTULO 4: A PESQUISA DE CAMPO NO BRASIL **93**

1. As características gerais das mulheres entrevistadas no Brasil: idade, raça, naturalidade, religião, família de origem **93**
2. As trajetórias da monoparentalidade **96**
3. Educação e trabalho **112**
4. As políticas públicas **124**

5. Os projetos das mulheres entevistadas **155**

CAPÍTULO 5: A PESQUISA DE CAMPO NA FRANÇA **156**

1. As características gerais das entrevistadas: idade, naturalidade, religião e família de origem **156**

2. As trajetórias da monoparentalidade **159**

3. Educação e trabalho **167**

4. As políticas públicas para famílias monoparentais **177**

5. Situações de saúde **182**

6. Moradia **182**

7. Os projetos das mulheres entrevistadas **183**

8. Sobre discriminações **183**

CAPÍTULO 6: A PESQUISA DE CAMPO NO JAPÃO **185**

1. Características pessoais: idade, naturalidade, religião, família de origem **185**

2. As trajetórias de monoparentalidade **188**

3. Educação e trabalho **200**

4. As políticas públicas **229**

5. As condições de saúde **244**

6. Habitação **244**

7. Mulheres chefes de família, objeto de estigma? **245**

8. A rede privada de apoio **247**

9. Os projetos **247**

CAPÍTULO 7: AUTONOMIA, DEPENDÊNCIA E POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL: COMPARAÇÃO INTERNACIONAL **250**

1. A situação socioeconômica após a ruptura: a relativa pauperização após a monoparentalidade **250**

2. Autonomia, fragilidade e dependência: identidades sociais compartilhadas **252**

3. Conclusão **258**

CONCLUSÃO GERAL **260**

BIBLIOGRAFIA **267**

Anexo **279**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa revela, a partir de uma abordagem etnológica, o processo de construção de identidades sociais das mulheres chefes de família monoparental, pensada a partir da articulação entre as esferas da família, do trabalho e das políticas públicas em três contextos socioculturais distintos. As mães solteiras, separadas ou divorciadas em situação de precariedade socioeconômica, vivendo em centros urbanos no Brasil, na França e no Japão constituem o objeto do estudo. Trata-se de comparar internacionalmente a relação entre a monoparentalidade e o grau de autonomia e de dependência das mulheres que formaram nosso universo de estudo a fim de compreender as identidades em construção.

A escolha dos países justifica-se pelo contraste que estes oferecem do ponto de vista da concepção e experiência familiar e das políticas públicas já implementadas ou em processo de discussão, tendo como pano de fundo a globalização econômica que tende a homogeneizar o modo de inserção feminina no mercado de trabalho. Considerar as diferenças socioculturais e compará-las permitiria compreender as construções sociais da monoparentalidade feminina em cada país[1], desnaturalizando o objeto de estudo, por um lado, e percebendo as identidades contemporâneas em formação, por outro.

O estudo das mulheres chefes de família monoparental permite-nos examinar o dinamismo das relações sociais de gênero, com base na ausência do provedor masculino no seio da família. O significado da presença de um cônjuge nos três

[1] No Brasil, a taxa de monoparentalidade é a mais alta, atingindo quase vinte porcento, seguida da França, entre cinco e seis porcento e do Japão, por volta dos três porcento. Do ponto de vista das políticas públicas específicas para as famílias monoparentais, não existem, no Brasil, programas voltados para famílias com tais características como na França – *allocation de parent isolé*, *allocation de soutien familial* - e no Japão – *Jido fuyo teate* (alocação de educação infantil).

países é, ao mesmo tempo, simbólico e prático: elas são frequentemente objeto de estigma, em diferentes graus, além do fato de o marido representar um papel importante do ponto de vista salarial. Sem a presença do cônjuge, as mulheres devem fazer face à desigualdade de sexo no mercado de trabalho e na sociedade em geral, enfrentando sozinhas a questão da conciliação entre trabalho e família. A ausência do homem influencia igualmente as subjetividades das mulheres de acordo com o meio sociocultural ao qual pertencem, cada qual lidando diferentemente com o sentimento de insegurança ou de inferioridade por não se encaixarem à norma social que exige uma família biparental.

Nas Ciências Sociais, a abordagem que privilegia a análise das relações sociais de sexo trouxe um novo alento à Sociologia da Família. A família era até então considerada como um todo homogêneo. As transformações da família foram lidas com base nas contribuições do feminismo na análise da dinâmica das relações conjugais, combinadas com o desenvolvimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Na França, essa tendência foi intensa na década de 1980, com um amplo estudo sobre famílias monoparentais desenvolvido por Nadine Lefaucheur (1980, 1988), que modificou definitivamente a abordagem da Sociologia da Família naquele país. Claude Matin (2007) dá continuidade à questão da ruptura familiar e parentalidade e Anne Eydoux e Marie-Thérèse Letablier (2007) destacam a situação de precariedade que as famílias monoparentais enfrentam. Outros estudos comparativos, em nível europeu, têm sido realizados igualmente (David *et alii,* 2004). No Japão, de modo similar, questões que envolvem mulheres chefes de família, precariedade e políticas sociais são estudadas desde os meados dos anos noventa por Kiyoe Sugimoto (1997, 2004), Akiko Nakata (1997) e Akemi Morita

(1997). No Brasil, a família monoparental é abordada como uma variação de família dentro de estudos mais amplos sobre família, relações sociais de gênero, pobreza e políticas públicas por Cynthia Sarti (1996), Cláudia Fonseca (2000), Lena Lavinas e Marcelo Nicoll (2005) e Bila Sorj e Adriana Fontes (2008). O presente estudo pretende se inserir nessa corrente de pesquisa.

As transformações das relações sociais, do casamento e da família na sociedade moderna movidas pela recusa do paradigma da dominação masculina e a busca da realização de si nas relações conjugais têm sido tema recorrente na Sociologia européia por autores como Irène Théry (1998), François de Singly (1996, 2004), Martine Segalen (2006) e Anthony Giddens (1993), para citar alguns. No entanto, do ponto de vista de sociedades não pertencentes ao capitalismo avançado, ou não ocidentais, tais mudanças aparecem como alheias à maioria da população, para quem as relações sociais de gênero se constróem de forma distinta do individualismo ocidental. Da mesma forma, aproximando-se dos países do Norte, os novos valores do casal não são necessariamente compartilhados pela camada popular, fortemente variada em sua composição.

Ao mesmo tempo em que se faz presente uma forte divulgação das tendências da transformação da família, mutações macroeconômicas recentes foram responsáveis pelas novas condições de emprego feminino e masculino, marcadas pelo crescimento do trabalho informal e “atípico” e do desemprego (Hirata, 2002). Se a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de modo global, não podemos deixar de considerar que isso se deu no interior de um processo de flexibilização, precarização das relações e condições de trabalho, intensificando a vulnerabilidade da situação empregatícia da massa de trabalhadoras. A partir dessa realidade surge uma bipolarização da inserção das mulheres no mercado de

trabalho em função do nível de escolaridade (Idem; BRUSCHINI, 2007).

Os modelos de ações públicas revelam-se centrais na definição do grau de autonomia ou de dependência das mulheres chefes de família monoparentais. Assim, a França é um Estado de Bem-Estar Social de referência, cujas políticas familiares e sociais foram consolidadas ao longo do século XX, entre preocupações natalistas, assistencialistas e concernentes à proteção da mulher como mãe e trabalhadora. O Japão do pós-guerra mostra um desenvolvimento centrado na seguridade social, por meio da inserção desta no mercado de trabalho formal do chefe de família, complementada pela assistência à população marginal a esse modelo. A queda contínua de natalidade no país nestes últimos quinze anos tem provocado intensos debates e elaboração de políticas natalistas, que tomam como um dos modelos, o sistema francês das políticas familiares e de promoção do emprego feminino[2]. Em contraponto, políticas sociais sofrem redução orçamentária, o que tem provocado um amplo debate midiático, político e acadêmico sobre os riscos da ampliação da desigualdade social naquele país. Existem, em ambos os países, políticas públicas específicas de cunho social para famílias monoparentais, em que a proporção da chefia feminina é de mais de 85%. O Brasil, por sua vez, possui políticas familiares que protegem os trabalhadores assalariados, mas a fraca inserção da população no mercado de trabalho formal faz com que poucos possam se beneficiar das medidas existentes. As recentes políticas públicas de transferência de renda surgem como medida de inclusão social dos mais vulneráveis, atingindo uma importante proporção das mulheres chefes de família.

[2] Como, por exemplo, o seminário franco-japonês interministerial sobre promoção do trabalho feminino e a conciliação entre vidas profissional e de família, de novembro de 2007, do qual tivemos a oportunidade de participar, e que resultou na redação do relatório “Promotion du travail des femmes et conciliation de la vie professionnelle et familiale”, em co-autoria com Ai Fukushima e Sachiko Ogaki.

Nesse contexto, globalmente compartilhado, das novas configurações familiares, de um lado, e do desenvolvimento do debate que abarca políticas públicas, precariedade e famílias monoparentais, de outro, nossa indagação dirige-se ao processo de construção de identidade social das mulheres chefes de família monoparental contemporâneas, com base nas suas experiências cotidianas, que articulam família, trabalho e políticas públicas. Expomos abaixo a problemática a que procuramos responder através da pesquisa a partir de nossa amostra composta por trinta e nove mulheres. Não pretendemos, contudo, que seja representativo do universo de mulheres chefes de família de baixa renda nos três países. Trata-se, antes de tudo, de uma pesquisa qualitativa que visa notar os mecanismos de funcionamento da vivência cotidiana dessas mulheres.

1) Qual é o significado da união conjugal, seguido do processo de ruptura familiar e conseqüente formação de família monoparental para as mulheres chefes de família sem cônjuge da classe popular do Brasil, da França e do Japão?

2) Como a trajetória e a experiência das mulheres é transmitida em seus relatos? Quais seriam as configurações das identidades sociais percebidas através de suas experiências, entre a situação de autonomia e de dependência?

3) Quais são os efeitos da monoparentalidade, em um contexto em que a norma social é a família composta por um casal? Dito de outra maneira, o que acarreta, em nível socioeconômico e subjetivo, a falta do provedor masculino, quando as condições de inserção feminina no mercado de trabalho são desfavoráveis para elas no três países?

4) Outras variáveis de identidade como a raça e a etnia teriam influência na posição

social das chefes de família monoparental. Se é o caso, qual a dimensão dessa influência na construção das identidades?

Símbolo da família contemporânea, mas também historicamente alvo de discurso normalizante e estigmatizante, a figura da mulher chefe de família monoparental é, hoje, associado à pobreza, formando um público privilegiado pelas políticas públicas. A hipótese do maior grau de pauperização destas, em razão da ruptura familiar, é o argumento amplamente compartilhado entre os atores especializados hoje, desde as feministas até os agentes de decisão política. De fato, o mercado de trabalho desfavorável às mulheres no sentido da estabilidade do emprego e do nível salarial, acrescido pelos fatores de baixa escolaridade e qualificação profissional, nos leva a supor que a monoparentalidade acarreta uma transformação do nível de vida no sentido de uma pauperização relativa à vida anterior, tendo como consequência também a pobreza relativa em relação à média dos domicílios biparentais.

A metodologia da pesquisa privilegiou as entrevistas qualitativas baseado na técnica do relato de vida com trinta e nove mulheres chefes de família monoparental nos três países, entre outubro de 2005 e dezembro de 2007. Nosso estudo de doutorado contou com a bolsa do CNPq, sendo que a investigação na França foi garantida pela bolsa sanduíche da mesma agência. A pesquisa no Japão foi realizada através do Programa Fellowship da Fundação Japão.

Duas partes e sete capítulos compõem este trabalho. A primeira parte é dedicada à apresentação do uso do método de comparações internacionais nas Ciências Sociais e à construção sociológica do objeto de estudo. A segunda parte

apresenta e analisa a pesquisa empírica, separada por países.

PRIMEIRA PARTE: CONSTRUÇÃO DO OBJETO

CAPÍTULO 1: METODOLOGIA DAS COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS PARA UM ESTUDO SOBRE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL

1. Aspectos teórico-metodológicos das comparações internacionais

Apresento, neste texto, um esboço das teorias de comparações internacionais a partir de 1989, ano em que a Sociologia conheceu o revigoramento das pesquisas sobre estudos comparativos, notadamente no campo da Sociologia do Trabalho. Não se trata de fazer um levantamento histórico, mas de apresentar como a disciplina tem feito uso das comparações internacionais e como estas últimas têm alimentado, por sua vez, as Ciências Sociais de modo geral.

O método das comparações internacionais tem origem remota e confunde-se com a história das Ciências Sociais, tendo sido abordada por Marx, Tocqueville, Weber e Durkheim, entre outros autores clássicos (MAURICE: 1989: 177; LALLEMENT, 2007: 1). Após um lapso de algumas décadas, durante a Guerra Fria, é a Sociologia Histórica que se apropria das comparações internacionais (LALLEMENT, 2007: 1). Mais recentemente, ou a partir da segunda metade dos anos 80, é na Sociologia do Trabalho que os estudos comparativos foram abordados como metodologia privilegiada, não somente para responder a uma demanda social cada vez mais crescente, que resultava da crise econômica, mas para dar conta da aceleração e da intensificação do processo de globalização econômica (GOETSCHY, 1989: 149). Da mesma forma, o crescimento econômico japonês

parece ter incitado um melhor conhecimento da sociedade japonesa do pós-guerra por parte dos pesquisadores europeus e norte-americanos, principalmente, no que concerne à gestão industrial e à empresarial.

Em primeiro lugar, viu-se a publicação do número consagrado aos estudos de comparações internacionais na revista *Sociologia do Trabalho*[3], seguidos da publicação da revista *Comparaisons Internationales* (1989)[4] e da realização do Colóquio "La Recherche Comparative Internationale", ambos pelo Institut de Recherche sur les Societés Contemporaines – Iresco – do Centre Nationale de Recherche Scientifique – CNRS, França.

Concomitantemente, a publicação da obra de Philippe d'Iribarne *La logique de l'honneur* (1989) aparece como um estudo representativo sobre comparações do modo de organização empresarial entre três paises ocidentais do capitalismo avançado – França, Estados Unidos e Holanda – onde cada relação de trabalho é fortemente marcada pela cultura e tradição locais. Segundo o autor, são elas que comandam a forma pela qual seus membros devem viver conjuntamente, demonstrando que a articulação entre gestão e cultura não é um aspecto secundário na análise das organizações do trabalho.

Assim, o estudo de d'Iribarne transformou a percepção das relações entre o moderno e o tradicional, uma vez que a comparação entre os três países mostrou que a modernidade não conheceu seu triunfo absoluto e que as tradições e os particularismos são vivos em espaços supostamente dominados pela racionalidade.

Ainda, Maurice (1989: 177) faz uma tipologia dos métodos de comparações internacionais, segundo a importância e o significado que cada método confere às dimensões relacionadas à definição dos critérios de comparação. São eles a

[3] Com autores como Benoit-Guilbot, Casassus-Montero, Dubois, Humphrey, Maurice, Monjardet, Sugita e Thurley.
[4] Com os autores Morokvasic, Varro, Heinen, Denieuil, Plantier e Csako.

abordagem funcionalista ou *cross-national*, a abordagem culturalista ou *cross-cultural* e a análise societal, ou *internacional*. Esta última é defendida pelo autor como o método que privilegia as ligações sociais que se estabelecem entre atores e sociedade, segundo o princípio da "construção de atores em suas relações com a sociedade" (Idem: 182).

Os trabalhos de Hirata, ao longo dos anos 80 e 90[5], trazem à Sociologia do Trabalho as abordagens das comparações internacionais com base na perspectiva de gênero[6] – divisão sexual do trabalho – e na desigualdade entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento – divisão internacional do trabalho.

Assim, foi possível constatar "como a divisão sexual e divisão internacional do trabalho moldam a utilização dos métodos e técnicas tayloristas" (Idem: 29) e que a "destaylorização" nas indústrias ocorre, essencialmente, nos setores predominantemente masculinos e nas indústrias dos países do centro e, inversamente, há um crescimento da "taylorização" nas filiais de periferia (Idem: 42). Da mesma forma, segundo a autora, tais práticas tayloristas rígidas, em vigor nas filiais estrangeiras, não são possíveis com tecnologia equivalente, nas fábricas do centro, em razão da combatividade do movimento operário (Ibidem).

Gadrey, Jany-Catrice e Ribault (1999), ao estudar o emprego no setor de varejo na França, no Japão e nos Estados Unidos, afirmam que não existe um "*one best way*" para uma análise comparativa, mas insistem na recusa do singularismo – como no caso dos estudos de d'Iribarne – e do universalismo e ressaltam a importância da abordagem socioeconômica inspirada na análise societal de Maurice,

[5] Alguns deles foram publicados no Brasil, em 2002, na obra *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, cujos textos compõem o conjunto de pesquisas realizadas desde 1980.

[6] Da mesma forma, Jacqueline Heinen (1989), e, posteriormente, Lallement (2007) demonstram a importância da abordagem de gênero nas comparações internacionais. Lallement chama a atenção para um melhor uso das comparações internacionais pela sociologia das relações sociais de gênero e vice- versa.

Sellier, Silvestre.

A abordagem socioeconômica permite uma contextualização social, histórica e institucional para produzir a "inteligibilidade" da explicação do emprego de vendedores no setor do comércio (Idem: 16). Para os autores, isso significa levar em consideração o papel das instituições, das relações e redes sociais, das relações de poder, dos sistemas de valor e dos quadros cognitivos dos atores. Como apontam, "é preciso ir além dos "efeitos de conhecimento" do tipo estatístico ou econômico e contextualizar a explicação, inserindo as variáveis econômicas e seus correspondentes quantificados nas principais relações e instituições que constituem o quadro social em cada país" (Idem: 219).

Os autores afirmam que é possivel efetuar transposições da construção do emprego de vendedores no Japão para a da França, desde que se levem em conta os *pontos sensíveis* da construção do emprego de vendedores na França, percebidos nos discursos e negociações dos principais atores institucionais dessa construção (organizações profissionais, sindicais e do Estado) (Idem: 222). Seria esse método, em termos de Passeron, evocados pelos autores, um pensamento analógico "situado" e contextualizado, e não "mimetizado" (Idem: 225).

Nos anos 2000, a Sociologia do Trabalho, Brasileira, francesa e japonesa, volta-se para a questão do desemprego após a crise no setor do trabalho, durante os anos 90. A pesquisa realizada entre 2001 e 2004 no Brasil, França e Japão[7] sobre o desemprego e os desempregados, numa perspectiva biográfica, resultou em simpósios na França e no Brasil e em várias publicações, entre elas *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective. Comparative*

[7] Pesquisa comparativa internacional coordenada por pesquisadores do CNRS-França (Didier Demazière, Helena Hirata e Kurumi Sugita) e por Nadya Araújo Guimarães da Universidade de São Paulo.

Studies of Japan, France and Brazil (2006), editada por Sugita e Kase.

Segundo Demazière e Sugita (2006: 4), os fenômenos do desemprego e do subemprego, apesar de serem crescentes nos três paises, são tratados de modo fortemente diversificado, razão pela qual é necessário ir além de uma comparação estatística. O objetivo da comparação entre países incomparáveis à primeira vista é centrado no significado do emprego entre os espaços nacionais (Idem: 5). Tendo como pressuposto o fato de que não existe uma definição singular e universal do desemprego, a escolha dos três paises é justificada pela hipótese da variação no processo da construção social do desemprego. Tal postura teórica considera o desemprego como uma construção social, marcada por variações específicas em cada país, mas que também pode apontar alguns perfis em comum (Idem: 7).

Resta a crítica de Lallement de que pouquíssimas comparações internacionais que incluem os países da America Latina, da África e da Ásia (exceto o Japão) são realizadas (LALLEMENT, 2007: 8).

2. Contribuição dos estudos comparativos entre Brasil, França e Japão sobre mulheres chefes de família monoparental

Nossa posição não é similar a d'Iribarne ou Gadrey e seus co-autores, no sentido de ter como objetivo final uma melhor compreensão sobre a sociedade a que se pertence (a sociedade francesa, no caso desses autores) tendo o segundo ou o terceiro país como "espelho" (GADREY *et alii*, 1999: 4)[8]. Nosso objetivo está de acordo com o que é apresentado por Demazière e Sugita, isto é, o objeto de

[8] Mesmo que isso não seja explicitado por d'Iribarne, o título de seu livro sugere a centralidade da lógica organizacional francesa para o autor.

comparação – as mulheres chefes de família, no caso deste estudo – é, da mesma forma que o fenômeno recente do desemprego, uma construção social, definida de maneira distinta em cada país. O que significa ser mulher chefe de família no Brasil? Na França? No Japão? Quais são as variações específicas em cada sociedade?

Dessa forma, a comparação, neste estudo, será efetuada em vários níveis, com base no que indica Gadrey et alii (Op. Cit.: 17) e a metodologia da pesquisa internacional sobre o desemprego (2001-2004) anteriormente citada, a saber:

1) A história e o papel das instituições direcionadas às mulheres chefes de família de baixa renda (que, como hipótese, têm a função de moldar suas racionalidade);

2) A dinâmica das relações sociais de gênero, especificamente no que diz respeito ao(s) ex-cônjuge(s);

3) As redes sociais nas quais elas estão inseridas, como família, vizinhança, amizade, associações, etc.;

4) Diversas formas de racionalidade, mesmo que sejam influenciadas pelo costume e as tradições;

5) Os quadros subjetivos que indicam o processo de decisão, de aprendizagem, etc., ao longo da trajetória das mulheres.

Ė possível que o peso das instituições sobre as mulheres chefes de familia monoparental não seja o mesmo que sobre os desempregados; mesmo assim, na França e no Japão, a ligação dessas mulheres sós, de baixa renda, com as instituições, aparenta ser mais intensa que no Brasil, o que traz conseqüências em seus comportamentos[9].

[9] Por exemplo, uma mulher, que entrevistamos no Japão, sentia-se obrigada a esconder da a vizinhança o beneficio da assistência de renda da prefeitura, para que suas filhas não fossem discriminadas na escola.

Os estudos comparativos sobre mulheres chefes de família de baixa renda parecem fazer parte de um conjunto de estudos comparativos no domínio das políticas sociais realizadas desde os anos 90, como, por exemplo, os estudos de Orloff (LALLEMENT, Op. Cit.: 1) e de David *et alii* (2004) sobre as famílias monoparentais na Europa. Encontramos também no Japão estudos comparativos sobre políticas públicas para mães trabalhadoras e mulheres chefes de familia monoparental, que utlizam como país de referência os Estados Unidos (NAKATA *et alii*, 1997).

Lallement (Idem) chama a atenção para um melhor uso das comparações internacionais pela sociologia das relações sociais de gênero e vice-versa[10]. O que devemos apreender é que devemos recorrer às estratégias adequadas à questão abordada, à quantidade de países estudados, à posição das variaveis, etc..

As reflexões sobre a homogeneização de valores e normas de Claude Dargent, expostas no seminário público do laboratorio do CNRS "Genre, Travail et Mobilités", em novembro de 2007, na Universidade de Paris X legitimizam os estudos comparativos de gênero, no sentido de permitir uma investigação com base na indagação: "há uma homogeneização de valores feministas,[11] como a legalização do aborto e a defesa de outros direitos reprodutivos, o combate a violência contra a mulher e à divisão sexual do trabalho, a igualdade no mercado de trabalho entre os sexos, a promoção da representação política das mulheres, etc..?"

Se é verdade que tais valores são temas que fazem Philippe Zarifian afirmar, no mesmo seminário, que vivemos em uma era além da mundialização econômica, mas da "mundialidade" (*mondialité*) que permite compartilhar os mesmos problemas

[10] Para compreender quais são as contribuições das comparações internacionais à sociologia de gênero, o autor sugere a aplicação de uma grade de leitura, que não seria o caso de apresentar neste momento.

[11] E inevitável, nesse caso, afirmar que seriam valores que partiram do feminismo ocidental, mas que são também defendidos por grande parte das feministas orientais e em várias sociedades, como, por exemplo, o direito ao divórcio, os direitos reprodutivos, a não-violência contra a mulher, etc..

como a ecologia, a pobreza, as questões de gênero, consideramos ser pertinente também afirmar que as resistências às mudanças à incorporação dos direitos da mulher como valor universal permanecem. Por exemplo, no Brasil, não houve a legalização do aborto em razão da resistência das instituições religiosas e outras forças conservadoras, da proteção do modelo familiar “tradicional” em detrimento da autonomia da mulher. Em contrapartida, foi colocada em primeiro plano por governos como os Estados Unidos e o Japão, para citar apenas poucos países do hemisfério norte.

CAPÍTULO 2: DESVENDANDO O OBJETO DE ESTUDO - A MULHER CHEFE DE FAMÍLIA MONOPARENTAL

1. As representações da mulher chefe de família monoparental no tempo e no espaço

No passado e no presente, a figura da mãe que sustenta sozinha seus filhos é inquietante no imaginário da sociedade ocidental e, podemos afirmar, em alguns países orientais como o Japão. Examinamos as razões dessa inquietação, focalizando o contexto ocidental que levou a maternidade sem conjugalidade ser alvo do discurso (no sentido empregado por Foucault), ao mesmo tempo em que é tratada de modo diferenciado e hierarquizado – as viúvas são colocadas perto das religiosas e as mães solteiras, das prostitutas, "nas duas extremidades da escala da dignidade feminina e da consideração social" (LEFAUCHEUR, 1993: 27).

Nas sociedades patriarcais anteriores ao advento do capitalismo industrial, à mulher não era permitido agir sozinha. Como Duby (1997: 61) afirma sobre as mulheres da idade média: "Quando elas saem de casa, é preciso que um homem as acompanhe, senão se pode livremente se apoderar delas". Era preciso monitorá-las, pois, sozinhas, "elas são entregues a si mesmas, portanto, às más inclinações, abandonam-se inevitavelmente à luxúria, dado o fraco que têm pelo jogo do amor" (Idem). A sexualidade feminina era objeto de desconfiança e de controle constante, e a mãe solteira era condenável por encarnar a rebeldia contra essa tutela masculina.

Não obstante, as viúvas gozavam de um *status* à parte: na ordem do grau de pureza sexual, elas seguiam as virgens, sendo as casadas as menos apreciadas (Idem: 147). Como afirmou Lambert (*apud* DUBY, idem), "a vida conjugal é boa, mas

a continência das viúvas é melhor". No início do século XX, em São Paulo, era também desejado que a viúva não contraísse outro matrimônio (RAGO, 1991:151). Na França do século XII, como o Brasil do início do século XX, o esforço para a "dessexualização da mulher é um componente importante do mito de sua inferioridade biológica" (Idem).

Se a viúva permanecia no campo do matrimônio e gozava da legitimidade de sua situação, de outro lado, fazia-se necessário tratar da questão da mãe solteira e de seus filhos, situados às margens da norma social. As mães solteiras têm cumprido o papel, na França, por exemplo, de dispostivo de regulagem da população sob uma visão utilitarista do corpo feminino em diferentes épocas, ora defendidas como fornecedoras do contingente humano, ora criticadas como reprodutoras de população portadora de problemas sociais e mentais (LEFAUCHEUR[12], 1980).

Como afirma Lefaucheur (Idem), desde muito tempo, as mães solteiras e seus filhos "bastardos" têm sido alvo de intervenções do Estado, por serem considerados "de alto risco" à sociedade. O efeito negativo sobre a sociedade supostamente exercido pela maternidade ilegítima mudava de acordo com as necessidades políticas. Interpretamos que o corpo feminino faz parte do exercício do poder do Estado, no sentido empregado por Foucault (2005: 131): a "bio-política da população". Como afirma, "o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população" (Idem: 129). Também, "as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais

[12] Nadine Lefaucheur é a socióloga francesa que primeiro se preocupou com as abordagens históricas e atuais em relação às mães celibatárias – no começo dos anos 1980 - para depois introduzir a categoria "família monoparental" nas Ciências Sociais e na estatística francesa e européia, nos anos 1980.

se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” A partir do século XVII, a função mais elevada do poder já não era mais matar, como era sua característica até o século XVI, mas “investir sobre a vida, de cima para baixo” (Idem).

Arriscamo-nos a examinar, aqui, a posição histórica da maternidade que transgride a norma social entre os sexos, iluminada pela teoria da bio-política de Foucault, com base na análise de Nadine Lefaucheur (1980) sobre os “riscos” associados à ilegitimidade maternal, que resumimos, como segue:

Do risco de ordem moral e financeira – quem vai criar a criança abandonada? – , a resposta do Estado do Antigo Regime é a luta contra o infanticídio e o abandono da criança, e a imputação dos encargos das crianças encontradas ao pai. Na impossibilidade de isso ocorrer, as soluções seriam os orfanatos e outras instituições, que podiam ou não pertencer ao Estado. O progresso da economia, da estatística e da medicina, na segunda metade do século XVIII, e a associação da força do Estado ligada à grandeza de sua população fez com que fosse realizada uma campanha contra a despopulação, cuja luta se dirigia contra a mortalidade infantil, particularmente elevada entre as crianças abandonadas.

Supondo que as mães celibatárias eram as principais responsáveis pelo abandono das crianças, uma política assistencial de ajuda material para elas foi introduzida, inclusive uma instituição para moças grávidas. Porém, já no começo do século XIX, a aparição do Código Civil reforça a discriminação contra as crianças ilegítimas.

Nesse tempo de restauração, a ilegitimidade materna e infantil passa a ser vista como ameaça à ordem moral católica e patriarcal, levando também em consideração as questões da herança e das finanças públicas. Ademais, o

desenvolvimento da “estatística criminal” acrescentou-se para “comprovar cientificamente” que a ilegitimidade consistia em variável explicativa da delinqüência e da criminalidade.

Tal visão culpabilizante logo foi substituída para voltar à preocupação demográfica ligada à mortalidade das crianças abandonadas, o que deveria ser evitado em um contexto bélico contra a Alemanha e de desenvolvimento do imperialismo colonial. Foi assim, no final do século XIX, com o desenvolvimento do controle medical dos comportamentos maternais e com a força da visão nacionalista e populacionista, que a tese da assistência para as mães solteiras passou a ser majoritária, contra a política do encorajamento ao abandono praticado com a instituição de “rodas”, nas quais as mães deixavam a criança no anonimato.

Assim, em 1889, foi criado o primeiro asilo para mulheres grávidas. Entre as duas guerras mundiais, da mesma ótica nacionalista e populacionista, porém agravada pela carência da população masculina, o discurso dos médicos e especialistas minimizava os riscos da maternidade ilegítima (como um mal necessário para “preservar a raça”) e reforçava os riscos para a não maternidade de uma mulher.

O *boom* demográfico do pós-guerra logo recolocou as mães solteiras e seus filhos no lugar de “portadores de risco”, dessa vez como de riscos de inadaptação social, delinqüência, retardamento escolar, afetivo e mental. Nos anos de 1950 a1960, o discurso sobre famílias dissociadas veio a acrescentar-se àquele da ilegitimidade, enfatizando o efeito reprodutivo, através de gerações, de tais estruturas familiares e sublinhando o risco de constituição de “linhagens a risco” (mães solteiras de mãe para filha).

A criação de instituições para mães solteiras generalizou-se após o

aparecimento dos asilos para gestantes, principalmente entre 1939 e 1943, como parte integrante das políticas natalistas baseadas no pensamento sanitarista. No sentido de revisar o caráter pontual desses asilos e promover a proximidade entre mãe e filho, foram criados, entre 1950 e 1960, os hotéis maternais, como eram denominados.

Os hotéis maternais, posteriormente centros maternais, passaram a organizar-se, a partir de 1970, em torno de projetos educativos para romper com o esquema da reprodução das dificuldades das mães solteiras, trazendo uma inovação em relação ao caráter assistencial em que eram baseados. Assim, atualmente, as mães solteiras podem ser acolhidas nos centros maternais desde o início da gestação, até que a criança complete 3 anos.

Lefaucheur (Op. Cit.) enfatiza em seu artigo de 1980 que a divulgação das teorias da psicanálise sobre o inconsciente, por volta de 1965, reforçou uma idéia subjacente de que as mães solteiras fossem consideradas "neuróticas"[13]. Ela desconfia que uma visão que culpabiliza a ausência do pai, principalmente quando se trata da maternidade sem conjugalidade por opção, se faz dominante no contexto da ascenção do "psicanalismo" e da reação ao feminismo.

Em 1980, na França, as mães solteiras e seus filhos ainda eram considerados pelos responsáveis de políticas sociais como uma categoria que apresentaria risco psicosocial, o que tornava necessário que se realizassem políticas de prevenção para essa população (Idem).

É possível afirmar, baseando-nos nesse percurso histórico das mães solteiras, que a sexualidade feminina é o "foco de disputa política" (Foucault, 2005: 136) por excelência no processo de modernização do ocidente, uma vez que a ela é

[13] Para Foucault (2005: 137), a histerização da mulher "que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade".

atribuída uma gestão diferenciada, em razão da sua regularidade – as esposas, de um lado, e as celibatárias, de outro. Enquanto as esposas continuavam a ser objeto de policiamento[14], cabe supor que as mães solteiras fizeram parte da população marginal severamente vigiada, junto com as crianças e adolescentes, os loucos, os homosexuais e os pervertidos que povoavam as instituições de correção e de reclusão, como detentores da "sexualidade periférica" (FOUCAULT, 2005: 41).

A partir do século XVIII, essa população externa à aliança legítima e considerada perversa passou a ser alvo de gestão não somente do poder público, mas de médicos, instituições escolares, hospitalares, penitenciárias e, mais tarde, educadores e psicólogos. Parafraseando Foucault (2005: 48-49) sobre tal processo de modernização,

> *"O crescimento das perversões não é um tema moralizador que acaso tenha obcecado os espíritos escrupulosos dos vitorianos. É o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Talvez o Ocidente não tenha sido capaz de inventar novos prazeres e, sem dúvida, não descobriu vícios inéditos, mas definiu novas regras no jogo dos poderes e dos prazeres; nele se configurou a fisionomia rígida das perversões".*

Segundo Sylvie Cadolle (2001: 46) sobre o que se diz na sociedade francesa sobre famílias monoparentais femininas nos tempos atuais, "as representações da anormalidade familiar" ainda se concentram na mãe (Lefaucheur *apud* Cadolle: Idem), as análises psicológicas sendo normalizadoras e culpabilizantes. Assim, para alguns psicólogos especializados em desenvolvimento da criança, um ambiente

[14] Como a súbita valorização e imposição do aleitamento materno, no século XVIII, para evitar a mortalidade infantil (LEFAUCHEUR, 1980; BADINTER, 1980).

familiar cuja figura paterna é ausente não seria saudável para o desenvolvimento das crianças, principalmente pelo fato de se formar, simbolicamente, uma relação "incestuosa" entre mãe e crianças (Idem: 46-47). Da mesma forma, para eles, a ausência da figura paterna seria nociva para os meninos, que perdem a referência das "ocupações viris". Por tais razões, seria importante para alguns especialistas conservadores a recomposição da família por meio do recasamento, o que supostamente significa que a família superou as seqüelas negativas da separação e que é possível, doravante, oferecer às crianças uma estrutura tradicional de família (Idem 47).

Carente da figura do chefe de família, as famílias chefiadas por mulheres que assumiam sozinhas a função parental eram "famílias dissociadas", que não fazem parte de uma "verdadeira família" (LEFAUCHEUR, 1993: 28). No Japão, "*kataoya*" designa uma família de um só pai ou mãe (no sentido *single parent*, em inglês) e caracteriza-se como um vocabulário pejorativo, com conotação de que se trata de uma família incompleta. No Brasil, mãe solteira carrega uma conotação negativa no imaginário popular. Nas Ciências Sociais e nas estatísticas, predomina a nomenclatura mulher chefe de família, que indica um domicílio que tem, como principal provedor, a mulher. Nesse caso, não há especificação quanto ao *status* matrimonial nem a composição familiar (se tem ou não cônjuge e/ou filhos). Na Sociologia francesa, a denominação foi, primeiro, direcionada para a estrutura de família e não para a posição da mulher na família, como no caso do Brasil. Trata-se de "*famille monoparentale"*. O termo fora introduzido dez anos depois do uso da noção de "*one parent families*" nos países anglo-saxões nos anos sessenta (Idem).

Segundo Lefaucheur, foram as sociólogas feministas como Andrée Michel

que, em um contexto no qual se debatia a crise da família tradicional, já pela força da evolução dos costumes e das transformações legislativas que a acompanhavam, "importaram (em meados dos anos setenta) a noção de famílias monoparentais, no intuito de elevar os domicílios chefiados pelas mulheres ao nível de 'verdadeiras famílias', de um tipo sociológico particular, mas tão nobre quanto e mesmo mais moderna que a família conjugal" (Idem).

Quando se trata de abordar o sujeito das famílias monoparentais, porém, a expressão freqüentemente utilizada é a da "*femme chef de famille monoparentale*", como no Brasil, ou simplesmente "*mères seules*". No Japão, a denominação predominante para as famílias monoparentais, desde o pós-guerra, é, automaticamente, sexuada: "*boshikatei*" (cujo chefe é a mulher) e "*fushikatei*" (cujo chefe é o homem), sendo que esse último é raramente mencionado. Quando a intenção é de abordar o indivíduo na situação monoparental, o termo em inglês "*single mother*" ou "*single father*" é utilizado.

Em nosso estudo, empregaremos o termo "família/domicílio monoparental feminina(o)", ou, quando for abordada sua responsável, "mulher chefe de família monoparental", no sentido especificar o tipo de família composta por uma adulta sem cônjuge com filhos dependentes.

No caso da França, a idade do filho dependente é fixada em até 25 anos, desde que a categoria família monoparental apareceu na apresentação dos resultados do censo da população do Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE – em 1981 (LEFAUCHEUR, 1993: 30). Mais especificamente, são agrupados, nesse item, os dados sobre os domicílios compostos de uma pessoa sem cônjuge e de pelo menos um filho com menos de 25 anos, sem cônjuge nem filhos (Idem: 31). Em nossa pesquisa, porém, procuramos

limitar as famílias monoparentais femininas àquelas com pelo menos um filho dependente de até 18 anos. Tomamos como referência a idade atingida no fim do ensino médio, mais ou menos comum entre os três países, se o estudante não for reprovado ao longo de seus estudos.

Ainda que, no Brasil, o trabalho dos adolescentes seja comum, a valorização da formação escolar no mercado de trabalho faz com que muitos jovens, mesmo pertencentes à camada pobre da população, continuem a ser dependentes da renda da mãe chefe de família. O desemprego dos jovens é outro fator que leva os filhos com mais de 15 anos, idade em que o trabalho é autorizado, a permanecerem dependentes.

Por fim, como afirma Crépin (2004: 4), a monoparentalidade é cada vez mais "uma seqüência de vida", indicando que existe forte probabilidade de que essa modalidade familiar torne-se novamente biparental por meio do recasamento.

O termo "monoparental", em si, suscita questionamentos hoje, a partir do momento em que a vida pós-separação não significa um afastamento definitivo do pai ou da mãe que passa a não compartilhar mais o mesmo domicílio com os filhos (LEFAUCHEUR, Op. Cit.: 33-34). Por isso Lefaucheur afirma que se existem "domicílios monoparentais", quase nunca existem "famílias monoparentais" (Idem). A propagação da guarda compartilhada entre pai e mãe separados, amplamente aceita nas sociedades ocidentais (CÔTÉ, 2004: 81), coloca em questão a noção da família monoparental, sendo mesmo incompatível com sua definição jurídica. Assim, como compatilham também David *et alii* (2004 : 10),

> *"La garde conjointe après la rupture du lien conjugal fait alors perdre son sens à la notion de famille monoparentale définit juridiquement par la présence d´un seul parent.*

2. As transformações do casal e da família: para uma relação mais igualitária?

Tomando como base a tese de Neyrand e Rossi (2004: 13 e 14), a diferença entre o contexto do surgimento das famílias monoparentais nos anos 70 – em que a explosão da separação conjugal acontece – e a época anterior – na qual a separação pela morte do cônjuge era preponderante – é a mudança da própria noção de família nas sociedades industrializadas, baseada em um "ideal social de democracia familiar", fortemente impulsionado pelo declínio da instituição ligada à ordem patriarcal[15].

Nessa nova era da família, os indivíduos, livres e iguais, tendem a superar as diferenças de sexo e geração e esforçam-se para promover relações eletivas e baseadas em *diálogo*.

Ao lado das transformações da sociedade em geral, as mudanças de valores relacionadas ao casal e à familia, à primeira vista pessoais e subjetivos, surgem como novos fenômenos sociais comuns nos três países, porém em diferentes níveis. As relações sociais de gênero e geração são as que estruturam a família contemporânea das sociedades, principalmente as ocidentais.

Como afirma Théry (1998: 38), «A questão da articulação da diferença dos sexos e da diferença de gerações está agora no centro da maneira pela qual as ligações familiares são vividas e como evoluem ao longo da vida[16] ». O casamento não é mais uma fatalidade e, hoje em dia, designa mais « a situação historicamente nova ligada à transformação dos laços de conjugalidade em um sentido mais

[15] O que não pode ser confundido com o declínio da figura do pai (NEYRAND e ROSSI, 2004:13).
[16] Do texto original « *La question de l´articulation de la différence des sexes et de la différence des générations est désormais au coeur de la façon dont se vivent les liens familiaux et dont ils évoluent au cours du temps de la vie* .»

igualitário, mais privado e mais contratual [17]» (Idem: 34).

Théry adverte que não se trata exatamente de uma rejeição ao casamento, mas de uma transformação da posição social da instituição matrimonial, que implica a mudança das representações do casal, este passando a ser uma questão de « conciência pessoal» (Idem : 34). Assim, a intimidade do casal torna-se o local de construção identitária (ou de realização pessoal), a autenticidade, a igualdade da relação sendo a principal questão (SINGLY, 2004 : 111 ; GIDDENS, 1992 : 10). A união conjugal desse caráter é buscada como o laço ideal, no qual há maior exigência pelo seu sucesso.

Sociólogos franceses como Théry, Singly e Neyrand estão de acordo em que, em contraponto aos laços matrimoniais mais tênues, os laços de filiação (mãe e filhos e pai e filhos) mostram-se cada vez mais incondicionais e indissolúveis : « *le lien de filiation affirme de plus en plus son caractère idéalement inconditionnel et indissoluble*» (THERY, Op. Cit.: 34). Para a autora, há um novo pacto de filiação gerado pela conjugação de dois fenômenos : a responsabilidade parental (para garantir a qualidade dos cuidados e da educação) e a personalização da relação com os filhos (Idem : 37).

Segalen (2006 : 139) trata das novas formas de parentalidade trazidas das transformações da família: monoparentalidade, pluriparentalidade, homoparentalidade, padrastos, madrastas, avós e avôs. A coparentalidade e a guarda alternada, após a separação, inscrevem-se na continuidade dessa « pequena revolução ». Como ainda afirma Segalen (Idem), a família, como espaço de afeto, fortalece-se, mas não sem apreensões quanto à capacidade dos « novos pais » de corresponderem a seu *status*, podendo ser alvo de novas categorias de

[17] Do texto original « *La situation historiquement nouvelle liée à la transformation du lien de conjugalité dans un sens plus égalitaire, plus privé et plus contractuel.*»

riscos sociais, abrindo um novo campo para reflexões políticas e sociais.

A perspectiva da realização de si por meio da conjugalidade baseada nas relações igualitárias de sexo e na indissolubilidade dos laços pai/mãe e filhos, independentemente da continuidade ou não do casamento, é, porém, mais próxima aos valores da camada média cultivada (NEYRAND e Rossi, Op. Cit.: 33 ; SINGLY, Op. Cit. : 111; PETRUCELLI, 2004 : 165).

Abordada como uma referência global na mídia, tal visão confronta-se com os valores da camada popular dominada por normas familiares unitárias, frequentemente como uma conjugalidade « simbiótica » (ou « fusional »), em que o casal é concebido como uma entidade indissolúvel (NEYRAND e ROSSI, Op. Cit. : 37). Ela se confronta também, em um grau importante, à estrutura familiar japonesa, organizada conforme o sistema da linhagem (*koseki*, no Japão), em que o casamento é a base de sua garantia.

Se é possível afirmar que a família contemporânea da camada média tende a construir relações mais democráticas entre seus integrantes durante e mesmo depois da conjugalidade, quais são as tendências vividas pela camada popular no Brasil, na França, e no Japão? Como as mulheres desse meio articulam as tensões entre a ruptura conjugal e a tendência à personalização da relação com os filhos? Quais são os efeitos culturais e econômicos sobre as novas tendências das relações sociais do sexo disseminadas pela força da globalização? Em relação à separação conjugal da camada popular, quais são as suas razões hoje? O “desamor” é suficiente para justificar a separação? Tal assunto seria de ordem subjetiva e deve ser tratado pela Psicanálise ou é também domínio da Sociologia ?

A ruptura pode ser compreendida à luz da trajetória conjugal e pessoal, e

pode colocar em evidência a questão da alteridade e da relação social dos sexos (NEYRAND e ROSSI, 2004: 131). Segundo Singly (2004 : 113), «*Plus l´adhésion au système de valeurs dans lequel les relations doivent soutenir en permanence l´individu dans la quête de lui-même est forte, plus le couple est fragile* ». Dessa forma, a lógica que domina a fundação de uma família contemporânea é a busca das satisfações psicológicas de cada um, mais que a busca da solidez e da coesão do grupo familiar (Idem).

3. Família e o lugar da chefe de família monoparental no Brasil, na França e no Japão

Segundo dados recentes, a parte das mulheres chefes de família monoparental, em relação à totalidade dos domicílios é, no Brasil, segundo Sorj, Fontes et Machado (2007 : 579) com base nos dados da PNAD/IBGE, 18% em 2005 ; na França, 5,6%, segundo o último censo (INSEE, 1999) ; e, no Japão, de 2,7% dos domicílios em 2003, segundo a pesquisa nacional sobre famílias monoparenatais femininas e outras famílias (*Zenkoku boshi setai tou chousa*) do Ministério do Trabalho e do Bem-Estar Social do Japão. Nos três países, observamos o crescimento da proporção de famílias chefiadas por mães sem cônjuge, sendo que, no Brasil, registrava-se 12% em 1981 e 14% em 1990 (SORJ, FONTES e MACHADO, Op. Cit..); na França as famílias monoparentais (85% sendo chefiadas por mulheres) tiveram crescimento de 27% entre 1999 e 1990%; e, no Japão, o aumento de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge foi de 28,3% em cinco anos, isto é, em de 1998 a 2003 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO BEM-

ESTAR DO JAPÃO).

Outro fator que faz incrementar o crescimento do número de famílias monoparentais no ocidente é o forte desenvolvimento dos nascimentos fora do casamento e coabitação (DAVID *et alii*: 5). Na França, os nascimentos fora da conjugalidade passaram de 11,4% em 1980 para 42,6% em 2000 (Eurostat *apud* DAVID *et. alii*: 10). No Japão, os filhos de mãe celibatária ainda sofrem discriminações legais por causa da persistência do sistema de registro familiar, *koseki*, que distingue os filhos legítimos e ilegítimos (YOSHIZUMI, 1993).

A principal razão da aparição dos domicílios monoparentais até os anos 70 era a morte do cônjuge. Nos anos 90, a monoparentalidade causada pela viuvez tornou-se definitivamente minoria nos três países estudados. No Brasil, havia 36,6% de viúvas entre as famílias monoparentais femininas em 1995, enquanto, em 1970, elas representavam 63,3% (BERQUÓ, 2002: 50). No Japão, as viúvas ocupavam 20,1% em 2005 contra 61,8% em 1973 (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO JAPÃO). Na França, 10,5% em 1999 em relação a 44,8% em 1975 (INSEE).

Esse processo acompanha o desenvolvimento social das mulheres, como o aumento do nível de educação e sua inserção no mercado de trabalho, mas também as crises econômicas, a globalização e as tranformações do emprego, entre outras influências econômicas do pós-guerra. A introdução de políticas familiares, sociais e de igualdade entre os sexos é um fator que condiciona amplamente as transformações da família.

No ponto de vista da legislação, o divórcio fora legalizado nos anos 70, no Brasil (1977) e na França (1976), assim como o fim da discriminação das crianças nascidas fora do casamento nos dois países também contribuíram para a separação

na vida. No Japão, o divórcio que dá iguais direitos a ambos os sexos foi instaurado em 1947, com a introdução da nova constituição. Antes, de acordo com o direito civil de 1897, o direito ao divórcio era apanágio dos maridos.

Tais fatores representam o contexto macrossociológico, perceptível nas estatísticas e nas conjunturas socioeconômicas, em que as mães sozinhas se inserem, sem considerar, de modo mais aprofundado, as especificidades de cada um dos países. Por exemplo, se o aumento do nível de instrução e da participação no mercado de trabalho de mulheres é algo compartilhado entre os três países, o mesmo não ocorre quando se trata do adiamento do casamento e da maternidade, comum na a França e o Japão[18], mas que não se confirma no Brasil. Da mesma forma, o crescimento de casais coabitantes e da maternidade fora do matrimônio é comum no Brasil e na França, mas não se apresenta no Japão (Rindfuss *et alii*, 2004).

O exame da posição das mulheres chefes de família monoparental em cada um dos países, tomando-se como base o significado do casal/casamento, da família e de sua ruptura, torna-se, então, fundamental, ao mesmo tempo em que devemos direcionar nosso olhar à camada social popular, que forma nosso objeto de estudo.

3.1. Brasil: presença do casal, ausência do casamento

Quando explicávamos que pretendíamos estudar a questão das mães chefes de família sem cônjuge, recebíamos-, rapidamente, comentários do como “aqui tem muitas”. De fato, quando comparamos os três países, a proporção de mulheres nessa condição, no Brasil, ultrapassa em grande medida a dos outros dois .

[18] A média da idade do primeiro casamento das francesas fora de 29,3 anos em 2006, sendo que em 1996 fora de 27,4 anos (INSEE). A das japonesas fora de 28,2 anos em 2006 enquanto que 10 anos antes fora de 26,4 anos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO BEM-ESTAR).

Contudo, é preciso considerar que esse fenômeno não é especificamente brasileiro, mas que é parte do contexto histórico e familiar da América Latina, que comporta, de 1995 em diante, em torno de 20% de domicílios chefiados por mulheres (SEAGER, 2003: 20-21).

A pobreza é uma das explicações para a alta proporção de mães sós com filhos, mas não a única. Nas sociedades latino-americanas, as quais têm em comum o legado da "conquista sexual, dos contatos inter-raciais informais, da escravidão, da marginalização indígena e da pobreza e exclusão generalizados na população", o casamento é um modelo importado para um povo que não possuía essa forma de união sexual e formação de domicílios como o único padrão (THERBORN, 2006: 240).

Os casamentos considerados oficiais eram registrados na Igreja Católica, por um processo inacessível à população, fazendo com que somente casais da elite pudessem obter um *status* matrimonial, enquanto os demais aspirantes adiavam ou desistiam do procedimento (Idem: 235). A introdução da obrigatoriedade do casamento civil, mais tarde – a partir de 1857 no México e 1890 no Brasil – além do casamento religioso, não encontrou legitimidade entre as populações religiosas (Idem).

No Brasil, não havia, para os escravos, condições para firmarem matrimônio legal, pois este não era estimulado pela Igreja e não era de interesse dos senhores (MARCÍLIO, 1991: 11-12). Ademais, a forte mobilidade espacial dos escravos no território nacional forçava a ruptura dos laços afetivos entre eles, dificultando a formação de família formada por pai, mãe e filhos (NEDER, 2004: 39).

Assim, com a institucionalização do casamento, é possível considerar que ele

se constituiu como um ideal, concretizado pela elite, mas algo abstrato e externo à norma das condutas sexuais e familiares da maioria dos latino-americanos do final do século XIX.

Fazendo parte da ampla noção familiar no Brasil, as famílias matrifocais aparecem como uma variação de estrutura familiar. No paradigma da estrutura familiar matrifocal, “a prioridade é dada ao laço entre mãe e crianças, irmã e irmã, ao passo que o laço conjugal é considerado menos solidário e menos intenso afetivamente (Smith, *apud* FONSECA: 64). Assim, Therborn (Op. Cit.: 232 e 237) salienta que, em contraponto à elite latino-americana, cujo matrimônio se realizava entre os iguais, “o sistema para as classes populares foi etnicamente misturado, informal, sem fronteiras claras, com considerável instabilidade, mais falocrático que patriarcal, com significativa e, às vezes, forte matrifocalidade, de proporção relativamente alta de famílias chefiadas por mulheres”.

Fonseca (2000: 57) confirma, para o caso brasileiro, a repetição do modelo do não casamento entre as camadas populares contemporâneas: “pesquisas no campo da história social sugerem que, há tempo, as camadas populares no Brasil conhecem uma tradição familiar bem diferente do modelo conjugal estável”.

Isso contrasta com a norma social da população branca desde o período colonial, que impunha a austeridade no comportamento feminino e condenava a maternidade ilegítima (VENÂNCIO, 1997: 198). O nascimento de um filho fora de uma relação matrimonial entre as mulheres negras e mestiças não “desonrava a mãe”, no entanto, a mulher branca que assumisse um filho nessa condição estaria sujeita à condenação moral (Idem). Como na França do Antigo Regime, o Brasil colonial conheceu a instalação da “roda”, que procurava proteger as brancas solteiras dos escândalos e evitar, ao mesmo tempo, o infanticídio (Idem).

Vejamos agora o significado contemporâneo da conjugalidade e da família entre os pobres dos centros urbanos brasileiros, tendo como principal referência os estudos desenvolvidos por Sarti (1996), em São Paulo, e Fonseca, em Porto Alegre (2000).

Para a camada popular brasileira, "casamento" significa coabitação, no sentido de assumir publicamente uma relação conjugal e constituir uma família (Fonseca, 2000: 75). Em nossa investigação em campo, quando as informantes afirmavam o casamento, era necessário confirmar se se tratava de uma coabitação ou de uma união civil[19], pois o mesmo termo era utilizado para ambas as situações. Às vezes ouvimos também a expressão "ser amasiada" para designar a coabitação. O "casamento de véu e grinalda" é aspirado, mas, junto com o casamento civil, é raro, por necessitar de uma certa economia para realizar a cerimônia[20]. Além disso, há os obstáculos buracráticos, em razão da falta de documentos como carteira de identidade, certidão de nascimento, etc.. (Idem: 76). Quando a formação de uma família é precoce, como, por exemplo, na adolescência, o que ocorre freqüentemente na camada popular, a união pode servir como estratégia de emancipação em relação à família de origem.

Segundo Heilborn (2005: 47), o casamento aparece, então, como uma das raras oportunidades de autonomia, dado que o sucesso escolar e a inserção no mercado de trabalho não se apresentam como alternativas reais. Ademais, a interdição do aborto contribui fortemente à importante proporção de jovens grávidas antes da formação de um casal.

[19] As respostas para a pergunta eram, por exemplo, "a gente só morou junto"; "graças a Deus não era (casada) no papel".

[20] Tivemos a oportunidade de estar presentes numa cerimônia de casamento coletivo na Cidade Tiradentes, organizada por uma associação em prol de mulheres e deficientes físicos. O grande número de participação demonstrou a vontade da população pobre de casar-se oficialmente "em grande estilo", na presença de familiares. Muitos dos casais já tinham filhos, mostrando que o casamento era projeto adiado, sem que a constituição da família fosse sacrificada.

Seja qual for a razão de seu início, a vida conjugal na camada popular supõe a instalação em uma casa, onde se organizam os papéis do marido e da mulher, de forma hierarquizada e complementar, que permite "realizar diferentes funções da autoridade na família": o pai/chefe de família e o de mãe/dona de casa (Sarti, 1995: 42-43)[21]. O homem, o chefe da família, é a "autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar", enquanto a mulher é responsável pela manutenção da "unidade do grupo" (Idem: 43). A afirmação de Telles (1992) corrobora a importância moral da família entre a camada popular:

> *" Estruturada e hierarquizada internamente, a família define um paradigma de moralidade e um modelo de autoridade centrado na figura do chefe provedor. É por referência a ela que as identidades do homem e da mulher, do adulto e da criança são construídas. (…) Espaço moral, portanto, que define o horizonte do esperado e do legitimado e fornece os códigos éticos através dos quais a experiência que fazem da sociedade é interpretada em seus acontecimentos, constrangimentos e possibilidades para a realização do que imaginam ser a vida decente (TELLES, 1992: 139)".*

Dessa ótica, a mulher que não é mãe não pode exercer o papel que lhe é devido, o que a faz ser considerada imperfeita. Como afirma Sarti (Idem),

> " *a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se*

[21] Pereira (Op. Cit.: 43), baseando-se nas obras de Lockwood, Goldthope, Hoggart e Bourdieu, observa que o padrão de comportamento social indicado pela divisão do espaço doméstico aparenta ser também um traço da cultura operária ou da camada pobre em outras sociedades, como a inglesa e a kabila (Argélia).

completou".

Além da questão afetiva, muitas vezes, o casamento das mulheres da camada pobre envolve, principalmente,a obtenção de um *status* respeitável, que chega a preponderar até sobrea solução econômica de fato (FONSECA, Op. Cit.: 32). A a maternidade, nesse contexto, aparenta ter a função de oferecer-lhes um capital simbólico definitivo.

A estabilidade do casal pobre é sensível à conjuntura socioeconômica e mostra uma relativa coesão quando o emprego do chefe de família é mantido, como no caso de operários estudados por Bilac (1978: 81-99), em que o cumprimento dos papéis sexuais no núcleo doméstico é – às vezes precariamente – possibilitado.

Em contrapartida, a instabilidade empregatícia do chefe de família representa uma fonte de tensão entre o ideal de família fundado na divisão sexual dos papéis – o homem, provedor material, e a mulher, mantenedora da ordem e coesão familiar – e a impossibilidade de cumprir tais funções (SARTI, Op. Cit..: 45).

O trabalho da mulher para cobrir o desemprego do marido não só gera frustração, por não poder atingir a expectativa da melhoria de sua condição (Idem: 50), como também coloca este último na posição de "viver do trabalho da mulher", o que significa uma desonra (Fonseca, Op. Cit.: 73). O emprego da mulher, tampouco, eleva seu *status* no seio do lar, por colocar em questão a imagem do marido (Idem: 74), mas é exercido ao longo do casamento no sentido complementar e, junto com o trabalho dos filhos adolescentes, mantém o equilíbrio financeiro doméstico (Bilac, Op. Cit.).

A falha como provedor por parte do chefe de família pode ser o desencadeador da ruptura conjugal, direta ou indiretamente. Diferente das famílias de grupos operários mais estáveis, descritos, por exemplo, por Bilac (Op. Cit.) e

Pereira (1979), as famílias destituídas do *continuum* instrução, qualificação e emprego são mais vulneráveis às variações conjunturais econômicas (Lopes e Gottschalk *apud* SARTI, Op. Cit.: 45; PETRUCELLI, 2004: 163). Apesar de o casamento ser fundamental para a respeitabilidade do homem e da mulher socialmente vulneráveis, as rupturas conjugais são inerentes às famílias pobres: elas "dificilmente passam por ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas" (Neves, Fonseca, Scott *apud* SARTI, Op. Cit.: 44). Em contraponto à fragilidade da união conjugal, é a rede de parentesco que serve de retaguarda para as instabilidades familiares (FONSECA, Op. Cit.: 75).

A mulher que se tornou chefe de família monoparental deve cumprir, ao mesmo tempo, o papel de mãe, cujas funções são unificar e manter a ordem familiar (SARTI, Op. Cit.: 43) e o exercício total ou parcial[22] do papel masculino de provedor. O trabalho para sustentar seus filhos torna-se central não somente para a sobrevivência da família, mas fundamental para garantir sua "autonomia moral" (Idem: 54). Assim, o trabalho representa a "forma de reparação do erro de ter uma vida sexual sem parceiro fixo que legitime seu lugar de mulher" (Idem).

Se a imagem de trabalhadora é obrigação para a preservação da moral da mãe sem cônjuge, sua presença pode, apesar de tais esforços, ser um elemento perturbador para a comunidade, uma vez que "ela desafia a virilidade dos homens[23] e atiça o ciúme das mulheres" (FONSECA, 2000: 32). É esperado, assim, que a mulher tenha um parceiro, fazendo com que a "pluripaternidade" ou a poligamia

[22] Um membro masculino da família pode estar constantemente presente, como o pai ou irmão da mulher, que, freqüentemente, substitui a figura do marido (SARTI: 1996: 47-48).
[23] Tal referência não deve se limitar aos meios populares quando sabemos que violências contra mulheres são praticadas também nas demais classes sociais motivados por ciúmes de ex-maridos ou ex-namorados.

sucessiva (SEGALEN, 123: 2005) seja uma prática expandida no meio popular brasileiro, não somente como estratégia de sobrevivência, mas também como forma de a mulher chefe de família sem marido voltar a ter uma vida de casal conforme dita a norma.

3.2. França: entre a família tradicional e o novo paradigma

As mulheres chefes de família que tratamos, em nosso campo de pesquisa francês, compõem um grupo fortemente heterogêneo, que inclui desde aquelas oriundas da burguesia, hoje mais pobres que sua família de origem por causa da sua condição de mães sem cônjuge, até imigrantes sem domicílio fixo, acolhidas em abrigos. Também fazem parte desse conjunto filhas de imigrantes criadas na periferia de Paris. Assim, diferente da amostra brasileira, não é possível caracterizá-las como uma população homogênea, pertencente a uma cultura popular específica.

Atribuímos essa composição ao fato de termos buscado nossas entrevistadas na capital francesa e sua periferia próxima, onde a cultura popular se faz cada vez menos presente.

Tal ausência empurra a população desqualificada para a periferia, conhecida como *cité,* o que também Damon denomina “bairros sensíveis” (*quarties sensibles*), zonas freqüentemente qualificadas de “em dificuldade”, “desqualificadas”, “degradadas”, “populares”, “guetos”, “zonas de não-direito”, entre muitos outros adjetivos (DAMON, 2004: 5-6). São também espaços urbanos que, desde meados dos anos 70 são alvo de políticas públicas direcionadas, chamadas, a partir de meados dos anos 80 de “políticas da cidade” (*politiques de la ville*), tendo como expressão pivô a “coesão social” (Idem: 6-7).

Seria a *cité* que toma as mesmas características dos bairros estudados na zona leste de São Paulo. Temos, de outro lado, bairros de famílias operárias desproletarizadas e precarizadas pelo desemprego, após o desmantelamento de uma indústria há pouco tempo próspera, como, por exemplo, as regiões mineiras do norte do país como a Nord-Pas-de-Calais, retratadas por Schwartz (SEGALEN, 2005: 77).

Funcionando sobretudo nos moldes da divisão naturalizada entre os papéis femininos e masculinos – o homem como o provedor do salário, enquanto a mulher administra o orçamento e as tarefas domésticas – tal cultura familiar não parece apresentar fortes diferenças em relação ao meio popular brasileiro urbano.

Paugam (2006: 185-186) faz uma comparação dos moradores da *cité* – o que ele chama de "as famílias deserdadas" (*les familles dehéritées*) – e os moradores das favelas de Recife e famílias sem terra do Nordeste do Brasil, e encontra em comum o esforço de "*compenser l´échec social en faisant valoir dans leur entourage de signes de respectabilité puisés dans l´autorité et l´identité parentales*".

Para o autor, a honra das famílias pobres, no Nordeste do Brasil como num bairro popular na França, repousa sobre o bem-estar que podem oferecer aos filhos. Ele toma a identidade parental como "*un moyen, pour les familles précarisées, d´affirmer leur différence par rapport aux familles désunies ou aux parents confrontés aux problèmes éducatifs*" (Idem: 184-185). Mesmo se a identidade parental não consiste unicamente em preocupação dessas famílias, o autor supõe que ela constitua para elas "*une valeur morale d´autant plus importante que leur statut social ne leur permet pas de se valoriser par une réussite matérielle et/ou professionnelle*" (Ibidem).

Os filhos passam a ser indicadores da dignidade de uma família na avaliação

da comunidade (Ibidem), razão pela qual muitas mães chefes de família, racionalmente, renunciam ao trabalho para dedicar-se à criação dos filhos, em detrimento de sua autonomia (JUBY *et alii*, 2005). Apesar de tratar-se de caso canadense, a explicação de Juby et alii (Idem) é universal:

> *"(...) comme il est à peu près exclu que le travail leur procure un revenu suffisant, plutôt que d´échouer sur les deux tableaux, elles renoncent au rôle de pourvoyeuse et s´efforcent de bien remplir celui de mère".*

As famílias da *cité* são, em grande maioria, beneficiárias regulares de políticas sociais e acompanhadas por pessoas ligadas aos serviços sociais (Idem: 185). A família passa, então, a ser assunto público e fica aberta à penetração do Estado, por meio de trabalhadores sociais como educadores, que acompanham e orientam minuciosamente o cotidiano dessas famílias (Idem: 186). As famílias assistidas devem interiorizar as normas trazidas por esses profissionais sociais, caso contrário, são tratadas como "casos sociais" (Ibidem).

Em relação à noção do casamento dos habitantes das periferias urbanas, a forte presença da população de origem estrangeira, principalmente africana e magrebina, torna as relações entre homens e mulheres peculiar em relação ao resto da sociedade. Estes encontram-se numa tensão entre os valores contemporâneos da conjugalidade – segundo os quais a qualidade das relações interpessoais é o elemento constitutivo da realização pessoal (SINGLY, 1996 : 46) – e a referência cultural das sociedades de origem (NEYRAND e ROSSY, 2004: 102).

O projeto de vida moderna, por meio do casamento, esperado por uma mulher de origem africana, por vezes, é frustrado pela retomada dos costumes tradicionais do parceiro, podendo gerar uma crise existencial e razão de ruptura

conjugal (NEYRAND e ROSSI, idem).

Questionamos até que ponto o paradigma da fragilização dos laços conjugais e da indissolubilidade das relações de filiação é realidade para a categoria social que examinamos. Os estudos de Gautier sobre as mulheres chefes de família monoparental mostram que a precaridade social e conjugal são fortemente ligados (GAUTIER, 1992: 168), mas que os motivos da ruptura evocados pelas mulheres de sua amostra (107 casos) não confirmam uma separação que vise a uma "realização pessoal" e à busca da « autenticidade e da igualdade da relação ». Elas são mais concretas, como « mal entendimento » (44 %), infidelidade do homem (33%), alcoolismo (8,4%), violência conjugal (7,5%) e outras (7,5%), ligadas ao nascimento de uma criança, ao trabalho do cônjuge ou à sua religião (Idem : 171). Gautier (Idem : 176) conclui sobre os motivos das separações:

> *«Certes, les récits de séparation nous transportent donc loin de l´idée selon laquelle les couples divorceraient pour oui ou pour non, dès que la balance des coûts et bénéfices ne serait plus en leur faveur. (...) Lorsque l´entretien devient plus personnel, la « mauvaise » entente prend, parfois, un visage bien plus violent. (...) Au total, la mauvaise entente et le désamour – rançon du mariage d´amour – semblent les principales causes de séparation. Le fait qu´il s´agisse plutôt de désamour masculin s´explique sans doute dans l´échantillon : des femmes seules (...) ».*

A paternidade ou a coparentalidade fazem-se penosamente entre os casais separados que, quando juntos, formavam um casal tradicional e funcionavam numa relação marcada pela divisão sexual do trabalho bastante acentuada. A guarda e a responsabilidade parental atribuída exclusivamente ou quase exclusivamente à mãe, após a separação, é manifestação da forma em que a presença educativa do pai se

fazia anteriormente. Essa situação, dificilmente reversível com a ruptura, às vezes resulta no desaparecimento definitivo deste (NEYRAND e ROSSI, Op. Cit.: 45). Tal relação assimétrica entre homem e mulher perante os filhos, antes e depois da separação, produz uma "verdadeira" monoparentalidade feminina que se contrapõe à afirmação da filiação biparental, quando o pai completa a criação e educação dos filhos.

Segundo Neyrand e Rossi (p. 94), entre as famílias monoparentais estrangeiras, as de origem magrebina (Argélia, Marrocos e Tunísia) são as mais representativas, pois seu número é proporcional à presença dessa população e sua família no território francês[24]. Patriarcal e patrilinear, a sociedade magrebina constitui, na França, conforme os autores, o modelo patriarcal que inspira muitos comportamentos tradicionais no seio da família, principalmente no meio popular (Idem). Os jovens da segunda geração vêem-se, muitas vezes, no meio de conflitos de valores trazidos por seus pais – de origem religiosa ou não, como por exemplo a poligamia, o peso do casamento reliogioso, a importância da posição do tio materno – e das normas francesas (Idem: 96-97).

Nesse contexto, a separação do casal e a relação entre pai e filhos após a separação toma sentidos antropologicamente distintos ao do valor ocidental. No entanto, há que considerar os descompassos de valores entre homens e mulheres estrangeiros, os primeiros são mais apegados aos costumes de origem. A combinação entre o conflito de casal, a condição de estrangeira e a baixa qualificação implica o agravamento da precaridade familiar, por causa das dificuldades de integração, precarização do emprego, desconhecimento dos sistemas institucionais, afastamento físico e afetivo da família de origem, conflito de

[24] Há também uma forte presença de imigrantes de outros países africanos. As proporções dos imigrantes de origem africana, segundo o censo de 1999, são: Argélia (13,3%), Marrocos (12,1%), Tunísia (4,7%), outros países africanos (9,1%) (INSEE).

referências culturais e matrimoniais, irregulidade de estadia e fatores de violência, entre outros (Idem: 97). Tais efeitos da imigração fazem da monoparentalidade das estrangeiras uma das mais vulneráveis e, conseqüentemente, necessitadas de ações sociais públicas.

3.3. Japão

Comparada às situações no Brasil e na França, onde a repetição do casamento/coabitação, divórcio/separação e recomposição familiar faz-se com uma certa frequência, a família japonesa é mais tímida em sua diversidade, com poucas mudanças da situação conjugal do casal.

Se, entre as famílias da camada popular do Japão do pré-guerra – país emergente com desigualdades sociais e pobreza equiparadas à Europa ocidental do século XIX[25] – era comum a coabitação e a maternidade celibatária (YOKOYAMA, 2004: 57), a configuração familiar torna-se cada vez mais homogênea, na medida em que a política de unificação da população em torno da figura do imperador vai sendo bem-sucedida. A família japonesa fora reorganizada na era Meiji (1868-1912) para servir de pilar do Estado-família (*kazoku kokka*), projeto nacionalista e de coesão social em torno da figura do imperador, que permitiu o desenvolvimento do capitalismo nipônico (SANTOS, 1993: 7 e 13).

O sistema familiar que constituiu a base da modernização japonesa é o familialismo patriarcal– *Ie-seido* ou *kafucho-sei* – no qual a esposa e os filhos eram assujeitados às ordens do patriarca que, por sua vez, possuía a responsabilidade de assegurar a linhagem familiar (Idem: 13). O sistema *Ie*, apesar de ter sido dissolvido

[25] Como indicam a situação das trabalhadoras em fábrica de tecelagem retratadas na obra *Joko aishi* , a "exportação" de moças para a prostituição no sudeste da Ásia (*Karayuki-san*), assim como a emigração dos japoneses sem posse para as Américas, principalmente o Brasil.

no pós-guerra, mantém-se como conceito base do que é a família para os japoneses.

A família japonesa do pós-guerra sofreu uma segunda homogeneização estrutural, dessa vez na qualidade de família nuclear, composta por um casal unido pelo matrimônio oficial e dois filhos (o que Ochiai chama de "revolução dos dois filhos", que se desdobra na "primeira onda da baixa de natalidade") (OCHIAI, 2004: 56-57). Acompanhando as mudanças da estrutura econômica entre 1945 e 1975, consolidou-se uma rígida divisão sexual do trabalho, em que as mulheres casadas passaram a se dedicar predominantemente às atividades de dona de casa, enquanto os maridos cumpriam o papel de provedor da renda familiar na posição de assalariados (Ochiai, 2004: 18-22).

Segundo Ochiai, a passagem do trabalho centrado na agricultura e no empreendimento familiar ao trabalho assalariado masculino foi responsável pela transformação exclusiva da mulher em dona de casa[26]. Concomitantemente à recuperação e ao crescimento econômico do país, Ueno (1986: 90) explica que a família passou a operar como um local complementar à organização produtiva, servindo de agente de apoio à reprodução do modelo empresarial. A autora chama tal organização de *kazoku kigyo shugi* (sistema família-empresa, corporativismo familiar), fazendo alusão à expressão correntemente utilizada *kigyo kazoku shugi* ("familiarismo corporativo") para designar o modo de organização corporativa japonesa, baseado nas relações familiares. Para Ueno, da mesma forma que o patriarcalismo familiar da era Meiji colaborou para o sucesso do modo de produção capitalista no país, o "corporativismo familiar" serviu de apoio ao "familiarismo corporativo" (Idem).

[26] O que não exclui o trabalho em tempo parcial da dona de casa.

Para completar a configuração da sociedade japonesa do pós-guerra, que fundamenta o crescimento das corporações japonesas, um terceiro agente – o Estado – interpõe-se por intermédio da adoção de políticas públicas de previdência social e tributária, incentivando as mulheres casadas a desempenharem o papel de dona de casa. O sistema favorece a esposa dos assalariados, quando esta é exclusivamente "do lar" ou recebe uma renda não superior a um certo valor (KASHIWAGI, 2001: 17, SHIOTA, 1997).

Segundo o sistema tributário japonês, caso a mulher possua uma renda anual de mais de 1.030.000 ienes (aproximadamente 10.000 dólares), o casal perderá a isenção de dependente e será retirado o salário família do marido. No sistema de pensões, com o qual todos os japoneses têm obrigatoriedade de contribuir, a dona de casa que possui uma renda inferior a 1.300.000 ienes (ou aproximadamente 13.000 dólares) por ano goza de isenção, sem, por isso, perder o direito de beneficiar-se da aposentadoria, do seguro de saúde e da pensão de viuvez (SHIOTA, 1997: 9).

De acordo com a explicação de Shiota (Idem: 10), são as contribuições de homens e mulheres, assalariados de empresas públicas e privadas, que são transferidas para a previdência das mulheres que se declaram "do lar". A autora critica tal sistema, que acaba por gerar uma "classe privilegiada" que, sem ter trabalhado e contribuído, pode beneficiar-se da previdência social, graças à contribuição dos trabalhadores em geral (Ibidem).

Da mesma forma, cria um obstáculo para a independência econômica da mulher, diminuindo sua motivação para trabalhar (TSUTSUI, 2000b: 86). De fato, como afirma a autora, quando se considera que há transferência da contribuição das mulheres de famílias monoparentais, empobrecidas por falta do salário masculino,

para as esposas de assalariados, percebe-se um paradoxo em que a transferência de renda vai de pobre para rico, e não o contrário (Idem: 20).

Do ponto de vista das esposas que interromperam a atividade profissional por causa da atividade reprodutiva, seria mais cômodo não voltar a ser ativa no trabalho formal, pois seu salário anual, necessariamente, ultrapassaria os 1.300.000 ienes, e ela seria obrigada a contribuir separadamente. Para essa mulher, que deve assumir todos os aspectos do trabalho reprodutivo, não seria interessante acrescentar mais uma jornada de trabalho. Além disso, voltando ao mercado de trabalho, ela teria de (re)começar a contribuir com mais de 30 anos e receberia um salário não tão alto, em razão da interrupção, quando já se sabe que, inativa, sua pensão pode ser de maior valor que quando ela se torna contribuinte.

Nesse sentido, para as mulheres que necessitam trabalhar para complementar o orçamento do lar, o trabalho em tempo parcial é visto como uma solução, mas somente se a renda anual é de até 1.300.000 ienes, valor para que a esposa seja isenta de contribuição previdenciária (SHIOTA: 28-30; TSUTSUI: idem).

Esse é outro paradoxo do sistema, no qual a dona de casa em tempo integral é “privilegiada”, pois a mulher trabalhadora deve controlar sua renda para que não ultrapasse o teto, o que a amarra à condição precária de trabalhadora em tempo parcial. Enquanto se mantém casada, sua condição socioeconômica é garantida, mas, uma vez separada, essa condição sofre grandes alterações no sentido negativo, como é possível constatar por meio da pesquisa sobre o trabalho das mulheres chefes de família (SINGLE MOTHER´S FORUM, 2003)[27].

Hirata (2002: 138-141) resume que a crença de que a mãe seja a pessoa

[27] Segundo a pesquisa realizada pela ONG Single Mother´s Forum, com 283 mulheres chefes de família do Japão em 2002, 65% responderam que sofrem dificuldades financeiras.

mais adequada para cuidar das crianças, e que tal razão justifica o afastamento desta do trabalho é fortemente enraizada na sociedade japonesa, por causa dass organizações familiar e empresarial, para que o homem, provedor, possa se concentrar no trabalho assalariado, que exige dedicação integral. Como afirma a autora, existe no Japão uma "contribuição direta das estruturas familiares para o desenvolvimento do sistema produtivo e para o aumento da produtividade do trabalho nas empresas", sendo assim o local de trabalho lugar privilegiado do chefe de família (Idem: 138).

Até a década de 90, era reservado para a mão-de-obra feminina apenas o trabalho complementar, que não permitia nem a promoção por tempo de serviço, nem o emprego vitalício. Hirata explica que tal articulação entre família e empresa mantinha uma baixa taxa de desemprego no país, que ocultava a descontinuidade do trabalho feminino e o ingresso de grande quantidade de mulheres no trabalho em tempo parcial (Idem: 140-141). Assim, a autora conclui que:

> *"(...) o lugar das mulheres no trabalho doméstico, enquanto base de sustentação da atividade assalariada do homem, e o lugar das mulheres no trabalho assalariado, dominado pela reprodução e modificado sem cessar por imprevistos como o casamento, a maternidade, a educação das crianças, ao contrário da atividade assalariada dos homens, que fica inteiramente livre dessas variáveis extra-trabalho" (Idem: 146).*

O culto da maternidade ainda fortemente enraizado na sociedade japonesa

(OOHINATA, 2000: 43; KASHIWAGI, 2001)[28] pode ser a explicação, em nível psicosocial, para que a disseminação da divisão sexual do trabalho seja tão bem sucedida no Japão. A França do século XVIII conheceu a consagração da figura materna por intermédio de "Emile" de Jean Jacques Rousseau, obra publicada em 1762 (LAUNEY, 1966: 7), como Badinter analisou para refutar o mito do instinto materno desenvolvido (1980: 228-233). Como sintetizou Launey (Idem: 16), extraindo a estrutura da obra Emile –"*La véritable nourrice est la mère. Le véritable précepteur est le père* ", mostra também uma defesa da união familiar e da divisão sexual do trabalho, hierarquizando-as.

No processo de modernização do Japão, que teve seu início na era Meiji, implantou-se o pensamento de que a mãe deveria ser inteiramente responsável pela criação e educação dos filhos e de que tal responsabilidade deveria ser cumprida pela presença constante e insubstituível desta, principalmente até que a criança completasse três anos (KASHIWAGI, Op. Cit.: 15; OOHINATA, Op. Cit.: 51). Esse modelo de relação mãe/filho(a) é conhecido no país como o "mito dos três anos (*sansai ji shinwa*)" e é baseado no culto da maternidade ampla e fortemente implantado no imaginário dos japoneses.

A maternidade japonesa possui um alto valor simbólico e corresponde à

[28] Segundo Kashiwagi (2001: 6-7), pesquisas comparativas entre mães japonesas e americanas realizadas por Caudill e Planth, em 1972, apontaram que a mãe japonesa passa muito mais tempo junto com o bebê, mesmo quando este dorme, seja ele amarrado em suas costas, enquanto ela realiza os afazeres domésticos, seja dormindo ao seu lado à noite (a criança normalmente não possui quarto próprio e à noite dorme com os pais). Por outro lado, a mãe americana realiza atividade própria separada do filho quando este dorme em sua cama, em seu próprio quarto. Da mesma forma, quando a mãe japonesa quer alimentar o seu bebê, abre a boca junto com este, enquanto a mãe americana somente diz para a criança abrir a boca. Kashiwagi aborda tais exemplos para mostrar que esses hábitos, tidos como normais para os japoneses, despertaram curiosidade e interesse dos pesquisadores ocidentais e os fizeram concluir que as mães japonesas eram mais dedicadas aos filhos que as mães ocidentais. A autora quer desmentir tal imagem, afirmando que a maneira de se relacionar com os filhos depende do nível de instrução e da classe social das mulheres no país. Da mesma forma, dependeria da aspiração de cada mulher; se esta pretende ser uma "boa esposa", agirá de forma devota com os filhos, enquanto que se a mulher prefere ser do tipo independente, agirá com um certo distanciamento (Idem: 11-12).

imagem de uma mulher dedicada aos filhos, altruísta e que exerce constantemente o auto-sacrifício (Yamamura *apud* OOHINATA, Op. Cit.: 42). A disseminação do mito dos três anos na sociedade japonesa tem causado grande desencorajamento para mães de crianças pequenas a continuarem sua atividade produtiva e, para as que trabalham, sentimento de culpa.

Nesse paradigma de divisão sexual do trabalho, marcado pela divisão espacial entre homens e mulheres, muitas vezes, o desentendimento do casal não resulta em divórcio pois, mesmo se a comunicação entre marido e mulher for inexistente, o confronto entre eles é evitado por atuarem em espaços distintos.

Segundo Sugimoto, (1997: 209-210), três razões explicam a menor proporção de domicílios monoparentais no Japão : a ausência da variável « raça minoritária », que faz aumentar a taxa de monoparentalidade feminina (fazendo alusão às chefes de família monoparentais dos Estados Unidos), a invisibilidade das mães sem cônjuge, em razão do costume de retornar à casa de seus pais, após uma separação e da tímida aparição da maternidade ilegítima. Podemos acrescentar o impacto da combinação entre o aborto legal e um longo período de retração do mercado de trabalho por parte de esposas, inibindo estas a se relançaram numa atividade remunerada, após a separação.

O aumento das famílias monoparentais no Japão é, porém, constante, desde os anos 70, na ordem de 28,3% entre 1998 e 2003; a taxa de divórcio triplicou, no mesmo período, no caso de mulheres nos seus 40 anos (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO BEM-ESTAR DO JAPÃO). As japonesas contemporâneas, que interiorizaram o casamento por amor (YAMADA, 2007 : 171), são menos tolerantes com um casamento frustrante. A maternidade fora do casamento é também cada vez mais concebível, como uma atitude feminista de recusar o matrimônio baseado

no sistema do registro familiar *koseki* (em que, ao se casar, a mulher deve fazer parte da família do marido e ser mãe dos filhos legítimos dessa união)[29] e como uma opção pela maternidade, mesmo quando o pai da criança não aceita a paternidade.

O preço da monoparentalidade é, no entanto, pago pela perda de uma presença real e simbólica – a figura do marido e do pai da(s) criança(s) – que as faz se sentirem bastante desconfortáveis, por teremuma família diferentes das outras (2,7% do total dos domicílios em 2003 segundo *Zenkoku boshi setai tou chousa* – Pesquisa nacional sobre famílias monoparentais femininas e outras). Tal fato faz com que as mães se sintam alvo de preconceitos, que seus esforços, mesmo grandes, não correspondem às expectativas da sociedade. O ideal para grande parte delas é que essa sociedade não saiba da situação de monoparentalidade, de si própria e de seus filhos, o que as faz esconderem sua situação familiar no emprego e nas escolas.

Em oposição à ênfase da presença da mãe no desenvolvimento dos filhos, a função paterna aparece como algo abstrato e incerto. Enquanto, no ocidente, experimenta-se uma nova afirmação do papel paterno, o pai japonês aparenta apegar-se à função formal da paternidade. A rígida divisão sexual do trabalho, segundo a qual os espaços femininos e masculinos se separam nitidamente, faz com que a relação pai-filhos seja escassa; a tendência é que tal dinâmica relacional permaneça após a ruptura conjugal, principalmente pelo fato de que é a mãe que tem, na maioria dos casos, a guarda da criança.

Ueno (1986: 182-183) defende que existem três razões para que os pais japoneses se afastem dos filhos após o divórcio, em comparação com os norte americanos: a idéia de que um homem divorciado logo se casará pela segunda vez

[29] Tal opção era mais comum nos 70, em razão da influência dos feminismos norte-americano e europeu. A taxa de monoparentalidade que não resulta do casamento ainda é extremamente baixa no Japão, por causada discriminação formal contra os filhos ilegítimos.

e poderá ter outros filhos; a idéia de que a mulher irá cuidar dos filhos graças ao "instinto materno"; a vontade de se desfazer da responsabilidade parental, em razão da atitude infantil do homem japonês, superprotegido pela mãe.

4. Definindo a autonomia e a dependência das chefes de família monoparental

A autonomia da mulher é um d primeiros e principais objetivos do feminismo e permanece no centro do debate dos fóruns, oficiais ou não, que têm como meta a promoção da igualdade entre sexos. Na trajetória de luta do feminismo, autonomia é a tradução de emancipação e de independência política, social e econômica das mulheres e refere-se à conquista da cidadania[30].

Consideramos que a autonomia está intimamente ligada à noção de sujeito. Tomemos como exemplo o processo de incorporação da expressão "ser sujeito de sua história" dos movimentos populares surgidos nos meados dos anos 70 no Brasil (SADER: 51-52). Segundo Sader, o uso do conceito por vários articuladores dos movimentos têm em comum "o fato de a noção de"sujeito" vir associada a um projeto, com base em uma realidade" e "a conotação com a idéia de autonomia, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências" (Idem: 53). O "sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade." É o que constituiu em base da formação dos novos movimentos sociais na década de

[30] Ao abordar a cidadania, sabemos da necessidade de tratar a questão dos direitos. Não será, porém, o caso nessa seção, na qual nos ateremos à explicação do que entendemos por "autonomia".

70, como o Clube de Mães[31] e o movimento pela saúde , caracterizados pela "organização pela base" e "por elas mesmas". Apesar de Sader elaborar a correlação da autonomia com o sujeito, pensando na ação coletiva, isso pode ser levado ao plano individual, como faz ele mesmo ao evocar Lacan: "A autonomia é o processo pelo qual meu discurso toma o lugar desse discurso estranho que está em mim e me domina." (Lacan *apud* SADER). Com essas bases, podemos entender que autonomia é processo de subjetivação e de construção identitária, coletiva ou individual.

As conferências mundiais sobre a mulher, promovidas pela ONU entre 1975 e 1995 formaram também fóruns privilegiados para o desenvolvimento da noção de autonomia feminina, trazendo o conceito do "empoderamento", do inglês *empowerment*, hoje amplamente empregado nos locais de debate e elaboração de ações para o desenvolvimento da igualdade de gênero (DEERE e LEÓN, 2002: 53).

O empoderamento faz referência à transformação no acesso das mulheres aos bens e ao poder, ao mesmo tempo em que transforma as relações de gênero. Para Deere e León, é a "precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres" (Idem: 52). O "poder" contido no termo refere-se ao poder sobre as próprias vidas, que define o seu planejamento e é "geralmente associado aos interesses dos desprovidos do poder" (Idem: 53). "Uma das principais correntes de desenvolvimento do conceito de empoderamento veio das economistas feministas centradas na autonomia econômica e no modo como esta está ligada às posições de barganha do homem e mulher na família, na comunidade e na sociedade, sendo constitutiva dessas posições" (Idem: 55).

[31] Segundo o autor, o Clube de Mães tinha como diferencial, em contraponto às atividades de caridade exercidas pelas mulheres de classe média para as moradoras da periferia, a "organização por elas mesmas", que abria a possibilidade de a mulher pobre ser sujeito de transformação da sua condição social, inclusive por meio de sua participação política (Sader, 1988:199-212).

O trabalho que proporciona renda para a mulher pode ser pensado como um dos meios importantes para ter acesso à autonomia. Por outro lado, a precarização ou a ausência do emprego para as mulheres de baixa qualificação não poderia favorecer sua autonomia econômica por completo. Agarwal (*apud* DEERE e LEÓN, Op. Cit.: 57) considera que, no caso de uma família rural, a posse da terra privada proporciona um fortalecimento da posição de retaguarda da mulher, mais que o emprego sozinho". As mulheres de centros urbanos, porém, seriam mais constrangidas a recorrer unicamente ao trabalho remunerado. Em alguns casos, como o das mulheres casadas, mesmo que não seja fonte de renda suficiente, o trabalho pode significar, pelo menos, o começo de sua autonomização, pois é possível encontrar nele uma identidade que não seja somente de esposa.

Segundo Singly (2004: 92), a autonomia de cada parte de um casal é mais valorizada pelos indivíduos da camada média e superior que pelos da camada popular, pois os primeiros podem circular em outros espaços, onde construíram suas identidades e são reconhecidos, como, por exemplo, o do trabalho. Os membros da classe popular, segundo ele, apegam-se às normas "fusionais", oque torna o casal um local importante de "sentido e de *status*", ao mesmo tempo em que dispõem de recursos para "elaborar e impor saberes alternativos em matéria familiar e permanecem mais dependentes das definições historicamente predominantes" (Idem: 93).

Dessa forma, a relação entre a autonomia e a quantidade dos recursos sociais e culturais refere-se ao fato de que o casamento é um dos componentes da definição da identidade de um indivíduo da classe superior, ao passo que, para homens e mulheres da classe popular, o casal e a família é o espaço central de reconhecimento para a construção de suas identidades (Idem: 92-93). Não obstante,

como uma atitude de superação de uma vida cotidiana aparentemente sem alternativa, as mulheres que participaram do movimento de bairro da periferia de São Paulo, descrito por Sader, atravessaram a fronteira das esferas de atuação, como revela a fala de uma das mulheres, citada por Sader (Op. Cit.: 222),

> *"Me sinto mais importante porque assumi um papel diferente. Deixei de ser aquela mulher que só cuidava da casa, dos filhos e costurava para fora para ganhar pão." (Elza)*

Para as mulheres chefes de família monoparental, a tensão entre autonomia e dependência não é procurada dentro da dinâmica de casal, pois a mediação masculina com o mundo externo, como é descrito pela literatura sobre as normas familiares revisitadas anteriormente, se faz ausente. Se for verdade que, no casamento, a mulher está objetivamente inserida numa situação de dependência em relação ao cônjuge, por causa da "apropriação da força de trabalho da mulher pelo homem" e do reflexo das relações desiguais de sexo[32] (SINGLY: 103-104), será que a ausência do cônjuge da mulher chefe de família monoparental significaria a capacidade de uma maior autonomia? Como seria possível, porém, buscar a autonomia dentro da condição de vulnerabilidade socioeconômica?

Para as mães do meio urbano, cujo parceiro é ausente, não há dúvida de que não há outra pessoa além delas para prover a família materialmente, e de que o trabalho é constitutivo de sua identidade. Aquelas que nunca viveram na conjugalidade são as que mais reúnem condições para uma atuação profissional contínua, pois, sem ter vivido a condição de esposa, não se viram na situação de interromper sua atividade .

No entanto, quando se trata de jovens, principalmente da camada social

[32] Tal afirmação pode ser questionada para várias situações, como a do desemprego do marido, a de uma maior renda trazida pela esposa, a relação étnica e cultural entre o casal, etc..

menos privilegiada, que devem interromper seus estudos por causa da maternidade, a condição sofre alterações fundamentais quanto à capacidade de autonomização, em razão da falta do diploma requisitado para garantir sua inserção no mercado de trabalho.

As separadas e as divorciadas, que interromperam ou reduziram a proporção do trabalho para atender as as obrigações domésticas, vêem-se em situação de "refazer sua vida". A trajetória posterior à ruptura é fortemente influenciada pelas vantagens (em francês, *atouts*) que esta possui, como o diploma e a formação, as ajudas familiares que pode receber, a maneira como a separação fora conduzida, amigável ou não, com possibilidade ou não de manter uma relação de coparentalidade, por exemplo.

Nesse sentido, as mães sem cônjuge da camada social de baixa renda possuem maior probabilidade de sofrer os efeitos negativos da monoparentalidade e de tornar-se dependentes das políticas sociais por causa da limitação de seus recursos socioeconômicos. O Estado previdência intervém, então, nos efeitos das novas configurações familiares, assumindo concomitantemente o risco de criar uma população dependente em nome da independência do indivíduo. Como coloca Singly (Op. Cit.: 37):

> *" L´Etat intervient donc fortement dans les nouvelles règles du jeu domestique, conformément à la thèse d´Emile Durkheim, en autorisant la diminution de la dépendance des femmes vis-à-vis des hommes, en prenant en charge en contrepartie les effets de cette baisse, quitte à augmenter la dépendance de certaines femmes, de certains groupes domestiques vis-à vis de l´Etat".*

Singly (Idem) cita a pesquisa realizada por Lefaucheur que, ao comparar os

domicílios monoparentais de diferentes países e suas políticas sociais, constatou que, em países como os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, a porcentagem da faixa “pobre” da categoria família monoparental era três a quatro vezes mais elevada que a categoria casal com filhos dependentes. Concluiu, também, que a proteção garantida pela ação das transferências sociais a esses domicílios é considerável, pois, em países como a França e a Alemanha Federal, na época, em torno de metade dos domicílios monoparentais puderam sair da categoria “pobre” depois do recebimento do benefício (Idem).

5. Pobreza e condições de vida das mulheres chefes de família monoparental (a questão da feminização da pobreza)

A preocupação quanto ao efeito da monoparentalidade feminina no sentido da pauperização das mulheres e dos seus filhos tem sido fundamento da elaboração de políticas sociais direcionadas às famílias monoparentais, na França, desde os anos 70 e no Japão, desde os anos 50. No Brasil, apesar da ausência de políticas sociais dirigidas especificamente às famílias monoparentais, as mulheres chefes de família formam o público privilegiado dentro das políticas públicas (Sorj e Fontes, 2008: 15). Na medida em que o crescimento dos domicílios monoparentais femininos é contínuo nesses três países, a questão da pobreza das mulheres chefes de família sem cônjuge permanece no centro do debate, no caso dos países onde já se discutia a questão, assim como passa a ser o novo foco do discurso sobre a pobreza, no Brasil (Idem; EYDOUX e LETABLIER, 2007; SINGLE MOTHER´S FORUM, 2003).

As desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, comuns entre os três

países, como a concentração do emprego das mulheres em segmentos tradicionalmente femininos e de serviços menos bem remunerados (LAVINAS e NICOLL, 2005: 5; VOISIN, 2007; NWEC, 2006: 40), o salário menor em relação à média masculina[33] (DAUNE-RICHARD, 2007), a maior taxa de desemprego[34] (GUIMARÃES, 2004; DAUNE-RICHARD, idem), as dificuldades de conciliar os cuidados diários dos filhos e o trabalho (Ibidem; SORJ, FONTES e MACHADO, 2007; SHIMPO, 2003), levam a supor que a renda dos domicílios monoparentais femininos seja reduzida em comparação com a dos domicílios que contam com um provedor masculino. Para as mulheres de baixa escolaridade e qualificação, acrescenta-se a tendência a se concentrar no setor informal, no caso do Brasil, e no trabalho em tempo indeterminado e/ou parcial, no caso da França e do Japão (HIRATA, 1998; NWEC, Op. Cit.). Tais fatores fundamentam a hipótese da pauperização das famílias monoparentais e, conseqüentemente, a da feminização da pobreza por meio da monoparentalidade, tanto nos discursos oficiais,[35] como em outros discursos públicos, como pesquisas acadêmicas, debates promovidos por associações e a mídia (DAVID *et alii*, 2004; EYDOUX e LETABLIER, 2007; SORJ e FONTES, 2008; SUGIMOTO, 2004; NAKATA *et alii*, 1997).

Estudos de Eydoux e Letablier (2007: 32) apontam as famílias monoparentais francesas[36] (inclusive os DOM, departamentos de além mar) como "particularmente expostas à pobreza". Trata-se de uma combinação entre precariedade familiar (ausência de solidariedade familiar) e de emprego, que é canalizada para diversas

[33] Na França, o hiato salarial entre homens e mulheres é de 19% (Daune-Richard, 2007); no Brasil, de 25% (Lavinas e Nicoll, 2005) e no Japão, 34,3% (NWEC, 2006).
[34] A taxa de desemprego das mulheres chefes de família é, conjuntamente, alta . Na França, essa porcentagem é de 25,9% contra 13,4% dos homens chefes de família (SILVERA, 2002, p. 117).
[35] Como apontam, por exemplo, o relatório da Comissão externa da feminização da pobreza do Senado brasileiro e o estudo da delegação do Senado francês, em 2005 (Comissão externa da feminização da pobreza do Senado Federal; EYDOUX e LETABLIER, 2007: 32).
[36] Embora as autoras não façam a desagregação por sexo do chefe de família, as famílias monoparentais cujo chefe é mulher representa 85% (www.social.gouv.fr/femmes, 2002).

formas e faces da pobreza. São elas: pobreza monetária, pobreza administrativa, pobreza ligada à condição de moradia e pobreza ligada à fragilidade dos laços sociais (Idem).

Nessa pesquisa, a escassez do ponto de vista monetário é particularmente elevada: as famílias monoparentais, que representam 7% do total dos domicílios, constituem 20% dos domicílios pobres (Idem: 33). As mães inativas dessas famílias são as mais empobrecidas em relação às mães monoparentais ativas e pais monoparentais, de modo geral (Idem).

Da mesma forma, as famílias monoparentais são sobre-representadas entre a população beneficiária das políticas sociais. Quase um terço dos chefes de família monoparental são beneficiários dos *minima* sociais, como o *revenu minimum d´insertion* - RMI e o *allocation de parent isolé* – API.

Ainda, o número das famílias monoparentais beneficiárias do RMI registrou um crescimento mais rápido que o resto dos domicílios beneficiários. A variação é de 56% contra 33%, em dez anos (1994 a 2004)[37]. Ainda, a condição de moradia das famílias monoparentais é menos favorável que a dos casais com filhos. São principalmente as mães solteiras que se concentram nas moradias sociais e têm menos acesso à propriedade, enquanto as divorciadas, as viúvas e os pais sozinhos têm acesso mais fácil às moradias privadas e à propriedade (Idem: 38). Por fim, a fragilidade dos laços sociais, conjugada à dificuldade de inserção no mercado de trabalho faz das famílias monoparentais uma população potencialmente vulnerável do ponto de vista das ajudas familiares e de outras redes de relações.

Um estudo mostrou que as ajudas que elas recebem possuem um efeito

[37] No Japão, há uma evolução contrária da representação das mulheres chefes de família como beneficiárias das políticas sociais, apesar de elas fazerem parte da população mais precarizada (SUGIMOTO, 2004). Veremos sobre essa questão mais atentamente no capítulo 5.

tímido sobre a redução da taxa de pobreza monetária (Chambaz *apud* EYDOUX e LETABLIER: 40).

Lefaucheur afirmou que diversos fatores socioeconômicos interferem no "efeito de monoparentalidade" (LEFAUCHEUR, 1988: 37), ou seja, nas alterações materiais, sociais e psicológicas das crianças que vivem a experiência da partida, em vida ou pela morte, de um dos pais (Idem). Assim, corrigindo a si mesma sobre o que mencionou no passado a respeito do empobrecimento das famílias quando se tornaram monoparentais, em comparação aos domicílios biparentais (e recompostos), a socióloga afirma que "não se deve explicar a pauperização relativa das famílias monoparentais pelo único efeito da monoparentalidade" (Idem).

A autora chega a tal conclusão depois de medir a qualidade de vida material das famílias monoparentais (masculinas e femininas) por meio do do nível salarial e da taxa de propriedade de patrimônio. Os fatores que pesam, no nível socioeconômico de um domicílio, para um responsável variam, portanto, de acordo com a idade, sexo, etnia, tipo de engajamento conjugal antes da monoparentalidade, adicionados ao número de crianças e à situação profissional.

A autora pondera também que o "custo do casamento e da paternidade/maternidade" é baixo para os homens e alto para as mulheres que se tornam chefes de família monoparental. O ingresso destas no mercado de trabalho é, em razão do distanciamento causado pelo papel de dona de casa, assumido no contexto da divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, para as mães solteiras que nunca viveram situação matrimonial e que continuaram sua participação no mercado de trabalho, apesar da maternidade, delegando os cuidados dos filhos à creche e outros mecanismos de apoio, a probabilidade de ganho salarial seria maior que a média do salário feminino

(Idem: 39). Contudo, há sempre que levar em conta que o trabalho precário que as mulheres pobres e de baixo nível de escolaridade são sujeitas a exercer.

As mulheres que viveram muito tempo na conjugalidade, por sua vez, têm mais probabilidade de ter firmado um patrimônio com o cônjuge, o que as prejudica menos em caso de viuvez, sobretudo quando a idade é avançada. Dessa forma, a situação "pré-monoparental" aparece como o real determinante para definir a vida após a ruptura: se a família será pobre, marginalizada ou considerada portadora de riscos sociais.

Nos anos 80, a autora já alertava para a importância de distinguir diferentes efeitos da monoparentalidade, a fim de que as reais causas da pobreza não sejam veladas (Idem).

No Brasil, duas linhas de argumentação estão de acordo com as observações de Lefaucheur e questionam uma conclusão precipitada da feminização da pobreza em razão da monoparentalidade, no sentido de relativizar sua posição na sociedade em termos de destituição.

Lavinas e Nicoll (Op. Cit.: 22) procuraram responder à pergunta: "qual o fator que mais contribui para uma família ser vulnerável, se ter crianças ou ser chefiada por mulheres sozinhas, que, por sua inserção menos favorável no mercado de trabalho e oportunidades de emprego mais restritas, acabariam limitadas no desenvolvimento do seu potencial produtivo?". Foram apresentadas três constatações por meio de uma pesquisa quantitativa com base nos dados da PNAD/ IBGE de 2003 (Idem: 23):

> 1) O sexo da pessoa de referência na família não é variável forte para determinação da vulnerabilidade, ou seja, uma família chefiada por uma mulher sozinha ou por um homem, com ou sem cônjuge, tem iguais chances

de ser ou não vulnerável[38];

2) a chance de uma família com crianças ser vulnerável é muito alta (independentemente do sexo da pessoa de referência);

3) as chances de uma família biparental com filhos estar em situação de vulnerabilidade são mais altas que naquelas chefiadas por uma pessoa sozinha.

Os autores enfatizam, porém, que não se deve interpretar que as mulheres chefes de família monoparental não sejam expostas à vulnerabilidade, mas que sua intensidade é menor em relação aos domicílios constituídos por um casal (Idem: 24). Assim, da população que faz parte dos 10% mais pobres, 48% é casal com filhos, 37% mães sem cônjuge, 6% unipessoal, 5% casal com filhos e 4%, outros.

O custo social da conjugalidade (que os autores qualificam como relações de subordinação e dependência) para as mulheres aparece em todas as classes de renda: "na posição de cônjuge, a inserção feminina no mercado de trabalho mostra-se mais desfavorável que para as chefes" (Idem: 19). Tal custo seria, inclusive, maior que aquele da maternidade e dos cuidados com os filhos. Para os autores, o aumento da renda do cônjuge que ganha menos independentemente do sexo, é mais eficaz para o combate à pobreza, pois o aumento da renda deste tem mais peso para reduzir a probabilidade de uma família ser vulnerável que um aumento proporcional na renda do chefe da família. Como a maioria dos cônjuges de menor remuneração são mulheres, trata-se também do combate à desigualdade entre os sexos. Dessa forma, o que restringe o potencial de trabalho é o efeito conjugalidade, mais que a maternagem (cuidados dos filhos). Aliás, a alta taxa de atividade das

[38] Os pontos um e dois aparecem como o oposto da relação que se estabelece entre pobreza e composição familiar no Japão. Ver mais adiante sobre a questão da pobreza no Japão.

mulheres chefes de família comprova que a existência das crianças não é empecilho para a atividade profissional (a não ser para as mulheres extremamente pobres).

Para os autores, mais que transferências de renda a famílias socialmente vulneráveis, as políticas públicas adequadas para ampliar a capacidade produtiva das mulheres e ampliar sua autonomia seriam as de conciliação entre trabalho e família mediante "investimento na escola em tempo integral, com ensino de qualidade", assim como a ampliação da educação infantil (Idem: 25).

Sorj e Fontes (2008) questionam a visão altamente disseminada no discurso público sobre a relação causal entre estrutura familiar e pobreza/vulnerabilidade, chamando a atenção para risco de equívocos em relação à definição do público alvo das políticas públicas. Para elas, no discurso propagado nesta última década, as famílias chefiadas por mulheres são abordadas como "responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza, que afeta as oportunidades de vida das crianças"; ou seja, elas são apontadas como responsáveis por colocar em risco o bom desenvolvimento das crianças (Idem: 1).

As autoras mostram que, se é verdade que as famílias chefiadas por mulheres com pelo menos um filho de menos de 15 anos possuem a menor renda *per capita* entre todos os tipos de família com filhos dessa faixa etária, apresentando os percentuais mais elevados de pobreza de renda[39], isso não significa que os filhos sofram as conseqüências dessa desvantagem, que é monetária.

Sorj e Fontes mostram também que, apesar de as famílias biparentais alcançarem um nível de renda superior, não significa tampouco que os filhos possam ter melhores oportunidades, já que a renda monetária não é o único

[39] As famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge representam 55,7% entre todas as famílias pobres com pelo menos um filho até 15 anos e 33,5% entre as famílias indigentes da mesma condição, sendo que as famílias biparentais compõem 37,8% das famílias pobres e 13,9% dos indigentes (o resto das condições sendo iguais).

indicador de bem-estar. As autoras consideraram as condições dos domicílios[40], o nível de escolaridade dos filhos e a presença do trabalho infantil como indicadores de comparação do nível de pobreza entre diferentes tipos de família para concluir que, apesar de a renda média das famílias chefiadas por mãe sem cônjuge ser inferior à das famílias com o casal, cujo chefe é homem, as condições de domicílio são superiores, o trabalho infantil faz-se menos presente e, no caso do Nordeste, o atraso escolar e o analfabetismo são menores (Idem: 16).

Nessa linha de pensamento, as famílias monoparentais cujo chefe é mulher não são as mais propícias a serem responsáveis pela reprodução da pobreza das gerações futuras, o que leva a refutar a hipótese da pauperização das famílias monoparentais e da feminização da pobreza. Sua pobreza de renda deve ser levada em consideração, mas o foco somente nesse aspecto faz deixar de atender um público importante, que se situa numa vulnerabilidade mais ampla.

Tanto a tese de Lavinas e Nicoll como a de Sorj e Fontes fazem transparecer, inesperadamente, a posição vulnerável das cônjuges e das crianças das famílias conjugais com filhos dependentes. Na perspectiva das relações de gênero, são elas que aparecem como as mais vulneráveis e invisíveis. Lembrando a lógica dos "conflitos cooperativos" apontados por Sen (1990), a hierarquia da divisão sexual do trabalho e o alto grau de identificação da dona de casa com a família faz com que sua tendência seja de ceder aos interesses do chefe de família e dos filhos e de privar-se de sua individualidade (Idem: 126).

Como afirmou Sen (1998), a liberdade é fundamental para ampliar as capacidades do agente e, nesse sentido, um número não negligenciável de

[40] Em termos de serviços básicos, como acesso ao esgoto, água canalizada, coleta de lixos, energia elétrica, telefone fixo; de densidade habitacional e de material de construção; posse de bens duráveis como televisão, geladeira, fogão e filtro de água; presença de novas tecnologias de comunicação como computador, internet, telefone celular (SORJ e FONTES, 2008: 6-9).

mulheres parece passar a obter tal condição para um melhor controle sobre suas vidas e de seus filhos, quando tomam a rédea da família. Macêdo (2001, 70-71), ao pesquisar o universo das mulheres chefes de família em Salvador, Bahia, constata que a substituição da figura masculina por uma figura feminina para assumir a responsabilidade do lar não implica, necessariamente, uma carência econômica maior para essa unidade doméstica e questiona também discussões em torno da pauperização automática das famílias cuja mãe é a única provedora de renda.

Isso não descarta o fato de que ser mulher e chefe de família em condições de precariedade material seja uma dura realidade, mas a autora aponta também que é fato, para muitas dessas mulheres, que a saída do homem significa o "resultado de um amadurecimento", da superação da difícil fase de ter um marido que lhes causava problemas (Idem: 77). São nesses momentos que a mulher adquire confiança em si e "deixa de se enxergar como vítima das circunstâncias, assumindo cada vez mais o papel de protagonista de sua história e dona de si" (Idem: 78).

Dessa forma, a promoção do acesso à renda deve ser pensada como um meio para ampliar a capacidade das pessoas, no sentido da autonomização. Assim, as políticas públicas devem combater o que impede o desenvolvimentoda capacidade dos indivíduos em situação de pobreza, a fim de que eles, exercitando suas faculdades, possam superá-la

O efeito das políticas públicas sobre a mulher pode, por sua vez, ser relativo, dependendo do princípio que está subjacente nos programas. Sorj (2008) examinou o efeito das políticas públicas – Bolsa Família e Educação Infantil – na ampliação da autonomia das mulheres e chegou à conclusão de que o programa Bolsa Família, apesar de proporcionar uma certa capacidade de consumo das mulheres, é um

programa tímido para a autonomia delas, por não proporcionar mecanismos de sair de uma relação de dependência[41]. Um programa de formação, por exemplo, se faria necessário para capacitá-las para mercado de trabalho (Idem).

Diferentemente, a Educação infantil (ou as políticas de conciliação), proporciona um efeito positivo no sentido de permitir a continuidade da participação da mulher no mercado de trabalho que, por sua vez pode manter o nível de salário, entre outros benefícios (Idem).

No Japão, o tímido surgimento de famílias monoparentais femininas (2,7% de todos os domicílios, sendo que a idade de pelo menos um filho dependente é de menos de 18 anos) pode sugerir que estas não sejam responsáveis pelo fenômeno da feminização da pobreza. Segundo Sugimoto (2004: 87-88), a solidariedade familiar que permite o retorno à família de origem após uma separação (às vezes, como fase de transição até a oficialização do divórcio) e o estigma contra as mães fora de uma relação matrimonial agem como fatores inibidores à decisão de separação. Por outro lado, o crescimento do divórcio e da maternidade celibatária faz alguns autores alertarem para o fato de que haverá uma real ampliação de mulheres pobres no país no futuro próximo, em razão da monoparentalidade (TACHIBANAKI, 2007: 74).

As mulheres chefes de família monoparental fazem parte da população tradicionalmente pobre, ao lado do surgimento dos novos pobres (jovens e trabalhadores informais, na maior parte solteiros, de ambos os sexos) nestes últimos dez anos, isto é, após o agravamento da crise econômica de meados dos anos 90.

[41] Da sua exposição realizada na Fundação Carlos Chagas (São Paulo) em maio de 2008 sobre efeitos das políticas públicas na ampliação da autonomia das mulheres.

Elas formam, também, desde o pós-guerra, a população assistida pelatransferência de renda e pelos empréstimos públicos, primeiro destinados às viúvas. Com o rápido crescimento das divorciadas, em meados dos anos 60, estas foram inclusas, junto com as mães solteiras (SHIMPO, 2003: 13), na categoria “família monoparental feminina com separação em vida” (*ribetsu boshi katei,* em contraste ao *shibetsu boshi katei*).

Segundo o relatório sobre famílias monoparentais femininas do Ministério do Bem-Estar e do Trabalho, em 2005, a renda média anual desses domicílios, com filhos dependentes menores de 18 anos, foi de 2.246.000 ienes (aproximadamente 19.530 dólares, incluindo a renda vinda de políticas de transferência de renda e pensão alimentar), enquanto a da total dos domicílios fora de 5.797.000 ienes (aproximadamente 50.409 dólares).

O economista Tachibanaki (2007: 71-78) comparou a taxa de pobreza de renda (calculada *per capita*) de 1995 e de 2001, segundo tipo de domicílio, cuja tabela reproduzimos abaixo. É possível constatar com base nos dados apresentados que domicílios não compostos por um casal eram os mais pobres em 2001. Aqueles compostos por uma mulher sem cônjuge e com filhos registraram taxa de pobreza maior, de 53%, seguidos de domicílios unipessoais idosos (mais de 65 anos para homens e mais de 60 anos para mulheres), de 43% e unipessoais, de 26,9%. A alta taxa de pobreza dos idosos unipessoais mostra que a geração recente não conserva mais os valores confucianistas que fundamentavam as relações sociais dos japoneses até pouco tempo. O fato de que a taxa de pobreza dos domicílios compostos por três gerações, do tipo de “família japonesa tradicional”, era somente de 8,4%, uma das mais baixas entre todos os domicílios estudados. Esse dado mostra que a coabitação com a geração dos avós protege os indivíduos de um grau

importante da pobreza. Os domicílios compostos por casal e filhos são também os mais protegidos. Aqueles compostos por um casal e dois filhos são os menos pobres de todos os domicílios: 7,3%.

Ainda segundo essa pesquisa, a taxa de pobreza aumenta, em seis anos, passando de 15,2% a 17% entre 1995 e 2001, o que significa um aumento de quase dois pontos percentuais. Seu movimento, contudo, varia muito em função do tipo de família. Os domicílios compostos por casal com filhos tendem a homogeneizar-se e diminuir sua taxa de pobreza (entre 7,3% e 8,9% em 2001, quando variava entre 6,7% e 12,9% em 1995), o que mostra uma certa impermeabilidade em relação à pobreza ao longo do tempo.

Os domicílios unipessoais não-idosos são os que demonstraram aumento mais importante, de 20% em 1995 a 26,9% em 2001. Segundo o autor, esse fenômeno é reflexo do aumento da precariedade entre os jovens de menos de 29 anos, mais vulneráveis à crise do emprego, desde meados dos anos 90 (Idem: 73). Tachibanaki também afirma que a taxa de desemprego dos jovens entre 15 e 24 anos é a mais alta, registrada em torno de 9% (Idem: 76). Em relação às famílias monoparentais femininas, sua taxa de pobreza mantém-se alta, com uma diminuição de pouco mais de dois pontos percentuais em seis anos: 55,3% em 1995 e 53% em 2001.

Como na França e no Brasil, a pobreza de renda das mulheres chefes de família monoparental no Japão é significante. No entanto, a leve diminuição, sobretudo quando a taxa geral é crescente, mostra que não houve, nesses seis anos, maior pauperização dessa categoria, como no caso da categoria unipessoal não-idosa.

Tabela 1: Evolução da taxa de pobreza* por tipo de domicílio

	1995	2001
	Taxa de pobreza	Taxa de pobreza
Todos os tipos de domicílios	15,2%	17,0%
Tipos de domicílios		
Casal com mais de três filhos	12,9	8,9
Casal com dois filhos	6,7	7,3
Casal com um filho	10,4	8,5
Casal sem filhos	10,0	10,8
Unipessoal (exclui idosos)	20,0	26,9
Casal idoso	21,7	20,5
Unipessoal idoso	47,9	43,0
Monoparental feminino	55,3	53,0
Coabitação entre três gerações	8,5	8,4
Outros	16,9	20,1

Fonte: "Pesquisa sobre distribuição de renda 1996, 2002" por Tachibanaki. T..

**Linha de pobreza: Valor mediano da renda* per capita*. 1995=142,0 2001=131,1*

Iwata (2007: 146) aponta que a pobreza atinge especialmente a população que está às margens da norma familiar (além de possuir baixa escolaridade). Isso significa que um adulto sozinho (com filhos ou não), do qual se espera que seja casado e tenha filhos, possui forte possibilidade de viver precariamente. Tal hipótese confirma-se nos resultados de Tachibanaki, em que casais com filhos registram a menor taxa de pobreza. Estar fora do matrimônio representa uma desvantagem social particular.

Do ponto de vista da condição de moradia das famílias monoparentais femininas, uma minoria de 26,6% é proprietária e, da maioria, 66,7% é composta por viúvas, e 17,3% por divorciadas, separadas ou mães solteiras (SHIMPO, Op. Cit.: 15). Como no caso francês, estas últimas categorias de mulheres chefes de família mostram-se mais vulneráveis do aspecto da moradia.

A monoparentalidade combinada com a precariedade é sentida como um fardo para certas mulheres. Tomemos, como exemplo, os resultados da enquete realizada pela ONG Single Mother´s Forum em 2002, com 283 respostas válidas. Em relação à pergunta "Como você sente que está sua vida hoje?", 29%das mulheres responderam que é "sofrido", 36%, "mais ou menos sofrido", 26% "normal", 6% "mais ou menos confortável" e 2%, "confortável" (SINGLE MOTHER´S FORUM, 2003). Em relação à ajuda de familiares, (financeira, de moradia, nos afazeres domésticos e nos cuidados com crianças), 52% diz receber alguma ajuda atualmente, 25% já recebeu no passado e 23% nunca recebeu (Idem: 4).

A inquietação da pobreza das famílias monoparentais femininas tomou corpo no Brasil a partir do momento em que estas foram incorporadas como principal clientela das novas políticas sociais brasileiras (SORJ e FONTES, Op. Cit.: 15), em congruência com a idéia da pauperização como efeito da monoparentalidade, adotada por outros países que possuem serviços públicos direcionados às famílias monoparentais femininas.

A constatação do efeito da conjugalidade, para as esposas e companheiras principalmente, tem efeito positivo para a elaboração de políticas sociais com uma visão mais ampla das relações gênero. Dessa forma, o combate à desigualdade entre os sexos não passa somente pela elevação da renda das mulheres que já se tornaram chefes de família monoparental, deve incluir essa categoria de mulheres que até agora eram invisíveis. Tal percepção permite o empoderamento das cônjuges, que teriam maior liberdade de decidir sobre a maneira como querem levar sua vida e, se optarem por uma separação, estarão mais preparadas para assumir, sozinhas, a responsabilidade da família.

Além das diferentes formas de pobreza – real – das mulheres chefes de família monoparental, é preciso que levar em conta a diferença de pobreza entre os países dos hemisférios norte e do sul. As mulheres chefes de família dos países desenvolvidos, ajudadas pelas políticas sociais mais consistentes, situam-se na posição de pobreza relativa, enquanto nos países emergentes, cuja distribuição de renda é extremamente desigual, a inserção das mulheres chefes de família faz-se de forma distinta.

SEGUNDA PARTE: A PESQUISA EMPÍRICA

Apresentação

A segunda parte é dedicada à apresentação dos aspectos que foram possíveis resgatar com base nos relatos de vida de mulheres que formaram uma família dita monoparental. Dessa forma, procuramos compreender suas ações e decisões, para garantir autonomia e as estratégias de sobrevivência que estão ao seu alcance, no contexto das relações sociais em que essas mulheres estão inseridas.

Seria também oportuno refletir, 50 anos depois a aparição da obra de Richard Hoggart sobre a cultura dos pobres na Inglaterra e 12 anos depois da publicação da obra de Cynthia Sarti (1996) sobre a moral dos pobres, se o casamento ainda representaria a forma de respeitabilidade e autonomia moral dos adultos por excelência, como observaram os autores em bairros populares de seus respectivos países.

No caso de nosso estudo, interessa-nos, principalmente, a implicação das relações matrimoniais e sua crise na vida da mulher da camada popular, inclusive quando as ligações afetivas entre o casal se tornam mais marcadas pela negatividade, freqüentemente expressa pela violência, verbal ou física. A mãe que quer recusar tal relação e que assumiu sozinha a criação de seus filhos na condição de chefe de família monoparental estaria limitada a arcar com o seu erro ou falha de não ter sido capaz de prosseguir o matrimônio?

Temos a hipótese de que houve ,de fato, mudanças, principalmente em

razão da ampliação do contingente de mulheres ativas no mercado de trabalho, que foi reforçado ao longo dos anos noventa e à adoção de novas políticas pelo poder público, como a de transferência de renda. O fato de a mulher possuir renda própria, apesar de pequena, estimula políticas de distribuição monetária e de ampliação de centros de educação infantil, que a permitem trabalhar. Isso permite com que elas sejam menos dependentes da renda do marido – que, dessa forma, perde o lugar de único provedor – e sejam mais autônomas para criar sozinhas seus filhos. Conquistas do movimento feminista, como o surgimento de Delegacias da Mulher no Brasil, centros de referência da mulher nos três países, campanhas e criação de abrigos para vítimas de violência doméstica, também nos três espaços nacionais contribuem fortemente para a construção dessa autonomia. Apesar de o casamento permanecer como “ideal” para muitas mulheres, ou pelo menos, estar presente no seu horizonte, o aprofundamento dos saberes que passam a obter quando começam a circular no espaço público, leva-as a constatar que há alternativas ao modelo familiar tradicional.

A segunda parte consiste na apresentação da metodologia de pesquisa empírica adotada, e, em seguida, na descrição e a análise dos resultados das investigações por país: Brasil, França e Japão.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE PESQUISA EMPÍRICA

Apresentamos, neste capítulo, a metodologia de pesquisa empírica adotada nos três países. Em primeiro lugar, descrevemos o método que foi empregado para ter acesso às mulheres na condição de monoparentalidade e, em segundo, o procedimento no qual pautamos a condução das entrevistas, a técnica do "relato de vida".

A pesquisa a que nos propusemos permitiu a entrada em um universo da classe popular desconhecido até então. No Brasil, por exemplo, mesmo que se tenha algum contato freqüente, na vida cotidiana, com pessoas da camada pobre, como no caso da presença de uma empregada de serviços domésticos, não se pode dizer que se conhece seu modo de vida, muito menos suas relações sociais. Para tal, é preciso ir até seu bairro e penetrar na intimidade do seu lar.

Apesar de explicarmos, desde o primeiro contato, que se tratava de uma pesquisa para nossa tese de doutorado, tememos a influência negativa que a presença de uma pesquisadora pertencente à outra classe social poderia causar à população, isto é, a desconfiança de que queríamos explorar sua condição precária, desconfiança essa muitas vezes dirigida aos jornalistas e intelectuais (ZALUAR, 1985: 15-16). De fato, fomos questionadas por algumas mulheres, tanto no Brasil como na França, se não éramos da área jornalística. Na França e no Japão, nossa promessa de não revelar suas identidades foi solicitada. Não se tratava somente da aproximação de uma população desconhecida, mas também de abordar as questões íntimas da conjugalidade e de sua ruptura, que, para algumas, significava expor o que elas consideravam como sua infelicidade ou seu fracasso.

O acesso aos informantes foi realizado, essencialmente, por meio de instituições públicas, semipúblicas e associações. Apresentações individuais ajudaram a completar a amostra. É apropriado mencionar que, na fase inicial da pesquisa, programávamos um número maior de mulheres chefes de família a serem entrevistadas, sendo a meta em torno de vinte por país. No entanto, o número reduzido, presente nesta pesquisa, deve-se ao fato de que algumas entrevistas levaram um tempo muito além do previsto e necessitaram de repetidos encontros. O retorno era necessário para complementar informações que escapavam, numa primeira entrevista, e que eram importantes.

Segundo Bertaux (1997: 15), as mães chefes de família monoparental fazem parte das "categorias de situação", objeto social que favorece a abordagem etno-sociológica. Como expõe o autor, mesmo que as mulheres não pertençam ao mesmo mundo social, ou não exerçam um tipo de atividade em comum, elas vivem uma situação social que gera limitações e lógicas de ação compartilhadas entre elas, pois a situação é percebida com base em um esquema coletivo.

Nesse intuito de resgatar o contexto social em que se insere o sujeito, extrapolando suas falas, era fundamental que as entrevistas fossem conduzidas na residência das mulheres. No campo brasileiro isso foi possível em todas as entrevistas, mas não foi o caso na França e no Japão, onde algumas mulheres não aceitaram essa condição.

Diante de uma solicitação por parte de uma "intrusa" carregada de sentidos – uma pessoa pertencente ao universo acadêmico, de classe média, estrangeira (do ponto de vista das francesas e japonesas[42]) – as atitudes das entrevistadas foram

[42] Apesar de falar um japonês fluente, o nosso sobrenome denuncia nossa origem estrangeira para os japoneses, sensíveis aos que são de fora (os estrangeiros) e de dentro (os japoneses).

claramente distintas em cada um dos três países. As razões para tal contraste comportamental são compreendidas por meio de uma análise sobre o comportamento dos indivíduos, baseada em uma explicação cultural em dois níveis: o sistema de valores compartilhado por uma determinada sociedade, que ultrapassa as fronteiras de classe (Japão); e a cultura da classe popular, contrastante, por sua vez, em razão da estrutura da sociedade (Brasil, França).

Assim, as japonesas que recusaram nossa visita domiciliar agiam conforme a noção do "*uchi* (dentro)" e "*soto* (fora)"[43], em que, numa clara marcação de fronteira entre dois territórios, a primeira representa a casa e a família, e a segunda, o negativo e o perigoso (ORTIZ: 2000: 62). Como esclarece Ortiz (Idem), "pode-se entender *uchi* e *soto* como categorias de classificação do real, elas têm um valor cognitivo e ético, configuram o pensamento e orientam a ação". Admitir a entrada de uma desconhecida em sua casa seria, então, um ato transgressor para a configuração mental das japonesas com as quais entrei em contato.

De fato, as mulheres que conhecemos por meio da associação de mães chefes de família monoparental foram as que nos deixaram entrar em suas casas, graças a um sentimento de confiança em torno de uma situação social compartilhada (a experiência de ser mãe e separada), construído através de encontros e reuniões organizadas pela associação. Mesmo assim, das 13 solicitações feitas, apenas 5 foram aceitas.

As razões alegadas para a recusa eram: "a casa não estava arrumada", na maioria dos casos, mas também: "gostaria de sair de casa de vez em quando", "tem os olhares da vizinhança" e porque, por morarem com os pais, não ficariam à vontade com a presença deles. Duas entrevistas foram realizadas em grupo, a

[43] O que não deve ser confundido com a noção do público e privado japonês, pois, se *uchi* (a casa e a família) faz parte da esfera privada, *soto* não representa a esfera pública no sentido empregado por filósofos como Arendt e Habermas.

pedido do coordenador da associação a que as mulheres eram vinculadas.

Já no caso das francesas, algumas recusas das entrevistas domiciliares levam a uma explicação baseada na atitude da classe popular, que diferencia as pessoas que pertencem e não pertencem à família, descrita por Hoggart[44] (1970: 68):

> *"L´accès au foyer est assez strictement réservé à la famille au sens large et à ceux qui "sont quelque chose pour nous" et qui viennent de temps à autre pour bavarder un peu ou seulement pour 's´asseoir un moment en passant'".*

Concretamente foram 8 das 13 mães entrevistadas que aceitaram o encontro em sua residência. As que solicitaram um local alternativo alegaram que o apartamento estava desordenado, era o dia da visita do pai ao filho ou simplesmente solicitaram que o encontro fosse realizado em um local externo.

Quando não era possível entrevistar nas residências, o encontro fez-se em locais públicos, nas dependências das associações às quais as mulheres eram ligadas, e, inclusive, em "cafés". O fato de estar em locais públicos, como o "café", suscitou uma certa tensão por parte das entrevistadas, que temiam ser ouvidas por terceiros. A não realização das entrevistas nas residências de algumas mulheres introduziu outra limitação fundamental para o estudo etnológico, que é o registro gravado das falas: o barulho nos locais públicos atrapalhava a audição da gravação.

A aceitação geral por parte das brasileiras, de outro lado, demanda uma explicação sobre as especificidades da cultura brasileira e de sua classe popular. Uma das razões que é possível supor é a relação de confiança que existe entre a

[44] Hoggart (1970: 48-49) descreve a classe popular inglesa à qual ele mesmo pertenceu, em sua publicação original de 1957 da "The use of litteracy", traduzido em francês com o título "La culture du pauvre", mas é possível estender tal atitude para a classe popular francesa, se nos basearmos na afirmação do autor de que subsiste, na classe popular, uma visão de mundo que permeia as gerações e, muitas vezes, os países.

agente comunitária de saúde que intermediou nosso encontro com as mulheres que atende. Contudo, as entrevistadas poderiam ter solicitado um local neutro, como uma das salas do posto de saúde.

Os relatos tiveram duração que variou de duas a sete horas, variações que dependeram da idade (as mais velhas tinham mais acúmulo de experiências), da personalidade, da diversidade de acontecimentos na vida das entrevistadas, tipo de atuação de cada uma e do modo pelo qual a entrevista foi conduzida, o que mencionamos a seguir.

1. O acesso às informantes

1.1. Brasil

Iniciamos a pesquisa de campo no Brasil no final de setembro de 2005 e seu término ocorreu em junho de 2006. Realizamos entrevistas com 12 mulheres chefes de famílias monoparentais de baixa renda e uma de classe média, porém, de origem popular, em três bairros da zona leste da cidade. Para efeito de comparação, foram também realizadas entrevistas com cinco mães com cônjuge dos mesmos bairros. Realizamos também entrevistas com duas assistentes sociais funcionárias públicas e duas assistentes sociais de um centro de referência da mulher.

Foram 30 idas para a zona leste de São Paulo (duas horas de trajeto da nossa residência, na média) entre primeiros contatos, entrevistas, coletas de informação, participação em atividades de associações (debate, seminário, atividades de costura, eventos comunitários) para captar o universo e os vários

espaços em que transitam as mulheres que compõem o objeto deste estudo.

Devemos mencionar que a pesquisa na periferia da cidade de São Paulo não teria sido levada de modo tão eficaz e profundo se não fosse à rica interlocução com Robert Cabanes, do Institut de Recherche sur le Dévelopment-IRD (França), e sua assistente, Silvia Miranda Ferreira, que já atuavam nos bairros da zona leste da capital. Graças a eles foi possível ter acesso às pessoas (principalmente as agentes comunitárias de saúde[45] e as assistentes sociais de um centro de referência da mulher) e ampliar a rede de contatos para efetivar a pesquisa de campo. Em algumas vezes, quando interessava aos três, as entrevistas foram feitas em conjunto.

O contato por intermédio do centro de referência da mulher foi significante, no sentido de nos ter sido oferecida a oportunidade de inserção, de modo mais aprofundado, no universo das mulheres da classe popular. Informadas sobre a formação de um grupo de artesanato pelas usuárias no próprio local, obtivemos autorização da coordenadora para conversar, de maneira informal, com as participantes para, eventualmente, encontrar uma mulher que pertencesse a uma família monoparental.

Foi assim que passamos a formar um certo vínculo com as mulheres do núcleo de artesanato, com idas regulares, no final de 2005, a esse local e trocando informações sobre o objetivo do grupo, a nossa pesquisa, a questão das mulheres na periferia, a questão dos filhos e, nos momentos em que não fazíamos perguntas, ouvíamos as “fofocas”, os lamentos e as brincadeiras das participantes.

Desde o começo deixamos claro o objetivo de nossa presença às

[45] Por meio dessa intermediação, realizamos o maior número de entrevistas com mulheres chefes de domicílios monoparentais, num total de oito.

associações de contato e às mulheres entrevistadas. E se isso não causou o afastamento de ninguém, tampouco, significou que, alguém se ofereceu para ser entrevistado. Era preciso que o passo fosse dado por nós, mas, para isso, era preciso descobrir antes quem era mãe sem cônjuge. De fato, a maioria das usuárias do centro de referência são mulheres que sofrem violência doméstica, em 71% dos casos, do próprio cônjuge (segundo um centro de referência da mulher da zona leste de São Paulo, 2005), e que necessitam de atendimento jurídico e psicológico. Muitas delas podem desejar a separação do agressor, mas a concretização disso é algo que requer tempo e muitos outros fatores, como independência econômica e integração num meio em que o casamento (não necessariamente oficial nem religioso, bastantdo a coabitação) é fundamental para a respeitabilidade da família (SARTI, 1996: 41-43). Essas questões podem até impossibilitar a ruptura.

Obtivemos, assim, o acesso a duas mulheres que correspondiam ao perfil que procurávamos: uma participante do grupo de artesanato e a outra, no momento da entrevista, abrigada para se proteger da violência do marido. A entrevista com esta última foi realizada para, também, compor o material de pesquisa sobre violência conjugal, que fez parte de outro estudo (CABANES, COSTA, SILVA e SANTOS, 2007).

Paralelamente, obtivemos outro canal de contato com mulheres por intermédio de nossa participação em um seminário sobre economia feminista, realizado por uma organização feminista, em setembro de 2005. O contato com uma das participantes possibilitou-nos visitar a associação voltada para as mulheres negras em que ela trabalhava na época, na mesma região da zona leste e ofereceu-nos, além disso, a oportunidade de contato com sua presidente posteriormente entrevistada.

1.2. França

A pesquisa de campo na França foi realizada na região de Île-de-France, principalmente nos departamentos de Paris e Seine-Saint Denis, entre setembro e dezembro de 2007. Nossa estadia no país tinha o objetivo de realizar a pesquisa de campo em um espaço de três meses e meio. Realizamos 13 entrevistas, as idas a campo tendo se repetido 19 vezes. Não tivemos, como no Brasil, um exercício de integração no meio popular, por falta de exploração prévia das organizações de autogestão que concentravam as mulheres de baixa renda. A existência de tais grupos ficava clara à medida que tínhamos melhor conhecimento sobre o campo.

O campo francês apresentava-nos diversos caminhos de acesso às instituições e associações, pela sua quantidade e variedade de equipamentos públicos e de caráter semipúblico. Ao mesmo tempo, impunha-se o caminho da burocracia, pois deveríamos entrar primeiro em contato com as instâncias superiores para chegar à pessoa que se encarregaria da nossa solicitação.

A falta de disponibilidade de atendimento pelas pessoas em posição de responsabilidade era o maior obstáculo. Ainda, no tempo limitado que nos era imposto, não podíamos errar de interlocutor. Após três semanas de contatos telefônico, eletrônico e pessoal, idas a um seminário sobre violência conjugal e a um grande evento que reunia partidos políticos, governos locais e organizações não-governamentais, pudemos realizar as nossas primeiras entrevistas, graças ao retorno positivo das conselheiras CESF (Conseillère en Economie Sociale Familiale) de um abrigo de emergência para famílias sem domicílio fixo.

Esse contato resultou em duas entrevistas com mulheres da Costa do Marfim. Quando colocamos para as profissionais que grande parte da amostra deveria ser

composta por mulheres francesas de origem, fui encaminhada para uma associação de apoio mais contínuo às pessoas em situação de precaridade, principalmente no que concerne à questão de moradia. Lá também foram as integrantes da CESF que me indicaram as mulheres com quem deveria entrar em contato. Porém, nessa associação, também não foi possível encontrar as francesas de origem, que representassem a visão e a experiência francesa de casamento e ruptura familiar.

Devemos admitir que houve um erro de estratégia em razão do pouco conhecimento do perfil da população feminina precária em condição de monoparentalidade. Foi no processo de procura que fomos entendendo que, pelo menos na região definida como objeto de estudo, são principalmente as estrangeiras que procuram as associações, por estarem longe de sua família ou serem rejeitadas por ela, enquanto as francesas de origem possuem uma rede de solidariedade própria, começando pela sua família.

Assim, foi preciso mudar a abordagem do objeto de pesquisa e abandonar a idéia de encontrar as mulheres por meio de associações que lidam com a questão da população em situação de dificuldade socioeconômica e procurá-las nas associações de cunho jurídico e familiar. Dessa forma, foi possível a entrevista com uma das integrantes de uma associação dirigida às famílias monoparentais que, por sua vez, nos apresentou quatro mães sós, de nacionalidade francesa (uma delas do Departamento de Martinique que compõe um dos DOM, departamentos do além-mar). Contei também com a ajuda de uma rede de contatos pessoais para completar a amostra.

As entrevistas na França tiveram a duração de uma a três horas. O controle do tempo, em relação às entrevistas no Brasil e no Japão, é uma demonstração de um maior domínio de uma sessão de entrevistas, de um lado, para não desgastar e

não tomar muito tempo da entrevistada e, de outro, para possibilitar, de modo mais realista, a análise de discurso dentro de um prazo determinado.

1.3. Japão

A pesquisa no Japão foi realizada com a bolsa da Fundação Japão, entre setembro de 2006 e janeiro de 2007, num período de quatro meses. As entrevistas com as mães chefes de família foram realizadas na região de Kansai, mais precisamente nas províncias de Osaka, Hyogo e Hiroshima. Idas a Tóquio completaram as informações de que necessitávamos, que foram fornecidas por uma associação, um sindicato dos funcionários públicos e pelo Ministério do Bem-Estar e do Trabalho.

O acesso às mulheres nesse país foi possível por intermédio de órgãos públicos e organizações de sociedade civil: uma associação que tem como objetivo prestar apoio às famílias monoparentais femininas (por meio da qual pudemos entrevistar seis mulheres); um seminário realizado por uma instituição do poder público local para mulheres (uma entrevista); um membro do sindicato dos funcionários públicos (duas entrevistas); um grupo de mães solteiras, cujos filhos possuem origem estrangeira (uma entrevista); um grupo de defesa dos direitos dos *burakumin*[46] (uma entrevista); repartição da província de Hyogo, responsável pelo atendimento das mães chefes de família (uma entrevista); e uma entidade de apoio às pessoas beneficiadas de garantia de renda[47] (duas entrevistas).

Contrariamente ao que esperávamos das informantes japonesas, de modo geral, mais reservadas, taciturnas que as ocidentais, os relatos foram realizados de

[46] A descrição sobre os *burakumin* encontra-se na nota 88 do capítulo 6.
[47] Esse contato foi possibilitado por intermédio da professora Dra. Tamiko Tsuru da Universidade da Província de Hiroshima.

modo satisfatório em sua amplitude e profundidade reflexiva. Uma entrevista extrapolou a média de uma hora e meia a duas horas e teve duração de sete horas. As mais falantes eram mulheres que tinham experiências específicas de violência e discriminação e trajetórias de luta para superar ou resolver tais problemas. O mesmo pode ser dito para as três brasileiras cujas entrevistas renderam mais de uma visita e mais de quatro horas de entrevista. Dificilmente uma informante recusava tocar em um assunto solicitado, o que nos permitiu, em quase todos as entrevistas, completar o roteiro. A falta de tempo, em alguns casos, era o único motivo que impedia percorrer todo o roteiro. Foi lamentável a recusa da gravação de uma entrevista, pelo fato de a informante sentir-se nervosa e não conseguir falar, se soubesse que estaria sendo gravada. Outro contratempo foi de caráter técnico, pois não percebemos que uma das entrevistas não estava sendo gravada e o tempo, tampouco, permitiu uma segunda tentativa.

Uma das entrevistas, a de Risa, foi respondida por escrito – uma exceção – em razão de que a informante estava acompanhada de seu filho pequeno, o que não propiciava uma entrevista de longa duração. Como se tratava de uma mãe solteira, categoria de difícil acesso pela sua baixa proporção, consideramos importante integrá-la na amostra.

Outra exceção que abrimos nas entrevistas japonesas foi a inclusão de mulheres que moram com os pais. Sob o risco de críticas, uma vez que a pesquisa se detém em mulheres chefes de família monoparental, ponderamos que a especificidade desse país pedia essa abertura do campo, em que a monoparentalidade feminina não aparece de modo evidente nas estatísticas, por causa da combinação da prática da volta à família de origem para as mulheres divorciadas e do prolongamento da permanência na casa dos pais das filhas (e

filhos) solteiros, o que Yamada (2007: 135) chama de “*parasite single”*.

2. O “relato de vida”

Na realização das entrevistas com as mulheres chefes de família monoparental, recorremos ao método qualitativo de relato de vida dentro de uma perspectiva etno-sociológica, proposta por Daniel Bertaux (1997: 7). De acordo com o autor, o relato de vida (tradução do francês *récit de vie*) é uma entrevista narrativa, segundo a qual o pesquisador pede para o sujeito contar total ou parcialmente sua experiência. Deve-se distinguir do termo “história de vida”, tradução do inglês *life history*, por ser essencial o sujeito engajar-se no ato de relatar um momento de sua vida (Idem: 6). Para Bertaux, a perspectiva etno-sociológica conduz os relatos de vida à forma de “relatos de práticas em situação (*récits de pratiques en situation*)”. A idéia central é de que “através das práticas, podemos começar a compreender os contextos sociais nos quais elas se inscreveram e que contribuem para reproduzir e transformar” (Idem: 7). Seu objetivo é, portanto, “estudar *um fragmento particular da realidade socio-histórica*; um objeto social; de compreender como ele funciona e como ele se transforma, enfatizando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos e as lógicas de ação que o caracterizam” (Idem: grifo nosso). O autor explica também que relato de vida é diferente de autobiografia, cuja característica repousa no fato de que o sujeito realiza solitariamente uma retrospectiva de sua vida, pensada em sua totalidade (Idem: 34).

De acordo com tal metodologia, o objetivo desta pesquisa não é de captar a “verdade” e a totalidade da vida do sujeito, mas de resgatar a subjetividade das mulheres na particular situação de monoparentalidade, a maneira como interpretam e transmitem suas experiências e a conotação e justificativas que dão às suas ações e escolhas. Alguns críticos dos relatos de vida poderiam apontar a falta de exatidão

das informações. De fato, é possível perceber as falhas dos relatos: esquecimento das datas, da exatidão dos fatos, omissões de certos acontecimentos ou comportamentos que a pessoa teve (e de que pudemos saber por outras fontes), mas o que interessa é a maneira pela qual o sujeito produz seu discurso. Porém, não entremos, tampouco, na armadilha de valorizar somente a forma discursiva. É indispensável captar a dimensão social do sujeito e os domínios de sua existência, começando pelas suas relações familiares, o bairro onde mora, sua formação escolar, inserção no mercado de trabalho, a maneira como articula os diversos domínios e constrói as redes sociais na sua condição específica, nesse caso, de mães sem cônjuge (BERTAUX, Op. Cit.: 37-44).

CAPÍTULO 4: A PESQUISA DE CAMPO NO BRASIL

1. As características gerais das mulheres entrevistadas no Brasil: idade, raça, naturalidade, religião, família de origem

A tabela 2 apresenta as características pessoais segundo idade, raça e naturalidade das treze mulheres chefes de família entrevistadas no Brasil.

Tabela 2: Características gerais das mulheres chefes de família entrevistadas no Brasil

Nome[48]	Data da entrevista	Idade	Raça	Naturalidade (cidade, estado)
Marta	13/10/05 21/10/05	54	Negra	São Paulo, SP
Letícia	9/12/05 19/12/05	34	Negra	São Paulo, SP
Simone	12/5/05 29/4/06	38	Negra	São Paulo, SP
Marlene	21/2/06 10/3/06	45	Negra	Itajú do Colônia, BA
Lílian	30/3/06	27	Negra	São Luís, MA
Beth	30/3/06	35	Branca	Irecê, BA
Sonia	4/4/06	36	Negra	São Paulo, SP
Tatiana	12/4/06	27	Branca	São Paulo, SP
Flávia	13/4/06 31/5/06	29	Negra	São Paulo, SP
Fernanda	13/4/06	28	Parda	São Paulo, SP
Tânia	29/4/06	33	Branca	Maceió, AL
Lígia	29/4/06	34	Branca	São Paulo, SP

[48] Todos os nomes, nos três campos de pesquisa, são fictícios.

Léa	29/3/07	42	Branca	São Paulo, SP

Procuramos dispersar a faixa etária das mulheres para ter uma representação de cada idade. No entanto, não foi possível encontrar nenhuma mãe sozinha abaixo dos 25 anos, vivendo de modo independente com os filhos, tampouco as que tinham entre 46 e 50 anos. Foi uma surpresa ter conhecido uma mãe separada de 54 anos, com filhos ainda adolescentes. A dificuldade de encontrar uma jovem de 20 anos vivendo só com os filhos deve refletir o fato de que, quando são mães solteiras jovens, permanecem na casa dos pais, onde recebem principalmente ajuda da própria mãe, avó das crianças (SARTI, 1996: 47-48). De fato, aquelas mães que engravidaram sem formar relação matrimonial permaneceram em sua casa de origem e só passaram a formar domicílio separado quando conseguiram encontrar um emprego ou passaram a viver um segundo relacionamento. Das mulheres que se dispuseram a contar suas histórias, quatro têm entre 26 e 30 anos, quatro entre 31 e 35 anos, duas entre 36 e 40 anos, duas entre 41 e 45 anos e uma entre 51 e 55 anos.

Do ponto de vista da cidade natal, a maior concentração se encontra na cidade de São Paulo, sendo essas mulheres entrevistadas já de segunda ou terceira geração de migrantes nordestinos, perfazendo um total de oito. Uma das mulheres[49] vem do interior de São Paulo, e quatro do nordeste. Das que migraram para São Paulo, duas pertenciam, nitidamente, ao contexto de "circulação de crianças"[50] (SARTI, op. cit.: 55) e adolescentes, que inclui o trabalho doméstico gratuito em casas de parentes e pessoas conhecidas de seus pais.

[49] Simone nasceu na cidade de São Paulo, mas com 6 meses mudou-se para a cidade natal de sua mãe, no interior de São Paulo, voltando para a capital apenas com 15 anos. A consideramos, portanto, oriunda do interior, por causa da sua trajetória marcada pelas características de uma infância passada no meio rural paulista.

[50] A circulação de crianças, segundo Fonseca, citada por Sarti (1996: 55) é uma "prática popular que se inscreve na lógica das obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres".

A raça das mulheres entrevistadas é majoritariamente negra, sendo em número de seis, seguida de duas pardas e quatro brancas[51]. A maior probabilidade de encontrar mulheres negras é reflexo da composição racial da própria região estudada, que apresenta uma população negra[52] entre 47 e 50% (dois bairros). Em contraponto, a média da população negra no município de São Paulo é de 30% (IBGE, Censo demográfico de 2000; Fundação Seade).

Marta, a mais velha das entrevistadas, afirmou, em nosso primeiro contato, que as mulheres negras trabalham e são chefes de famílias monoparentais desde a escravidão, sendo o fenômeno da participação feminina no mercado de trabalho e a formação de famílias monoparentais novidade somente para mulheres de classe média branca. De fato, segundo Marcílio (1991: 11-12) não havia, para os escravos, condições para firmarem matrimônio legal, pois isso não era estimulado pela Igreja, tampouco era de interesse dos senhores. Ademais, a forte mobilidade espacial dos escravos no território nacional forçava a ruptura de laços afetivos entre homens e mulheres escravos e dificultava a formação de família.

Quanto à discriminação racial, esta, é, principalmente sentida pelas mulheres negras, tanto nos meios de trabalho, como na comunidade. Marta e Marlene foram deliberadamente discriminadas, no trabalho, por serem negras e Lilian sentiu discriminação nos momentos de contratação. Marlene e Sonia foram alvos de insultos que faziam alusão à raça negra pelos respectivos ex-companheiros, que tiveram intenção de desqualificá-las nas horas das brigas. Simone contou-me que

[51] Cabe aqui ressaltar que essa identificação por cor foi realizada por nós, mesmo que em algumas entrevistas a própria mulher tenha se classificado dentro de um dos três tipos acima citados (nesse caso, era a cor citada que era adotada). No entanto, não foi feita, sistematicamente para toda a amostra, perguntas com o propósito de saber qual a auto-imagem que cada mulher possui de si com relação à própria cor. Apesar de estarmos cientes da importância de um aprofundamento teórico sobre a questão da raça e cor, não iremos tratá-la nessa tese; no entanto, o quesito raça não pode deixar de constar na pesquisa uma vez que a cor da pele influencia a posição da mulher na sociedade.

[52] Inclui a população parda e preta.

sente mais a discriminação pela questão racial no meio social onde vive que pelo fato de ser mãe sozinha.

Quanto à religião, sete são evangélicas, quatro católicas e uma do candomblé. A predominância das evangélicas demonstra a forte penetração do pentecostalismo entre as camadas pobres, numa clara preferência por essa religião em relação à sua religião de origem, a católica.

A maioria das mulheres provêm de famílias marcadas pela ruptura, sendo elas, filhas de mãe solteira ou de pais separados, criadas pela mãe. Nos casos estudados, a maioria das mães casaram novamente, e o contato com o pai tornou-se raro. Das 13 entrevistadas, somente Letícia, Marlene e Fernanda são filhas de pais casados (não necessariamente oficialmente) e que nunca se separaram; Marta, Lillian e Flávia são filhas de mãe solteira, que tiveram, por sua vez, seus filhos solteiras; as sete restantes são filhas de mãe separada do pai e, eventualmente, recasada com um outro homem ou com histórico de diversas uniões, oficiais ou não.

2. As trajetórias da monoparentalidade

2.1. Os engajamentos anteriores à monoparentalidade

As circunstâncias que levaram as mulheres a serem mães são dificilmente únicas, variando entre a gravidez dentro do casamento; gravidez que resulta em casamento; e gravidez que não resulta em casamento, sendo que uma mesma mulher pode ter vivido mais de um tipo de experiência. Diferente da afirmação de Sarti (Op. Cit.: 61) de que “o casamento passa a ter contornos de um projeto”, em nosso universo de estudo o casamento significa a organização da vida para constituir uma família, podendo ser concretizado na união civil ou por união

consensual, sem o objetivo claro de um projeto de família. O número elevado de gravidez não programada durante a adolescência aponta tal ausência de projeto familiar. Fernanda conta com lamento sobre sua gravidez aos dezenove anos:

> *"Ah meu Deus; envergonhada, a verdade, porque eu tive a oportunidade de estudar, de ter uma profissão hoje e eu joguei essa oportunidade para cima por conta de coisas do mundo, as quais eu sei que não me levam a nada. (Fernanda)"*

Assim, somente Simone e Léa casaram-se oficialmente, as restantes viveram com o(s) pai(s) da(s) criança(s) na forma de coabitação.

Assim, são seis que tiveram, alternando-se ao longo de suas vidas, a experiência de maternidade como solteira e em situação de coabitação; cinco estão separadas de sua única relação de coabitação e duas são mães solteiras.

A união aconteceu, para a maior parte das mulheres, na adolescência e na juventude. No intuito de mostrar a precocidade do casamento das mulheres, separamos-as, aqui, em grupos de faixa etária, para levantar a idade em que se uniram pela primeira vez com um homem. O primeiro grupo seria de 14-15 anos, que estaria terminando o ciclo fundamental (8a. série); o segundo de 16-18 anos, que estaria no nível do ensino médio; e o terceiro de 19-20 anos, idade em que teriam sido concluídos os estudos do ciclo médio. Assim, das 10 que têm experiência de coabitação, duas uniram-se entre 14-15 anos; duas entre 16-18 anos; e cinco entre 19-20 anos. Somente Marta configura exceção a esse quadro de uniões precoces, unindo-se apenas aos 37 anos.

Tabela 3: Relação entre idade de gravidez, idade em que passou a viver em conjugalidade e nível de instrução das mães sem cônjuge

Nomes	***Idade em que engravidou pela primeira vez, resultando em nascimento***	***Número de filhos***	***Idade em que passou a viver na conjugalidade***	***Nível de instrução no momento da gravidez***	***Continuou ou retomou os estudos***
Lígia	15	3	14	3ª série - fundamental	não
Flávia	15	3	18[53]	7ª série – fundamental	continuou-parou -retomou
Tatiana	15	3	-[54]	1º ano médio	continuou
Marta	16	4	37[55]	1º ano médio	continuou
Simone	16	3	16	6ª série - fundamental	retomou-parou
Beth	17	8	17	6ª série - fundamental	não
Tânia	18	3	17	8ª série incompleta - fundamental	retomou
Fernanda	19	3	19	médio incompleto	retomou
Sonia	20	5	18	7ª série - fundamental	não
Lílian	20	1	-[56]	6ª série - fundamental	não
Marlene	21	6	15	4ª série - fundamental	não
Letícia	25	2	19	médio completo	não

Como constataram Heilborn e a Equipe Gravad (2005), em sua investigação sobre a união dos jovens entre 18 e 24 anos, são especificamente os mais pobres (considerando-se a desvantagem social que representa o baixo nível de instrução) e, principalmente, as mulheres desse meio social que "lançam mão do que hoje é considerado tradicional e impróprio para a juventude", isto é, do processo de

[53] Vínculo estabelecido com outro homem, que veio a ser pai de seus dois filhos menores.
[54] Sem experiência de conjugalidade.
[55] Vínculo estabelecido com outro homem, que veio a ser pai de seus dois filhos menores.
[56] Sem experiência de conjugalidade.

"autonomia residencial e material em relação à sua família de origem" (Idem: 50).

Assim, segundo a pesquisa realizada pela equipe, 15% dos jovens que foram objeto de estudo vivem maritalmente com um(a) cônjuge, dentre os quais 20,4% são mulheres e 8,4% homens (Idem: 45)[57]. A média de idade das participantes da pesquisa é de 18,2 anos. Das moças vivendo em união marital, 35,3% têm nível de estudo fundamental incompleto e 34,5% pararam de estudar depois de terminar o ciclo fundamental, o que significa que 69,8% das moças que vivem em relação marital estudaram somente até o ensino fundamental. Também, 51,5% uniram-se com quem tiveram a primeira relação sexual e 47% vivem com parceiros cinco anos mais velhos ou mais. Das jovens que não vivem em estado conjugal, 39,8% tem nível médio completo e 31,4%, nível superior, incompleto e completo (Idem: 45 e 55).

Heilborn e a Equipe Gravad explicam que, para as jovens mulheres das camadas populares, que assumiram desde cedo a responsabilidade das tarefas domésticas – dentro da lógica da participação de todos os membros da família no funcionamento da vida familiar – o casamento aparece como uma das poucas oportunidades de autonomia em relação aos pais, diante do fato de que a inserção escolar e no mercado de trabalho não se apresentam como alternativas reais para elas (Idem: 47).

Lígia, que teve seu primeiro filho com quinze anos, relata que na época, acreditou ser melhor viver com um homem do que permanecer em casa, onde não se sentia bem. Sua mãe não insistia tampouco em sua educação.

"Como você conheceu seu ex-marido?

[57] No Japão, segundo o Ministério de Bem-estar Social, a taxa de matrimônio foi de 12% para as mulheres e 7% para os homens, na faixa etária entre 20 e 24 anos, no ano 2000. Não se tem registro da taxa matrimonial de 15 a 19 anos.

Foi bailinho de adolescente, eu era danada, se conhecemos, ele falou - vamos morar juntos? – vamos. Como diz o ditado você já não tem uma convivência boa dentro de casa, a gente pensa que lá fora é melhor.

E você acreditou que ia melhorar?

Que ia melhorar. Aí vivi com ele 9 anos, tive meus 3 filhos, larguei dele minha filha tinha 7 meses, vai fazer 13 anos.

A convivência com sua mãe era boa?

Em termos, eu acho que não foi muito assim porque eu não tive a oportunidade de estudar, acho que ela nunca fez questão, eu não estudei, mudava muito, minha mãe vivia de aluguel, parecia cigana, não parava, aí não estudei, eu acho que um pouco foi por causa dela. Eu acho que um pouco foi culpa dela de eu não ter estudado, foi culpa minha também, mas ela nunca insistiu, nunca ligou. (Lígia)"

Os autores afirmam também que união e gravidez com parentalidade são muito próximas: 69,8% das mulheres que vivem com parceiro deram à luz um ano antes ou depois da união, enquanto somente 19,3% delas o fizeram entre dois e quatro anos de união, fato que reforça a hipótese de que o casamento é motivado pela gravidez (Idem: 45).

Quanto ao número de filhos que as entrevistadas desta pesquisa tiveram, uma tem um filho, duas têm dois filhos, seis têm três filhos, uma tem quatro filhos, uma tem cinco filhos, uma tem seis filhos e uma tem oito filhos (um falecido). Na média são 3,5 crianças em cada unidade familiar. Assim, 10 mulheres estão com número de filhos acima da taxa de fertilidade nacional registrada no censo

demográfico do IBGE de 2000, que é de 2,4 crianças por mulher (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005: 3; YAZAKI, 2003: 65). No sudeste do país, a taxa de fecundidade média é mais baixa, de 2,1 filhos por mulher, sendo esse indicador o nível de reposição da população[58] (YAZAKI, 2003: 65). Yazaki ainda mostra, baseando-se nos dados apresentados pela Fundação Seade, que o estado de São Paulo registrou, em 2002, uma taxa de fertilidade de 1,88, e na capital, esse valor aumenta ligeiramente para 1,97, ambos abaixo do nível de reposição (Idem: 69). A diminuição da taxa de fertilidade é aguda, mostrando uma variação negativa de 45,2% para o estado e 37,9% para a capital (Idem: 69).

A fecundidade é mais elevada entre 20 e 25 anos, mas chama a atenção a alta taxa de fertilidade de adolescentes entre 15-19 anos, que se desenvolveu durante a década de 1990, mostrando o movimento oposto com relação a países da Europa e ao Japão (BERQUÓ e CAVENAGHI, op. cit.: 2; YAZAKI, op. cit.: 70). Assim, o censo do IBGE de 2000 mostrou que 19,76% de adolescentes entre 15 e 19 anos engravidaram na década anterior, e que, em 1970, a taxa era de 9,23% e em 1980, 13,92%[59]. Os dados mais recentes da PNAD de 2001 e 2003 e de outras fontes estatísticas demonstram, contudo, uma tendência de diminuição da gravidez entre adolescentes, graças às "campanhas de prevenção de DST/AIDS, estratégias de políticas de saúde reprodutiva para adolescentes, incluindo contracepção emergencial, recomendação de educação sexual nas escolas e uma exposição massiva na mídia sobre conseqüências negativas de gravidez não desejada entre jovens, ações no sentido de permitir que os jovens tenham relações sexuais com

[58] Segundo a demógrafa Yazaki, a taxa de fertilidade que permite o "nível de reposição", ou seja, "o número médio de filhos que cada mulher deveria ter durante sua vida fértil para a reposição de sua geração", é de aproximadamente 2,1.

[59] Numa proporção ligeiramente maior, a faixa etária com mais de 35 anos registrou diminuição na sua taxa de fertilidade, sendo da ordem de 20,72% nos anos de 1970; 16,26% nos anos de 1980; e 11,78% nos anos de 1990 (BERQUÓ e CAVENAGHI, op. cit.: 3).

mais de um tipo de proteção" (BERQUÓ e CAVENAGHI, op. cit.: 16). Tais ações públicas tendem a aproximar-se de políticas adotadas na Suécia, cujo resultado é positivo, isto é, os jovens são sexualmente ativos, porém, com baixa taxa de fecundidade (YOSHIZUMI, 1993: 55-60).

Yazaki (Op. cit.: 72) aponta também que, no estado de São Paulo, a diminuição da fecundidade de adolescentes começou a ocorrer a partir de 2000, depois de registrar aumento nos anos 80 e 90. Como no caso em nível nacional, a fecundidade entre adolescentes ocorre mais concentradamente entre as moças economicamente desfavorecidas e menos instruídas.

No caso das entrevistadas desta pesquisa, três mães engravidaram de sua primeira criança com 15 anos, duas com 16 anos, uma com 17 anos, uma com 18 anos, uma com 19 anos, duas com 20 anos, uma com 21 anos[60] e uma com 25 anos. A relação de causalidade entre baixo nível de instrução e gravidez na adolescência, apontada por Berquó e Cavenaghi (2005), confirma-se entre as mulheres entrevistadas, tanto no que concerne às que tiveram experiência de conjugalidade no passado, como entre as que não tiveram. Assim, dentre as seis mulheres que interromperam os estudos em detrimento do trabalho precoce (Ligia, Simone, Beth, Sonia, Lilian e Marlene), quatro engravidaram da primeira criança antes dos 20 anos e duas com 20 e 21 anos, respectivamente. Nenhuma delas ingressou no ensino médioe duas sequer completaram a metade do ensino fundamental. Suas profissões eram de empregada doméstica, no caso de Marlene, Simone, Beth, Ligia e Sonia e de babá, no caso de Lilian. Simone trabalhou anteriormente no serviço de doméstica, na extração de cana, entre os 10 e 12 anos, e retomou essas atividades depois de adulta. Tais trabalhos, exercidos, ao longo de

[60] No caso dessa mãe, "casada" contra sua vontade aos 15 anos, com um homem que a violentou, houve gravidez antes dos 21 anos. Duas vezes, porém, ambos os casos resultaram em abortos.

suas vidas, por todas as mulheres que foram entrevistadas, com iniciação extremamente precoce entre 9 e 10 anos em alguns casos, apresenta o agravante de muitas vezes o pagamento não ser feito diretamente à moça que trabalha, mas à sua mãe. Como disse Simone, "Só que assim, eu sabia que eu ganhava, mas o dinheiro mesmo eu nunca vi, era para a minha mãe". De fato, sendo a gravidez planejada ou não, a formação de uma família começando pelo casamento pode aparecer como uma opção atraente para essas mulheres que interiorizaram a importância da maternidade nesse meio social.

Outras engravidaram quando ainda eram estudantes e ocupadas com serviços de caráter doméstico, como no caso de Flavia, Tatiana, Fernanda, Tania e Marta. Flavia teve seu primeiro filho com 16 anos, mas parou de estudar quando ele tinha um ano, pois “não suportou” conciliar estudo, trabalho e cuidados com o bebê, apesar de ele estar na creche. A escolha do trabalho no lugar da continuidade escolar, quando lhe faltava pouco mais de um ano para terminar os estudos médios, foi pautada nas limitações materiais. Opção que uma jovem de classe média talvez não fosse tomar em detrimento dos estudos. O fato de o filho ir para a creche possibilita o trabalho da mãe, mas não concilia uma terceira atividade, que é de estudar à noite. Marta engravidou aos 16 anos, mas seus estudos, incluindo o nível superior, foram possibilitados graças à ajuda da mãe, viva na época. À atividade educacional combinou o trabalho de limpeza em um hospital. Tatiana, Fernanda e Tania interromperam os estudos por causa da criação dos filhos, para retornar ao mercado de trabalho mais tarde. Letícia, apesar de ter esperado seis anos para ter sua filha, também se juntou com o namorado tão logo terminou seus estudos.

O número de filhos parece ser também um fator que imobiliza as mulheres, tanto na questão dos estudos, como na questão do trabalho, fazendo-as entrar num

ciclo de pobreza, que só é amenizado com a emancipação dos filhos maiores. Assim, Marlene, que tem seis filhos, emociona-se com o primeiro emprego que seu terceiro filho conseguiu como gari, um mês antes da primeira entrevista, pois agora ele contribui para o orçamento familiar. Como relatou,

> *"Então, esse mês agora, ele fez a compra, quer dizer que esse mês agora, aliviou para mim e durante toda a minha vida, durante toda a minha vida de luta, esse foi um mês assim que eu não sei, foi muito bom pra mim porque eu nunca, nunca assim, vi, ir no mercado para fazer uma compra assim, uma compra mesmo como meu filho fez dessa vez. (Marlene)"*

As mães entrevistadas nem sempre criaram todos os filhos que tiveram, mas puderam, por outro lado, criar filhos dos outros, principalmente seus netos, como fazem Marta e Marlene, ambas com idade mais avançada. Demonstramos aqui que as mulheres têm filhos ao longo da idade reprodutiva, iniciando a maternidade cedo e estendendo-a até o período próximo à menopausa.

2.2. As razões de ruptura

Com base nas afirmações sobre o universo dos pobres estudados por Sarti (Op. Cit.), é possível compreender os obastáculos morais da mulher de camada popular assumir sozinha a maternidade. Contestando as teses que rejeitam a manutenção dos valores tradicionais e padrões patriarcais das famílias migrantes, simbolizadas pela "família caipira" segundo Cândido (1987 *apud* SARTI, 1996: 37), a presença do homem na família é fundamental, no meio pobre urbano, para garantir o respeito da família, pois, segundo a autora, o marido representa a autoridade moral da família (Idem: 37-38, 43). Por essa razão, a unidade doméstica desprovida da figura

masculina, que é o provedor, não só de teto e alimento, mas principalmente de respeito, é socialmente fragilizada (Idem).

Assim é possível compreender – o que no início do contato com as mulheres era difícil – a razão pela qual as mulheres vítimas de violência conjugal[61] se mantêm casadas, mesmo quando o companheiro não cumpre mais o papel de provedor material e desempenha a função da autoridade moral da família somente pela sua existência: "mesmo quando ele não provê a família, sua presença desnecessária continua necessária" (Idem: 48).

Dessa forma, a dificuldade do rompimento é expressa, por exemplo, pelo perfil das usuárias do serviço do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos. As vítimas atuais ou ex-vítimas de violência doméstica, em sua maioria, permanecem casadas com o agressor. O que significa dizer que 71% das vítimas são agredidas pelo seu próprio companheiro e que 56% do total das usuárias têm suportado a violência por mais de quatro anos[62].

Cida, 40 anos, mãe de três filhos, é uma das usuárias do centro. Ela dorme cercada de barras de ferro para se proteger do marido, que a agride fisicamente. Patrícia, 39 anos, também mãe de três filhos, é constantemente humilhada pelo marido que bebe. Ela tem aversão a ele, e apesar de morar em casa própria herdada dos pais, alugar um cômodo dessa casa, e receber sem conhecimento do marido, o dinheiro da Garantia de Renda Mínima e Bolsa Família, continua casada. Kátia, 36 anos, igualmente mãe de três filhos, vive com o marido, que a agrediu

[61] O exemplo das mulheres vítimas de violência conjugal não significa que exista mais rupturas conjugais motivadas pela violência conjugal na camada popular brasileira, em relação à classe média e em relação aos demais países da nossa pesquisa.

[62] Os tipos de violência e suas respectivas proporções são: física = 48%, psicológica = 37%, sexual = 5%, psicológica/sexual = 2%, fisica/psicológica/sexual = 8%. Quanto à proporção em função do tempo de agressão temos: menos que 1 ano = 16%, de 1 a 3 anos = 28%, de 4 a 7 anos = 22%, de 8 a 11 anos = 13%, de 12 a 15 anos = 10%, mais que 15 anos = 11% (Perfil das usuárias de um centro de referência da mulher, de maio de 2004 a abril de 2005).

várias vezes no passado, hoje sem mais nenhuma relação afetiva – “eu cá e ele lá”, como diz – é a efetiva provedora financeira da família com o trabalho de faxina e os programas de transferência de renda do município. No entanto, a separação não parece fazer parte de seus planos. Adriana, 37 anos, mãe de sete filhos, vítima de agressão física e sexual do marido e de companheiros anteriores, consegue “se virar” para não faltar comida em casa, sem depender da renda do parceiro, cada vez menor devido a falta de serviço. Apesar de pensar que deve se separar do pai de suas quatro filhas, o ato não parece que vai se consumar em curto prazo.

Apesar das repetidas afirmações da instabilidade conjugal da família pobre urbana, supostamente comparada com a da classe média (SARTI, 1996; GOMES, 1991; MARCÍLIO, 1991; GOLDANI, 1991), constatamos também na classe média a persistência da conjugalidade nas suas situações mais inaceitáveis de convivência.

Nesse contexto, a separação pode ser vista como um ato transgressor da mulher que decidiu assumir uma família desprovida de figura masculina. De fato, a ousadia não seria pelo fato de assumir sozinha a criação dos filhos e de perder uma renda importante, pois, em muitos casos, elas já assumem tais tarefas sozinhas. O fato de abrir mão da “família completa” e o enfrentamento, a partir daí, dos preconceitos e da insegurança de viver sem a proteção da existência simbólica da figura masculina é que deve ser a dificuldade.

Por outro lado, se, a partir dos anos 70, o número de famílias monoparentais femininas tem registrado crescimento, principalmente não por razão de viuvez, mas por causa da separação e da gravidez fora do casamento, pode-se considerar a formação do novo tipo de família como um comportamento ativamente exercido pela mulher como afirmação de sua individualidade, quando a ruptura não se realiza pelo abandono do homem.

Nesse caso, a identidade feminina entra em conflito com a dicotomia individualidade/família (SARTI, Op. Cit.: 56) e, quando forma uma família monoparental, prevalece a individualidade. Beth, 37 anos, mãe de sete filhos, diz que:

> *"(...) eu sempre criei eles muito só. Eu penso diferente de muitas pessoas, se for para mim viver com marido brigando, agredindo, eu prefiro viver só com os meus filhos. Se eu morar com um homem 2, 3 meses e eu vejo que está indo mal, ali mesmo eu já coloco um basta, não tem gravidez, não tem nada que me faça: ah, vou agüentar um homem porque tenho filhos, estou grávida; não, comigo nunca teve isso. (Beth)"*

Das 11 mulheres separadas (ou que já foram separadas) que foram entrevistadas nesta pesquisa, somente uma foi abandonada pelo marido (Letícia, no seu primeiro casamento), as demais fugiram do marido violento ou expulsaram-no (Marlene, Sonia e Marta, do seu segundo relacionamento) ou, ainda, separaram-se com um certo consenso (Flavia, Fernanda, Tania, Simone, Ligia, Beth, Letícia, no seu segundo relacionamento), num comportamento ativo de recusa de manterem vínculo matrimonial com um homem violento, possessivo, controlador, irresponsável como pai de família, alcoólatra, drogado ou vinculado ao crime.

Das sete que têm experiência de ter tido filho(a)(s) sem conjugalidade, apenas duas se recusaram a manter ligação conjugal com o pai da criança (Flavia no seu primeiro relacionamento e Beth no primeiro e quarto relacionamentos). Das restantes, quatro tiveram de aceitar a impossibilidade de contrair uma relação de casamento com o pai da criança, em conformação com o fato de ele ter uma outra mulher/família (Marta no primeiro relacionamento; Marlene no segundo

relacionamento; Lílian e Tatiana no primeiro e único relacionamento), o que parece demonstrar um estigma de inferioridade em relação às mulheres que foram mães na condição de solteira, por uma questão de raça. Dessa forma, Marta refere-se ao racismo, amargamente constatado, quando a família do parceiro afirmou que adotaria a criança se fosse branca. O namorado de Marlene era alto funcionário público e suas filhas não a aceitavam como igual. Lílian, órfã de pai, não sabia que o namorado, 15 anos mais velho e que a mantinha economicamente, era casado. Tatiana também não conheceu seu pai e é ligada afetivamente a um homem mais velho que ela.

2.3. As relações parentais após a separação

A relação com o ex-companheiro é mantida para negociar pensão ou pagamento de gastos e para que as crianças possam relacionar-se com o pai, principalmente, quando ainda são pequenas e necessitam da intermediação da mãe.

Assim, sete mulheres mantêm um certo nível de comunicação com o ex-companheiro, sendo que, no caso de uma delas, Fernanda, não há mais contato com o pai dos dois primeiros filhos, mas há com o pai da filha caçula. Esse esforço vem do aprendizado com os filhos do primeiro companheiro, que foram emocionalmente afetados por causa da ausência do pai. Dessa forma, alega que é importante manter o relacionamento dos filhos com o pai, mesmo depois da separação.

Antes de o ex-companheiro de Flavia ser preso, ela não o deixava entrar dentro de casa, mas deixava-o passar o final de semana com as crianças. Tania não quer que o ex-companheiro fique à vontade em seu apartamento, mas os filhos

podem passear com ele.

As crianças, por volta de sete ou oito anos, com autonomia para ir e vir dentro da comunidade, vão visitar o pai, mesmo quando a mãe não quer mais contato com o ex-namorado. Assim, Lílian só conversa com o pai de seu filho no fórum, mas o filho tem liberdade de ir para a casa do pai, que fica em frente à sua escola.

Letícia também procura manter sua filha próxima do pai. Assim, explica:

> "*Eu falo com ele numa boa, eu procuro, tipo assim, mostrar pra ele que embora nosso casamento não deu certo, ex-mulher existe, mas ex-filho não! Ele tem que participar de alguma forma da vida de nossa filha.*
>
> *(...) a primeira vez dela dormir fora de casa, nossa, foi traumatizante. Mas aí, eu caí numa realidade, que são poucas mulheres que caem nessa realidade. Eu pensei assim, bom, eu não sou eterna. Pode ser que eu vá primeiro, pode ser que ele vá, a gente não sabe, né. Ela vai ter que ficar com alguém. De preferência, com o pai. Então, deixa ela viver com o pai, deixa ela saber quem é o pai, se acostumar com isso, se acostumar com a nova família que ele construiu agora"*

Ronda entre as mães o medo de perder a guarda dos filhos. Beth, efetivamente, deixou dois filhos com o ex-companheiro, com o consolo de que ele cuida bem deles. Ligia também teve de deixar seus filhos maiores com o pai, por pressão deste, e foi recuperá-los dois anos depois. Da mesma forma, a pobreza faz com que elas sejam pressionadas a doar a criança, como no caso de Marlene, que quase perdeu o quinto filho por causa de uma ação de adoção, de que seu irmão

tomou a iniciativa. Sonia também teria ficado sem os bebês gêmeos, mas a longa estadia no hospital a fez desistir de doá-los, pois o vínculo afetivo foi-se fortalecendo.

Para as mães, a vida logo após a separação conjugal é emocionalmente dura, a ponto de deprimi-las, e o processo de autonomia emocional e material faz-se com o tempo. Foi o que ocorreu com Letícia, que ficou dois anos sem saber o que fazer. Depois de aceitar que o ex-companheiro não iria mais voltar, entrou na justiça para ter direitos à pensão alimentícia, o que conseguiu. Lílian, por sua vez, foi perdendo aos poucos o medo das ameaças que o pai de seu filho fazia para conseguir a guarda. Como diz:

> *"ele me conheceu menininha inocente, eu era muito bobinha para a idade que eu tinha (...), naquela época eu não entendia nada, tudo que se falava para mim era o fim, acreditava tudo o que ele falava. Agora não. Agora eu falo para ele: virei mulher, meu filho, sou mulher de pé firme e eu corro atrás, não tenho medo."*

Por outro lado, pode ser a única maneira de libertarem-se de uma relação conturbada. Por isso Flavia diz que está mais tranqüila:

> "*Eu chego, faço a janta, faço as crianças fazerem lição, eu grito menos, antes eu gritava, quando eu fico nervosa, eu grito (...), mas eu falo rindo e antes não, não tinha negócio de ficar rindo, não tinha muita paciência. Então eu acho que para mim e para meus filhos é uma melhora."*

Sobre novos relacionamentos, as mulheres admitem namoros, mas não desejam mais viver com um homem. Assim, como Sonia afirma: “Peguei bronca de

homem”.

2.4. Representações sobre mães chefes de família monoparental

Letícia fala das dificuldades de criar as filhas sozinha, em razão do fato de não poder compartilhar com alguém o modo de educá-las. Flavia diz que a dificuldade não é só de mães chefes, mas também de famílias "completas" que conhece, cujo pai está desempregado, ou de uma família vizinha na qual o pai cuida sozinho dos filhos, pois foi abandonado pela mulher.

Ligia afirma que sente falta de um “homem dentro de casa”, pois diz ser alvo de atitudes preconceituosas por causa da ausência masculina. Da mesma forma, Letícia explica que:

> *“Assim, você é casada, automaticamente, você tem respeito. Sabe porque você tem respeito? Porque você tem um marido. (...). Agora, quando você é separada, ou quando você não tem um marido, é cada piadinha que você ouve... é o respeito que você tem que estar conquistando todos os dias.”*

Os preconceitos em relação ao fato de ser mãe sem cônjuge são, principalmente, relacionados à carência de uma figura masculina “protetora da família”. A falta do homem no lar parece atribuir à mulher sem cônjuge duras sanções da vizinhança, traduzidas em atitudes de desrespeito, como se fosse necessário diminuir o poder da mulher que tenta buscar a autonomia, por parecer desafirar o papel masculino.

3. Educação e trabalho

3.1. Características do trabalho feminino no Brasil

A taxa média de atividade feminina, em 2005, era de 52,9%. Essa taxa é elevada entre os grupos de idade fecunda: entre 20 e 24 anos: 68,8%; entre 25 e 29 anos: 72,6%; entre 30 e 39 anos: 73,7% (IBGE/PNADs, *apud* BRUSCHINI, 2007: 541). Depois desse último grupo de idade, a proporção diminui, o que mostra que a atividade das mulheres não é necessariamente restrita a condição de maternidade.

Mesmo entre as mulheres com crianças antes de idade escolar, o que demanda uma presença mais contínua da mãe junto ao filho, sua taxa de atividade é de 54,9% quando o último filho tem 2 anos; 67,5 % quando este tem entre 2 e 4 anos; e 70,4% quando este tem entre 4 e 5 anos (Idem: 546).

Há também um forte crescimento de atividade de mulheres casadas e mães, desde o final dos anos 70, sendo que de 27,4% das cônjuges ativas em 1981, essa proporção cresceu para 58,5% em 2005. Hoje, a taxa de atividade de mulheres cônjuges alcança o patamar da taxa de atividade de mulheres chefes de família, que representou 59,4% em 2005 (Idem: 542).

É preciso considerar que a proporção do emprego formal[63], no país, é minoritária, sendo ela de 39,4% dos ocupados (inclusive militares e estatutários e trabalhadores domésticos registrados). Dito de outra maneira, quase 60% da população ocupada pertence ao setor informal do trabalho. A proporção da ocupação no setor formal e informal entre homens e mulheres é quase similar, sendo de 39,6% e 39,1%

[63] Emprego informal significa empregos sem registro, ou sem a assinatura na carteira de trabalho pelo empregador, o que exclui o trabalhador da participação do sistema de seguridade social.

respectivamente (Idem: 564).

No que concerne à estrutura ocupacional, há uma forte presença de mulheres nos setores tradicionais da indústria (como a da confecção), da estética, higiene (serviços de limpeza, arrumadeiras, lavadeiras, serviços domésticos), alimentação (cozinheiras, nutricionistas), assim como persistem os empregos tradicionalmente femininos nas áreas da saúde (auxiliar de enfermagem, enfermeira) e social (assistente social), educação (nível pré-escolar, primário e médio), assim como secretárias, caixa de supermercado e outros serviços auxiliares (Idem: 560).

A inserção de homens e de mulheres no mercado de trabalho caracteriza-se por uma importante proporção de trabalho de extrema precariedade, que é classificado como “trabalho doméstico”, “trabalho para consumo próprio”, predominante no setor agrícola, e “trabalho não-remunerado” (Idem: 560).

As mulheres se inserem mais que os homens nessa posição no mercado de trabalho. Em 2005, 33% da ocupação feminina (contra 8,8% da ocupação masculina) situava-se em nichos precários, como trabalhadoras domésticas (16,9% da força de trabalho feminina contra 0,9% da força de trabalho masculina), trabalhadoras para consumo próprio ou para o grupo familiar (7,3% da força de trabalho feminina contra 2,7% da força de trabalho masculina) e trabalhadoras sem remuneração (9,0% da força de trabalho feminina contra 5,2% da força de trabalho masculina) (Idem).

No caso das mulheres chefes de família monoparental (quando possuem pelo menos um filho dependente, de até 14 anos), sua taxa de atividade é de 82,1% (PNAD, 2005, *apud* SORJ, FONTES, MACHADO, 2007a: 589). A taxa de desemprego é de 12,1% (o mais elevado de todas as categorias de mulheres entre 25 e 50 anos, no mercado de trabalho) (PNAD, 2005, *apud* SORJ, FONTES,

MACHADO, 2007b: 213). A proporção de empregadas com carteira assinada é de 45,4% ; sem carteira é de 35,1%; e de independentes 16,5%. O salário do emprego principal é de 523 reais. As mulheres chefes de família sem filhos recebem 931 reais e aquelas com filhos de mais de 14 anos ganham 696 reais, o que possibilita a constatação do efeito de precariedade sobre as mães sozinhas com filhos em idade escolar (Idem).

3.2. A educação e o trabalho das mulheres entrevistadas

1) A educação

A escolaridade das mulheres, em sua maioria, depende de dois aspectos: o produtivo e o reprodutivo. A condição de pobreza faz com que sua família de origem as envie para trabalhar desde a infância ou começo da adolescência, combinando o fenômeno da "circulação de crianças" e o trabalho doméstico, como observou também Segnini (2003: 40). O deslocamento da família de origem para uma outra família contribui fortemente para a interrupção dos estudos, como foi o caso de Marlene, Simone, Lílian, Tânia, Beth e Fernanda, que foram trabalhar como empregadas domésticas aos 12, 12, 9, 11, 16 e 16 anos, respectivamente. Letícia conseguiu evitar a interrupção dos estudos, mas foi obrigada a estudar à noite[64] aos 13 anos.

O aspecto reprodutivo entra como acontecimento que faz a mulher largar os estudos, definitivamente para algumas e durante um longo período, para outras, que retomaram os estudos anos após a maternidade[65].

[64] Os estudos noturnos podem caracterizar-se como o começo de um desencadeamento desfavorável para a formação com qualidade e a constituição de um bom currículo para os jovens, pois pode influir negativamente na trajetória de trabalho futura. A dupla jornada trabalho/estudo e uma forte heterogeneidade da composição de alunos desses cursos podem comprometer o desempenho do estudante.

[65] Voltaremos a abordar o tema da gravidez na adolescência posteriormente.

No caso das nossas entrevistadas, somente duas possuem o diploma de nível superior, quatro o diploma do Ensino Médio, uma interrompeu os estudos na 7ª série, três na 6ª série, uma na 4ª série e uma na 3ª série. Marta, que concluiu o ensino superior, retomou, após os 50 anos, uma outra faculdade, mas não pôde continuar em razão da falta de meios para pagar as matrículas. Daquelas que concluíram o Ensino Médio, três delas tinham interrompido os estudos no Ensino Fundamental e depois os retomaram por meio de curso supletivo, após terem formado família. Das que não concluíram o Ensino Fundamental, uma voltou para a escola após ter se tornado mãe. Outras três, que pararam no Ensino Fundamental, não estão prontas para voltar firmemente a estudar, por estarem desanimadas para prosseguir. Uma diz não conseguir vaga e Beth, que cria quatro filhos, se queixa das dificuldades de estudar com a presença deles.

O ato de retomar os estudos após a maternidade é explicado, por quase todas que o fizeram, e pelas que ainda pretendem fazê-lo, pelo desejo de oferecer melhores condições de vida para os filhos, ou seja, pela dedicação materna[66]. Isso faz lembrar os discursos das mulheres que resolveram procurar ajuda para sair de uma relação conjugal violenta: era necessário "fazer alguma coisa", quando o companheiro colocava em risco a vida dos filhos (CABANES, COSTA, SILVA, SANTOS, 2007). A importância de prosseguir os estudos é percebida quando as mulheres se conscientizam das poucas possibilidades de ascensão social por outros meios, o que faz as mães desejarem se instruir e oferecer também condições materiais para que os filhos possam cursar a faculdade. Contrariamente, até os anos 70, nossa sociedade deixou de transmitir a arte (*savoir faire*) dos ofícios através de gerações. A profissão é alcançada quase que unicamente por meio da formação

[66] Diríamos que somente a que retomou os estudos com mais de 50 anos não estaria necessariamente movida pela maternidade, por não ter mencionado esse fato e por ser militante do movimento negro e feminista, o que pode levá-la a ter outras aspirações.

superior especializada (CADOLLE, 2001: 28), o que pressupõe o sucesso nos ciclos Fundamental e Médio.

O estudo movido pelo bem-estar dos filhos não impede, contudo, que a mulher tenha preferências na área em que quer aprofundar-se. Assim, Tatiana estuda, atualmente, para ser auxiliar de enfermagem; Letícia quer estudar História e ser professora; Simone tenta retomar o ânimo para continuar os estudos e fazer faculdade de Assistência Social; Tânia deseja fazer faculdade de Nutrição. No caso de Tatiana e Simone, o fato de serem agentes comunitárias de saúde fez com que vislumbrassem uma profissão futura na área na qual já trabalhavam, dando continuidade ao conhecimento que adquiriram.

A ascensão social pelos estudos foi comprovada para Léa, cujo diploma universitário permitiu obter um emprego formal, o casamento com um homem de classe média e uma trajetória posterior marcada por um *modus vivendi* muito diferente do que conhecia até então.

Um fato marcante é que, por pertencerem a uma geração em que a escola não era o único caminho para o aperfeiçoamento de um conhecimento, os pais das entrevistadas não insistiram na instrução destas quando eram jovens. Com uma mentalidade fortemente diferente daquela que norteou a geração de seus pais, as mulheres são conscientes da importância do sucesso escolar e do valor do diploma, por meio do qual se possibilita uma mobilidade social. Como coloca Cadolle (Idem : 28):

> *“ Actuellement la réussite scolaire constitue une épreuve décisive pour les parents. L´inquiétude concernant l´avenir des enfants est intense, lorsqu´il s´agit de transmettre un patrimoine culturel devant se matérialiser par un diplôme, et non plus un*

patrimoine économique et un statut social".

Pesa também a responsabilidade atribuída à mãe no que concerne à integração escolar dos filhos. Assim, a mesma autora afirma que

> *« (...) l´échec scolaire est généralment attribué par les enseignants à de difficultés psychologiques d´origine familiale et à des carences éducatives, dont la mère porte la culpabilité».*

A necessidade de compensar a falta da presença paterna, associada ao "medo" de ser culpabilizada pelo fracasso escolar das crianças, faz com que a mãe chefe de família monoparental sinta-se pressionada a acompanhar de perto os estudos de seus filhos. Dessa forma, mesmo as mães de baixa escolaridade e que não retomaram os estudos insistem na boa formação escolar dos filhos, zelando por seus desempenhos e se tal formação não é boa, solicita reparos por parte da escola. Assim, Lígia, que estudou até a 3ª série, pediu para a escola que seu filho repetisse de ano, porque seu desempenho não estava bom. Lílian, que parou de estudar na 6ª série, mostrou-nos o caderno de seu filho de 7 anos para que víssemos como está estudando. Quando visitamos a casa de Flávia, ela estava ajudando meticulosamente na lição de casa de suas filhas. Marlene não só está preocupada com os estudos de seus filhos, mas, igualmente, com os de seus netos.

A tendência é que os filhos tenham melhores níveis de instrução que a mãe, mas isso não garante que consigam um emprego melhor, como é o caso dos filhos maiores de Marlene, dois deles desempregados. Simone, que parou de estudar na 6ª série, tem um filho que terminou o Ensino Médio, é pai e procura emprego há mais de um ano. Assim, a exigência à educação forma os jovens sem a garantia empregatícia.

2) O trabalho remunerado

O trabalho remunerado das mulheres entrevistadas oscila entre o formal, a procura do trabalho formal, o informal e, na falta deste, disponibilizar-se para alguns serviços dentro da rede de parentesco e/ou para a vizinhança, como os serviços esporádicos de limpeza e beleza.

Para as mães sem cônjuge que têm sob sua responsabilidade a criação dos filhos e a manutenção da organização familiar, não é possível "parar", o que as leva a estar sempre ocupadas, numa sobreposição de trabalhos formal, informal e doméstico.

Às vezes, o trabalho informal na comunidade em que vivem é preferido para "ficar mais perto dos filhos" como diz Beth, "principalmente quando tem filho adolescente". Tânia também expressa a preferência de estar perto dos filhos adolescentes, em vez de trabalhar sob condições que não valem a pena, isto é, tomando longas horas de condução para chegar ao local de trabalho, em troca de um pequeno salário. Ainda menciona a dificuldade de encontrar uma pessoa que tome conta de adolescentes[67]. Lílian também resolveu trabalhar dentro da comunidade, depois que uma das patroas a convenceu a ficar perto do filho e Fernanda e Tatiana estão contentes com o trabalho de agente comunitária de saúde, por poderem de certa forma "olhar" os filhos, trabalhando dentro da área onde moram.

Das 13 entrevistadas, 10 têm trabalhado em ambos os mercados, formal e informal, duas nunca trabalharam com carteira assinada e uma sempre esteve em emprego oficial. As três mulheres que estão em emprego formal são agentes

[67] Os cuidados com adolescentes são alvo de preocupação de mães da periferia, por causa da proximidade com o tráfico de drogas e de outras tentações que podem levar ao mundo do crime. Beth enfatiza que "não pode deixar adolescente sozinho em casa".

comunitárias de saúde. Das nove que exercem trabalho informal, quatro fazem "bicos", como de manicure, cabeleireira "afro" e serviços domésticos; duas vendem cosméticos (uma delas é Flávia, que acabara de ser demitida do emprego de ACS[68]); uma realiza costura domiciliar para empresa; uma é diarista esporádica (isto é, a demanda não é freqüente); e uma cuida de crianças.

A combinação entre vários trabalhos informais e o trabalho formal com o informal é freqüente, sem a qual o orçamento familiar não se completaria.

A continuidade da profissão da mulher não é somente dificultada pela gravidez e pela presença dos filhos. Em alguns casos, os ex-companheiros, quando conviviam, não apreciavam a atividade remunerada da mulher. O ex-companheiro de Letícia, policial militar, não queria que ela trabalhasse, o que a fez desistir do trabalho de *telemarketing*. O ex-companheiro de Beth tampouco queria que ela trabalhasse na feira, o que a fez parar uma atividade em que se sentia realizada. O ex-marido de Simone permitiu que ela continuasse a trabalhar, mas não a estudar.

Tais imposições por parte de um parceiro são aceitas como uma renúncia normal, pois o trabalho seria a função do homem, visto como provedor; à mulher caberia cuidar da casa e trabalhar apenas se tivesse justificativa, como o desemprego do marido.

A tabela 5 a seguir mostra a trajetória da precarização nítida de algumas mulheres que possuíam, no início de suas atividades, um trabalho formal ou de melhor inserção ocupacional e salarial, mas que entraram em um modelo de atividade de extrema instabilidade e desvalorização pecuniar, em razão da conjugalidade, maternidade ou separação, mesmo para aquelas que possuem um nível alto de escolaridade (Letícia, Sonia, Flávia, Tânia, Léa).

[68] Agente Comunitária de Saúde.

A curta permanência no trabalho é fortemente generalizada e é comum o emprego durar somente alguns meses. Quando a saída não é causada por demissão, pode ser também motivada pelo casamento, cuja concretização exige a retirada do FGTS para compra de imóvel, como foi o caso de Letícia e Tânia, quando resolveram se juntar com os respectivos ex-companheiros. Mas as razões da demissão podem ser também o desentendimento com o pessoal do trabalho, assim como as duras condições de uma jornada que começa às 6h da manhã, o que obriga as moradoras de periferia, a sair de casa às 3h da manhã "ainda com ônibus cheio", como relatou Lígia, sobre sua experiência de trabalho como auxiliar de limpeza em um hospital. Durante os oito meses que tivemos contato com Letícia, esta mudou de atividade três vezes: foi assessora de ONG, copeira de uma associação de lazer, cuidou de um idoso e, depois da morte deste, não tem surgido nenhum serviço a não ser de manicure e serviços domésticos, que ela sempre exerceu paralelamente.

Tais atividades precárias não permitem que elas recebam o salário mínimo e nem que elas considerem um trabalho, o que as faz denominarem “bicos”; na área de estética (manicure, cabeleireira domiciliar, massagista, venda particular de cosméticos) e de serviços domésticos, como é o caso, atualmente, de Marta, Letícia, Marlene, Lílian, Beth, Flávia, Tânia e Lígia.

Outro fator que impede a ascensão ou, no mínimo, uma continuidade profissional da mulher é a discriminação por raça, já mencionada, e por sexo. Assim ocorreu com Marta, portadora de um diploma de publicidade, que seguiu carreira na área, mas foi, continuamente, alvo de atos racistas e sexistas (à época, poucas mulheres trabalhavam no ramo) durante 12 anos, cuja intensificação, nos últimos anos, a fez desistir da carreira. Marlene tinha, enfim, conseguido uma promoção no

emprego, passando de auxiliar de limpeza para copeira do hospital. Meses depois, um grupo de colegas, que não gostou que uma mulher de raça negra fosse copeira, colocou um tênis no suco que Marlene tinha feito. Ela foi demitida imediatamente.

Sobre a satisfação com o emprego ou com a atividade que exercem atualmente, as entrevistadas que estão relativamente satisfeitas, como as agentes comunitárias de saúde, afirmam isso no sentido de que "não podem reclamar", o que significa que o fato de estar no mercado formal tem seu valor e o salário compensa as insatisfações do serviço. Tânia, que faz bordados em casa, também diz estar relativamente satisfeita com o trabalho, que a permite ter o "seu dinheirinho" e estar perto das crianças. No entanto, a maioria das mulheres desejam ter uma profissão e aumentar sua renda.

Os limitadores atuais para o emprego das mães chefes de família monoparental da periferia são o baixo nível de instrução, o bairro distante dos locais onde há mais oportunidades de emprego, o estigma social do bairro, a presença de crianças e adolescentes e, para as negras, a raça.

Tabela 4: Trajetórias de escolaridade, trabalho e família

Nomes *(nº. de filhos)*	*Escolaridade*	*Trajetórias familiar e ocupacional*
Marta (4)	Escola especializada de nível superior	*(C) Maternidade* → (F) Auxiliar de limpeza → (F) Publicitária → *Maternidade* → (F) Pesquisadora de mercado → (F) Cabelereira → *Coabitação* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Separação*(I) → Cabelereira esporádica e serviços domésticos
Letícia (2)	Ensino médio	(F) Empregada de parque de diversões → (F) Operária → (F) Empregada de estacionamento → *Coabitação* → (I) Atendente em telemarketing → Separação → *Maternidade* → (I) “Bicos” de manicure e serviços domésticos → *Maternidade* → *Separação* → (I) Assessora em ONG → (I) “Bicos” de manicure e serviços domésticos → (I) Cuidados pessoais de idoso → (I) “Bicos” de

		manicure e serviços domésticos
Simone (3)	6ª série Fundamental	(I) Trabalhadora agrícola (cana, milho, algodão) → (I) Serviços domésticos → *Casamento* → *Maternidade* → *Maternidade* → (I) Empregada em lanchonete → (F) Operária → *Maternidade* → (F) Costureira → *Separação* → (I) Vendedora de marmitas → (F) ACS*
Marlene (6)	4ª série Fundamental	(I) Serviços domésticos → *Coabitação* → (I) Extração de pedras → *Maternidade* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Maternidade* → (I) Serviços domésticos → (F) Auxiliar de limpeza → *Maternidade* → *Separação* → Operária → (F) Cozinheira → (F) Auxiliar de limpeza → (C) *Maternidade* → (I) Serviços domésticos
Lílian (1)	6ª série Fundamental	(C) *Maternidade* → (I) Auxiliar de limpeza → (I) Empregada em lavanderia → (I) Babá
Beth (8)	6ª série Fundamental	(I) Serviços domésticos → (I) Feirante → *Coabitação* → *Maternidade* → *Separação* → *Coabitação* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Separação* → (I) "Bicos" de manicure → *Coabitação* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Separação* → (C) *Maternidade* → (C) *Maternidade* → (I) Vendedora de cosméticos
Sonia (5)	7ª série Fundamental	*Coabitação* → *Maternidade* → (I) Serviços domésticos → (F) Auxiliar de limpeza → *Maternidade* → *Maternidade* → (P) "Frente de trabalho" (limpeza) → *Separação* → *Maternidade (gêmeos)*
Tatiana (3)	Ensino médio	(C) *Maternidade* → (F) Empregada em mercearia → *Maternidade* → (F) Empregada de lavanderia → (F) ACS*
Flávia (3)	Ensino médio (supletivo)	*(C) Maternidade* → (I) Serviços domésticos → *Coabitação* → *Maternidade* → (F) Empregada na área farmacêutica → *Maternidade* → (F) ACS → *Separação* → Vendedora de cosméticos e "bicos"
Fernanda (3)	Ensino médio (supletivo)	(I) Serviços domésticos → *Coabitação* → *Maternidade* → (I) Operária → *Maternidade* → *Separação* → (I) Empregada de mercearia → (F) ACS* → *Maternidade → Separação*
Tânia (3)	1º ano ensino médio	(F) Vendedora em loja de tecidos → *Coabitação* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Separação* → (P) « Frente de trabalho » (limpeza) → (I) Costura em domicílio
Lígia (3)	3ª série Fundamental	*Coabitação* → *Maternidade* → *Maternidade* → *Maternidade* → (F) Auxiliar de limpeza → (I) « Bicos » de manicure
Léa (2)	Universidade (psicologia)	(I) Operária → (F) Secretária → (F) Funcionária em área de recursos humanos → *Casamento* → (A) Free lance em recursos humanos → *Maternidade* → *Maternidade* → (A) Atriz → *Separação*

Legenda: (C) Maternidade celibatária; (F) Trabalho formal; (I) Trabalho informal; (P) Política pública de emprego; (A) Autônoma

* ACS – Agente Comunitária se Saúde

3.3. A renda das mulheres

A renda das mulheres é, em sua maioria, a combinação entre a remuneração do trabalho e/ou a pensão alimentícia para os filhos, recebida do ex-companheiro e/ ou o dinheiro dos programas oficiais de transferência monetária. A renda total em salários mínimos[69] distribui-se da seguinte forma: uma com seis a sete salários mínimos (Léa, com metade da proporção da pensão do ex-marido); três com pouco mais de dois salários (Tatiana, Fernanda, Tânia); duas com um salário e meio (Simone e Marlene); seis com menos de um salário (Marta, Letícia, Lílian, Beth, Sonia, Lígia). Flávia recebia mais de dois salários quando estava empregada, isto é, até 14 de maio de 2006, e na segunda entrevista, desempregada, passou a obter menos de um salário. Letícia também recebia pouco mais de um salário na primeira entrevista, mas, na segunda, sua renda tinha sido reduzida para menos de um salário, em razão da sua saída da ONG na qual trabalhava.

O melhor salário entre as mães trabalhadoras é o das três agentes comunitárias de saúde, que varia entre pouco mais de um salário mínimo e meio e mais de dois salários mínimos. As outras seis que trabalham como babá (Lílian), manicure (Letícia, Beth, Lígia), limpeza (Sonia, Marlene) recebem entre 130 e 260 reais. Marta tem renda esporádica como cabeleireira “afro”, para a vizinhança. Tânia, que faz bordados para a indústria de confecção, recebe em torno de 200 a 300 reais. Léa, atriz, depende da atuação que pode ter em cada mês, seu salário é muito esporádico.

4. As políticas públicas

[69] O salário mínimo atual (julho de 2006) é de 350 reais.

4.1. As políticas públicas existentes

As políticas públicas existentes no Brasil, que visam diretamente ao apoio às mulheres chefes de família monoparental, são as políticas de conciliação entre família e trabalho, transferência de renda, emprego e formação, gênero e moradia. Não existem, no país, políticas de transferência de renda direcionadas para as famílias monoparentais ou famílias monoparentais de baixa renda, como a *Allocation parent isolé* (API) e a *Allocation parental de soutien* (APS), na França, e o *Jido fuyo teate* e o *Boshi-kasan*, no Japão. Não há, tampouco, políticas familiares que visam à manutenção ou o aumento da taxa de natalidade, como a *Allocation familiale* e o *Jido teate* nos outros dois países mencionados.

No entanto, como resultado de uma ampla reivindicação dos movimentos sociais de origem popular (surgidos, nos anos 70, como parte da luta pela democratização do país sob regime de ditadura militar à época), concepções alternativas de democracia trazidas pelos setores historicamente excluídos da sociedade brasileira vieram a ser incorporadas no campo político. Assim, como afirma Sader (1988: 313),

> *"Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade e assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política."*

Tal transformação da cultura política brasileira acompanha a redefinição da

noção de cidadania nos anos 90, diretamente ligada ao surgimento da nova concepção de direitos[70], definida por Dagnino (2000: 85-89) como "uma cidadania desde baixo". Acompanha, também, a tendência universal (não somente brasileira) da diversificação e diferenciação dos sujeitos sociais no seio dos movimentos[71]. Da mesma forma, junta-se com o projeto de modernização do Estado, conforme as pautas trazidas pela comunidade internacional neo-liberal (SCHILD, 2000: 153-158), incorporando idéias progressistas para, em seguida, retraduzi-las de acordo com os valores caros ao pensamento conservador. Tal efeito é exemplificado pelo caso da adoção das políticas de transferência de renda em nosso país.

Nessa seção, dentre o complexo sistema de políticas de cunho social hoje existente, em níveis nacional e regional, delimitamo-nos a descrever as políticas públicas utilizadas pelas mulheres estudadas nestas pesquisa, que são: conciliação entre trabalho e família, transferência de renda, emprego e de formação, saúde, moradia, eqüidade de gênero e assistência social.

1) Políticas de conciliação

As políticas de conciliação entre família e trabalho, ou seja, aquelas que permitem à mãe sozinha exercer a responsabilidade familiar são, essencialmente, a licença maternidade e o sistema de educação infantil para crianças de 0 a 6 anos.

- *Licença maternidade*

[70] Noção de cidadania que se distingue da tradição liberal do final do século XVIII. Para maiores detalhes sobre tal distinção ver (Dagnino, 2000: 87-89).

[71] O caso do feminismo, elucidado por Pierucci (1999: 131), é bastante representativo do processo de produção das diferenças. Os aspectos de classe, raça e etnia, trazidos pelas produções acadêmicas dos anos 80, vieram a abalar a hegemonia do feminismo ocidental dos anos 70, questionando a igualdade entre as mulheres e gerando conflitos e tensões que o movimento até então desconhecia.

Garantida pela CLT[72], "a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário" (CLT, Art. 392). Sua cobertura é realizada pela previdência social. O período da licença maternidade no Brasil é relativamente elevado em nível internacional, tendo 14 semanas a mais do que recomenda a Organização Internacional do Trabalho (ILO Maternity Protection Convention, 2000, No. 183; SORJ, Op. Cit.)[73]. A CLT garante, igualmente, o direito de amamentação durante a jornada de trabalho em dois períodos, de meia hora cada, até que a criança complete 6 meses de idade (CLT, Art. 396).

- *Educação infantil*

A maioria da população trabalhadora, integrante do mercado de trabalho informal, depende dos equipamentos públicos de conciliação, como creche e pré-escolas. Segundo Sorj (2004: 32), entre os domicílios que comportam crianças de 0 a 6 anos, em todo o país, 39% são usuários dessas instituições. Segundo Décio Hatakeiama[74], coordenador da SAS[75] de uma sub-prefeitura da cidade de São Paulo, em média, somente 12% das crianças da cidade que necessitam de atendimento em creche são absorvidas. As razões alegadas por ele são as "condições econômicas, de infra-estrutura, falta de área regularizada, falta de espaço para construção".

A importância desse dispositivo de conciliação entre família e trabalho é demonstrada por Sorj (2004: 32), pois as mães que têm seus filhos na creche ou

[72] Consolidação das Leis Trabalhistas.
[73] Tramita, atualmente, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que possibilita a ampliação da licença-maternidade para mais 60 dias, aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado em outubro de 2007. De acordo com a proposta, a adoção da licença maternidade de 6 meses é voluntária, tanto para a empresa como para a trabalhadora. A empresa que quiser conceder a licença de 6 meses deve aderir ao programa Empresa Cidadã, criado pelo próprio projeto. Com isso, o empregador terá isenção total no Imposto de Renda do valor pago às trabalhadoras nos dois meses a mais de licença.
[74] Entrevista realizada em 23 de junho de 2006 na subprefeitura de Guaianases, distrito localizado no leste da cidade de São Paulo.
[75] Supervisão de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

em instituições pré-escolares trabalham 1,5 horas a mais e têm ganho salarial de até 55% a mais que as que não têm os filhos na instituição. Tal fato significa que grande parte de mães perde a oportunidade de ter uma atividade em tempo integral e de melhor qualidade, devido à falta de dispositivos para conciliação entre trabalho e família.

Tal limitação não somente se dá em termos quantitativos, mas também de distribuição geográfica e de horário de atendimento, o que restringe o leque de escolha das atividades para as mães. Uma das reivindicações levadas pelas mulheres participantes da Pré-Conferência de Políticas para as Mulheres do Centro de São Paulo para a Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de 2007 foi a ampliação dos horários de atendimento nas creches, inclusive nos finais de semana (participação em ambos os eventos, o primeiro sendo em 14/04/2007 e o segundo, em 03 e 04/05/2007).

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, engendrado após a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em agosto de 2007, oferece um retorno muito aquém da reivindicação paulistana em termos quantitativos e qualitativos para as políticas de conciliação, definindo como meta o aumento de vagas, para crianças de 0 a 6 anos em educação infantil pública, em 12% e a quantidade de creches e pré-escolas em 1.714, até 2011 (II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, 2007: 42). Propõe, como uma das prioridades, sem precisar sua metodologia, a promoção de “oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres” (Idem: 43). Tal menção pode ser interpretada como a ampliação dos horários de atendimento nas creches e pré-escolas, mas deixa uma margem de interpretação bastante livre.

A educação infantil no Brasil é oferecida em creches ou entidades

equivalentes para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade. Um Grupo de Trabalho interministerial foi constituído, com o objetivo de apresentar uma proposta para transição da gestão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos, em creches e pré-escolas, atualmente apoiadas financeiramente pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para o Ministério da Educação - MEC. Compõem esse GT representantes do MEC, do MDS e do Ministério do Planejamento.

No município de São Paulo, a educação infantil é repartida entre o Centro de Educação Infantil – CEI (0 a 3 anos) e a Escola Municipal de Ensino infantil – EMEI (4 a 6 anos). O CEI corresponde à creche que estava sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS – até 2001. O Decreto nº 41.588 de 28 de dezembro de 2001 transferiu os Centros de Educação Infantil da SAS para a Secretaria Municipal de Educação – SME. Em termos de quantidade, são 334 CEIs diretos, 571 CEIs conveniados e indiretos, 3 CEIs Indígenas e 464 EMEIs, atendendo 392.297 mil crianças (Secretaria Municipal de Educação).

Quanto ao critério de ingresso nas creches, a prioridade não é para as crianças cujos responsáveis trabalham. São as “situações de vulnerabilidade atípica”, nos termos de Hatakeiama, agregadas às condições econômica e familiar, os fatores determinantes para a aceitação da criança na instituição. Desta forma, segundo Hatakeiama, crianças pertencentes a famílias de baixa renda com muitos filhos, dependentes de idosos ou deficientes físicos e famílias monoparentais têm preferência para ocupar uma vaga em creche.

Empregadas e empregados integrados no setor formal de emprego – menos da metade da população economicamente ativa, como já foi mencionado

anteriormente – podem beneficiar-se de creches vinculadas às empresas ou do auxílio creche (SORJ, Op. Cit.: 35). A CLT prevê que empresas com pelo menos 30 funcionárias sejam obrigadas a providenciar uma creche para que as mães possam confiar a guarda de sua criança durante o período da amamentação[76]. Como alternativa à instalação de uma creche, a empresa pode optar pelo convênio com creches públicas ou privadas ou oferecer o sistema de reembolso caso a mãe escolha a creche de sua preferência, no período de, no mínimo, seis meses do início da vida da criança[77].

Para Sorj, se a legislação beneficia a mãe e a criança nos seus primeiros meses de vida, não introduz uma perspectiva de conciliação em longo prazo que leve em consideração todas as fases do crescimento da família do indivíduo empregado. Sob tal perspectiva, a legislação não só atribui a responsabilidade dos cuidados das crianças à mãe como "não possibilita ao trabalhador lidar com as demandas familiares como um acontecimento normal em sua vida pessoal" (SORJ, Op. Cit.: 36, 47, 49).

Assim, a atenção à família é vista como algo de excepcional, baseado na expectativa de que haja, em primeiro lugar, uma divisão sexual do trabalho, isto é, uma delegação dos cuidados das crianças à mãe e/ou uma outra figura feminina da família; em segundo lugar, é fortemente enraizado, no Brasil, o pressuposto da contratação de uma babá para a atenção contínua às crianças, a fim de que o pai e

[76] " Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação" (CLT, Art. 389 §1º) e "A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais" (CLT, Art. 389 §2º). Tais facilidades beneficiam, principalmente, funcionárias de grandes empresas com sindicato ativo, visto que a fiscalização é fraca e poucos empregadores aderem à lei (SORJ, 2004: 36).

[77] As possibilidades do uso do sistema de reembolso para creche dependem dos acordos coletivos realizados (SORJ, 2004: 36).

a mãe possam se dedicar ao trabalho como se não tivessem crianças dependentes.

2) Políticas de transferência de renda

No Brasil, a primeira proposta de garantia de renda mínima para os mais desfavorecidos economicamente foi realizada por Antonio Maria da Silveira em 1975. Ele propôs, em seu artigo “Redistribuição de renda”, na Revista Brasileira de Economia, que a política de combate à pobreza fosse introduzida por meio do imposto negativo. Mas foi nos anos de 1990, que a proposta entrou na agenda pública e passou a ser implementada gradativamente: primeiro, em nível municipal, para depois ser adotada paralelamente pelos Estados, até ser unificada pelo Governo Federal, de acordo com o Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 (FONSECA, 2001: 93; SUPLICY, 2002: 119; 125-139; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME).

A coordenação, gestão e operacionalização pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS necessita, porém, das ações complementares dos Estados e dos municípios.

A entrada da questão da garantia de renda mínima no debate público teve seu marco no Projeto de Lei do Senado de 1991, de Eduardo Matarazzo Suplicy, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM para todas as pessoas de mais de 25 anos residentes no país e que possuíssem rendimento mensal bruto correspondente a 2,5 vezes o salário mínimo da época, sob forma de imposto de renda negativo (SUPLICY, op. cit.: 123).

O Projeto de Lei de Eduardo Suplecy sofreu alterações principalmente no que diz respeito a modificação das condições de acesso. Enquanto Suplicy

propunha o beneficiamento de todos os indivíduos pobres acima de 25 anos, o foco passou para o beneficiamento condicional vinculado à família e à educação. José Márcio de Camargo, preocupado com a erradicação do trabalho infantil e o incentivo do trabalho informal por meio do PGRM, defendeu que este fosse repassado somente às famílias que tivessem crianças em idade escolar (FONSECA, 2001: 102-103). Tal visão ganhou força, primeiro, com a implementação do Programa Bolsa Escola na cidade-satélite de Brasília e do programa de Garantia de Renda Familiar Mínima no município de Campinas, ambos em 1995, para ser sucessivamente implantada em outros municípios ao longo dos anos 90 (SUPLICY, 2002: 125;131).

A vinculação do programa à existência de crianças em idade escolar tornou-se a característica da política de transferência de renda no Brasil na qual, como aponta Fonseca (2001: 104;106), a renda mínima não é um direito de todos os cidadãos pobres, mas somente aqueles que possuem filhos em idade escolar.

O conjunto de ações de transferência de renda "Bolsa Família" é atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e compreende quatro programas: o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à educação, "Bolsa Escola"; o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, "Cartão Alimentação"; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde, "Bolsa Alimentação"; e o Programa Auxílio-Gás (Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004).

A "Bolsa Família" beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda mensal, por pessoa, de até R$ 120,00[78], cadastradas no

[78] Existem outros programas sociais destinados a famílias que se encontram na faixa de renda de até meio salário mínimo (R$ 207,50 *per capita*).

Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)[79]. Os valores pagos variam de R$18,00 a R$172,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

Tabela 5: Valores e critérios de benefícios do Programa Bolsa Família

Critério de Elegibilidade		**Ocorrência de crianças/ adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes**	**Valores do Benefício (R$)**
Situação das Famílias	**Renda Mensal *per capita***		
Situação de Pobreza	De R$ 60,01 a R$ 120,00	1 Membro	18,00
		2 Membros	36,00
		3 ou + Membros	54,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R$ 60,00	Sem ocorrência	58,00
		1 Membro	76,00
		2 Membros	94,00
		3 ou + Membros	112,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

[79] Instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza no país. Com base nas informações inseridas no CadÚnico, o MDS seleciona as famílias que serão incluídas no Programa a cada mês. Segundo o Ministério, o critério principal é a renda *per capita* da família e são incluídas primeiro as famílias com a menor renda (MDS).

Quando realizamos a pesquisa, isto é, entre outubro de 2005 e maio de 2006, a população sofria a transição dos programas de inclusão social: primeiro sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do governo Marta Suplicy (2001-2004) e, depois, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS do governo José Serra (2005-2006), sucedido por Gilberto Kassab, quando Serra se tornou governador de São Paulo, em 2006. No primeiro programa, tinham sido introduzidos, sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, os primeiros programas de transferência de renda "Garantia de Renda Familiar Mínima", voltado para famílias cuja renda *per capita* fosse inferior a meio salário mínimo, com crianças entre 0 a 15 anos.

Outros programas de inclusão social foram juntamente implantados: "Bolsa Trabalho", direcionado aos jovens de família de baixa renda de 16 a 20 anos, para ampliar sua escolaridade e capacitação; "Começar de Novo", voltado para trabalhadores desempregados de baixa renda que tinham 40 anos ou mais e "Operação Trabalho", com o objetivo de combater os efeitos do desemprego de longa duração sobre as condições de vida de trabalhadores entre 21 e 39 anos (Oliveira, 2004: 59-64). A SMADS mantém o programa Renda Mínima, fazendo com que haja sobreposição com os programas estadual (Renda Cidadã) e federal (Bolsa Família) dessa natureza.

No que se refere às inscrições, a família que queira se beneficiar dos programas deve aguardar o cadastramento, isto é, o recebimento de uma carta de convocação para atualização dos dados, no caso da Renda Mínima, ou aguardar a visita de um "cadastrador", no caso do Renda Cidadã e do Bolsa Família, para depois ser submetida ao exame de seleção (PREFEITURA DE SÃO PAULO).

Tal procedimento difere dos sistemas francês e japonês, nos quais o candidato ao recebimento de programa de transferência de renda se direciona espontaneamente ao órgão competente e realiza o pedido mediante preenchimento de um formulário. A seleção é realizada por meio do exame do formulário e entrevista.

De acordo com o portal eletrônico da prefeitura de São Paulo, hoje (abril de 2008), nenhum paulistano que queira se inscrever em um programa de transferência de renda poderá ser beneficiado, não somente em nível municipal, mas em nível estadual e federal. Nenhum programa recebe novas inscrições neste momento e não há perspectivas para que isso aconteça em breve (Idem). Assim, as menções eletrônicas são:

> *"O programa Renda Mínima NÃO está com inscrições abertas e NÃO há previsão de novas datas." (Renda Mínim*a) (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO)
>
> *"NÃO ESTÃO SENDO REALIZADOS CADASTROS NO MOMENTO. Não há previsão de abertura de cadastro. Os cadastramentos são realizados através de visita domiciliar efetuada por Agentes de Proteção Social (APS) que atuam na região. As visitas não são agendadas e só são realizadas caso a região tenha disponibilidade de cotas. A disponibilidade de cotas é distribuída pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social." (Renda Cidadã)* (Idem)
>
> *"IMPORTANTE: Não há previsão de cadastramento do Programa Bolsa Família. O cadastramento (inscrição) de novas famílias será realizado SOMENTE através de visitas domiciliares. Portanto, NÃO ADIANTA ir até as subprefeituras,*

postos de recadastramento ou em qualquer outro lugar. Os cidadãos DEVEM AGUARDAR A VISITA DO CADASTRADOR em casa." (Bolsa Família) (Idem)

As incrições que dependem primeiro da abertura de cadastro e, depois, da convocação ou da visita de um agente fazem com que o sistema de transferência de renda no Brasil seja operacionalizado do modo fortemente restrito e revelam o porquê a maioria das mulheres chefes de família que entrevistei não são beneficiadas por nenhum programa.

3) Políticas de emprego e de formação

Seguro-Desemprego e Programa de auxílio desemprego.

- *Seguro-Desemprego:* O Seguro-Desemprego é coberto pela seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal, tendo por finalidade prover prestações financeiras temporárias ao trabalhador dispensado involuntariamente. Conforme o portal eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, "Embora previsto na Constituição de 1946, foi introduzido no Brasil, no ano de 1986, por intermédio do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto n.º 92.608, de 30 abril de 1986" (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO).

Desde 1988, além do Seguro-Desemprego, o trabalhador desempregado pode fazer parte do Programa do Seguro-Desemprego, que tem como objetivo auxiliar na busca de emprego, promovendo ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional (Idem).

-*Programa de auxílio desemprego* "Frente de Trabalho". Consiste em um programa de caráter assistencial e emergencial, sem proporcionar vínculo

empregatício, promovido pela Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho – SERT do estado de São Paulo. Proporciona ocupação e formação profissional para trabalhadores desempregados há, no mínimo 1 ano, maiores de 17 anos e residentes na região metropolitana de São Paulo e do município de Cubatão. O beneficiado do programa, denominado “bolsista”, recebe, mensalmente, uma bolsa-auxílio, cartão de alimentação, seguro de acidente e auxílio-deslocamento, permanecendo no programa durante nove meses (SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

4) Políticas de saúde

No que concerne à saúde, o Sistema Único de Saúde – SUS, introduzido no município em articulação com o governo federal, oferece atendimento gratuito nos hospitais e prontos-socorros conveniados (Oliveira, 2004: 46). O Programa Saúde da Família – PSF, coordenado pelo Ministério da Saúde, é um instrumento utilizado pelas mulheres entrevistadas nesta pesquisa, tanto como profissionais, na função de Agentes Comunitárias de Saúde – ACS, integrando a equipe do Programa, quanto como usuárias do serviço.

O Programa tem por objetivo atuar na prevenção e identificação de enfermidades, assim como na educação do saneamento, buscando a intervenção nos fatores que colocam a saúde da comunidade – de baixa renda – em risco (Idem: 47). O ACS, que tornou-se categoria profissional em julho de 2002, atua em um território definido, com uma população delimitada, em geral, nas comunidades às quais pertence, por conhecer a realidade local e estar mais apto a aproximar-se das famílias para cadastrá-las, levar informações e orientá-las (Idem; MINISTÉRIO DA

SAÚDE; BACHILLI *et alii,* 2008: 52).

Ao agentes são ligados a uma Unidade Básica de Saúde – UBS – da região, como membro da equipe multiprofissional, composta em geral por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis ACS. São, atualmente, 204 mil ACS em atividade no país, presentes em comunidades rurais e em municípios urbanizados. Cada equipe se responsabiliza por cerca de mil famílias de uma determinada área, e estas passam a ter co-responsabilidade no cuidado com a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, Op. Cit.)

A profissão de ACS, condicionada no local de residência, permite o acesso relativamente facilitado aos domicílios da comunidade, o que viabiliza o atendimento conforme os objetivos do programa. O inconveniente do sistema é que, segundo a lógica do vínculo do ACS com a UBS da região a que pertence, se o agente deixar de residir no local, ele perde o emprego.

É possível encontrar, com a incorporação do ACS, o paradigma da vigilância sanitária, que tem como unidade a família e sua interlocutora, a dona de casa e mãe de família. O controle sanitário das famílias não é desconectado da ideologia das políticas de transferência de renda condicionada à família.

5) Políticas de moradia

Ao basear-nos em Bonduki (1988), Kowarick (1988), Ant (1988), Caldeira (2000), Fix (2001), entre outros autores sobre a questão urbana paulistana, é possível constatar que as políticas de moradia voltadas para a classe trabalhadora tomam o caráter de programas pontuais de compensação de um desenvolvimento urbano fortemente segregacionista, dos pontos de vista espacial e social, do

processo de modernização da cidade.

Na cidade de São Paulo, as políticas habitacionais destinadas à população de baixa renda são operacionalizadas por meio da parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU e a Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, da Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo (Oliveira, Op. Cit.).

As condições para o requerimento da aquisição de um imóvel são, mais uma vez, vinculadas à constituição de família. O requerente deve possuir mais de 18 anos, viver em família, possuir renda entre 1 e 10 salários mínimos e viver na cidade onde queira morar há, no mínimo, três anos (SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

Segundo a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, o acesso ao imóvel é possibilitado pela inscrição e sorteios. Ser idoso, deficiente físico, policial civil ou militar, pertencer à comunidade indígena, ser morador de cortiço, morador em área de risco, morador em favela a ser erradicada e pertencer a uma associação de luta pela moradia são casos considerados “especiais”, e uma cota do total de unidades de cada empreendimento é reservada às pessoas que se encaixam nesses perfis. Não há nenhuma menção sobre domicílios chefiados por mulheres. O CDHU encoraja a participação em uma associação de luta para moradia (Idem).

6) Políticas de gênero

As políticas públicas de promoção dos direitos da mulher, com o enfoque que privilegia a eqüidade de gênero, começaram a ser introduzidas durante a década da mulher (1976-1985), que coincidiu, por sua vez, com a democratização do país e a

participação do movimento feminista nesse processo.

Os primeiros órgãos de elaboração de políticas públicas para as mulheres foram criados, em 1983, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, antes mesmo da sua existência em nível nacional. A criação pioneira do CECF (Conselho Estadual da Condição Feminina) de São Paulo foi alvo de diversos debates, críticas e avaliações no que se refere à autonomia do movimento de mulheres em relação ao Estado e à sua representação no seio da instituição (SANTOS, 2006: 404).

Tal debate serviu de base para a formação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1986, que, após extinção e reativação, compõe, atualmente, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, criada em janeiro de 2003.

Em níveis estaduais e municipais, são os Conselhos da Condição Feminina e as Coordenadorias da Mulher que operam como instâncias de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento da igualdade de gênero.

Destaca-se a implementação das instituições públicas (e, paralelamente, as associações e ONGs) de atendimento às mulheres em situação de violência a partir da segunda metade dos anos 80, como as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM ou DDM), as Casas Abrigos, Centros de Referência e Serviços de Atendimento à Violência Sexual (SCHRAIBER *et alii*, 2005: 137).

As DDMs, compostas apenas por profissionais femininas, foram criadas especialmente para atender casos de violência contra a mulher (Idem: 145). A primeira delas foi criada pela legislação do estado de São Paulo em dezembro de 1986 (CLADEM, 2000: 245). As Casas Abrigo foram, por sua vez, criadas por meio da Lei Orgânica do Município de São Paulo em 1990 (Idem). Trata-se de

alojamentos para mulheres e seus filhos em situação de violência, durante um tempo determinado. Seu endereço é sigiloso e as vítimas são geralmente encaminhadas por uma Delegacia da Mulher ou um Centro de Referência. Os Centros de Referência oferecem serviços de orientação, atendimentos psicológicos e jurídicos.

No município de São Paulo, existem nove DDMs, cinco Casas Abrigo (ligadas à SMADS), sete Centros de Referência, 13 Serviços de Atendimento à Violência Sexual. Dos Centros de Referência existentes na cidade, cinco nasceram de iniciativas de grupos de mulheres e são, atualmente, conveniados com a prefeitura. Os dois restantes foram criados pela prefeitura.

O primeiro Centro de Referência da mulher em São Paulo foi o SOS-Mulher, fundado em 1980. A organização tinha o objetivo de prestar apoio psicológico e jurídico às mulheres com problemas de violência doméstica, principalmente do meio popular (Gregori, 1992: 32-36).

A proposta apresentava-se como uma prática alternativa de organização de mulheres da classe média com as mulheres pobres, que recusavam as relações autoritárias, como as dos grupos políticos de esquerda, nos quais, num certo período, o movimento feminista estava inserido nos anos 70 (Idem: 38-39). O SOS-Mulher durou três anos. Posteriormente, outros centros de referência da mulher foram criados na cidade de São Paulo. O centro de referência no qual tivemos acesso a duas mulheres entrevistadas foi fundado por um grupo feminino da comunidade, após o assassinato de uma jovem por seu marido. O acontecimento mobilizou a população local, tendo como resultado a criação do Núcleo, que obteve convênio financeiro com a Secretaria de Assistência Social da prefeitura. Assim, o centro acolhe mulheres vítimas de violência doméstica da zona Leste de São Paulo,

oferecendo-lhes serviços jurídicos, psicológicos, sociais e educacionais (CABANES, COSTA, SILVA, SANTOS, 2007: 3).

Não existia, até o primeiro semestre de 2006 (isto é, durante o período em que realizamos as entrevistas no Brasil), uma lei sobre violência doméstica, "nem garantias processuais específicas para as vítimas de violência familiar ou sexual" (CLADEM, Op. Cit.: 246). Na falta de uma proteção jurídica direcionada, a Lei 9.099, criada para agilizar a justiça e aplicável nos casos de lesões corporais leves e ameaças, era o que se podia utilizar como recurso (Idem: 243 e 246). A promulgação da Lei 11.340, em agosto de 2006, pelo Presidente da República, mais conhecida como Lei Maria da Penha, veio a criar mecanismos para "coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher" (Lei 11.340).

7) Programas assistenciais específicos

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS – lançou, em 14 de novembro de 2005, o Programa "Ação Família - Viver em Comunidade", pretendendo, junto com o Programa "São Paulo Protege", torná-lo o pilar da política de assistência social da cidade (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL). O Programa visa atender famílias consideradas como de alta vulnerabilidade social, com base no Instituto Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, da Fundação SEADE[80], com filhos e que esteja residindo na cidade há pelo menos dois anos. É explicitado no portal do programa que as mulheres chefes de famílias monoparentais satisfazem o critério de elegibilidade para se submeterem à seleção. O Programa é condicional e requer que

[80] São precisamente populações que fazem parte dos grupos de IPVS 5 e 6, conforme medição em 2004.

as famílias cumpram os seguintes compromissos: participar das atividades do Programa; matricular e manter os filhos na escola e nos serviços socioeducativos; estar em dia com a carteira de vacinação e não ter filhos menores de 16 anos no trabalho (salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos). Geograficamente, foram selecionados 13 distritos entre nove subprefeituras para a implantação do programa, sendo que, em Guaianases, somente o distrito de Lajeado foi contemplado. Segundo o Observatório de Política Social da SMADS, a meta é de atender 30 mil famílias até dezembro de 2006. A meta para Cidade Tiradentes é de 2 mil famílias e, para Guaianases (Distrito de Lajeado), 3 mil (Idem).

4.2. O uso das políticas públicas e de ajudas privadas

1) Conciliação entre família e trabalho: a combinação entre instituições públicas, associações e ajuda de familiares

As creches e instituições pré-escolares (EMEIs) são utilizadas por quase todas as mães que trabalhavam ou trabalham regularmente, e mesmo por algumas que não trabalham regularmente, no período em que os filhos têm idade pré-escolar. Beth, mãe de oito filhos, que cria quatro, tem conseguido colocar seus filhos pequenos em creche, o que a permite fazer alguns “bicos”.

No entanto, a questão das restrições de vaga surge como empecilho para uma delas, Letícia, que inscreveu sua filha caçula de 2 anos em três creches, mas nunca pode ser atendida. Por isso, ela deve pagar 60 reais por mês para que uma vizinha cuide de sua caçula, quando sai para algum serviço. A filha é cuidada pela vizinha entre 9 e 14 horas e, à tarde, sua filha maior, de 9 anos, já de volta da escola, cuida da pequena. Já o EMEI foi mais acessível para a filha de Letícia.

Algumas mulheres viram-se confrontadas com a situação de conciliar trabalho, estudos e maternidade, como foi o caso de Marta, Simone, Flávia e Fernanda. A maioria deixou de estudar por causa das dificuldades de manter a tripla jornada de trabalho: Marta foi a única que concluiu os estudos médio e superior, graças ao serviço de creche e à mãe que substituiu a função maternal para que sua filha pudesse estudar e trabalhar. Simone já vinha com uma trajetória de intermitência escolar em razão do trabalho em roça (no corte de cana, principalmente) dos 10 anos de idade até os 12 anos e, em seguida, como empregada doméstica até os 16 anos.

Enquanto morava e trabalhava na casa de uma família, Simone retomou os estudos e continuou até o meio da 7a. série. Nessa época, conheceu o ex-marido de quem engravidou e com quem se casou, e, a pedido dele, mas também motivada pela mudança, parou de estudar. Ela deu continuidade em seus trabalhos, que mudavam constantemente por causa das freqüentes mudanças. O que permitia a conciliação do trabalho com os cuidados dos filhos era a ajuda de mulheres da família (tia e ex-cunhada) e a creche, para a sua filha caçula.

Flávia, por sua vez, mãe aos 16 anos, tentou conciliar maternidade, trabalho e estudos com o serviço de creche e a ajuda de sua tia, mas interrompeu os estudos no final do ano letivo, pois “não estava agüentando” a tripla jornada de atividades.

Fernanda também já trabalhava nos serviços domésticos enquanto era estudante, o que a fazia intercalar estudos e trabalho e, depois, a maternidade. Como relatou, “um ano eu estudava, outro ano eu parava”. O nascimento de sua segunda filha, aos 20 anos, a fez interromper o ensino médio normal, mas não o trabalho. Enquanto isso, seus pais, que moram no mesmo prédio, a ajudaram a

cuidar dos filhos. Fernanda retomou os estudos no ensino supletivo noturno, seis anos depois, já com três filhos e trabalhando como agente comunitária de saúde. Contou, mais uma vez, com a ajuda de seus pais e, para a sua filha caçula, o serviço de creche.

2) Programas de transferência de renda

Em relação aos programas de transferência de renda, uma recebe Renda Mínima, uma recebe Bolsa Família e uma recebe de ambos os programas. No entanto, 12 entre 13 mulheres dizem ter se cadastrado pelo menos uma vez, mas nove delas nunca se beneficiaram. Algumas entrevistadas criticam os programas, cujas normas de recebimento são, segundo elas, burocráticas, desiguais e parciais, sendo que somente alguns "privilegiados" podem beneficiar-se deles. Eis um trecho de uma entrevista com Lílian, que diz não compreender por que certas pessoas podem ser contempladas e outras, não:

> *" Muita gente fez (inscrição), até pessoas que não precisam muito e as pessoas que mais necessitam não vem. Tem gente aí, que tem marido, trabalham os dois e recebem. Tem gente que tem um monte de filho e é sozinha e não vem. Aqui mesmo aconteceu isso, fizeram aqui, igual uma senhora que mora aí para baixo, tem um monte de criança e é ela sozinha, ela fez, teve pessoas que o marido ganha bem. A gente mora aqui, mas ganha melhorzinho, o marido, a mulher trabalham, tem filho e ganha. (...) É o que eu falo, existe uma panelinha onde pega a ficha, é escolhido e manda, e quem precisa nem carta, nem nada chega."*

O Bolsa Família, por exemplo, é destinado para famílias cuja renda *per capita* é

extremamente baixa (no caso, de no máximo 120 reais), assim, é compreensível que parte das famílias cujos chefes são as mulheres entrevistadas nesta pesquisa não possa ser contemplada pelo programa. O fato de que o recebimento da renda seja condicionado ao de ser responsável por filhos de até 15 anos (que frequentam a escola) restringe, da mesma forma, as famílias beneficiadas. Ainda, é necessário ter tido a oportunidade de se cadastrar. Lígia não pôde se cadastrar no Renda Mínima, por falta de documentos e agora aguarda a Bolsa Família, em que conseguiu se cadastrar.

3) Políticas de emprego e formação

Duas mulheres entrevistadas, Sonia e Tânia, possuem experiência de participação no Programa de auxílio ao emprego "Frente de Trabalho". Sonia, moradora de uma casa-abrigo para vítimas de violência doméstica, tinha dado à luz a gêmeos, dois meses antes da entrevista. Ela tinha sido contemplada por um recrutamento de moradores de albergues e abrigos para realizar serviço de limpeza no próprio abrigo em que reside. A remuneração é dividida em 210 reais de salário e 46 reais de alimentação, que recebe em forma de cartão. Como Sonia estava grávida, trabalhou um mês e entrou em licença maternidade, mas "recebe normal como se estivesse trabalhando". Depois do término da licença, ela pode voltar a trabalhar na "Frente de Trabalho", para completar os nove meses de contrato, mas ela prefere procurar um serviço fora do programa.

Flávia foi demitida do seu trabalho de agente comunitária de saúde por ter se mudado da comunidade onde vivia devido à separação do ex-companheiro. Ela espera a homologação para passar a receber o seguro- desemprego e sacar o

Fundo de Garantia.

4) Condições de atendimento médico

No que concerne à saúde, todas as mulheres, exceto Léa, recorrem ao serviço de saúde público e gratuito, Sistema Único de Saúde – SUS. As Unidades Básicas de Saúde – UBSs – e programas de saúde da família também são utilizados pelas mulheres. Dentre as mulheres entrevistadas, três são atendidas pelo PSF e quatro são ACS (sendo que uma foi demitida durante nosso contato).

5) Condições de moradia

A moradia das mães entrevistadas é dividida, *grosso modo*, em dois tipos: casa ou apartamento, comprado por meio da Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB e casas construídas em áreas de risco (favela). Dessa forma, quatro residem em apartamentos da COHAB; uma construiu uma casa com base em um "embrião" vendido pela COHAB; quatro residem em áreas de risco; uma reside em casa de aluguel; uma é proprietária de imóvel privado; e uma mora temporariamente em uma casa-abrigo conveniada com a Prefeitura para mulheres vítimas de violência doméstica. Das cinco que moram em residência da COHAB, somente uma é proprietária, as demais pagam prestação. Das moradoras de favela, quatro são proprietárias e uma está terminando de pagar a prestação.

Algumas mulheres possuem trajetória de mudança bastante freqüente dentro do contexto da "circulação de crianças" e adolescentes e da integração na rede familiar, que cede um espaço para algum membro da família morar.

Assim, Marlene mudou de moradia freqüentemente, isto é, aproximadamente 14 mudanças até se instalar numa área de risco, onde mora há 15 anos. Depois de vir para São Paulo, permaneceu em casas de irmãos, em vários bairros da área metropolitana, com seus quatro e depois cinco filhos, sendo que o sexto nasceu quando já morava no bairro atual.

Beth também morou primeiro em casa de família, onde trabalhava e, depois de ter seu primeiro filho, morou em quarto de aluguel; juntou-se com o segundo companheiro e, depois da separação, foi acolhida por um dos irmãos. A vinda para a comunidade atual foi motivada pela construção de casa com o terceiro companheiro, mas hoje mora numa outra casa no mesmo bairro, sendo que ela é proprietária. Simone mudou-se várias vezes também: a primeira vez foi quando saiu do interior para morar na Grande São Paulo, em razão do trabalho de empregada doméstica. Depois, morou com o ex-marido na zona norte de São Paulo; em seguida foi morar novamente no interior, conforme a vontade do então marido. De volta para São Paulo, morou em casa de parentes, até conseguir instalar-se na comunidade onde mora atualmente.

As mulheres almejam melhorar ao máximo as condições materiais de sua residência, tanto na questão da estrutura da casa, como na da decoração, sempre com o objetivo de “melhorar”. Como, por exemplo, Lígia, que quer mudar o banheiro de lugar, para ter mais ventilação; colocar telhas na casa e rebocá-la; ou ainda Beth, que pretende construir um terceiro cômodo.

No entanto, são visíveis as deteriorações da parte externa dos prédios da COHAB, assim como a falta de infra-estrutura que sofrem as moradias das áreas de risco. Tanto as residências públicas, como as privadas são pequenas em sua

dimensão, o que faz as moradoras aumentarem a quantidade de cômodos quando é possível, como foi o caso de Marlene.

Outras dificuldades que as mulheres enfrentam são a distância do bairro em relação ao centro (situa-se no extremo leste da capital paulista) e o estigma que o local enfrenta, por ser vinculado a pessoas ligadas à criminalidade. Tais fatos dificultam, muitas vezes, a própria contratação empregatícia, assim como a de seus filhos, como relataram Marta, Simone e Flávia. Eles se vêem obrigados a informar um endereço diferente do seu, para evitar uma rejeição automática em nível de exame de currículo.

6) O uso das instituições de gênero: políticas públicas e associações

Sonia soube da existência de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica por meio de uma reportagem na televisão. Já tinha recorrido uma vez à Delegacia da Mulher e várias vezes às delegacias comuns para fazer o boletim de ocorrência contra o seu companheiro que a agredia, mas nunca tinha sido encaminhada para uma casa-abrigo. Segundo ela, se soubesse da existência de uma estrutura que acolhesse as mulheres nessa situação, teria saído de casa antes. Sonia foi encaminhada para um centro de referência para mulheres, na segunda vez que foi para a delegacia da mulher, quando decidiu sair de casa. A delegacia a encaminhou para o centro de referência que, por sua vez, a levou para a casa abrigo onde reside atualmente.

Marlene também recorreu ao centro de referência para receber atendimentos psicológicos, motivada pela sua trajetória de violência com seu ex-companheiro. Ela faz parte do núcleo de artesãs organizado pelas mulheres

atendidas nesse centro, com objetivo terapêutico e de geração de renda, simultaneamente.

Marta fundou, em 1988, com suas companheiras ativistas do movimento negro, uma associação de cultura e arte negra, que hoje atua mais na questão de defesa dos direitos da população negra. Desde 1995, a organização conta com o atendimento das Promotoras Legais Populares – PLP[81] no que concerne a casos de violência doméstica e de discriminação racial. A associação organiza, também, a capacitação de novas PLPs. Dez anos antes, Marta, que sofria com as agressões físicas de seu ex-companheiro, começava também, dentro da sua atuação militante, a articular e organizar as mulheres no interior do movimento negro.

Assim, por volta de 1994, Marta participou de um curso de PLP, com duração de um ano, em uma associação feminista, e sentiu-se preparada, tanto para romper com o ex-companheiro, como para incluir a nova atividade no seio da organização. Como disse,

> *"Eu sei que esse curso aí me deu uma certa segurança. Porque aí eu já conhecia mais os direitos e sabia como recorrer, aonde ir. A gente que sofre violência, você não sabe, parece que não tem ninguém para te ajudar."*
>
> *"Então ele foi bom pra mim, porque trouxe um campo que era dos direitos."*

A participação no curso de PLP ajudou também Letícia a romper com a situação em que era vítima de violência conjugal, do pai de sua filha caçula.

Fernanda freqüentou uma entidade filantrópica ligada à religião espírita, que acolhe, entre outros públicos, as gestantes.

---

[81] Desenvolvido, anteriormente, em países como Peru, Argentina e Chile, o projeto de promotoras legais populares foi introduzido por grupos feministas no Brasil, em 1992 (PROMOTORAS LEGAIS POPULARES). Ele consiste em oferecer cursos de "capacitação legal" das mulheres, isto é, promover o conhecimento das leis e dos mecanismos jurídicos para viabilizar a defesa dos direitos humanos das mulheres no seu cotidiano e em sua comunidade. Em São Paulo, começou em 1994, pela iniciativa da União Brasileira de Mulheres.

Tabela 6: O uso das políticas públicas pelas mulheres entrevistadas

Nome, idade (núm. de filhos)	***Conciliação família e trabalho***	***Transferência de renda***	***Políticas de emprego e formação***	***Moradia***
Marta, 54 (4)	1) Creche 2) EMEI	Renda mínima	-	COHAB
Leticia, 34 (2)	EMEI	-	-	COHAB
Simone, 38 (3)	Creche (caçula)	-	-	-
Marlene, 45 (6)	1) Creche (4 menores) 2) EMEI (4 menores)	Bolsa família	"Começar de novo"	-
Lilian, 27 (1)	EMEI	-	-	-
Beth, 35 (8)	1) Creche 2) EMEI	Renda mínima	-	-
Sonia, 36 (5)	Creche	-	"Frente de trabalho"	-
Tatiana, 27 (3)	1) Creche 2) EMEI	Bolsa família e Renda mínima	-	COHAB
Flavia, 29 (3)	1) Creche 2) EMEI	-	-	-
Fernanda, 28 (3)	Creche	-	-	COHAB
Tânia, 33 (3)	-	-	"Frente de trabalho"	COHAB
Lígia, 34 (3)	Creche (filho mais velho)	-	-	
Léa, 43 (2)	-	-	-	-

7) As ajudas familiares e da vizinhança como principal apoio

A família aparece como principal fonte de ajuda em momentos difíceis de ruptura conjugal, tanto do ponto de vista material,[82] como moral, para conciliar os filhos e as atividades profissionais e educacionais, e na educação cotidiana dos filhos (como foi o papel da mãe de Marta). Na família, a ajuda provém, principalmente, da mãe e dos irmãos. O pai também aparece como pessoa que ajuda a filha, mas com menos freqüência.

No entanto, algumas mulheres não se beneficiam da ajuda da mãe ou dos irmãos, em alguns casos, mesmo quando estes residem perto, como ocorre com Lilian, cuja mãe a vê raramente, mas a falta de apoio familiar se deve, também, ao fato de muitas vezes morarem longe.

Se a ética dos pobres, baseada na solidariedade familiar, pressupõe que a família deva ajudar (SARTI, Op. Cit.), a ausência dessa ajuda por parte de algum membro próximo da família é vivida com ressentimento. Marlene sentiu amargamente a rejeição de sua mãe, quando queria voltar para casa com sua filha, ainda bebê, para se desvencilhar do companheiro violento. Beth, por sua vez, lamenta que seu irmão mais querido se mudou para a Bahia, e somente uma irmã, com quem não se entende, está em São Paulo. Fernanda recebe ajuda da mãe para "olhar" seus filhos, mas conta que sua irmã, que tem cinco filhos e está desempregada, tem prioridade.

Os filhos mais crescidos ajudam, principalmente, a cuidar dos irmãos menores e, no caso dos filhos adultos, estes oferecem contribuição material. Assim, Marlene tem a colaboração do filho que está empregado e Ligia, do seu filho que

[82] É recorrente o acolhimento da mulher na casa de um dos membros de sua família, no momento da separação conjugal.

recebe a bolsa do programa “Ação Jovem”.

As próprias mães que entrevistamos podem ser provedoras de auxílio a seus familiares, como Marlene e Marta, que sustentam não somente seus filhos, mas também seus netos e, no caso de Marta, oferece quarto e alimento para seu “irmão de santo”.

A vizinhança aparece como um “quebra-galho” importante na vida cotidiana, quando é necessário zelar pelas crianças enquanto a mãe trabalha, ou quando se necessita complementar bens materiais, como alimento. As relações com a vizinhança são baseadas em trocas mútuas, sendo que as mulheres que se beneficiam de ajuda também a oferecem. A amizade, caracterizada pela solidariedade, pode ser fundamental para salvar uma mulher de uma situação de extrema dificuldade, como a de Sonia. Ameaçada de morte pelo seu ex-companheiro, contou com o acolhimento de sua amiga para sair definitivamente de sua casa.

Tabela 7: O uso das ajudas privadas pelas mulheres entrevistadas

Nome, idade (núm. de filhos)	***Família***	***Vizinhança, amizade***	***Associações***
Marta, 54 (4)	Filhos maiores	Vizinhança	Curso de Promotora Legal Popular
Leticia, 34 (2)	-	Vizinhança	Curso de PLP
Simone, 38 (3)	Ex-cunhadas	Vizinhança	-
Marlene, 45 (6)	Irmãos Filho mais velho	Vizinhança	1) Casa da juventude 2) Assoc. de moradia 3) Núcleo de artesãs
Lilian, 27 (1)	-	Vizinhança	-
Beth, 35	Irmão	Vizinhança	Lazer dos filhos na

(8)			associação de mutuários da COHAB
Sonia, 36 (5)	1) Irmã 2) Filha mais velha	Vizinhança, amizade	-
Tatiana, 27 (3)	Mãe	Vizinhança	-
Flavia, 29 (3)	1) Mãe 2) Filho maior 3) Primos	Vizinhança, amizade	-
Fernanda, 28 (3)	Mãe, pai, irmã	Vizinhança	Curso para gestantes em associação filantrópica
Tânia, 33 (3)	-	Vizinhança	-
Lígia, 34 (3)	Filho mais velho, padrasto, ex-sogra	Vizinhança	Lazer em associação de mutuários da COHAB
Léa, 43 (2)	Mãe	-	-

4.3. As demandas ao poder público

As demandas das mulheres entrevistadas em relação às políticas sociais são principalmente relacionadas à questão da conciliação entre trabalho, família e a educação das crianças. São elas: introdução de políticas públicas direcionadas para mulheres chefes de família; criação de um espaço onde mães chefes de família monoparental possam se encontrar e trocar experiências; ampliação de vagas para creche; introdução de programas voltados para permitir a conciliação entre família e estudo; prioridade para crianças cujas mães trabalham (e não só crianças em risco) na seleção para creches; ampliação de vagas para os Centros Educacionais Unificados – CEUs[83]; introdução de programas sociais universais e

[83] Trata-se de complexos educacionais criados pela prefeitura de São Paulo em 2002, que integram creche, Escola de Educação Infantil, Escola de Ensino Fundamental e equipamentos como teatro, cinema, biblioteca, quadras de esportes, piscinas (http://educacao.prefeitura.sp.gov.br, acesso em 28/04/2008; OLIVEIRA, op.cit.: 41). Permite, também, o acesso da comunidade local a atividades

desburocratizados, principalmente para jovens; introdução de políticas de transferência de renda para despesas com a educação das crianças.

5. Os projetos das mulheres entrevistadas

Os projetos das mulheres são claramente voltados para melhorar o grau de autonomia, concomitantemente com a afirmação de identidade própria, que se caracteriza como uma cristalização de experiências, passadas e atuais, e da identidade de mãe. Tais projetos podem ser de longo prazo, como o de terminar os estudos e fazer faculdade, e também de mais curto prazo, como fazer um curso para adotar o caminho de profissional autônoma. Outras possuem projetos que têm a finalidade de resolver seus problemas imediatos, como o de encontrar um trabalho formal para assegurar a estabilidade. Um objetivo como "aprender a dirigir" carrega um sentido simbólico de almejar sua autonomia. Dessa forma, os projetos das mulheres entrevistadas são:

1) Continuar faculdade;
2) Fazer faculdade de História ou Psicologia;
3) Fazer faculdade de Assistência Social;
4) Fazer faculdade de Pedagogia;
5) Fazer curso de Auxiliar de Enfermagem;
6) Fazer faculdade de Nutrição na UNIP;
7) Abrir uma loja;
8) Achar um trabalho para sair do abrigo;

como lazer, educação e cultura (Idem).

9) Fazer curso de cabeleireira;

10) Obter emprego registrado;

11) Voltar para a Bahia e criar um grupo de conscientização de mulheres vítimas de violência;

12) Aprender a dirigir.

CAPÍTULO 5: A PESQUISA DE CAMPO NA FRANÇA

1. As características gerais das entrevistadas: idade, naturalidade, religião e família de origem

Tabela 8: Características gerais das mulheres entrevistadas na França

Nome	*Data da entrevista*	*Idade*	*Naturalidade*	*Departamento de residência*
Valérie	26/09/07	19	Costa do Marfim	Seine Saint-Denis
Mireille	26/09/07	34	Costa do Marfim	Seine Saint-Denis
Camille	16/10/07	34	França	Paris
Aisha	27/10/07	26	França	Val de Marnes
Isabelle	10/11/07	38	França	Paris
Dora	12/11/07	31	Cabo Verde	Seine Saint-Denis
Marjane	21/11/07	43	Irã	Seine Saint-Denis
Yasmina	28/11/07	38	Marrocos	Seine Saint-Denis
Catherine	6/12/07	50	França	Seine Saint-Denis
Samantha	7/12/07	42	França (Martinica)	Paris
Danièle	11/12/07	50	França	Paris
Fifi	12/12/07	28	Haiti	Yvelines
Sylvie	13/12/07	50	França	Seine Saint-Denis

A idade média das mulheres chefes de família monoparental entrevistadas na França é de 37 anos, a mais nova tem 19 anos e as três mais velhas, 50 anos. Duas têm entre 20 e 29 anos, cinco têm entre 30 e 39 anos e três, entre 40 e 49 anos.

A naturalidade das mulheres indica que nossa amostra é nitidamente

dividida entre francesas e estrangeiras. Isso é um reflexo da composição da população em situação de precariedade, pois encontramos, com mais facilidade, mães imigrantes em situação de monoparentalidade, ajudadas pelas associações, que mães francesas. A distância dos familiares parece fazer com que essas mulheres sejam mais inclinadas a procurar uma associação de apoio que as francesas.

Dessa forma, entrevistamos sete francesas (Camille, Aisha, Isabelle, Catherine, Samantha, Danièle e Sylvie) e seis mulheres de naturalidade estrangeira (Valérie e Mireille, da Costa do Marfim; Dora, de Cabo Verde; Marjane, do Irã; Yasmina, de Marrocos; Fifi, do Haiti). É, porém, necessário detalhar que, entre as francesas, uma é de Martinica, uma é dos DOM, uma é filha de imigrantes da Tunísia e uma é filha de pai argelino, o que faz delas social e culturalmente distintas das demais francesas. Os aspectos raça e etnia não são neutros em suas trajetórias.

A nacionalidade é coerente com a naturalidade das informantes, exceto no caso de Fifi, nascida no Haiti e que veio para a França com 11 anos na condição de filha de refugiado político. Hoje ela possui nacionalidade francesa.

A religião das mulheres entrevistadas divide-se em: católica (Valérie, Mireille, Camille, Dora, Catherine, Samantha), muçulmana (Marjane e Yasmina), protestante (Fifi) e sem religião (Aisha, Isabelle e Danièle). Isabelle relata que seu pai nunca obrigou seus filhos a seguir sua religião muçulmana, nem sua mãe, a católica.

Quanto à família de origem, há uma forte diversidade de tipo familiar e de classe social. Os pais de Camille, Aisha, Isabelle, Yasmina, Catherine, Danièle e Sylvie vêm de família biparental. Diferentemente, Valérie, Mireille, Dora, Marjane, Samantha e Fifi vêm de famílias monoparentais ou foram criadas por outra pessoa

da família que não era nem pai, nem mãe (exemplos desse caso são Dora, que foi primeiro, criada por sua avó e, depois do seu falecimento, por sua tia e Fifi, que após a separação de seus pais, foi criada por sua avó).

As francesas "de origem", ou seja, não oriundas de casamento misto durante algumas gerações – Camille, Catherine, Danièle e Sylvie – fazem parte da classe média cultivada; todas as quatro afirmaram sua posição sociocultural nas entrevistas, frisando certo capital cultural em sua família. Como disse Camille, "*il y avait des livres à la maison*", ou Danièle, "*mes parents n´avaient pas de sous, enfin, pas trop, mais c´est un milieu cultivé quand même, ma mère était sans profession fille de boucher-charcutier, traditionnnel...*".

Se as mães exercem ou exerceram a função de dona de casa, a profissão dos pais permitia manter uma vida relativamente estável, como a de dono de pequena empresa (Camille), jornalista (Catherine), funcionário na companhia de eletricidade (Danièle) e diplomata (Sylvie).

Essas mulheres são aquelas que podemos chamar de "transgressoras", que fizeram a ruptura com a norma familiar, ao ter uma criança na ilegitimidade (Camille, Catherine e Danièle) ou com a noção do casamento, exercendo a coabitação para depois se separar. Aisha e Isabelle, filhas de imigrantes, são também de família biparental; ao contrário das francesas acima, não manifestam uma noção de pertencimento a uma camada social cultivada.

Isabelle cresceu entre um pai próximo ao mundo literário (ele era distribuidor de uma editora importante), uma mãe de baixo nível de instrução e nove irmãos. Apesar de seu pai ter "insistido muito" para que ela lesse, ela não gostava de estudar. Sua maior intimidade com a mãe parece ter gerado uma maior identificação com ela; Isabelle encontra as razões do seu insucesso escolar nas dificuldades de

aprendizado que teve sua mãe.

O pai de Marjane, iraniana, tinha uma certa posição hierárquica na polícia e depois se tornou escritor. Sua mãe era a segunda esposa de seu pai e separou-se dele.

O pai de Yasmina, de Marrocos, foi enfermeiro, com nove filhos para sustentar; Valérie é filha de funcionário público da Costa do Marfim, falecido antes da sua vinda para a França, aos 14 anos. Como sua mãe não possuía meios para fazê-la ir para a escola, sua tia, que ia para a França, quis levá-la consigo, prometendo levá-la para a escola. A promessa, porém, não foi cumprida, e Valérie teve de cuidar de seus sobrinhos.

Mireille, também da Costa do Marfim, é filha de agricultores e seus pais são separados. Dora, filha de mãe solteira, conheceu seu pai quando tinha 7 anos. Segundo ela, ele trabalhava no Banco Central, mas emigrou para a União Soviética um ano depois desse encontro, para trabalhar como motorista na embaixada de Cabo Verde. Sua mãe, falecida, emigrou para a Europa (primeiro para Portugal e depois para a Suíça) e trabalhou cuidando de um homem idoso, que se casou com ela.

Dora afirma que “ele cuidava de nós, mandava dinheiro todos os meses”. Dora não conviveu muito com sua mãe nem com seu pai e afirma que não teve oportunidade de conhecê-los bem. Apesar disso, a notícia da morte precoce de sua mãe repercutiu na sua vida como “a pior das coisas que podia passar”.

2. As trajetórias da monoparentalidade

2.1. Os engajamentos anteriores à monoparentalidade

Nosso campo francês apresenta uma alta proporção de mulheres que tiveram a experiência da coabitação e da maternidade celibatária. Assim, como mostra a tabela a seguir, cinco viveram uma união consensual, seis, a maternidade sem conjugalidade e duas, o casamento. O tempo médio da conjugalidade (coabitação e casamento) é de sete anos e meio[84], mas, considerando somente o tempo de convivência depois do nascimento do primeiro filho, o tempo de união diminui para três anos e meio. A relação conjugal pode aparecer como um investimento para a maternidade, fazendo com que a chegada da criança relativize o casal.

Algumas relações mostram ambiguidades que dificultam sua qualificação, apesar de não haver dúvidas quanto ao estado conjugal. São os casos de Dora e de Yasmina. Dora, na França na condição de imigrante ilegal, mãe de cinco filhos e com problemas de moradia, tem sido sustentada por conterrâneos casados para sobreviver. O primeiro que conheceu « cuidou bem » dela enquanto tinha trabalho como pedreiro, mas depois se envolveu em tráfico de drogas e foi preso. O atual, 18 anos mais velho, visita periodicamente Dora e seus filhos, assim como faz as compras de supermercado para ela. Como afirmou[85],

> « *Eu disse, o que que eu vou fazer? Não trabalho, não tenho papel, ela tava pequenina, tem que comprar leite, tem que comprar tudo, e eu não tinha dinheiro. E aí eu fui obrigada a sair com um homem. Mas eu disse... eu não vou ficar cada hora a deitar com um homem, vou procurar um homem pra cuidar de mim e da minha filha* » (Dora).

Yasmina foi morar com o marido na França somente 13 anos após o

[84] Para aquela que teve mais de uma experiência de coabitação, a relação mais longa foi levada em consideração.
[85] A entrevista com Dora foi realizada em português.

casamento, e já com os seus dois filhos crescidos. Seu casamento foi arranjado pela família, com um rapaz que morava na França, há muitos anos. Foi ela que exigiu que ele encaminhasse as documentações para viverem juntos no país (*regroupement familial*[86]), caso contrário, pediria o divórcio. Sua pouquíssima vida em comum com o marido fez com que ela ficasse em condição semelhante a de uma mãe solteira.

Marjane também se casou com o marido por intermediação da família, sem conhecê-lo profundamente até o dia do casamento. A imigração na condição de estrangeira fora difícil, somando-se a isso o desemprego do marido e sua pouca qualificação.

Tabela 9: Histórico conjugal e razões da monoparentalidade

Nome (Idade)	***Nº de filhos***	***Situação conjugal***	***Tempo de coabitação / (após nascimento do 1º filho)***	***Razões de separação****
Valérie 19	1	Solteira	0	Abandono
Mireille 34	2	Coabitação	5 anos / (2 anos)	Abandono
Camille 34	1	Solteira	0	Relação não se aprofundou
Aisha 26	1	Coabitação	4 anos / (3 anos)	Problemas de adaptação do cônjuge, que era estrangeiro
Isabelle 38	2	Coabitação	4 anos / (3 anos)	Infidelidade do cônjuge
Dora 31	5	1) Solteira 2) Solteira	1) 0 2) 0	1) Relação não se aprofundou

[86] Agrupamento familiar.

		3) Solteira	3) 0	2) Homem casado + envolvimento em tráfico de drogas 3) Homem casado
Marjane 43	1	Casada	14 anos / (7 anos)	Brigas freqüentes, agressões verbais
Yasmina 38	3	Casada	14 anos / (1 ano)	Brigas por causa de problema financeiro, sensação de humilhação
Catherine 50	1	Solteira	0	Relação não se aprofundou
Samantha 42	4	Coabitação	1) 10 anos / (9 anos) (coabitação instável) 2) 7 anos / (6 anos)	1) Decepção, infidelidade 2) Decepção, infidelidade
Danièle 50	1	Solteira	0	Desejo de criar a criança sozinha
Fifi 28	2	Solteira	0	Não especificado
Sylvie 50	2 (gêmeos)	Coabitação	1 ano / (9 meses)	Decepção em relação ao ideal de casal

*Para as mães solteiras, razões que impediram a união.

2.2. A maternidade

O número médio de filhos do nosso universo francês é de exatamente dois. O desejo de ter um filho fora especialmente forte para Isabelle, Catherine, Danièle e Sylvie.

Isabelle viveu, durante 11 anos, com um homem com quem não conseguiu ter filhos, motivo pelo qual a relação viu seu fim. No ano seguinte, conheceu o pai de

seus filhos e logo engravidou. Sylvie, que dizia que «*fonder une famille n´a jamais été mon idéal*», se viu pronta, aos 35 anos, para viver com um homem que propôs uma vida de estabilidade afetiva. Como disse, «*J´ai beaucoup de conquêtes, mais une histoire d´amour c´est pas tous les jours*». O apelo era forte para realizar um ideal de família e a oportunidade surgiu em um momento em que começava a ver limites da idade reprodutiva. Com Catherine e Danièle ocorreu o mesmo, pois engravidaram com quase 40 anos. Danièle, passando dos 30 anos, desejava muito ter um filho, mas nunca conseguiu manter um relacionamento longo com um homem. Ela já pensava em adotar uma criança quando soube de sua gravidez «por acidente». Situação bem diferente de quando ficou grávida aos 28 anos e fez aborto por querer evitar a situação de mãe solteira, ainda fortemente estigmatizada[87]. Ela sabia que essa maternidade faria parte da realização de uma convicção que amadureceu através do tempo, que seria a invenção de uma nova maneira de ser mãe: «*Moi je vais inventer une nouvelle façon de vivre seule avec un enfant*». Camille, por sua vez, quando soube que estava grávida, sabia que poderia optar pelo aborto, legal no país, mas preferiu a maternidade, acreditando que poderia aceitar os acasos da vida. Ela afirma que não estava apaixonada pelo pai de sua filha, mas que se apegou a ele, durante um período de profunda depressão. Foi ele que decidiu o nome de sua filha e presenciou o parto; mas a relação acabou logo após o nascimento do bebê.

As mães francesas «de origem», como Danièle e Camille, mas também Catherine e Sylvie, compartilham a característica de estar divididas entre o ideal moderno de família – se possível, feliz – e a busca da realização pessoal, conjugados com a contestação dos valores dominantes transmitidos por sua família

[87] Danièle queria evitar a situação de ser chamada de "*fille-mère*", como era (e ainda pode ser) a maneira de denominar as mães solteiras com conotação carregada de julgamento moral.

de origem. Elas possuem a vantagem do alto nível de instrução, o que possibilita, em grande medida, fazer escolhas que as mulheres da classe popular não poderiam. Por exemplo, Dora diz gostar de ter filhos e que teria um sexto filho: «*Eu sofro muito, mas gosto de me sentir grávida*» e «*Não posso ter dinheiro, mas posso ter filhos*», afirmou. Ela se queixa das críticas que recebe, tal como, «*não tem dinheiro, então, não deveria ter filhos*». Para ela, são os filhos que lhe trazem felicidade, dinheiro não. Aqui, «filhos» não são vistos como custo, mas como recurso gerável graças ao diferencial biológico feminino.

Samantha, por sua vez, vê sua vida dificultada pela vinda de filhos em momentos de problemas de saúde, de falta de emprego e de desentendimento com o companheiro. Mesmo assim, a expectativa de enquadrar-se na norma familiar tradicional, com um marido que cumpra o papel de provedor, fez com que ela tentasse refazer sua vida após a primeira separação. Como disse, era preciso reparar o "fracasso": *«(...) quand on a déjà vécu certaines choses, on se dit - Bon, peut-être que celui là... va m'élever la famille, va me changer les choses. Pourquoi pas essayer? On peut pas rester seule en échec».* A recomposição famliar de Samantha trouxe-lhe mais dois filhos em condições particularmente difíceis, sem emprego e com a ausência constante do ex-companheiro. Assim, suas repetidas gestações e maternagens foram vividas em solidão.

Algumas mulheres se tornaram mães na adolescência, como Valérie, Dora e Yasmina respectivamente aos (17 anos, 16 anos e 17 anos). As duas primeiras assumiram a maternidade como mães solteiras. Samantha também teve seu primeiro filho muito jovem, com 20 anos. Ordenada por sua tia, que a criava, Dora tentou o aborto, ilegal em seu país, sem resultado.

2.3. As razões de ruptura

As razões de ruptura com o(s) pai(s) dos filhos não são sempre reflexo de uma insatisfação ligada a uma expectativa de conjugalidade pós-moderna, no sentido colocado por Théry (1998) e Singly (2004), entre outros sociólogos. Se a falta de afetividade está na base do distanciamento afetivo, como aparece nos discursos das entrevistadas, para algumas delas, a ruptura é fundada na frustração em relação à falha do cumprimento do papel masculino convencional (Samantha, Dora, Marjane, Yasmina, Mireille). O papel social do homem como provedor principal é, sobretudo, inerente à visão matrimonial tradicional das mulheres imigrantes que entrevistamos. Tal expectativa é reforçada pela precariedade do emprego para elas e pela necessidade de cuidar dos filhos sozinha, por causa da ausência de familiares.

Assim, as razões de separação ou da não-conjugalidade, no caso das mães solteiras, remetem-se ao desnivelamento entre o ideal e o real, ao mesmo tempo em que se colocam questões práticas. São elas, por exemplo: o não cumprimento do papel de cônjuge, no caso de Marjane, Yasmina e Samantha; agressões verbais, também para Marjane ; desentendimento por causa dos problemas de adaptação do cônjuge, que era estrangeiro, para Aisha; infidelidade do cônjuge, para Isabelle e Mireille; abandono, no caso de Valérie ; «um engano» (« *Je m´étais trompée* »), no caso de Sylvie; «desapego afetivo», no caso de Camille ; a vontade de ser mãe era superior à vontade conjugal, para Danièle.

2.4. A relação entre pai e filhos após a separação

Em nosso campo, entre 16 pais, oito mantêm relação com seus filhos,

variando de contato freqüente (quase todos os dias) até uma vez por ano e sete não têm nenhum contato (não temos informação sobre um deles).

Isabelle é a que mais se distancia do tipo de família estritamente monoparental, porque o pai das crianças é presente quase que cotidianamente. Sem ocupação atualmente, em muitas ocasiões ele vai buscar as crianças na escola enquanto ela trabalha. Igualmente, durante as férias, ele ficou com eles a maior parte do tempo. O ex-marido de Marjane também mantém uma relação estreita com o filho, mantendo encontros de duas vezes por semana. Para ela, o contato entre pai e filho é importante, por isso ela permite que ele permaneça em casa durante o encontro, mesmo que ela prefira evitá-lo. O encontro semanal ou quinzenal, eventualmente, com divisão das férias é o caso dos pais dos filhos de Camille, Dora, Samantha e Sylvie. No caso de Camille, mesmo sem ter convivido com o pai de sua filha, este se mantém ligado a ela.

A possibilidade de coparentalidade, exceto pelo ex-companheiro de Isabelle e, em certa medida, de Marjane, é bastante remota para as mulheres entrevistadas, pois, no mínimo, seis pais não possuem praticamente nenhum contato com seus filhos. Mesmo quando há contato, nenhum deles assume os cuidados cotidianos dos filhos. Os encontros concentram-se nos finais de semana e nas férias, momentos de repouso e de lazer. Há, portanto, coerência entre o grau de convívio com os filhos antes da separação e depois, e isso independentemente do estado conjugal.

Contudo, mesmo em condição de maternidade sem conjugalidade, é possível manter uma certa coparentalidade, como no caso de Camille e do pai da filha de Catherine, com quem ela mantinha um certo contato até sua morte. Tal iniciativa depende não somente do pai, mas também da mãe. Aisha, por exemplo, prefere não ter mais nenhum contato com o seu ex-companheiro. Ele procurou se reaproximar

dela e de sua filha, o que foi categoricamente recusado. No entanto, o pagamento de pensão alimentar não segue essa regra, pois mesmo os pais que se mantêm próximos dos filhos não cumprem tal dever parental.

Tabela10: Relação pai e filhos antes e após a ruptura familiar

Nome	***Antes da ruptura***	***Após a ruptura***	***Freqüência do contato***	***Paga pensão alimentar ?***
Valérie	Inexistente	Inexistente	0	Não
Mireille	Existente (com o filho, a filha não)	Inexistente atualmente	0	Não
Camille	Existente	Existente	Duas vezes por mês	Não
Aisha	Existente	Inexistente	0	Não
Isabelle	Existente	Existente	Quase todos os dias	Não
Dora	1) Inexistente 2) Existente 3) Existente	1) Inexistente 2) Existente 3) Existente	1) 0 2) ? 3) Todos os finais de semana	1) Não 2) ? 3) Compra de alimentos
Marjane	Existente	Existente	Duas vezes por semana	Não
Yasmina	Pouca relação	Pouca relação	Uma vez por ano	Não
Catherine	Pouca relação	Pouca relação (até morte do pai)	0	Não
Samantha	1) Existente 2) Existente	1) ? 2) Existente	1) ? 2) Duas vezes por mês e férias	1) Não 2) Não
Danièle	Raro	Raro	Somente contato telefônico	Não
Fifi	Existente	Existente	Por telefone ; alguns finais de semana	Não
Sylvie	Existente	Existente	Finais de semana e metade das férias	Sim (290 euros por filho)

3. Educação e trabalho

3.1. As caracterísitcas do trabalho feminino na França

Segundo Battagliola (2004: 82-83), o tipo de curva de atividade de mulheres nascidas entre 1941-1945 (isto é, ingressas no mercado de trabalho nos anos 60) era, ainda, a curva bimodal, isto é, em forma de M. Foi a geração nascida em 1950 e que ingressou no mercado de trabalho nos anos 70 que inverteu, definitivamente, a proporção das mulheres ativas com a interrupção de trabalho (em sua maioria por causa da maternidade), em relação às mulheres ativas sem interrupção de trabalho (Idem). Esse fato mudou a configuração das mulheres ativas, que é composta, cada vez mais, por mulheres casadas e/ou com filhos, fazendo com que, hoje em dia, a maioria das mães de família tenha uma participação contínua no mercado de trabalho (BATTAGLIOLA, Op. Cit.: 84; MARUANI, 2003: 16). Assim, em 1975, 53,9% das mulheres entre 25 e 49 anos eram ativas. Em 2002, essa taxa subiu para 79,8% (INSEE, *apud* Maruani, 2003: 15) e em 2006 para 82,3% (INSEE, 2008).

Mas a transformação do modo de atividade das mulheres não significa uma transformação da divisão sexual do trabalho que indique uma participação qualitativamente e quantitativamente maior dos homens no trabalho ligado à esfera privada. Como coloca Maruani (Op. Cit.: 15) sobre a condição de trabalho da mulher francesa contemporânea,

> *«Dans la France des anées deux mille, le modèle dominant n´est pas celui du choix (travail ou famille), il n´est plus celui de l´alternance (travailler-s´arreter-retravailler) mais celui du cumul: pour une mère de famille, il est désormais « normal » de travailler alors qu´il y a seulement quarente ans il était tout aussi normal de s´arrêter dès la naissance du premier enfant. Au-*

delà des statistiques, il s´agit donc d´un basculement des normes sociales de l´activité féminine.»

Examinando a atividade das mães, seu percurso profissional não difere do dos homens, mesmo para aquelas que têm uma criança de menos de três anos para cuidar. É somente a partir da presença de uma terceira criança que a taxa de atividade das mulheres começa a diminuir. Assim, segundo o Enquête Emploi do INSEE, a taxa de atividade das mães de uma criança de menos de três anos é de 80,2%, de duas crianças, de 58,3% e de três crianças, de 36,3%.

A ampla participação das mães no mercado de trabalho hoje é resultado de uma tradição francesa de fomento às políticas de emprego para as mulheres, ao mesmo tempo em que se espera o cumprimento de suas atividades reprodutivas, inclusive de uma ótica natalista (DAUNE-RICHARD, 2007; EYDOUX e LETABLIER, 2007).

As políticas de emprego das mulheres na França tiveram seu começo no século XIX, sob o princípio da proteção das trabalhadoras. Segundo Daune-Richard[88] (2007: 2), a tradição francesa deixava para as mulheres a escolha entre ingressar no mercado de trabalho ou não, mas suas atividades profissionais eram sempre limitadas pelo papel que deveria cumprir no espaço privado. Nos anos 20 a lei já previa a licença maternidade para as mulheres assalariadas. As alocações familiares foram concebidas no contexto das preocupações natalistas e da reprodução dos futuros cidadãos. Nos anos 70, foram instituídos os serviços públicos de cuidados infantis, com a instalação de creches e escolas maternais para crianças de 2 a 5 anos. Com a crise do emprego, a partir dos anos 80, medidas

[88] Baseamo-nos na comunicação de Anne Marie Daune-Richard, que expôs a problemática do trabalho feminino na França no seminário franco-japonês «Promotion du travail des femmes et conciliation de la vie professionnelle et familiale», realizado em novembro de 2007 pelo Ministère de la Santé et du Travail, em Paris.

como a introdução do trabalho em tempo parcial e do retorno das mulheres ao lar foram adotadas por meio da introdução da alocação parental de educação (*Allocation parentale d' éducation*) após o nascimento do segundo filho[89].

A transformação do emprego feminino teve como conseqüências a contribuição para o aumento da desigualdade entre os sexos, diminuindo a renda das mulheres, e da polarização entre as mulheres, as instruídas de um lado e as de baixa qualificação que não tinham a opção em recusar o emprego em tempo parcial, de outro. Nos anos 90, o incentivo à flexibilização das empresas continua, ao mesmo tempo em que são tomadas as ações públicas de desenvolvimento de empregos no setor de serviço às pessoas (no domínio do *care*).

Quanto à conciliação entre família e trabalho hoje, o sistema público de acolhimento de crianças compreende as escolas maternais, as creches e as «*nourrices agrées*», isto é, mães crecheiras credenciadas. Segundo Daune-Richard (Idem), se as escolas maternais garantem amplamente o acolhimento de crianças a partir de entre 2 e 3 anos de idade até a idade escolar (5 anos)[90], o atendimento às crianças de 0 a 2 anos é deficitário, considerando que apenas 9% das crianças cuidadas por terceiros é usuária de creche. O sistema de *nourrice agrée* é o mais utilizado: 17% dos casos. Ainda hoje, as crianças de menos de 3 anos são majoritariamente (56%) cuidadas por alguém da família, na maioria dos casos, pela mãe (Idem).

Quanto às mulheres chefes de família monoparental da França metropolitana, a taxa de atividade para a faixa etária entre 25 e 49 anos, com pelo menos um filho de menos de 18 anos é de 88,5%, segundo Chardon e Daguet (2008). A taxa de

[89] Hoje, chama-se "complemento de livre escolha de atividade" (*complément de libre choix d' activité*).

[90] A evolução da freqüência das crianças nas escolas maternais é de: 50% em 1960; 65% em 1970; 82% em 1980.

emprego é de 70,2%, e 26,8% para as mulheres que estão ocupadas em um trabalho em tempo parcial.

Eydoux e Letablier (2007: 44) mostram que, de modo geral, as mulheres chefes de família monoparental são mais desfavoráveis no mercado de trabalho; no entanto, há a necessidade de ponderar que elas não constituem uma categoria homogênea. Isso significa que as variáveis «condição socioprofissional», «nível de educação», «trajetória familiar» (separada/divorciada, mãe solteira, viúva) e «idade dos filhos» determinam o modo de inserção das mulheres chefes de família monoparental no mercado de trabalho. Acrecentaríamos a variável «número de filhos», levando em consideração que a taxa de atividade feminina diminui à medida que aumenta o número de filhos.

Levando em consideração que a grande maioria das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres, a variável «sexo» é essencial para explicar a desvantagem ocupacional delas em comparação a pais e mães em conjugalidade. Dessa forma, a condição de trabalho das mães sem cônjuge é mais precária: elas exercem mais freqüentemente o trabalho dito «atípico» (como o Contrato por Tempo Determinado – CDD, as políticas de emprego, etc.) e o trabalho em tempo parcial, com remunerações mais baixas e concentradas na base da hierarquia social. Elas possuem, também, a maior taxa de desemprego de 15%, enquanto, a dos pais e mães em conjugalidade é de 6,9%, e a dos homens chefes de família monoparental é de 10,4% (INSEE, 2004, *apud* EYDOUX e LETABLIER). Tal condição de trabalho, combinada com a monoparentalidade, expõe as mães a dificuldades específicas de conciliação entre família e trabalho, principalmente quando os filhos são pequenos e em grande número (Idem).

Parece haver uma relação perversa que se concentra nas mães de família

monoparental: elas estão majoritárias nos domicílios que possuem um nível de diploma e de qualificação inferior (Idem: 22). Isso as torna mais vulneráveis no mercado de trabalho, combinando-se ainda os fatores sexo, trajetória familiar, idade e número de filhos. A desvantagem socioeducativa de uma jovem prenuncia o tipo de família e de trabalho que tenderá a ter no futuro.

3.2. A educação e o trabalho das mulheres entrevistadas

Apresentamos a seguir a tabela de formação escolar, de trajetória familiar e de trabalho das entrevistadas. As sete primeiras são as mulheres de nacionalidade francesa e as seis últimas, as estrangeiras. É possível constatar que a formação escolar influi diretamente no tipo de trabalho que as mulheres exercem.

Para as diplomadas de curso superior, as ocupações são coerentes com o estudo realizado, enquanto as que não têm formação universitária possuem um leque de escolha reduzido de emprego, principalmente concentrado na área doméstica e de serviços pessoais. Não obstante, apesar de termos entrevistado mulheres de alto nível de instrução, os empregos são instáveis e seus salários atuais não se distanciam do salário mínimo mensal do ano de 2007, de 1.280 euros[91] (INSEE), variando entre 1.000 a 1.500 euros. Estimamos que a principal razão pelo baixo salário é o tipo de contrato, por tempo determinado (CDD) ou parcial, sem perspectiva de ascenção de carreira. Danièle espanta-se ao lembrar que sua renda atual é a mesma de quando iniciou o seu primeiro emprego estável há 20 anos. Sua explicação é que hoje se vive uma precarização generalizada.

Tabela 11: Escolaridade e trajetórias ocupacional e familiar

[91] O salário mínimo por hora era de 8,44 euros.

Nome (idade)	***Nível de instrução***	***Trajetórias ocupacional e familiar***
Camille (33)	Universitário (Bac + 5)	(D) Garçonete→ (S) *Maternidade*→ (D) Serviço social em centro de retenção de imigrantes ilegais
Sylvie (50)	Universitário (Bac + 5)	Professora de línguas (Argentina)→ *Coabitação*→ *Maternidade*→ *Separação*→ Especialista em formação em inglês + aulas particulares de inglês
Catherine (50)	Universitário (Bac + 5)	(I) Funcionária pública→ (S) *Maternidade*→ (I) Funcionária pública→ Aposentada por invalidez
Danièle (50)	Universitário (Bac + 5)	(D) *Intermittente du spectacle* [92]→ (S) *Maternidade*→ *Intermittente du spectacle*→ (D) Diretora de cinema
Isabelle (38)	Ensino fundamental superior	(D) Funcionária em gráfica→ (D) Caixa de supermercado→ (I) Operadora de proteção de crédito→ Desempregada→ *Coabitação*→ *Maternidade*→ *Maternidade*→ *Separação*→ Desempregada→ (I) Funcionária em gráfica
Samantha (42)	Ensino médio	(D) Babá→ (D) Serviço de limpeza em hospital→ «Bicos» para uma associação
Aisha (26)	Universitário em curso (Bac + 3)	*Coabitação*→ *Maternidade*→ *Separação*→ (D) Auxiliar de inspeção de escola
Fifi (28)	Ensino médio	(D) Funcionária de restaurante *fast-food*→ (S) *Maternidade*→ (S) *Maternidade*→ (D) Caixa de supermercado
Dora (31)	Ensino fundamental superior	*(S) Maternidade*→ Empregada doméstica→ *(S)Maternidade→ (S) Maternidade→ (S) Maternidade→ (S) Maternidade*
Marjane (43)	Ensino médio	Vendedora em farmácia (Irã)→ *Casamento*→ *Maternidade*→ (D) Serviços pessoais→ *Divórcio*→ Serviços pessoais
Yasmina (38)	Ensino fundamental superior	*Mariage*→ *Maternidade*→ *Maternidade*→ *Maternidade*→ *Separação*→ (D) Cozinheira em cantina escolar (período de teste)
Valérie (19)	Ensino fundamental superior	(D) Babá→ (S) *Maternidade*
Mireille (34)	Ensino fundamental superior	*Coabitação*→ serviços domésticos → *Maternidade*→ *Maternidade*→ *Separação*

(I) Contrato por tempo indeterminado; (D) Contrato por tempo determinado; (S) Maternidade solteira

[92] Categoria que engloba profissionais do espetáculo (cinema, televisão, teatro e outros) alternando períodos de emprego e de desemprego (sucessão de contratos por tempo determinado). O período de desemprego é indenizado pela ASSEDIC (Associations pour l'Emploi Dans l'Industrie et le Commerce).

1) Escolaridade

A escolaridade das mulheres entrevistadas varia fortemente de acordo com a origem social. As quatro francesas da metrópole possuem diploma de pós-graduação. Aisha faz, atualmente, curso universitário. Samantha tem o diploma do ensino médio e Isabelle estudou até o *collège*, equivalente ao ensino fundamental superior do Brasil. Ela nunca se entusiasmou com os estudos. Marjane possui o diploma de ensino médio iraniano, mas, na França, com a barreira da língua, não pôde fazer valer seu diploma. Valérie chegou na França com sua tia quando tinha 14 anos, mas não continuou a estudar. Dora, que morou com o tio na Suíça alemã entre os 9 e 14 anos conhece a língua alemã, mas nunca realizou uma atividade em que pudesse empregar seu conhecimento do idioma.

Algumas mulheres continuaram a estudar após a maternidade, como Aisha e Camille. Aisha fala sobre seus estudos para ser «conselheira de inserção (social)», no começo com mais entusiasmo e, depois, com uma posição mais reflexiva sobre seu resultado:

> *"C'est une formation en fait de formateurs adultes qui permet d'apprendre à apprendre et c'est vrai qu'au niveau des débouchées professionnelles c'est vraiment vaste quoi. Tous les étudiants ont des objectifs bien définis au niveau professionnel, donc moi ce serait pour devenir conseiller en insertion, voilà."*
>
> *(...)*
>
> *«Oui, c'est ma dernière année d'études, là. Donc, après, je vais rechercher un travail. Voilà, quoi. Et gagner modestement ma vie, j'espère. J'espère.»*
> *«J'espère, parce que c'et vrai que ce n'est pas un métier, euh... Bon, je pense*

qu'il y a de la demande, mais c'est un métier qui est quand même pas mal précaire. Donc, je vais voir, je vais réfléchir. C'est des projets à réfléchir encore. Mais heureusement qu'il y a ça, quoi. Je ne reste pas là, les bras croisés, à me fondre, à pleurer sur mon sort. Non, j'essaye de m'en sortir, quoi. Voilà.»

Mireille fez um curso de formação de serviços pessoais em 2006, mas não pode exercer a profissão até que a sua estadia seja regularizada. Valérie, também imigrante ilegal, deseja regularizar rapidamente sua situação para poder freqüentar um curso de formação profissional. Antes, seria preciso encontrar uma creche para o seu filhos de 2 anos.

2) Trabalho

Em relação ao trabalho das mães de família monoparental que entrevistamos, uma possui um contrato por tempo indeterminado como funcionária de uma gráfica, seis um contrato por tempo determinado ou tempo parcial e uma, que sempre trabalhou como *intermittante du spectacle*, perdeu o estatuto da categoria profissional e é *free lance*. Sua renda do trabalho gira em torno de 1.500 euros por mês.

Sylvie, com um emprego em tempo parcial (20 horas semanais) como formadora em língua inglesa, recebe 1.000 euros, mais o seguro de saúde (*mutuel*) e o *ticket* restaurante. Ela completa seu orçamento dando aulas particulares de inglês. Aisha trabalha como auxiliar de inspeção em escola, isto é, acompanha a vida cotidiana dos estudantes e controla comportamentos inadequados. Seu papel é

também de ajudar nos estudos destes. Seu salário é o equivalente ao salário mínimo, em torno de 1.200 euros. Marjane trabalha três dias por semana com serviços pessoais (*care*) de idosos, na casa de um casal, como substituta de uma pessoa que está em licença maternidade. O salário é de 430 euros. Antes, trabalhava com serviços pessoais em tempo integral. Tem também experiência de diarista em limpeza, passadeira e balconista em hipermercado, na França, durante o casamento. No Irã, já trabalhou em creche, como balconista em farmácia e secretária em academia de ginástica. Quanto à Yasmina, ela começou a trabalhar como cozinheira de merenda escolar e, ainda está em período de teste. Por essa razão, seu salário ainda é muito reduzido, de 290 euros.

É possível constatar que o trabalho das mulheres de baixa escolaridade é dos mais precários, pela sua instabilidade, horário reduzido de trabalho, concentração no setor tipicamente feminino (*care*, alimentação, limpeza) e de baixa remuneração.

Quatro estão inativas: Valérie, Mireille, Dora e Samantha. A situação de ilegalidade das três primeiras não as impediu de trabalhar antes de ter os filhos, como empregada doméstica (como Dora, que morava nas casas onde trabalhou) ou faxineira (Valérie e Mireille). Valérie explicou-nos que encontrava os clientes colocando anúncios nas escolas e nas padarias, ou quando ouvia falar que alguém precisava de faxineira, entrava em contato. Samantha, por sua vez, possuía um emprego de serviço de limpeza em um hospital, mas, depois de ser forçada a desligar-se do trabalho, não conseguiu mais retomar uma atividade contínua, por causa de repetidos problemas de saúde e dos nascimentos sucessivos de filhos.

Por último, Catherine, que era funcionária pública, foi forçada a aposenta-se por invalidez, devido ao *stress* agudo sofrido por atitudes desqualificadoras de seus

colegas, segundo ela, por ser mãe solteira. Ela recebe 1.300 euros pela seguridade social.

A trajetória de emprego de Isabelle, 38 anos, dois filhos, separada

Estudar sempre foi difícil para Isabelle, o que a fez parar com 16 anos. Logo que fez 18 anos, ela conseguiu um emprego de contrato por tempo determinado para manuseio de folhas, onde ficou entre um ano e um ano e meio. Após esse trabalho, Isabelle trabalhou seis meses como caixa de supermercado e, em seguida, cuidando de crianças. Nessa época, foi coberta pelo seguro desemprego. Com a ajuda de "educadores de rua", Isabelle conseguiu uma vaga como operadora de proteção de crédito, dessa vez, com contrato por tempo indeterminado. Ela gostava muito do trabalho, mas a empresa fechou em razão da compra, pelos comerciantes, de um equipamento que substituiu o trabalho dos operadores. Isabelle trabalhou nessa empresa durante seis anos, de 1990 a 1996, ou seja, entre 21 e 27 anos. Isabelle não procurou logo por um emprego e passou novamente a receber seguro desemprego. No ano seguinte, conheceu o pai de seus filhos, no prédio em que morava. Isabelle recebeu o seguro desemprego até o nascimento de sua filha e, depois, passou a receber "alocação familiar"[93], durante três anos. Foi quando sua filha entrou no maternal que Isabelle reingressou no mercado de trabalho, por meio de um programa de inserção profissional. Desde então, Isabelle trabalha na empresa em que ingressou por intermédio do programa, cujo trabalho é semelhante ao primeiro emprego. Como trabalhava bem, o contrato de inserção, de dois anos, foi renovado e, com o incentivo da empresa e a aprovação pela agência de emprego, obteve um contrato por tempo indeterminado no início de 2007. Mais recentemente, passou a ser responsável de equipe. Mas, para a sua frustração, seu salário não subiu.

[93] Expressão utilizada por Isabelle, mas supõe-se que se trata-se da «Allocation Parentale d'Education (APE)», substituída pela «Prestation d´accueil du jeune enfant (Paje)», desde 2004.

4. As políticas públicas para famílias monoparentais

4.1. As políticas públicas destinadas às famílias monoparentais

As políticas públicas destinadas às famílias monoparentais foram desenvolvidas durante os anos 70, sob o princípio da "redistribuição vertical" entre as famílias de renda média a alta para as famílias de renda baixa (EYDOUX e LETABLIER, Op. Cit.: 58). As políticas sociais destinadas às famílias monoparentais combinam medidas gerais, destinadas aos domicílios em dificuldades socioeconômicas como o RMI – *Revenu minimum d´insertion*, e medidas específicas, destinadas a famílias monoparentais. São elas: a *Allocation Parent Isolé* – API e a *Allocation de soutien familial* – ASF. Tais alocações são transferidas aos domicílios sem diferenciação entre aqueles chefiados por uma mulher e aqueles chefiadas por um homem, ou entre chefes de família divorciados, separados, viúvos e mãe solteira. Também são destinadas às famílias monoparentais políticas familiares, transferidas às famílias em geral, como a *Prestation d´accueil du jeune enfant* – PAJE[94] ou a *Allocation familiale*[95], independentemente do valor de renda (CAF - Caisse des Allocations Familiales). Apresentaremos, essencialmente, as alocações destinadas à garantia *do minimum* social às famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social.

1) As alocações específicas: API e APS

A API, criada em 1976, inscrevia-se, inicialmente, em um vasto projeto de

[94] Segundo a Caisse des Allocations Familiales – CAF, a PAJE é direcionada para as mulheres grávidas ou com filhos pequenos e compreende: 1) prêmio quando do nascimento ou da adoção de uma criança; 2) alocação básica; 3) complemento para escolher o modo do cuidado infantil (ex.: dentro ou fora de casa, por uma assistente maternal); 4) complemento para escolher se reduzirá ou interromperá a atividade profissional.

[95] Essa alocação é, segundo a CAF, destinada a famílias que possuem pelo menos duas crianças.

reforma da política familiar, que incluía a simplificação e a unificação de algumas alocações, a criação de novas alocações e de equipamentos coletivos de atendimento a crianças pequenas (EYDOUX e LETABLIER, Op. Cit.: 58). Ela substitui a alocação para órfãos, que era destinada somente às viúvas.

O objetivo da API era de compensar provisoriamente a diminuição de renda familiar, no sentido de apoiar financeiramente a mãe ou o pai que cuidam sozinhos dos filhos e que estão em situação de inatividade (Idem). A alocação fora, então, concebida como uma renda compensatória, que permitiria, principalmente, às mães jovens e donas de casa inativas, fazerem uma transição mais ou menos lenta para a situação de ativas (Idem: 58-59).

A API passou a configurar como política assistencial, mais que como política familiar, pela forte demanda das mães mais vulneráveis e precarizadas (Idem). Entre 1994 e 2004, os beneficiários da API aumentaram em 15% (Idem: 34). Não são poucas as mulheres que, terminando o período de recebimento da API (até o mês anterior ao aniversário de três anos da criança ou durante 12 meses se a criança tem mais de três anos), passam diretamente para o regime do *Revenu minimum d ´insertion* - RMI.

Entre 1994 e 2004, o número das famílias monoparentais beneficiárias do RMI aumentou de 56,4% (contra o aumento de 32,9% do total de domicílios) (Idem: 35). A API é repassada pela Caisse des Allocations Familiales – CAF e seu valor varia de acordo com o número de filhos. Os valores, em 2008, são, de acordo com a CAF, 566,79 euros por mês para grávidas, 755,72 euros para famílias monoparentais com um filho e mais 188,93 euros por acréscimo de filhos.

Também transferida pela CAF, a *allocation de soutien familial* – ASF, da forma que existe atualmente, foi instituída, em 1984, para enfrentar um duplo

problema que dizia respeito ao pagamento das pensões alimentares: ajudar as famílias em dificuldade pelo não recebimento das pensões alimentares, entre outras; considerar o fato de que os devedores (os pais que devem pagar pensão) se confrontam igualmente com dificuldades econômicas que os impedem cumprir sua obrigação parental (Idem: 60).

Essa alocação é destinada também a crianças órfãs ou àquelas que são cuidadas por outras pessoas, além do pai ou da mãe. Seu valor válido para 2008 é de 84,60 euros para pai ou mãe que não recebe pensão alimentícia e 112,80 reais para o responsável por uma criança não cuidada pelo pai ou mãe e que não recebe ajuda financeira de um deles (CAISSE D´ALLOCATION FAMILIALE).

4.2. O uso das políticas públicas pelas entrevistadas

Quanto às políticas sociais, três receberam no passado ou recebem a API (Aisha, Marjane e Fifi), e três, o RMI (Isabelle, no passado, Yasmina, atualmente e Marjane, parcialmente). Além de Aisha, nenhuma se beneficiou do ASF, apesar de muitos pais não pagarem pensão alimentícia. Seis recebem o *Allocation pour le logement* – APL, duas deram entrada com o pedido de recebimento desse benefício e seis moram em habitação social. Em relação às políticas de conciliação: quatro confiaram seus filhos à creche e filhos de 11 mães freqüentaram a escola maternal. Como política de emprego, Isabelle conseguiu seu último emprego graças à "política de inserção". Nenhuma mencionou ter utilizado algum serviço ligado às políticas de gênero.

As críticas de Isabelle sobre deficiências do sistema

Isabelle exige que o Estado assuma políticas de incentivo (motivação) às pessoas que estão na fronteira do salário mínimo e do RMI, como ela. Reclama, indignada, em relação às despesas alimentares da escola, fazendo referência às famílias monoparentais que recebem o RMI e que são isentas desse pagamento. “Sou eu quem trabalha, sou eu quem deveria pagar menos”. Caso contrário, não seria possível conquistar uma verdadeira autonomia por meio do trabalho. Ela afirma que preço da autonomia é alto para os trabalhadores de baixo salário (às vezes menor que o valor do RMI) que, depois de pagar as contas, “no fim do mês não resta mais nada”. Mas, também, é a expressão de amargura do esforço que, quando investido, não vingou como esperava, como o salário que não aumentou apesar da promoção. Por isso, Isabelle não encontra motivação para fazer projetos para si. Por outro lado, ela reconhece que a lógica do “trabalha e perde” é o destino dos pouco escolarizados, por isso cabe a ela de monitorar o sucesso escolar dos filhos, no sentido de evitar a reprodução da pobreza. Ela se preocupa, especialmente, com o desempenho de sua filha, pois a dificuldade de aprendizado é vista como herança de três gerações de mulheres: sua mãe e ela. Isabelle procura, então, motivá-la para melhorar nos estudos e não repetir sua trajetória.

O uso das políticas públicas de Mireille, 34 anos, dois filhos, separada

Mireille estava, há mais de cinco anos, sem domicílio fixo e alojada em um abrigo de emergência, quando foi entrevistada. Seu filho mais velho tinha três anos e sua filha, alguns meses de idade, quando ela rompeu definitivamente com o ex-companheiro. Desde então, ela viveu em vários hotéis que alojam pessoas sem domicílio fixo, em Paris. Sem

sua estadia regularizada no país, Mireille não colocou seus filhos em creche, mas viu-se sem escolha quando soube que era obrigatória a freqüência das crianças em escola maternal. Ela sempre zelou para que suas crianças não mudassem de escola, onde quer que ela estivesse morando: seria a maneira de oferecer-lhes alguma estabilidade. Ela critica o poder público, que, por meio dos assistentes sociais, a encaminha às vezes para abrigos longe da escola. O poder público deveria sempre alojá-los próximo à escola. Graças ao programa "Solidarité transport", com gratuidade de 75% do passe, ela pode levar seus filhos para a escola de metrô. Para atendimento médico, ela e seus filhos são cobertos, gratuitamente, pelo Sistema Universal de Saúde – CMU. Outra queixa é que ela não se conforma que possam manter uma família "rodando" (de hotel em hotel) dentro da cidade. Ela deveria sair do abrigo em breve, e ainda não sabia onde poderia morar.

5. Situações de saúde

As situações de saúde das mães de família monoparental entrevistadas são: depressão (Aisha, Yasmina, Catherine), hernia de disco (Marjane), problemas dentários, dores nos joelhos (Yasmina), invalidade de locomoção (que necessita caminhar com muletas) (Catherine).

6. Moradia

Nenhuma das mulheres entrevistadas na França mora com os pais. Valérie e Mireille estão abrigadas, momentaneamente, em instituição ligada a uma associação, com subsídios público e privado.

Tabela 12: Condição de moradia

Nome	***Condição de pagamento***	***Pública ou privada***
Valérie	Não paga	Abrigo emergencial, ligado a associação, com subsídio público e privado
Mireille	Não paga	Abrigo emergencial, ligado a associação, com subsídio público e privado
Camille	Aluguel	Privada
Aisha	Aluguel	Pública (HLM)
Isabelle	Aluguel	Pública (HLM)
Dora	Aluguel	Pública (HLM)
Marjane	Aluguel	Privada
Yasmina	Aluguel	Social
Catherine	Casa própria	Privada
Samantha	Aluguel	Pública (HLM)
Danièle	Paga prestação de apartamento próprio	Privada
Fifi	Aluguel	Pública (HLM)
Sylvie	Aluguel	Privada

7. Os projetos das mulheres entrevistadas

Regularizar a estadia na França e realizar um curso de formação (Valérie); regularizar a estadia na França e visitar a mãe (Mireille); construir uma nova familia (Camille); tirar carteira de motorista e terminar o curso superior (Aisha). Para si, não há projetos, mas quer oferecer educação superior para os filhos(Isabelle); conseguir um trabalho de cuidados infantis (Dora); não tem projetos (Yasmina, Catherine); escutar os filhos (Sylvie).

8. Sobre discriminações

Yasmina e Catherine afirmam sofrer com o fato de serem mulheres com filhos vivendo sem situação conjugal. Valérie, Dora, Marjane e Yasmina sentem que são estigmatizadas por atributos que não estão ligados à monoparentalidade, mas à raça, à etnia e à classe. Dora avalia que é criticada por ter muitos filhos, apesar de não possuir condições econômicas para criá-los. Sylvie tem dúvida se a desaprovação é dirigida pela sua condição de mãe sem marido ou pelo fato de ser uma presença ameaçadora às mulheres casadas, no sentido de que ela queira provocar algum tipo de rivalidade. Afirma, ainda, que não possui parâmetros de comparação com a situação de casada. Como relata,

> *"Je ne sais pas ce qui est être femme mariée. Alors je ne sais pas (non plus) comment c´est être traitée en tant que femme seule. Je vois bien que les couples ne m´invitent pas par peur que je pique leur mari. Je pense que la discrimination es plus par rapport aux femmes séductrices qu´aux femmes seules, j´en sais rien. (Sylvie)"*

Aisha, do seu lado, sente que há um efeito positivo da monoparentalidade: é possível beneficiar-se de políticas públicas.

CAPÍTULO 6: A PESQUISA DE CAMPO NO JAPÃO

1. Características pessoais: idade, naturalidade, religião, família de origem

A tabela 13 apresenta as características pessoais segundo idade, naturalidade e a província de residência atual das treze mulheres chefes de família entrevistadas no Japão.

Tabela 13: As mulheres chefes de família entrevistadas no Japão

Nome	***Data da entrevista***	***Idade***	***Naturalidade (província ou país)***	***Província onde reside atualmente***
Yasuko	12/10/06	41	Aichi	Hiroshima
Yoshiko	12/10/06	43	Hiroshima	Hiroshima
Fumi	25/10/06 e 27/11/06	42	Osaka	Osaka
Hiroko	26/10/06	39	Hyogo	Hyogo
Rosa	2/11/06	47	Filipinas	Osaka
Kiyomi	6/11/06	47	Hyogo	Hyogo
Chikako	18/11/06	38	Hyogo	Hyogo
Tae	28/11/06 e 25/12/06	44	Shizuoka	Hyogo
Risa	2/12/06	37	Hyogo	Hyogo
Yukari	5/12/06	36	Osaka	Osaka
Tamaki	21/12/06	28	Hyogo	Hyogo

Aiko	27/12/06	25	Osaka	Osaka
Sanae	30/12/-6	41	Osaka	Osaka

A média da idade das 13 entrevistadas no Japão é de 39 anos. A mais jovem tinha 25 anos no dia da entrevista e as mais velhas, 47 anos. Sete entre elas tinham mais de 40 anos, quatro entre 30 e 39 anos e duas, entre 20 e 29 anos.

Somente uma é estrangeira, Rosa, vinda para o Japão na condição de imigrante[96], na primeira vez, aos 18 anos. Yukari é de família taiwanesa, seus avós paterno e materno imigraram para o Japão antes da Segunda Guerra Mundial. Mesmo naturalizados, seus pais conservam uma forte identidade cultural de Taiwan. Tae também compõe a minoria social do país e faz parte da comunidade, tradicionalmente segregada, denominada *hisabetsu buraku* e *dowa-chiku*[97]. A população desses locais é conhecida popularmente como *buraku-min*. As

[96] O governo japonês concede vistos para estrangeiros trabalharem no Japão durante um período de seis meses nas áreas culturais, artísticas e esportivas (*kogyo visa*). Aproveitando essa brecha legal, uma estrutura de tráfico de mulheres, principalmente vindas de Filipinas, é montada por intermédio de « promotores » que recrutam as moças daquele país para levá-las ao Japão e trabalharem como *hostess* em bares noturnos, sob o pretexto de que são profissionais artísticas da categoria « *entertainer* » (TAKEDA, 2005 : 31-45). Em 2003, 80.048 filipinas ingressaram no Japão com o visto « artístico », representando 60,4% dos estrangeiros ingressantes no país, com o mesmo visto (Idem : 78). Segundo Takeda (Idem : 83-84), apesar de serem frequentemente vistas no Japão e em Filipinas como profissionais do sexo, atividades como prostituição e *strip-tease* não são as atividades principaisda grande maioria delas. Rosa fez três idas e vindas entre o Japão e Filipinas, até permanecer no Japão ilegalmente. Hoje, como mãe de filha japonesa (ela tem duas filhas nascidas do mesmo pai japonês, mas somente a caçula tem nacionalidade japonesa ; para maiores detalhes, ver quadro abaixo), possui admissão especial para permanecer no país.

[97] Literalmente traduzindo, significa povoados discriminados. Essa população compunha a casta dos intocáveis, instituída na idade média sob o sistema feudal, tinha como profissões o que os japoneses, em geral, consideravam impuro (da noção do *kegare*), como abatedores de bois e porcos, produtores de couros, tratadores de esgotos e de cadáveres (Home page da BURAKU LIBERATION AND HUMAN RIGHTS RESEARCH INSTITUTE, http://blhrri.org/). Na modernidade, o costume de discriminar a população do *buraku* persiste em contratações de emprego e em casamento com um membro da comunidade, além da extrema pobreza que enfrentam. Em 1969, sob a lei *Dowa taisaku jigyo tokubetsu sochi ho*, foram instituídas uma série de políticas públicas de combate à discriminação social e econômica contra a população do *hisabetsu buraku,* em um tempo limitado de 35 anos. Hoje, segundo Buraku Liberation and Human Rights Research Institute, estima-se que a população de *buraku-min* seja em torno de 3.000.000.

entrevistas com Tae, extensas, foram realizadas com a presença de pessoas que ela mesma designou, pelo fato de temer perguntas que a colocassem em situação de insegurança emocional. Durante nosso contato, desde o primeiro encontro até a segunda entrevista, sua dupla identidade de *buraku-min* e de gênero – a condição feminina no seio da comunidade – era constantemente enfatizada, muito mais que a condição de mãe chefe de família.

A naturalidade das entrevistadas japonesas é, em sua maioria, da mesma região onde moram atualmente, mesmo se houve mudanças entre uma cidade e outra, ou de um bairro ao outro. A geração dos pais é semelhante, exceto os pais de Hiroko, que vieram das ilhas do sul, como migrantes em busca de trabalho na região de Kansai.

A origem social-profissional das famílias varia desde trabalhadores de baixa qualificação até de qualificação especializada. As profissões dos pais são: pedreiro (padrasto de Yasuko e pai de Yoshiko), encanador (Hiroko), agricultor (Rosa), "faz-tudo" e depois, funcionário público (Tae), dono de quitanda (Risa), dono de café (Yukari), dono de fábrica familiar (Fumi), assalariado (Tamaki), arquiteto (Aiko). As atividades profissionais das mães são (ou eram) mais precárias, como as de operária e pedreira (Yasuko), carregadora em feiras (Yoshiko), carregadora de tacos de golfe e outros serviços em tempo parcial (Hiroko), serviços em domicílio para indústria de canudos, de doces, etc. (Tae), trabalhos em tempo parcial (Tamaki), auxiliar de enfermagem (*home helper*), ajudante em loja de óculos (Sanae). As que não foram mencionadas se dedicam ao trabalho do lar.

A maioria das famílias de origem das entrevistadas são biparentais, exceto a

de Rosa, cuja mãe saiu de casa, deixando três filhas com seu pai. A mãe de Yasuko separou-se de seu pai quando ela tinha seis meses de idade e recasou quando Yasuko tinha entre três e quatro anos. No caso de Sanae, sua mãe passou a viver com seu pai somente quando ela tinha dez anos de idade (portanto, Sanae era filha de mãe sem cônjuge até essa idade).

No ponto de vista da religião, somente Rosa diz praticar, como católica. Ela vai à igreja todos os domingos onde se reúne a comunidade filipina de sua cidade. A ausência de uma prática religiosa concreta do restante das entrevistadas é reflexo de uma "atitude flexível e pragmática diante da religião" dos japoneses, onde se opera um forte sincretismo entre o xintoísmo, o budismo, o confucionismo, o taoísmo e o cristianismo, além de outras noções antigas do sagrado (PEREIRA, 2004: 510-511).

2. As trajetórias de monoparentalidade

2.1. Os engajamentos anteriores à monoparentalidade

As relações que levaram as mulheres à maternidade e, posteriormente, à monoparentalidade são, em sua grande maioria, as uniões matrimoniais legais. São elas dez entre as 13 entrevistadas, quando temos três que se tornaram mães sem terem se casado. O tempo médio da união é de 8,6 anos e o número médio de filhos, 1,78.

O casamento era visto como principal projeto de vida para a maior parte das mulheres que foram casadas. Para tanto, a profissão do futuro marido era importante para a garantia da estabilidade econômica, que permitiria levar em frente o projeto de constituição da família. De acordo com Singly, (1987: 27) "*Le choix d´un mari ne signifie pas seulement satisfactions sexuelle et affective, il ouvre pour la femme un nouveau portefeuille"*[98]*.* O argumento de Hiroko sobre a escolha de um rapaz, bombeiro, para se casar, em vez do namorado que não possuía um emprego estável, está inserida nessa racionalidade. Assim, relata,

> *"Se possível, queria me casar com aquele namorado da época do colégio. Esse meu namorado trabalhava num barzinho e eu era uma pessoa um tanto desencanada, mas em relação a trabalho, não... ele tinha um trabalho do tipo temporário nesse bar. Eu até falava para ele arrumar um emprego melhor, mas ele era daquele jeito mesmo. Quando é jovem, tudo bem, né, mas quando o assunto vira casamento, precisa ter pelo menos um emprego bom. E as coisas foram acontecendo dessa forma, e, por ser bombeiro, achei que ele era uma pessoa séria. No fim, achei que seria legal namorar com ele e as coisas aconteceram..." (Hiroko).*

A coabitação foi exercida por apenas uma mulher, como uma etapa anterior ao casamento. Tae morou com o pai de sua filha durante 6 anos, mas oficializaram o matrimônio logo que ela engravidou. Assim, para todas as mulheres casadas, não houve inversão de ordem entre casamento e gravidez, a vinda de uma criança foi estritamente dentro do contexto da legitimidade.

[98] O que não é o mesmo para os homens, pois, segundo Singly (1987 : 26-27), o *status* do homem casado não depende dos recursos da esposa, enquanto o *status* da mulher casada é calcado na posição social do marido « *Le statut de l´homme marié est fixé indépendamment des ressources de sa partenaire alors que le statut de la femme mariée est calqué sur la position sociale de son mari. »*

Para se casar no Japão, basta o casal comparecer à unidade administrativa competente e preencher e entregar o formulário de casamento. O casal pode ou não realizar um casamento religioso: na sua maioria sob as tradições xintoísta, budista ou cristã. Mas, como muitos japoneses do pós-guerra combinam sincretismo religioso com outros costumes populares místicos (PEREIRA, Op. Cit.), a cerimônia pode limitar-se à reunião de familiares e amigos para tornar a união pública, muitas vezes, com grande número de convidados.

Namoro e casamento de Fumi, 42 anos, duas filhas

Fumi e seu ex-marido começaram a namorar depois de um dos acampamentos promovidos por uma associação internacional, da qual os dois participavam como terapeutas voluntários. Quando o conheceu, ela "pressentiu" que ia se casar com ele. Ele era filho de viúva (o pai morreu num acidente de carro). O namoro durou cinco anos e ela se casou com 27 anos. A família organizou uma cerimônia de casamento em um templo xintoísta, desejo de seu pai, para depois receber os convidados em um hotel de luxo. Fumi contou que os preparativos lhe causaram tanto estresse, que perdeu instantaneamente a audição antes do dia do casamento. O casal teve uma viagem de lua de mel no exterior.

A opinião dos pais tem peso na realização do casamento, o que fez Yoshiko esperar um ano para convencê-los; Yasuko, por sua vez, não pôde realizar uma cerimônia de casamento com familiares e amigos, como é desejado normalmente, por causa da oposição à união por parte dos pais de seu ex-marido.

O casamento de Yoshiko, 43 anos, quatro filhos

Yoshiko conheceu seu marido na fábrica onde trabalhava, como operária, quando tinha 21 anos. Ele era funcionário da área de pesquisa da empresa e nove anos mais velho. O casal namorou dois anos antes do casamento. Esse envolvimento Yoshiko surpreendeu seus pais, que não pensavam que ela ia se casar em razão da sua deficiência física e do seu diploma simples de ensino fundamental (*chugaku*). Apesar da sua alegria em se casar, seu pai foi veementemente contra. Foi preciso um ano para convencê-lo. Hoje, ela acredita que ele já intuía que aquela relação não daria certo. Yoshiko ficou grávida logo após o casamento. O marido foi muito gentil durante essa gravidez e ela diz ter sido feliz naquela época. Ele cozinhava, pois ela recusava os alimentos por causa dos enjôos. Yoshiko trabalhou até os nove meses de gravidez. O parto foi normal. Quando a criança nasceu, ficou aliviada, pois a dor do parto foi muita. O marido fez massagens durante o trabalho de parto, mas não foi permitido que ele assistisse ao procedimento. Yoshiko ficou bastante estressada ao criar o primeiro filho, em razão de sua falta de experiência. Como não tinha leite, não amamentou a criança. Aliás, nenhum dos quatro filhos mamou no peito. Seguindo o conselho de sua cunhada, que era enfermeira, o segundo filho (menina), nasceu em um hospital grande. O filho maior ajudou a criar as crianças menores, trocando fraudas e colocando-as para dormir. O marido ajudava a criar o primeiro filho, mas à medida que a família crescia, foi diminuindo a sua participação. A relação entre pai e filhos poderia ter sido melhor, segundo sua avaliação; ele ia para os eventos escolares, mas não brincava com os filhos nos finais de semana. Yoshiko queria que o marido levasse

o filho menor para jogar bola, mas isso nunca acontecia. Yoshiko não via freqüentemente seu marido, pois ele trabalhava na matriz da firma, longe de casa, e voltava raramente.

Nota-se que a boa parte das entrevistadas se casaram bastante jovens, em relação à média do primeiro casamento de mulheres no Japão, de 25,9 anos em 1990, 27,0, em 2000, 27,8, em 2004 (NWEC, Op. Cit.: 19) e 28,2 anos em 2006 [99] (Estatísticas das tendências populacionais do MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO, 2006). Podemos afirmar que, mesmo as que hoje têm em torno de 40 anos, isto é, que contraíram matrimônio no começo dos anos 90, como Yasuko, casada com 21 anos, Yoshiko, casada com 23 anos, Hiroko, casada com 24 anos e Fumi, casada com 24 anos, foram mais precoces que a média. Aiko, com 25 anos em final de 2006, e casada quatro anos antes, antecipou uma união legal seis anos em relação à idade média do primeiro casamento das mulheres do ano 2000.

A baixa escolaridade e a instabilidade do emprego dessas mulheres pode ser uma das explicações para sse fato mas parece que o investimento na educação das meninas, voltado para o casamento, pode também ser a causa da baixa escolaridade e das poucas oportunidades de emprego estável e que ofereça perspectiva de promoção. É a razão pela qual oito das entrevistadas, com experiência de casamento, interromperam o trabalho ao se casar, independentemente da gravidez, que, em alguns casos, levou alguns anos para se concretizar.

[99] Quanto à média de idade do primeiro casamento da população masculina, esta foi, em 2006, de 30,0 anos segundo o Ministério do Trabalho e do Bem-estar. Ainda, segundo a mesma fonte, o adiamento da maternidade pode ser verificado pelo fato de que, em 1995, a média de idade do nascimento do primeiro filho era de 27,5, o que 8 anos depois se tornou28,6 e 13 anos depois, 29,2 anos. O casamento e a maternidade tardios podem também encontrar sua expressão na baixa taxa de fertilidade no país: 1,32 em 2006, apesar de ter se elevado em relação ao ano anterior, com a menor taxa de fertilidade histórica, de 1,26 (Estatísticas das tendências populacionais -*jinko doutai tokei*- do Ministério do Bem- estar e do Trabalho).

2.2.Maternidade

Uma vez o matrimônio contraído, espera-se a vinda dos filhos dentro de um prazo "razoável". A pressão por parte da família tanto pode precipitar as decisões do momento da maternidade como pode ser fonte de estresse. A sogra de Fumi, por exemplo, cobrava muito um neto e a demora da gravidez de sua nora a fez chamar um "benzedeiro". Hiroko e Yukari também sofreram muito com a demora da gravidez, a ansiedade intensificava-se com a expectativa da família.

Considerando que o aborto é legal nesse país, aquelas que, apesar da discriminação contra filhos ilegítimos, decidiram assumir a maternidade celibatária o fizeram por razões particulares. Dessa forma, Risa, 37 anos, soube que estava grávida ao mesmo tempo em que descobriu que seu namorado tinha uma outra pessoa, com quem ele desejava se engajar. Apesar disso, decidiu levar em frente uma gravidez que seria impossível, pois a desejava:

> *"(...) eu decidi incondicionalmente criar meu filho sozinha. Quando eu tinha 27 anos, meu ginecologista declarou que eu tinha somente um por cento de chances de engravidar, mesmo com tratamentos de fertilidade. Mas eu queria, principalmente, ter um filho com os genes do homem que amava. Nunca me arrependi de ter tido um filho solteira. Muito pelo contrário, eu sou muito grata (Risa)"*[100].

Tamaki, 28 anos, evoca o desejo de garantir a filiação, numa expressão de maior confiança na relação entre mãe e filho qna relação conjugal:

> *"Meus pais vão morrer um dia. É por isso que eu quis ter uma criança que herdasse meus genes. Durante muito tempo, quis ter um filho, até os meus*

[100] Tradução livre do japonês.

trinta anos eu queria, uma menina, e olha que funcionou.Com ele eu senti que ia ser diferente, porque não somos ligados pelo sangue. Por isso, só queria ter um filho." (Tamaki)

Rosa, 46 anos, imigrante das Filipinas, relata que não hesitou em manter a gravidez de um homem casado porque é católica e não poderia conceber um aborto. Acrescenta também que estava com vontade de ser mãe, pois "já estava com 32 anos".

Rosa, 47 anos, duas filhas

Rosa conheceu o pai de suas filhas em um bar *karaokê* onde trabalhava. Ele, que era casado, lhe diziaque era divorciado, pois freqüentava todos os dias o bar e manteve um apartamento com ela durante cinco anos. Ele era 14 anos mais velho e trabalhava numa empresa subcontratada da Matsushita. Ele prometia que iria casar-se com ela, mas suas visitas passaram a ficar cada vez mais escassas com o conhecimento da gravidez dela. O homem recusou o reconhecimento da filha. Ela exigiu, então, dinheiro para voltar para Filipinas, mas este não foi concedido em sua totalidade. Uma noite, ele a violentou, engravidando-a da segunda filha. Desesperada, ligou para o consulado das Filipinas, que apresentou voluntárias e advogadas que poderiam ajudá-la, inclusive na regularização da situação de sua filha maior, que ficou sem a nacionalidade japonesa (a segunda é japonesa nata graças ao reconhecimento pelo pai). Ela considera que a relação com esse homem foi um grande erro em sua vida. Ele faleceu dois anos atrás, de câncer. Ela o critica que por não ter deixado nada para elas.

2.3. Os motivos de ruptura

Os motivos de ruptura relatados pelas entrevistadas variam desde razões de ordem econômica (como Yoshiko, que recebia pouco dinheiro do marido, insuficiente para cobrir as despesas do mês e o que a fez endividar-se, a degradação da relação por causa da inatividade do ex-marido de Aiko e os abusos financeiros do ex-marido de Sanae); mal estar no casamento (incompatibilidade de caráter, um marido exigente); intolerância em relação ao comportamento "machista" do parceiro; questões de infidelidade do marido; violência física e sexual; alcoolismo e desentendimento com os pais do marido com quem coabitava.

Tabela 14: Histórico conjugal e motivos da separação

Nome (idade)	***Número de filhos***	***Estado conjugal***	***Tempo de coabitação (Após nascimento da primeira criança)***	***Razões de separação***
Yasuko (41)	2	Casada	15 anos (14 anos)	Alcoolismo do marido
Yoshiko (43)	4	Casada	17 anos (15 anos)	Marido dava pouco dinheiro por mês; endividamento
Fumi (42)	2	Casada	12 anos (8 anos)	Violência física e sexual
Hiroko (39)	2	Casada	7 anos (4 anos)	Infidelidade do marido
Rosa[101] (47)	2	Solteira	0	Homem era casado
Kiyomi	2	Casada	9 anos (8 anos)	Incompatibilidade de caráter

[101] Imigrante das Filipinas.

(47)				
Chikako (38)	2	Casada	4 anos (3 anos)	Infidelidade do marido
Tae (44)	1	Casada	6 anos (6 meses)	Comportamentos “machistas”
Risa (37)	1	Solteira	0	Homem tinha outra pessoa
Yukari (36)	1	Casada	1 ano	Infidelidade do marido
Tamaki (28)	1	Solteira	0	Homem era casado
Aiko (25)	1	Casada	2 anos (1 ano)	Inatividade do marido; violência física do marido
Sanae (41)	3	Casada	13 anos (12 anos)	Coabitação com os pais do marido; abusos financeiros do marido

Os motivos do “desamor”, que se desdobrou em separação são, na maioria das vezes, acumulados. Em três casos, a recusa das relações sexuais com o marido (ou como o marido exigia, como no caso de Fumi) desencadeou a violência ou a infidelidade da parte deste, o que teve como conseqüência a separação (Fumi, Chikako, Aiko). Chikako, cujo ex-marido era um brasileiro, relatou, com certo tom de arrependimento, ter sido exigente com ele para que ele agradasse sua família, também de origem estrangeira, de Taiwan, porém radicada no Japão há três gerações (que não aceitava, no início, um genro estrangeiro). Ela analisa que esse fato foi também um dos fatores que combinou com os outros, para resultar na partida do seu ex-marido.

A infidelidade do marido de Chikako, 38 anos, dois filhos, divorciada

Chikako soube da infidelidade do marido quando já tinha deixado o trabalho e faltavam três meses para se casar. Enquanto se preparava para a nova vida, recebeu um telefonema de uma estranha, que exigia a desistência do casamento, pois ela alegava que estaria grávida de seu noivo. Chikako telefonou, em seguida, para o pai de seu noivo e contou o episódio. O futuro sogro confirmou com seu filho a relação com essa mulher. Chikako hesitou se casaria com ele ou não, mas sua mãe a convenceu, dizendo que ela deveria tolerar, pois um ou outro caso de infidelidade do marido seria normal. Com os pedidos de desculpas do noivo e de sua família, Chikako resolveu confiar em suas palavras e casar-se. Paralelamente, os chefes do trabalho do noivo e de sua amante entraram na negociação, sem a presença de Chikako, para que ela desistisse da relação; a família do marido pagou-lhe uma soma de 50.0000 ienes (4.350 dólares) como taxa de indenização. Três anos depois, Chikako descobriu que seu marido mantinha uma outra relação. Grávida de seu segundo filho, ela o deixou, levando consigo sua filha pequena.

A separação de Fumi, 42 anos, duas filhas, divorciada

Fumi tentou convencer seu ex-marido, mas ele não queria se separar. O ambiente "pesado" na família teve repercussão para a filha mais velha, que acordava e gritava `anoite pedindo "socorro". Um dia, o casal brigou e o marido agrediu Fumi.. As filhas presenciaram e gritaram para o pai parar de bater. O desespero das filhas fez Fumi tomar a decisão de sair de casa. Como relatou: "Nesse momento, alguma

coisa dentro de mim acabou. As pessoas que saem de casa de repente dizem que, como um chamado, sentem que é o momento de ir; disseram-me que, mesmo se a pessoa tiver com muita dúvida, esse dia vai chegar. Eu pensava que não viria para mim, que eu ia agüentar durante anos, porque eu ia atrapalhar a vida de todo mundo, então bastava eu agüentar. Mas nesse momento, entendi que não bastava agüentar somente. Eu entendi que não podia deixar minhas filhas nesse ambiente. Por isso, no começo, era pensando nelas"[102]. Fumi saiu de casa em seguida, com as duas filhas, e foi direto para a associação que freqüentava, para não voltar mais. Por meio da associação, entrou no abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

2.4. As relações parentais após a separação: laços frágeis

No total de treze pais, oito não conservaram nenhuma relação com seus filhos após a separação conjugal. Mesmo entre os que mantêm contato, a freqüência dos encontros é menor, se for comparada com os pais das amostras de outros dois países. Se os pais, uma vez afastados da família, não se sentem mais no direito de rever seus filhos, as mães também não encorajam necessariamente esse encontro.

Tal sentimento de ambas as partes é ligado, em parte, ao sistema familiar

[102] *Sonotokini watashino naka no nanikaga owattene. Minna yappari ne totsuzen ie o detahitowa aru hi totsuzen otsugega kita youni, a, imaya, tte iune, a, deyo, tte omouhiga ne, kurun yanaa tte, donnna ni nayandemo kurutte minna ittetenee. Watashiwa konaito omottete, watashi ni wa konainenyawa, mou koredake nannenmo gaman shitene, mou katei mo dekiagatte mou minna ni mo meiwaku o kakete ne, kanashimaseru youna koto wa watashi ga gaman shitara iidakedato omottetakedo, sono shunkanni watashiga gaman shitara iidake janainya, tte. konokotachi o kono kankyou ni oitoitara damenanya to omotte, sorede hajime, jibun no kotoyorimo kodomo ga kikkake.*

japonês baseado no *koseki*. O genitor que não possui a guarda da criança é eliminado do registro, e, como a identidade de um japonês é reflexo do que está registrado no *koseki*, significa a alienação desse genitor em relação à família. Aqui, estamos longe da noção de coparentalidade, central nos debates sobre separação familiar no Brasil e na França: a ruptura conjugal é sinônimo de ruptura familiar.

Outro motivo da vulnerabilidade da relação entre pais e filhos após a separção matrimonial inscreve-se na lógica da divisão sexual do trabalho e do espaço. A educação dos filhos, entre outras atividades ligadas à esfera reprodutiva, é ,quase sempre, a função da mãe (HIRATA, 2002: 138-141 ; OOHINATA, 2000). O exercício da função de dona de casa em detrimento da atividade profissional pode causar um efeito de uma forte identificação, que passa pela maternidade e a relação com os filhos. Essa proximidade com a prole e a exclusão física e afetiva do pai faz com que ele, junto com os avós paternos, se retire da relação parental.

As mulheres que não interromperam sua atividade profissional não têm, provavelmente, tanta resistência quanto à manutenção da relação entre pais e filhos, graças à relatividade da posição das crianças em suas vidas.

Tabela 15: A relação entre pai e filhos antes e depois da separação

Nomes	***Antes da ruptura***	***Após a ruptura***	***Com que freqüência ?***	***Pai paga pensão ?***
Yasuko	Existente	Existente (a mais velha)	Mais velha mora com o pai	Não
Yoshiko	Existente	Existente	uma ou duas vezes por ano (aniversários e férias)	Não
Fumi	Existente	Existente	Irregular, mas freqüente	Sim

Hiroko	Existente	Existente	uma vez por ano (aniversário)	Sim
Rosa	Existente (a mais velha)	Inexistente	0	Sim, enquanto estava vivo
Kiyomi	Existente	Existente	Uma ou duas vezes por mês	Sim
Chikako	Existente (a mais velha)	Inexistente	0	Não
Tae	Inexistente	Inexistente	0	Sim
Risa	Inexistente	Inexistente	0	Não
Yukari	Existente	Existente	Uma vez a cada duas semanas	Sim
Noriko	Inexistente	Inexistente	0	Não
Tamaki	Inexistente	Inexistente	0	Sim
Aiko	Existente	Inexistente	0	Não
Sanae	Existente	Inexistente	0	Ocasionalmente

3. Educação e trabalho

3.1. Características do trabalho feminino no Japão

1) Aspectos gerais

Dados do Departamento de Estatística do Ministério do Interior mostram que, em 2004, a força de trabalho feminina ocupava 41,2% da força de trabalho total, com ligeiro crescimento em relação ao ano anterior (NWEC, 2006: 34). Como é possível ver na Tabela 1, a parte ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho mostra aumento relativamente constante desde 1980.

Tabela 16: Evolução da proporção da força de trabalho feminina no Japão (%)

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2004
Proporção	38,7	39,7	40,6	40,5	40,7	41,2

Fonte: NWEC, 2006, com base nos dados do Departamento de Estatística do Ministério do Interior

De outro lado, a parte que as mulheres ocupam entre a população inativa é de 67,6%, mostrando queda proporcional ao aumento da atividade feminina (Idem).

Do ponto de vista da taxa de atividade (pessoas com mais de 15 anos, incluindo os desempregados), é de 48,4% para as mulheres e 74,8% para os homens em 2005 (ILO, *Labor Statistics Database* 2005). Em comparação à taxa de atividade feminina de outros países de nível socioeconômico similar, como os Estados Unidos (59,3%), Inglaterra (55,9%), Alemanha (50,4%) e França (51,1%), o Japão faz parte dos países com proporção menor de mulheres ativas. Em comparação com países asiáticos, as Filipinas registram 49,7%, a Coréia 50,7%, a China capitalista (Hong Kong) 51,8% e a Tailândia, 65,0% (Idem), sendo, mais uma vez, um dos países mais tímidos em relação à atividade feminina.

Comparando o emprego assalariado de japonesas e francesas dos anos 80 e 90, Sugita (2006: 246) aponta que, apesar da evolução do trabalho assalariado feminino no Japão ao longo de 40 anos[103], sua proporção em relação ao emprego assalariado masculino é menor, diferentemente das francesas, cuja taxa de emprego assalariado é até superior à dos homens (em 1996, 90,0% para as mulheres e 84,3% para os homens na França, enquanto no Japão, 79,3% para as mulheres e 83,9% para os homens). A autora atribui a baixa participação feminina japonesa na força de trabalho assalariada essencialmente à existência do auxílio familiar.

[103] Supõe-se que seja entre o período 1960 e 2000.

As organizações corporativa e familiar típicas do Japão[104] mantiveram-se como modelo dominante até o início dos anos 90, quando ocorreu o desmantelamento das especulações financeiras (explosão da bolha financeira) do final dos anos 80, e iniciou-se um período de crise econômica, que provocou profundas transformações no sistema empregatício japonês.

No modelo antes da crise, o funcionário, contratado na forma de "emprego vitalício", isto é, sem prática de demissões, tem sua carreira consolidada dentro da empresa (SUGITA, 2006: 256) viabilizada graças à dedicação total da esposa nas questões domésticas. Tal padrão de emprego é nitidamente sexuado, com predominância de homens nas funções que oferecem ascensão profissional e de mulheres nas funções auxiliares. A instituição, em 1986, da Lei para a igualdade de oportunidade de emprego (*Danjo koyou kikai kinto ho*) ofereceu algumas aberturas para que a mulher pudesse seguir carreira nas empresas – à custa da retirada das proteções atribuídas às trabalhadoras desde 1946, como a proibição do trabalho noturno – mas também polarizou as trabalhadoras em duas categorias de emprego: a maioria que realiza trabalho auxiliar –que é chamado de *ippan-shoku* – e a minoria que segue carreira, na mesma condição que os homens, chamada *sogo-shoku* (TSUTSUI: 19; SANTOS, 1993: 90-93).

Nesse sistema, uma candidata a uma vaga para uma empresa deve escolher se deseja seguir uma carreira profissional e dedicar maior parte de sua vida para a

[104] A forma de emprego formal conhecida como tipicamente japonesa, até o início dos anos 90, era caracterizada pela estabilidade permanente (*shushin koyô*) e a promoção acompanhada pelo aumento do salário, baseada no tempo de serviço (*nenkô chingin*). No entanto, tal forma de emprego era principalmente limitada a funcionários masculinos, chefes de família, de grandes empresas (Sugita, 2006: 223; Takenaka, 2004: 70-71). É importante frisar que, longe de ser um modelo universal, mesmo entre os homens, os trabalhadores de um grande número de pequenas e médias empresas não se beneficiavam da mesma perspectiva profissional que os funcionários de grandes empresas. Sugita menciona a "estrutura dual do mercado de trabalho japonês", que integra, ao lado dos trabalhadores de grandes empresas, ampla variedade de trabalhadores precários, tais como "operários temporários (*rinji kô*), trabalhadores diaristas (*hiyatoi*), trabalhadores sazonais (*kisetsu kô*), trabalhdores em tempo parcial e trabalhadores domiciliares" (Sugita, 2006: 224).

empresa ou se pretende exercer trabalho simples, sem responsabilidades, por isso sem possibilidades de ascensão. Tal opção era exigência apenas para as candidatas, pois era suposto que as mulheres preferissem estar numa ocupação subalterna para poder pedir demissão ao se casar e formar uma família.

Dessa forma, o trabalho da mulher é visto como algo de curta duração e as empresas preparam, *a priori*, um ambiente propício para que as funcionárias tenham "facilidade" para sair em razão de sua vida reprodutiva. Houve, dessa forma, uma segregação do trabalho feminino, baseada na lei, gerando um setor exclusivamente feminino seio da empresa. Uma reforma na lei de 1986 foi instituída 13 anos depois, dessa vez, proibindo a limitação de ascensão profissional para as funcionárias, e abrindo a possibilidade de os homens optarem pela categoria *ippanshoku*. A admissão dos homens nas empresas por essa via é, porém, limitada.

As mulheres que interromperam as atividades profissionais após casamento/parto/maternidade tendem a reingressar no mercado de trabalho depois que o filho caçula atingiu a idade escolar. Tal "trajetória da mulher" reflete-se de maneira típica na curva de taxa de atividade feminina do Japão, que tem a forma bimodal, ou em "M". Em 2004, das mulheres entre 25 e 29 anos, 74,0% eram ativas, enquanto entre 30 e 34 anos, 61,4% e entre 45 a 49 anos, 73,0% (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2005).

Apesar do aumento da taxa de atividade feminina no ponto mais baixo da curva (em 2004, 61,4% segundo o Ministério do Bem-estar e do Trabalho do Japão, 2005: 2-3) e da curva se aproximar cada vez mais da forma das curvas de atividades de mulheres ocidentais, deve-se considerar o fato de que nem todas as mulheres dessa faixa etária são casadas e têm filhos, em razão do adiamento do casamento e

da maternidade. Assim, para as mulheres casadas no Japão, a taxa de atividade registrada em 2004 é de 47,4% (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2005: 2) e para as mães de crianças de menos de 6 anos, 35,6%, em 1999 (Secretaria de Estatísticas *apud* MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2005).

Em contrapartida, a porcentagem de mães de crianças de menos de 6 anos em atividade nos Estados Unidos é de 61,5%, na Holanda, de 60,7% e na França, de 56,2%, segundo a OECD ("Employment Outlook 2001" *apud* MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2005). As curvas de taxa de atividade feminina por idade, em países como Suécia, França, Alemanha, Portugal, Tailândia, Brasil, demonstram que, independentemente da idade e da situação familiar, as mulheres não interrompem a atividade produtiva. Sua taxa de atividade é constante, mantendo-se alta, na ordem de 80%, os traços das curvas aproximam-se dos traços da curva masculina (SILVERA, 2002: 18-19; ILO, Year Book of Labour Statistics 2001 *apud* OCHIAI, 1994: 15; BELTRÃO *et. alii*, 2002, p.15).

Mesmo comparada a países cuja atividade da mulher diminui em conformidade com a situação familiar (Inglaterra, Holanda, Bélgica, Irlanda, Espanha, Grécia), a taxa de atividade de mulheres que estão na faixa etária propícia para as atividades reprodutivas é superior à das japonesas, sendo entre 60% e 75% (Op. Cit.: 20-21).

De outro lado, segundo apresenta Sugiyama (2003: 134) por meio de de dados da Secretaria de Estatísticas do governo japonês em 2001, 66,7%[105] das mães de famílias nucleares, cujo filho caçula tem entre 0 a 3 anos, desejam

[105] Nessa porcentagem, estão incluídas as que trabalham. O o cálculo é: população da força de trabalho das esposas + esposas que não trabalham e que desejam ingressar no mercado de trabalho / número de domicílios (Secretaria de estatísticas *apud* SUGIYAMA, 2003: 134).

trabalhar e somente 28,3% são economicamente ativas. A porcentagem de mães que desejam trabalhar ,dessas famílias, sobe para 80,9% quando o caçula atinge a idade de 4 a 6 anos, mas somente 45,8% trabalham efetivamente (Idem: 134).

Em uma outra pesquisa sobre a situação das trabalhadoras demissionárias, realizada pela *Josei Shokugyo Zaidan* (Fundação Trabalho Feminino), 93,0% das mulheres que saíram do emprego por causa da atividade reprodutiva, em 1990, teriam continuado a trabalhar caso existisse uma infra-estrutura adequada para crianças, como uma creche (TSUTSUI, 2000: 21). O Ministério do Bem-estar e do Trabalho (2005) divulgou que, em 2004, 35,2% das mulheres ativas demonstraram o desejo de que se respeitasse o horário de trabalho para mães e trabalhadoras responsáveis pelos cuidados de idosos na família, no sentido de não serem obrigadas a cumprir horários fora do contrato.

Assim, contra a normalização social da interrupção do trabalho em razão da maternidade, a maioria das mulheres quer continuar a trabalhar, mesmo depois de constituir um lar, e a dona de casa exclusiva não é mais um modelo a se aspirar.

Além da manutenção da curva bimodal de atividade feminina, que indica a interrupção do trabalho em virtude da maternidade, o crescimento do emprego dito "atípico" é uma das características do emprego feminino no Japão.

Vamos nos ater, a seguir, na questão do trabalho "atípico" em razão do fato de que é a forma de emprego predominante das entrevistadas ativas.

3) As transformações no mercado de trabalho e o emprego "atípico"

Como foi mencionado anteriormente, o mercado de trabalho japonês pode ser diferenciado entre a era antes da segunda metade dos anos 90 e depois, tendo como pano de fundo a desregulamentação da economia, levada a cabo desde a crise econômica, seguida da explosão da bolha financeira. Dois fenômenos constituem a expressão dessa mudança, que teve repercussão direta no emprego feminino:

i) Mudança do modo de administração japonês, que teve como marco o fim da estabilidade empregatícia do trabalho formal, anunciado pela Federação da Economia Japonesa (*Nikkeiren*) em 1995 (TAKENAKA, 2004: 70-85; YAMAOKA, 2000: 52-53)[106].

ii) Crescimento acentuado do trabalho atípico (temporário, terceirizado, com contrato fixo, etc.) por meio da introdução da lei de 1985, que permite as atividades de agenciamento de trabalhos temporários, até então proibidos por agências privadas (*Rodosha haken ho*). Em 1999, a lei foi ampliada, permitindo as atividades de agências de trabalho atípico em quase todos os setores (SUGITA, Op. Cit.: 224-225).

Das mulheres ativas no Japão, 44,4% eram trabalhadoras do setor formal e 55,6%, do setor não-formal ou atípico. Da totalidade da população ativa do mercado de trabalho formal, 29,4% era composta por mulheres e 70,6% por homens, em 2002 (NWEC, Op. Cit.: 43), enquanto o trabalho informal era dominado pelas mulheres. Mesmo assim, o mercado formal vem sendo cada vez mais restrito não

[106] A Federação da Economia Japonesa (*Nikkeiren*) anunciou, na ocasião, o novo sistema de emprego japonês "A administração japonesa para a nova era: caminhos para o desafio e políticas concretas (*Shin jidai no nihonteki keiei: chosen subeki hoko to sono gutaisaku*)", tinha como conceito a categorização de funcionários formalmente empregados em três tipos: grupo do tipo de competência acumulada a longo prazo (*choki chikuseki noryoku katsuyo gata group*), grupo do tipo altamente especializado (*kodo senmon noryoku katsuyo gata group*), grupo do tipo empregabilidade flexível (*koyo junnan gata group*) (YAMAOKA, 2000: 52-53). Somente o primeiro grupo possui contrato de tempo indeterminado e possibilidade de promoção (Idem).

somente para as mulheres, mas também para os homens, fazendo com que o ingresso no mercado de trabalho não-formal esteja em crescimento para ambos os sexos (Idem).

As formas de trabalho atípico são variadas, sem definição jurídica para cada forma de emprego, fazendo com que haja divergências de interpretação. Por exemplo, o Ministério do Bem-estar e do Trabalho classifica os empregos atípicos da seguinte forma: *keiyaku shain, shokutaku shain, demuki shain, rinji koyousha, haken rodosha, Paato taimu rodosha.* Contudo, a Secretaria da Indústria e Trabalho do governo metropolitano de Tóquio interpreta que *shokutaku shain* compõe uma das formas de *keiyaku shain* (que significa trabalho com contrato em tempo determinado). O trabalho do tipo *zaitaku kinmu*[107], trabalho em domicílio não condicionado ao horário e local de trabalho, comumente exercido em casa por mulheres, como forma de conciliação com os trabalhos domésticos e a criação dos filhos, faz também parte dos trabalhos atípicos (porém, o Ministério não o inclui na Pesquisa sobre a diversificação das formas de trabalho de 2003 como uma das categorias de trabalho atípico).

A tabela a seguir foi reproduzida para servir de referência para diversas denominações de trabalhos atípicos no Japão, apesar da não uniformidade de interpretação.

Tabela 17: Definição das categorias empregatícias do trabalho atípico segundo o Ministério do Bem-estar e do Trabalho

Forma de trabalho	Tradução	Descrição
Keiyaku shain,	Trabalhador	Pessoal com contrato por tempo

[107] Popularmente chamado *naishoku.*

Shokutaku shain, Jun shain, Hijokin rinji shain**	contratado por tempo determinado	determinado, dedicado a um tipo de trabalho específico, com o objetivo de fazer valer um conhecimento especializado (ou não, segundo Departamento de emprego, Secretaria da indústria e trabalho do governo metropolitano de Tóquio, 2006). O contrato é diretamente firmado entre empresa e funcionário/funcionária.
Demuki shain	Trabalhador enviado	Pessoal enviado de outra empresa.
Haken rodosha	Trabalhador temporário e terceirizado	Pessoal enviado por empreiteiras ou agências de emprego privadas, baseado na lei de terceirização de trabalhadores (*Rodosha haken ho*).
Rinji koyousha	Contrato emergencial, temporário	Pessoal contratado para menos de um mês ou com contrato diário.
Paato taimu rodosha/ Arubaito[108]	Trabalhador em tempo parcial	Contrato por tempo reduzido, por dia ou por semana.

Fonte: Shugyo keitai no tayouka ni kansuru sogo jittai chosa *(Pesquisa sobre a diversificação das formas de trabalho) 2003, Ministério do Bem-estar e do Trabalho*

* Dados acrescentados com base nas informações obtidas no Departamento de Emprego, Secretaria da Indústria e Trabalho do Governo Metropolitano de Tóquio (http://www.hataraku.metro.tokyo.jp/siryo/panfu/panfu52/index.html).

A proporção de trabalhadores dos seis tipos de trabalho do setor não-formal em relação à totalidade dos trabalhadores é, segundo o Ministério do Bem-estar e do Trabalho: *keiyaku* 2,9%, *shokutaku* 0,9%, *demuki* 0,6%, *haken*, 3,4%, *rinji* 0,8%, *Paato taimu* 42,5%. No setor não-formal feminino, o *Paato taimu* é a categoria que mais concentra a força de trabalho, seguida pelo trabalho terceirizado (*haken*), porém, em muito menor proporção. Em relação a 1999, houve aumento de 8,5 pontos percentuais do *Paato taimu*, incluindo mulheres e homens; no entanto, pode-se considerar que o aumento se deve ao ingresso massivo de mulheres no mercado

[108] Do alemão *arbeit*.

de trabalho em tempo parcial, demonstrado pela alta proporção do sexo feminino nesse segmento.

Tabela 18: Proporção de trabalhadores por forma de trabalho em 2003

	Total	Formal	Não-formal	*Keiyaku*	*Shoku taku*	*Demuke*	*Haken*	*Rinji*	*Paato taimu*
Total 2003	100,0	65,4	34,6	2,3	1,4	1,5	2,0	0,8	23,0
Total 1999	100,0	72,5	27,5	2,3	-	1,3	1,1	1,8	14,5
Fem.	100,0	44,4	55,6	1,9	0,9	0,6	3,4	0,8	42,5
Masc.	100,0	80,0	20,0	2,9	1,8	2,2	1,0	0,9	9,6

Fonte: Shugyo keitai no tayouka ni kansuru sogo jittai chosa *(Pesquisa sobre a diversificação das formas de trabalho) 2003, Ministério do Bem-estar e do Trabalho.*

Contudo, o aumento do trabalho por tempo parcial (*Paato taimaa* e *arubaito*) da mão-de-obra masculina não é desprezível. Em 2005, como *Paato taimaa* e *arubaito* no segmento não-agrícola, a proporção era de 12,3%, enquanto cinco anos atrás era de 9,4% e há 10 anos , 8,4% (as mulheres registravam 40,6% em 2005, 36,1% em 2000 e 31,6%, em 1995), segundo a Pesquisa sobre a força de trabalho do Ministério do Interior (*apud* MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2006: 12).

Temos como principal fator a migração dos trabalhadores do setor formal para o *Paato taimu/arubaito*, como mostra a tabela a seguir, na ordem de 37,5% dos trabalhadores que mudaram de emprego em 2004. Essa proporção, em 2000, era de 27,8% e, em 1995, de 21,2% (Kokumin Seikatsu Hakusho 2005 *apud* MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2006: 4). Em contraponto, apenas 22,6% passaram do trabalho *Paato taimu/arubaito* para o formal em 2004, 22,4% em 2000 e 25,0% em 1994 (Idem). Também, somente 62,5% passaram do trabalho formal para o formal em 2004, em comparação a 72,2% em 2000 e 78,8% em 1995

(Idem).

Tabela 19: Comparação das formas de trabalho após mudança de emprego 1990-2004 (%)

	1990	***1995***	***2000***	***2004***
Formal->formal	80,9	78,8	72,2	62,5
Formal->Paato taimu/arubaito	19,1	21,2	27,8	37,5
Paato taimu-> formal	30,9	25,0	22,4	22,6
Paato taimu->Paato taimu	69,2	75,0	77,8	77,4

Fonte: Kokumin seikatsu hakusho 2005 *(Gabinete do primeiro ministro)*

A dificuldade de reinserção no mercado de trabalho formal reflete a dificuldade de reinserção no trabalho formal, uma vez que o trabalhador se retira, principalmente, se já esteve no mercado de trabalho *Paato taimu*. A diversificação das formas de emprego dos homens deve trazer conseqüências significantes nas relações de gênero, alterando a divisão sexual do trabalho.

A primeira contratação em tempo parcial no Japão foi em 1954, pela loja de departamento Daimaru, em Tóquio (TSUTSUI, 2000: 75). O trabalho *paato taimu* surgiu, então, como uma nova forma de emprego, e o que atraiu foi a possibilidade de escolher a escala de horário de preferência. Tsutsui organiza cronologicamente o trabalho em tempo parcial em quatro fases históricas, dos pontos de vista das condições de trabalho, razão de contratação e administração de pessoal.

1) 1960 -1975, era do crescimento econômico

Recorria-se ao trabalho em tempo parcial para complementar a falta de mão-de-obra

jovem. O caráter emergencial e temporário do trabalho *paato taimu* dessa época contribuiu, definitivamente, para a qualidade inferior desse trabalho até os dias de hoje. Foi nessa época que surgiu, também, o fenômeno paradoxal do trabalho *paato taimu* de longa duração, principalmente nas indústrias manufatureiras. Em 1970, iniciou-se a contratação de *paato taimaa*s nos supermercados.

2) 1975-1985, era do baixo crescimento econômico

Apesar do crescimento do desemprego, o trabalho em tempo parcial cresce, por se tratar de mão de obra barata e flexível. Nessa década, o objetivo das empresas passa a ser a economia dos custos de mão-de-obra.

3) 1985-1991, era da bolha financeira e da instituição da lei de oportunidades iguais de trabalho entre homens e mulheres (Koyo kikai kinto ho)

O emprego *paato taimu* continua a crescer, mas não mais visando à economia dos custos de mão-de-obra, mas por ser adequado a um tipo de serviço e/ou para responder ao aumento da quantidade de serviços. Surgem, nessa época, os Paato taimaas especializados e/ou treinados dentro das empresas. Esse fator também facilitou a volta das mulheres no mercado de trabalho, após as atividades ligadas à reprodução.

4) 1991-2000, crise econômica

Época de revisão do sistema empregatício japonês (estabilidade do emprego formal até a aposentadoria), o que fomentou a formação de um sistema de recursos

humanos flexível. Ocorreu o encolhimento do emprego formal e o crescimento do trabalho em tempo parcial, terceirizado (*haken*) e de contratos por tempo determinado (*keiyaku, shokutaku*). A crise levou as mulheres a procurar o trabalho em tempo parcial para manter o orçamento do lar, fato quetirou o caráter complementar do *paato taimu*, que se tornou parte significativa da renda familiar. É também a partir dessa época que o caráter sexuado do trabalho "atípico" é relativizado com o aumento da força de trabalho masculina nesse setor, não sempre como trabalho precário, mas como emprego altamente especializado (SUGITA, Op. Cit.: 225).

Paato taimu, *arubaito* e *freeter* como formas de trabalho precário:

Pela alta proporção de mulheres que se dedicam ao trabalho em tempo parcial (*paato taimu rodo*) e pela confusão freqüentemente suscitada com o termo *arubaito*, parece ser pertinente uma abordagem sobre a diferença entre *paato taimu* e *arubaito.* Ambos são incluídos na Lei do trabalho em tempo parcial (*Paato taimu rodo ho*), não há diferença legal entre as duas categorias. No entanto, a diferença é vulgarmente construída em razão das características do trabalhador. O termo *paato taimu* é principalmente aplicado para o emprego de donas de casa e *arubaito*, de estudantes e jovens (próximo ao termo em português "bico"). Há, também, o que é coloquialmente chamado *furiitaa*[109], como abreviação de *furii arubaitaa*[110], que designa o indivíduo que se dedica de modo contínuo ao *arubaito* (NWEC, 2006: 199), sem perspectiva de ingressar no mercado de trabalho formal. O termo foi inventado por uma revista de classificados de emprego, em 1987,

[109] *Freeter*, na grafia em língua inglesa.
[110] *Free arbeiter*, na grafia em língua inglesa.

como um novo estilo de trabalhar, livre das obrigações empregatícias (Idem). Contudo, nos anos 2000, passou a ser visto como forma de trabalho de jovens sem capacidade de ingressar no mercado de trabalho formal (Idem), reforçando a idéia do fracasso e expandindo o trabalho precário de jovens. Diferente da idéia dos anos 90, quando *furiitaa* era um estado intermediário entre a formatura e o emprego, os anos 2000 mostram a perpetuação do estado dessa forma de ocupação, cujo trabalhador *furiitaa,* que começou as atividades nos anos 90, hoje tem entre 35 e 40 anos. Apesar do seu envelhecimento, o crescimento da população *furiitaa* tem sido tratado, principalmente, como um problema empregatício dos jovens, de baixa escolaridade, na faixa etária entre 20-24 anos e sem formação universitária. (Idem: 44). Em números absolutos, a população de *furiitaas* feminina é superior à masculina, sendo de 1.190.000 mulheres e 950.000 homens, segundo o Ministério do Bem-estar e do Trabalho. Quanto às mulheres, somente as solteiras são incluídas na categoria *furiitaa*, as casadas são designadas *paato taimaa* (Idem: 199). A escolaridade é de baixa para média: 67,1%[111] concentrada entre o equivalente do ensino fundamental completo (*chusotsu*) e médio completo (*kosotsu*) no Brasil (NWEC, 2006: 44). Essa população passou a compor a categoria dos "novos pobres", fortemente visível na mídia como manifestação da ampliação da desigualdade social (o que Tachibanaki chama de *kakusa shakai* e que se tornou termo corrente para designar a pobreza emergente) nesses últimos 15 anos.

Do ponto de vista legal, os trabalhadores dos setores atípicos devem ser

[111] 63%, mulheres e 70,5%, homens.

protegidos pela Lei básica do trabalho (*Rodo kijun ho*) e pelas leis que regulamentam cada setor de trabalho atípico, como a Lei do trabalho em tempo parcial (*Paato taimu rodo ho*), a Lei do trabalho terceirizado (*Rodosha haken ho*) e a Lei do trabalho em domicílio (*Kanai rodo ho*), entre outras leis trabalhistas específicas que envolvem o direito do trabalhador (Lei do salário mínimo, Lei da segurança, etc.).

O direito de trabalho das mulheres deve ser garantido pela Lei de oportunidade igual de trabalho entre homens e mulheres (*Danjo koyo kikai kinto ho*) e pela Lei da licença maternidade e dos cuidados de familiares (*Ikuji kaigo kyugyo ho*). Persistem, no entanto, visões de ambas as partes – empregador e trabalhador – de que trabalhadores dedicados ao emprego atípico não são protegidos legalmente, fazendo com que haja abusos por parte do empregador no que concerne ao não respeito dos direitos trabalhistas.

São tais fatos que fazem surgir o trabalho em tempo parcial "disfarçado" (*giji paato*): segundo Takenaka (2004: 64-67), mais de 10% dos *Paato taimaas* trabalham igual ou mais tempo que os trabalhadores formais. Muitos deles são contratados por tempo determinado e o contrato deve ser renovado constantemente, para se manter no mesmo emprego, o que caracteriza instabilidade.

O *paato taimu* não oferece possibilidade de ascensão, nem na carreira, nem em termos salariais. Quando o nível salarial mais alto de um trabalhador de sexo masculino com emprego formal é, na média, 2.504 ienes por hora (aproximadamente 23 dólares; nesse caso o trabalhador tem entre 55 e 59 anos), o nível salarial mais alto de um trabalhador de sexo feminino é de 1.527 ienes por hora (aproximadamente 14 dólares, para idade entre 35 e 39 anos). Da mesma forma, o nível salarial mais alto de um *paato taimaa* masculino é de 1.204 ienes (11 dólares

para idade entre 40-44 anos) e de um *paato taimaa* feminino não passa dos 1.000 ienes e é de 993 ienes na faixa etária 25 a 29 anos (9 dólares). Assim, a mulher *paato taimaa* recebe o mais alto salário por hora quando ainda é relativamente jovem, enquanto os homens tem um nível salarial mais alto que as mulheres durante todo o ciclo de vida, de ordem crescente, até os 40, 44 anos.

Tabela 20: Renda por hora dos trabalhadores, por idade

	18-19	**20-24**	**25-29**	**30-34**	**35-39**	**40-44**	**45-49**	**50-54**	**55-59**	**60-64**	**65+**
Formal masc.	989	1174	1433	1731	2069	2365	2492	2504	2409	1744	1613
Formal fem.	912	1115	1292	1422	1527	1514	1475	1404	1376	1190	1226
Part masc.	870	953	1079	1171	1197	1204	1184	1188	1177	1180	1146
Part fem.	824	920	993	981	963	944	956	928	946	945	974

Fonte: Ministério do Bem-estar e do Trabalho, 2005

Em razão da forte tendência das mulheres japonesas interromperem o trabalho para a dedicação às atividades do lar, para, mais tarde, o retomar como trabalhadoras precárias, é relevante mostrar o custo dessa interrupção. Segundo relata o Ministério do Bem-estar e do Trabalho (2006), baseado na divulgação oficial da vida da população de 2005, a renda total durante a atividade profissional, ao longo da vida ativa, de uma mulher com diploma universitário é, em média, de 276.450.000 ienes (2.400.000 dólares). O equivalente para uma trabalhadora, também com diploma universitário, que esteve no mercado formal até os 28 anos, interrompendo suas atividades profissionais por causa da maternidade até os 35

anos, e voltando a trabalhar como *paato taimaa* aos 36 anos é, em média, de 49.130.000 ienes (427.000 dólares).

A diferença de renda da trajetória da vida ativa dos dois tipos de trabalhadoras é de 227.000.000 ienes (1.974.000 dólares). Esse exemplo considera que a mulher volta a trabalhar quando o filho maior atinge a idade de ir para a escola fundamental, mas como a maior parte das mulheres casadas tem, em média, dois filhos, é possível que o tempo de afastamento do mercado de trabalho seja mais longo. Para efeito de comparação, a trabalhadora universitária que retornou ao trabalho formal após o ingresso da criança na escola deverá ter uma renda de 177.090.000 ienes (1.500.000 dólares). Sua colega que trabalhou continuamente deve obter 100.000.000 ienes (870.000 dólares). A diferença entre essa trabalhadora e a que ingressou no mercado de trabalho atípico é de 127.960.000 ienes (1.113.000 dólares).

3.2. A educação e o trabalho das mulheres entrevistadas

1) A educação

Todas as mulheres entrevistadas, exceto Yoshiko e Rosa, possuem, no mínimo, diploma de ensino médio. O elevado nível de educação das mulheres condiz com a taxa nacional de escolarização do sexo feminino no ensino médio, de 97,9% (contra 97,3% do sexo masculino) (NWEC, Op. Cit.: 99). A taxa de escolarização feminina nas universidades é de 36,8% (contra 51,1% da dos homens) e nas universidades de ciclo curto (*tanki daigaku*), 13,0%. Em nossa amostra, oito, no total de oito mulheres que estudaram além do ensino médio,

fizeram isso nas universidades de ciclo curto. As áreas de estudo concentram-se no domínio da economia doméstica e dos cuidados infantis, assim como da literatura. Duas possuem formação suplementar, ambas de auxiliar de enfermagem, ou de cuidados de enfermos e idosos em domicílio (*home helper*).

2) O trabalho remunerado

Das 13 mulheres entrevistadas, sete são ativas (Rosa, Hiroko, Chikako, Tae, Yukari, Risa e Sanae) e seis, inativas (Yasuko, Yoshiko, Fumi, Kiyomi, Tamaki, Aiko). Das ativas, nenhuma se encontra no setor formal e três possuem emprego em tempo parcial[112] (*paato taimu*: são elas Rosa, Shizuko e Hiroko), duas têm um contrato do tipo determinado *shokutaku* (Chikako e Yukari), uma é terceirizada *haken* (Risa) e uma é vendedora (de seguros) (Tae). De modo geral, o emprego das mulheres chefes de família entrevistadas é concentrado no setor terciário, freqüentemente trocado e, às vezes, junto com um segundo emprego (o caso de Rosa e Sanae), além de alternarem emprego formal e atípico, com predominância no atípico.

Para efeito de comparação com a pesquisa realizada com 3.491 chefes de família monoparental feminina (inclui as viúvas) pelo Ministério do Bem-estar e do Trabalho, divulgada em 2005 (*Zenkoku boshi setai tô chosa hokoku* 2005), 83,0% das mulheres possuem emprego, dentre as quais 49,0% trabalham como *paato taimaa* e como trabalhadoras em tempo parcial emergencial (*rinji paato*), 39,2% como funcionárias efetiva, 4,4% como funcionárias terceirizadas, 4,2% como donas de negócio próprio, 1,5% como parte integrante de empreendimento familiar e, finalmente, 1,7% exercem outros tipos de trabalho.

[112] As que trabalham em condição de *arubaito* estão inclusas na categoria *paato taimu*.

A tabela a seguir indica o grau de escolaridade e a trajetória de trabalho de cada entrevistada, articulada com o casamento, a maternidade e a separação do o pai da(s) criança(s). Os trabalhos formais estão assinalados com (F) e os atípicos, com (A). Quando não há interrupção de trabalho por causa da maternidade, as duas atividades estão separadas por uma vírgula. Quando há interrupção, a separação das atividades é identificada por uma seta.

Tabela 21: Trajetórias de emprego, família e escolaridade

Nome	**Grau de instrução/ área de estudo**	**Trajetória profissional**
Yasuko	Ensino médio (*Koto gakko*) completo	(A) Aprendiz de cabeleireira→ (A) Operária *Paato taimaa*→ (F) Empregada de supermercado→ CASAMENTO→ NASCIMENTO DA FILHA→ (A) Vendedora de produtos de beleza→ NASCIMENTO DA SEGUNDA FILHA→ DIVÓRCIO→ (A) *Paato taimaa* em fabricação de acolchoados → Inativa
Yoshiko	Ensino fundamental (*Chugaku*) completo	(F) Operária em fábrica de alimentos→ CASAMENTO→ NASCIMENTO DOS 4 FILHOS→ DIVÓRCIO→ Inativa.
Fumi	Escola especializada (*Senmon gakko*) completa	(?) *Designer* da empresa do pai→ CASAMENTO→ (A) Funcionária terceirizada (*haken*) de empresa de fios elétricos→ (A) Ajudante em escritório de deputado → NASCIMENTO DA FILHA→ NASCIMENTO DA SEGUNDA FILHA→ (A) *Paato taimaa* em loja de instrumentos→ DIVÓRCIO→ Inativa.
Hiroko	Ensino médio completo	(F) Funcionária de loja de lingerie→ (F) Funcionária de cabeleireiro, CASAMENTO→ NASCIMENTO DO FILHO→ (A) *Paato taimaa* em loja de móveis, NASCIMENTO DO SEGUNDO FILHO→ DIVÓRCIO→ (F) Funcionária de fábrica de equipamentos para supermercados→ (A) *Paato taimaa* na Prefeitura de Takarazuka.
Rosa	Ensino fundamental completo	(A) Confecção em domicílio (Filipinas) → (?) Garçonete (Filipinas)→ (A) *Entertainer,* com 3 idas ao Japão→ NASCIMENTO DA FILHA na 3ª vez no Japão→ SEPARAÇÃO→ *Hostess*, NASCIMENTO DA SEGUNDA FILHA→ (A) Garçonete em restaurante coreano→ (A) *Paato taimaa* em comércio de marmitas→ (?) Operária *Paato taimaa* em fábrica de sucos→ (A) Operária *Paato taimaa* em empresa subcontratada de cadeia alimentícia→ *Paato taimaa* de garçonete em restaurante.
Kiyomi	Superior ciclo curto (Literatura	Três empregos→ CASAMENTO→ NASCIMENTO DOS 2 FILHOS→ DIVÓRCIO→ (?) Ajuda no escritório

	inglesa)	do pai (arquitetura, construção)→ (A) *Paato taimaa* na prefeitura, setor de assistência social→ Inativa.
Chikako	Escola especializada (Educação infantil)	(F) Instrutora de abrigo para crianças em dificuldade→CASAMENTO→ NASCIMENTO DOS 2 FILHOS→ (A) *Paato taimaa* como professora de creche municipal→ (A) Cozinheira de almoço de escola fundamental municipal (Contrato de tempo determinado *shokutaku*).
Tae	Superior ciclo curto (Educação infantil)	(F) Professora de creche, CASAMENTO, CRIAÇÃO DOS FILHOS DO MARIDO, NASCIMENTO DA FILHA, DIVÓRCIO→ (F) Funcionária de instituto de pesquisa→ (A) Vendedora de seguros (1ª Vez)→ (A) Vendedora de seguros (2ª vez).
Risa	Superior ciclo curto (Economia doméstica)	(F) Funcionária de empresa → (A) Operária *Paato taimaa*→ (F) Funcionária de empresa de comércio exterior→ (A) Funcionária terceirizada (*haken*), SEPARAÇÃO→ NASCIMENTO DO FILHO→ (A) Funcionária terceirizada em multinacional de produtos de higiene.
Yukari	Superior ciclo curto (Literatura inglesa)	(A) Estagiária de agência de viagem (São Paulo)→ (F) Funcionária de companhia aérea→ (A) Contrato a tempo determinado (*keiyaku*) em companhia aérea→ CASAMENTO→ NASCIMENTO DA FILHA→ SEPARAÇÃO→ (A) Serviço de escritório→ DIVÓRCIO→ (A) Funcionária da prefeitura com contrato em tempo determinado (*shokutaku*).
Tamaki	Superior ciclo curto (Economia doméstica)	(A) *Hostess* em *Night club*→ SEPARAÇÃO→ NASCIMENTO DA FILHA→ Inativa.
Aiko	Ensino médio completo	(A) Loja de jogos (*pachinko)*→ CASAMENTO→ NASCIMENTO FILHO→ DIVÓRCIO→ (A) Operária *Paato taimaa* em fábrica de marmita (*obento*)→ (A) Vendedora em drogaria→ (F) Auxiliar de enfermeira→ Estudante de enfermagem.
Sanae	Superior ciclo curto (*Tandai*)	(F) Professora de creche, CASAMENTO→ Licença maternidade, NASCIMENTO DA FILHA→ NASCIMENTO DA SEGUNDA FILHA→ (A) Professora de creche *Paato taimaa*, DIVÓRCIO→ (A) Professora de creche + (A) Recepcionista em clínica de ortopedia (*paato taimaa*).

Tanto as entrevistadas ativas como as inativas possuem experiência de trabalho, inclusive formal. Mesmo com baixa escolaridade, Yoshiko conseguiu entrar como operária efetiva em uma fábrica de alimentos, que conheceu quando participou de uma visita escolar à fábrica. Pediu demissão quando teve o primeiro filho, para nunca mais retornar. Yasuko, Hiroko, Chikako, Tae, Yuki, Yukari e Sanae

também ingressaram no emprego formal pouco tempo depois, senão logo após a formatura. Yasuko tentou ser cabeleireira, trabalhando como aprendiz no salão de sua tia, mas o serviço agravava suas dores na coluna, o que a fez desistir da sua carreira almejada. Depois de trabalhar um ano em uma fábrica de uniformes, conseguiu um emprego registrado em um supermercado. Lá, conheceu seu ex-marido, o casamento foi o motivo da demissão, depois de aproximadamente um ano de experiência. Chikako também saiu do emprego quando casou. Hiroko e Sanae saíram quando tiveram seus primeiros filhos. Como disse Sanae, "o ambiente do trabalho não permitia mais continuar[113]".

É mais difícil encontrar exemplos de mulheres que entram no setor formal depois da maternidade, mas foi fato para três mulheres (Hiroko, Tae e Aiko). Para Tae, o fato de o emprego ser um centro de pesquisa pertencente à entidade na qual militava ajudou no seu ingresso. Aiko conseguiu um emprego formal em um hospital. como auxiliar de enfermagem (home helper) graças à obtenção do diploma para exercer a profissão após o divórcio. Sua mãe também exerce a mesma profissão.

O trabalho atípico já era exercido por algumas delas antes da maternidade (Fumi, Rosa, Risa, Yukari), mas, outras, depois de terem tido filhos, seguem padrão da interrupção do trabalho em razão das atividades reprodutivas que forma a curva de atividade bimodal. Assim, Hiroko e Sanae retomaram as atividades profissionais como *paato taimaa* enquanto eram casadas, e outras só voltaram a trabalhar após o divórcio. Assim, Kiyomi e Chikako voltaram ao mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial. Yasuko vendia cosméticos durante o casamento, mas, depois da separação, passou a beneficiar-se da garantia de renda mínima (*seikatsu hogo*) até tomar conhecimento de seu corte. Depois, voltou a trabalhar

[113] « *Shokuba no fun'iki kara shite yamezaru o enakatta .»*

como *paato taimaa,* mas foi obrigada a parar de trabalhar por causa da depressão.

A trajetória de emprego de Yasuko, 41 anos, duas filhas, divorciada

Depois da formatura, Yasuko começou a trabalhar como aprendiz no salão de cabeleireiro da tia. Como tinha tido um problema na coluna, ainda na escola, sentia muita dor durante o serviço, o que a fez desistir da profissão. Depois, trabalhou um ano em uma fábrica de uniformes. Como faltava muito por causa do problema de saúde, foi dispensada. Em seguida, trabalhou em um supermercado como funcionária efetiva. O trabalho era de empacotar frutas e colocá-las nas prateleiras. O casamento foi o motivo para deixar o emprego. Depois de menos de um ano, após ter tido a filha maior, passou a vender cosméticos. A renda apenas permitia obter alguns produtos de graça. Depois do divórcio, Yasuko passou a trabalhar em uma fábrica de colchões, mas, em razão das complicações do processo de divórcio, deixou o trabalho. Como não encontrava outro emprego, entrou com pedido de garantia de renda *seikatsu hogo,* um mês após o divórcio. No mês seguinte, voltou a trabalhar na fábrica de colchões e recebeu a notícia da aprovação da assistência. Como tinha voltado a trabalhar, a prefeitura a fez assinar uma declaração de desistência do recebimento da renda. Yasuko trabalhou na fábrica durante 10 meses, e abandonou o trabalho, mais uma vez, por causa de sua depressão. Ela gostava do trabalho, que consistia em colocar decorações nas almofadas. Ela tinha ouvido falar que um ambiente de trabalho em que se concentram mulheres era difícil, mas não foi o caso e estava satisfeita com as relações humanas. Depois desse emprego, Yasuko nunca mais retornou à atividade.

Kiyomi, com 47 anos, hoje, inativa, relatou que havia sete meses que as empresas não a aceitavam mais como *paato taimaa* e que só conseguia trabalhos a curtíssimo prazo, como diarista ou por uma semana. Tamaki, também inativa, hesita em procurar emprego, em razão do fato de sua filha ter 1 ano e meio, e diz preferir ter uma formação no ramo em que gostaria de trabalhar, como manicure artística (*nail art*). A atividade produtiva a interessa – nos conhecemos em um seminário sobre mercado de trabalho para mulheres chefes de família – mas, como mora com seus pais e o problema de sobrevivência não é urgente, prefere investir em sua formação.

Da mesma forma, Fumi fez uma opção de receber assistência de renda do Estado para investir em sua formação e conseguir um trabalho que traga satisfação pessoal e salarial. A recusa de Fumi por um trabalho aleatório, já que preenche a condição de recebimento de assistência pública, seja talvez para conservar a dignidade que lhe foi tirada ao longo dos anos, pelo casamento marcado pelo abuso sexual. Na ocasião da entrevista, deu-nos o exemplo de uma mulher que, depois de trabalhar duro como enfermeira, teve câncer de mama, para dizer que o quanto nocivo foi para essa mulher trabalhar apenas para satisfazer as necessidades de sobrevivência. No entanto, sua convicção de realizar uma profissão "gratificante", até para não reproduzir a precarização das mulheres, como disse, não lhe isenta de dúvidas, o que a fez nos perguntar se estaria errada. O projeto de Fumi é passar no concurso de especialista em assuntos administrativos públicos (*gyosei shoshi*) para exercer a profissão. Ela conseguiu entrar em uma escola especializada, desde janeiro de 2007, que freqüenta com dificuldades por causa dos efeitos colaterais dos remédios que toma contra a depressão.

Nenhuma das entrevistadas construiu uma carreira profissional. Da mesma forma, poucas que fizeram curso superior trabalharam, em longo prazo, na área do estudo em que se especializaram (apesar de conseguirem um emprego dentro da área logo após a formatura). Das que estudaram Educação Infantil, somente Sanae trabalha no ramo, mas de forma precarizada em relação à forma de emprego anterior ao casamento, quando era professora efetiva. Chikako também permaneceu no ramo da Educação Infantil de modo precarizado depois do divórcio, mas conseguiu uma melhoria na situação empregatícia "atípica", passando de uma posição de *paato taimaa*, sem garantia nenhuma de manutenção do emprego, para *shokutaku*, que garante o emprego durante um ano, graças a uma prova interna promovida pela prefeitura de sua cidade. Yukari também teve a mesma experiência de conseguir um emprego com contrato determinado através de um teste da prefeitura de sua cidade. A perspectiva para que Aiko consiga um emprego de enfermeira é grande, caso consiga se formar na escola de enfermagem onde estuda atualmente. Se for o caso, ela passará de auxiliar de enfermagem para enfermeira.

Mesmo que não aconteça uma promoção hierárquica, uma pequena mudança do conteúdo do trabalho, graças aoseu reconhecimento, é bem-vinda. Rosa, que foi inicialmente contratada como encarregada de limpeza, passou a realizar serviços de empacotamento de alimentos, graças ao reconhecimento de seu encarregado. Risa, que trabalha como funcionária terceirizada de uma multinacional de produtos de higiene escreveu em seu diário na internet comunitária, "Mixi", sobre o episódio em que seu chefe europeu a elogiou perante os demais funcionários.

A limitação mais dura do trabalho atípico não é apenas o baixo salário, mas

a combinação da falta de perspectiva de aumento salarial e da ameaça constante da demissão. Tal realidade traz uma sensação de vulnerabilidade e insegurança às mulheres, a ponto de não lhes oferecer possibilidades de pensar em projetos futuros. Chikako, que trabalha como cozinheira de merenda escolar em uma escola fundamental pública verbaliza claramente tal preocupação:

> *"Mesmo que eu queira ter um emprego como antes ou que eu queira exercer uma profissão que me agrade, tenho que procurar um emprego que ofereça melhor salário. Às vezes, penso, puxa, o que estou fazendo? Sendo perseguida pelas necessidades cotidianas, nunca chegarei a algum lugar. Com a privatização dos serviços, ouço falar que a merenda escolar também será terceirizada, então serei de novo demitida. Terei que pensar em um outro trabalho. As crianças também dão muitas despesas, por isso vou ter que pensar em mais um emprego. Como tenho um diploma de auxiliar de enfermagem, seria bom poder exercer umas duas vezes por semana. (...) Hoje em dia tenho medo de pensar no futuro, então vivo o dia-a-dia. Não recebo um salário que aumenta todo ano e, como o sistema pode mudar[114]... o que adianta estarmos empolgadas para trabalhar se não existe emprego? (Chikako)"*[115]

Não seria, contudo, o caso de dizer que o trabalho atípico proporciona unicamente condições negativas para as mulheres chefes de família. Mas também naõ significa uma opção, em razão das limitações ligadas à sua condição de mães

---

[114] A privatização dos serviços públicos – a mais emblemática era a privatização dos correios – era o elemento polêmico freqüentemente abordado durante nossa pesquisa no Japão.

[115] *"Mae no youna shigoto o shitai to omottetemo jibunno yaritai shigotoyorimo seikatsuno tameni kyuuryou no ookii tokoro ni hairanakereba ikenai. De, futo, watashi nani yettennen yarouto... Tada seikatsu ni owarete jibun dake torinokosarete iku youde. Imamo min'eika o iwareteite kyuushoku mo abunai joutai de itaku ni naru toiu hanashi ga deterunde, sounattara mata kubini natte, tsugino shigoto o kangaenakereba ikenai joukyou desu ne. Kodomo mo okanega kakatte ikukara mou hitotsu no shigoto o kangae nakereba naranai shi. Helper no shikaku mo arunode shuu nikai kurai iketara. (...) Ima wa saki o kangaeruto kowaikara sonotoki sonotokino kurashi. Kyuuryou ga maitoshi agaru youna kyuuryou janaishi, itsu itaku ni nattemo iiyouna joutai dakara. Korekara mo gambaranakya, to omotteru noni shuushoku guchi ga nakereba dou shiyoumo nai.*

sozinhas, agravada pela baixa escolaridade e/ou a interrupção do trabalho com as atividades reprodutivas. Há momentos em que o trabalho em tempo parcial é visto como "solução" enquanto os filhos são pequenos.

Assim, uma mãe solteira (que não faz parte de nossa amostra), que fez o relato de sua experiência para a associação de mulheres chefes de família monoparental, disse que "as relações dentro da empresa são boas e permitem uma certa flexibilidade, o que me ajuda muito"[116]. Sanae também se diz aliviada,- contando que a diretora da creche onde trabalha é uma pessoa empática à sua situação de mãe divorciada.

A especialista em previdência social (*shakai hoken romu-shi*) Kaori Takami[117], ela mesma divorciada e mãe de uma filha, afirmou, em um seminário sobre o emprego das mães chefes de família monoparental, que é necessário que haja uma fase na vida profissional – principalmente quando os filhos são pequenos – que a dedicação ao trabalho não seja tão intensa; caso contrário, essa mãe não terá fôlego para uma atividade a longo prazo. Como o trabalho formal no Japão exige uma dedicação que não convém à vida que as mães sozinhas levam, isto é, demanda freqüentes horas extras, atividades extra-profissionais (viagens, saídas sociais), envio para outras localidades, impossibilita a conciliação com a família, Takami diz que o trabalho não-formal pode ser uma solução para a fase em que a mulher deve reorganizar sua vida. Hiroko sentiu a impossibilidade de conciliar as duas esferas quando fora contratada, formalmente, por uma fabricante de

[116] *Shokuba wa ningen kankei mo yoku yuuzuumo kikunode tasukarimasu*.

[117] Takami realizou uma apresentação com o título "Escolher o emprego, escolher o modo de trabalhar e escolher as qualificações necessárias" no seminário "Apoio ao emprego de mulheres chefes de família", promovido pelo Centro de Mulheres da cidade de Amagasaki, em outubro e novembro de 2006.

equipamentos de supermercado, logo após o divórcio. Assim,

> *"Depois que me divorciei, trabalhei como funcionária efetiva na cidade de Nishinomiya, através da agência de emprego; como o salário era muito bom... bem, era um trabalho de escritório, disseram que podia ter filhos; mas era complicado, porque tinha que levar para a creche. Se ultrapassasse o horário, mesmo por pouco tempo, não podia. Aí, como dá para imaginar, o chefe dava bronca, e isso foi se repetindo e comecei a sofrer. O olhar do chefe, o modo de falar, recriminando "ah, vai voltar para casa cedo de novo"... Aí pensava, está falando de mim de novo, aí fiquei constrangida em ficar, e saí depois de um ano" (Hiroko)*[118].

O emprego de Hiroko, 39 anos, dois filhos, divorciada

Hiroko trabalha há sete anos como *paato taimaa* no setor de seguro médico nacional da prefeitura de sua cidade. O emprego foi apresentado pelo marido de sua ex-cunhada, ele mesmo funcionário público. Ela tem direito a férias pagas, mas como só pode trabalhar 11 meses por ano, sua renda sofre diminuição proporcional. Nossa entrevista aconteceu justamente quando Hiroko estava de férias forçadas. Ela trabalha de segunda a sexta, das 9 h às 17 h e recebe, aproximadamente, 100.000 ienes por mês (por volta de 870 dólares) em valor

[118]*Dakara rikon shite ippen ano, seishain de chotto shokuan de oshigoto o mitsukete, okyuuryou ga hontouni yokattande, maa, jimu no shigoto nandesukedo, kodomo kakaete demo iindattande, hoikusho ni tsureteiku no taihen deshou. Hoikusho e tsurete itte, tanjikan demo oobaa toka nattara. Yappari joushi no hou kara sekkyou toiu koto ga kasanatte itte, jibun demo kurushiku natte kita, mukouno me ga. De, dandan kuchou mo ne, joushi no kuchou ga, "aa, mata kaerunnoka", mata iwareteru datoka, de izuraku nacchatte, de ichinen de yamechattan desu yo*.

bruto. Hiroko temia que seu contrato não fosse renovado em março de 2007, pois sabia que a prefeitura cogitava contratar especialistas na área de saúde, terceirizados. Até quando foi realizada a entrevista, não era necessário ser especialista no ramo, para esse emprego, e as *paato taimaas* recebiam treinamento da província de Hyogo.

Risa, que já trabalhava como funcionária terceirizada, também viveu a dificuldade de adaptação ao trabalho, ao mesmo tempo em que devia cuidar de seu filho pequeno. Hoje, estabeleceu seu modo de conciliar trabalho e criação do filho por meio de uma estratégia e de um exercício adquirido da "abstração do trabalho e priorização do papel de mãe, assim que termina o expediente". Dessa forma, escreveu-me:

> *"Meu filho acordava à noite dos seis aos dez meses de idade. Nessa época, quase desmaiei com o estresse do trabalho e com meu filho. Na verdade, sem conseguir um ritmo de trabalho próprio, trazia para casa o estresse do trabalho e não sabia como lidar com isso. (...) Eu sempre gostei de trabalhar e ainda gosto. Mas a maneira de trabalhar depois de ter tido o meu filho mudou, e eu tive que mudar. Isso me doeu muito no começo. Por exemplo, mesmo quando penso em terminar algum serviço e voltar para casa, acontece de não dar certo e de ter que fazer horas extras. Antes, com certeza, eu fazia hora extra e terminava só quando estava certa de que o trabalho estava bem feito. Hoje, contudo, eu tenho que adiar para o dia seguinte o que não deu para terminar no dia, quando chegar o horário de voltar, voltar direto para casa. À medida que meu filho foi fazendo um ano,*

depois dois anos, eu fui conseguindo acertar o meu ritmo de trabalho" (Risa)[119].

Se, para Risa, o trabalho é um espaço que lhe proporciona realização pessoal ou constitui parte de sua identidade, além de ser um local que lhe proporciona renda, para outras é descrito como uma atividade quase automática, como reflete a expressão de Chikako mencionada acima, para a sobrevivência. Rosa não enfatizou sua queixa em relação à sua condição de trabalho, mas relatou-me, fora do gravador, que o serviço de empacotamento de um prato que tem o caranguejo como o ingrediente principal é realizado dentro de um frigorífico, o que muito possivelmente não é neutro para a sua saúde. Além disso, relata, com certa amargura, o fato de ainda não ter sido efetivada peloo fato de que o líder do grupo ter preferência por outras pessoas, apesar de Rosa já possuir um certo tempo de casa.

A não-realização por meio do trabalho deve-se também pelo baixo salário das entrevistadas. O salário anual das entrevistadas oscila entre 880.000 ienes (Sanae), 1.100.000 ienes (Hiroko), 1.650.000 ienes (Chikako, Yukari) e 2.150.000 ienes (na média, no caso de Tae e Rosa). À Risa não foi perguntado o salário. Assim, a média do salário anual das entrevistadas ativas, com salário conhecido, é de 1.590.000 ienes (13.250 dólares). O valor é pouco mais baixo que o salário

[119] *Yonaki wa seigo rokkagetsu kara jukkagetsu made arimashita. Kono toki wa shigoto no sutoresu to ikuji no sutoresu tode taoresouni narimashita. Hontou ni hajime no koro wa jibun de rizumu ga tsukurezu, kaisha no sutoresu o ie ni mochikaette shimatte ite jibun demo doushite iinoka wakaranai joutai deshita. (...) Watashi wa shigoto o suru no ga suki na hito deshitashi, ima demo sukidesu. Demo shigoto no shikata ga kodomo o motsukotoni yori kawarimashitashi, kaenakereba naranaku narimashita. Saisho wa sorega tsurakattadesu. Tatoeba jibun no nakade kokomade wa shite kaerou to omotteitemo, umaku hakadorazu zangyou ni narisouna toki. Izen deshitara machigainaku zangyo shite jibun no nattoku iku tokoromade yarioetekara kaette imashita. Ga, ima wa yokujitsu dekiru koto wa yokujitsu ni mawasu. Kaereru toki ni kaeru toiu fuuni narimashita. Kodomo ga issai, nisai to seichou suruto doujini, watashimo jibun de peesu ga tsukameru youni narimashita*.

médio nacional divulgado pelo Ministério do Bem-estar e do Trabalho do Japão em 2003 (*Zenkoku boshi setai to chosa houkoku* 2003), de 1.620.000 ienes ou 13.500 dólares (contra 3.200.000 ienes ou 26.670 dólares de famílias monoparentais masculinas).

Nenhum dos tipos de contratação garante estabilidade empregatícia, salário suficiente e carreira, o que dificulta às mulheres não somente manterem um padrão de vida satisfatório, mas também a fazer planos para o futuro, principalmente em relação ao investimento na escolaridade dos filhos[120].

4. As políticas públicas

4.1. As políticas sociais: transição para a autonomização?

As bases das políticas públicas voltadas para mulheres chefes de família como conhecemos hoje foram constituídas no pós-guerra como parte integrante do sistema de seguridade social (SUGIMOTO, 1997: 17). Segundo Sugimoto (1997: 17-19), a infra-estrutura para que as mães possam garantir o bem-estar de seus filhos, como creche e residência para mães e filhos (*boshi ryo*) fora implementada a partir de 1948. No ano seguinte, políticas de assistência para famílias monoparentais femininas, como transferência de renda, melhoramento de moradia e isenção tributária foram adotadas, no contexto de proteção às viúvas de guerra.

Em 1952, uma lei sobre o empréstimo público vindo da Fundação do bem-

[120] Por exemplo, para que um estudante possa ingressar em uma universidade, é necessário que tenha aulas de reforço (*juku*) desde cedo, o que nenhuma das informantes era capaz de pagar para seus filhos.

estar das famílias compostas por mãe e filhos (*Boshi fukushi shokuin*) entrara em vigor. No mesmo período, o sistema de atendimento às mães sem cônjuge (*boshi sodan´in*) em órgãos públicos (províncias, prefeituras e subprefeituras) foi implementado[121]. Os domicílios monoparentais femininos continuaram a fazer parte da população pobre do Japão nos anos do crescimento econômico, junto com os deficientes físicos e os idosos, quando grande parte das famílias gozavam dos benefícios da prosperidade econômica dos anos 60.

Em 1964, a Lei da previdência às famílias compostas por mãe e filhos dependentes fora adotada e instituiu a alocação para educação dos filhos, *jido fuyo teate,* destinados a mulheres separadas ou divorciadas com o pai de seus filhos em vida. Até então, somente as viúvas, majoritárias entre as famílias monoparentais femininas até 1978, recebiam ajuda do Estado por meio do sistema de previdência social. O limite de renda das famílias monoparentais (chefiadas por mulher ou homem) para poderem se beneficiar da alocação de educação dos filhos vem diminuindo desde 1985 (Idem: 83). Hoje (2007), a alocação é atribuída a domicílios cuja renda anual é de até 570.000 ienes (aproximadamente 5.500 dólares), caso tenha um só filho dependente de até 18 anos, e 950.000 ienes caso forem dois filhos. Acrescentam-se 380.000 ienes no valor da renda anual a cada filho suplementar, para compor o valor-teto. O valor da alocação é, para todo o país, 41.720 ienes para o primeiro filho, mais 5.000 ienes para o segundo e 3.000 ienes

[121] Tivemos a oportunidade de entrevistar uma assistente social que terminava sua carreira de 30anos de atendimento às mulheres chefes de família como *boshi sodan´in*. Ela mesma era mãe chefe de família. Seu relato retratou as transformações dos problemas das mulheres chefes de família ao longo dos 30 anos. No começo de sua carreira, o problema das mulheres centrava-se na questão do enfrentamento da pobreza após a separação, seus conselhos eram voltados para os aspectos econômicos; hoje, a questão da violência conjugal aparece como uma das principais queixas (o que não significa que haja mais violências conjugais hoje. Esse fato é a expressão da tomada de consciência das mulheres de que a violência não faz mais parte da condição de esposa como era antigamente). Aliás, ela fundou, com seu marido atual, uma associação que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica.

para o terceiro[122] (PREFEITURA DE AMAGASAKI; SINGLE MOTHER'S FORUM). Esse valor é mais ou menos a metade da pensão pública para as viúvas, o que faz Sugimoto criticar o fato de as famílias monoparentais não-viúvas são penalizadas pelo Estado por formar famílias fora da norma da sociedade (SUGIMOTO, Op. Cit.: 83).

A condição para receber a alocação para educação dos filhos hoje se mostra muito severa, principalmente quando se tem somente um filho. Considerando-se que a renda média anual das famílias monoparentais é baixa, em torno de 2.250.000 ienes, e de outras famílias, de 5.800.000 ienes[123], o teto estabelecido para o recebimento da alocação, quando a família é composta de mãe e um filho, exige que a família em questão esteja em situação de extrema pobreza para o custo de vida japonês, ou seja, 47.500 ienes (413 dólares) por mês, quando o salário mínimo deve proporcionar em torno de 120.000 ienes (1.040 dólares)[124]. Essa alocação é, porém, a principal ajuda para as mulheres que entrevistamos, todas elas são usuárias, exceto uma que está na espera da resposta da prefeitura. Em 2003, foi definido pelo Ministério do Bem-estar e do Trabalho do Japão (2002) que a alocação sofrerá cortes "em seu valor em não mais da metade do valor atual até 2008", o que causou mobilizações lideradas pelas associações de famílias monoparentais.

As mulheres chefes de família que não atingem o mínimo nacional estabelecido pelo Estado podem, em princípio, procurar ajuda por meio do sistema de garantia de renda *seikatsu hogo*. Mais precisamente, *seikatsu hogo* cobre oito tipos de alocações, sendo elas de renda, educação, moradia, saúde, cuidados

[122] Para um recebimento parcial, o teto da renda é de 2.300.000 ienes por ano, para quem possui um filho e 2.680.000 ienes para quem possui dois.
[123] Valores de 2004, segundo « Pesquisa básica sobre a vida dos japoneses, 2004 ».
[124] O salário mínimo é definido por hora e difere segundo cada região conformea diferença de custo de vida. Por exemplo, na província de Hyogo é estabelecido 700 ienes (seis dólares) a hora.

pessoais, parto, empreendimento e casamento/funeral (PREFEITURA DA CIDADE DE TAKARAZUKA). Para esse benefício, o candidato deve comprovar que (Idem):

1) esgotou todas as possibilidades de encontrar um emprego (caso não esteja doente);
2) vendeu todos os bens considerados supérfluos[125] (como carro, imóvel, seguro de vida, jóias) para viver;
3) não é possível receber ajuda de familiares e do cônjuge separado;
4) recebe outras alocações sociais (como pensão, alocação de educação para famílias monoparentais, seguro desemprego).

Somente aquele que comprovou que sua renda do trabalho e de outras políticas sociais não permite atingir o *minima* social é que pode se beneficiar desse programa.

Segundo informações colhidas em uma entrevista com um assistente social de uma das cidades da província de Hyogo, o candidato deve se direcionar ao departamento de assistência social da prefeitura ou da subprefeitura e solicitar uma entrevista. Caso o assistente social avalie que a pessoa satisfaz o critério de elegibilidade, este entrega ao requerente um formulário, o qual deve ser preenchido com seus dados pessoais e com a declaração de que não possui os bens proibidos e esgotou todas as possibilidades de renda mínima. Em seguida, o pedido é avaliado pelo responsável pela área de residência do candidato. Mesmo após a aprovação, há controle do beneficiário por meio de visitas e exames realizados pelo assistente social encarregado, para verificar a autenticidade de suas declarações. No entanto, ocorre a questão de domicílios que preenchem as condições

[125] O que pode variar entre as unidades de assistência social de cada região, como já houve locais que proibiram a posse de geladeira e de ar condicionado (FUJIWARA, 2000 : 210).

requisitadas, mas não são contemplados e de famílias que, apesar de possuir um nível de vida acima do estabelecido como mínimo nacional, são usuárias do programa (FUJIWARA, 2000: 215). Fujiwara (Idem) critica que o rígido controle para que não haja abusos tem como conseqüência a penalização daqueles que estariam em situação de real necessidade.

Concomitantemente à instauração da crise econômica dos anos 90, a população de usuários do programa de garantia de inserção social no Japão tem mostrado crescimento desde 1992-1993, atingindo 998.887 (ou 1.423.388 indivíduos) domicílios em 2004 (NWEC, Op. Cit.: 116). A distribuição dos tipos de domicílios beneficiários era, no mesmo ano: idosos (46,7%), deficientes físicos e inválidos (35,1%), monoparentais femininos (8,8%) e outros (9,5%) (Idem).

De acordo com a NWEC, a proporção de usuárias dentro da categoria "domicílios monoparentais femininos" é, porém, elevada, 145,3‰, o que significa que um a cada sete domicílios dessa categoria é receptor do *seikatsu hogo (*Idem). Em contraponto, da categoria "domicílio de idosos", 49,6‰ é receptor (Ibidem), o que demonstra uma forte dependência para com o Estado por parte das mães sem cônjuge.

Em uma das cidades da província de Hyogo, onde realizamos nossa pesquisa, a proporção de mulheres chefes de família era maior que a média nacional. Assim, segundo a informação obtida no Departamento de Assistência Social e de Saúde da Prefeitura, dos 1.030 domicílios atendidos, em agosto de 2006, 124 são domicílios monoparentais femininos, representando 12% do total, ao lado de domicílios de idosos (43%), domicílios de enfermos (28%) e domicílios de deficientes físicos (11%) e outros (6%). A prefeitura examina também a proporção

de famílias beneficiárias cujo chefe possui capacidade de trabalhar ou não, sendo 121 com capacidade e 909 sem capacidade. Essa província apresenta uma taxa maior de famílias compostas por mãe e filhos em relação a outros tipos de família

O enxugamento das políticas sociais atinge também mães desempregadas e doentes, beneficiárias da garantia de renda do Estado. O valor acrescido no *seikatsu hogo* para mães chefes de família (*boshi kasan*) sofreu cortes para a metade, nos anos 2000, o mesmo ocorrendo com o valor acrescido para pessoas idosas (*rourei kasan*).

Três entrevistadas recebem a garantia de renda integral (Yasuko, Yoshiko e Fumi) e uma recebe parcialmente, combinando-a com a renda do trabalho (Rosa). As três primeiras não trabalham por problemas de saúde. Para Fumi, a questão de se manter ou não na dependência do Estado se coloca; ela resiste à aceitação de um emprego em que sabe que não se realizaria, prolongando sua situação de assistida enquanto estuda para as provas de obtenção de diploma da profissão almejada. Sanae, mãe de três filhos, sabe que tem direito à garantia de renda mínima caso consiga a declaração de seu ex-marido de que não lhe oferece nenhuma ajuda financeira. Ela se desencoraja, então, a submeter o formulário à subprefeitura, pois lhe é inconcebível pedir algum favor para um homem com quem ela não deseja ter nenhum contato.

Para compensar o desmonte das políticas assistenciais, o governo japonês instaurou, desde 2003, políticas de apoio à conquista da autonomia das famílias monoparentais femininas (*Boshi katei jiritsu shien saku*), que recebem a alocação de educação dos filhos (*jido fuyo teate)*. O programa visa instaurar uma série de

dispositivos para incentivar e intermediar a inserção das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. O Estado pretende, assim, limitar os gastos sociais contando com a capacidade de trabalho das mães. Consultores especiais (*Boshi jiritsu shien in*), para atender e orientar as mães interessadas em (re)inserir-se no mercado de trabalho, foram colocados em órgãos públicos. Os programas direcionados aos indivíduos[126] são (GUIDE BOOK, 2005):

1) Cursos de qualificação profissional (*kokyo shokugyo kunren*): realizados pelas agências nacionais de emprego Hello Work. Exemplos de cursos: secretária, serviços de cuidados pessoais (*home helper*), CAD.
2) Reembolso parcial para cursos de qualificação indicados oficialmente (*jiritsu shien kyoiku kunren kyufu kin shikyu*).
3) Bolsa para os cursos de profissionalização (*boshi katei koto gino kunren sokushinhi*) destinados às mulheres chefes de família monoparental que concluiram dois terços da duração do curso. Os cursos admitidos são: enfermeira, serviço de cuidados pessoais (*home helper*), professora de creche, fisioterapeuta e ergoterapeuta.

Os programas apresentam limitações no sentido de ampliar a autonomia das mulheres, pois são fortemente direcionados às profissões tradicionalmente femininas. Ao mesmo tempo, não há um amplo leque de escolha, o que faz os programas pouco atrativos. Igualmente, os métodos da concessão das bolsas, posterior à conclusão dos cursos, ou após a aluna ter freqüentado boa parte da escola de formação não aparece como real incentivo para a adesão aos programas. Entre as mulheres que entrevistamos, nenhuma se serviu deles. Por outro lado, o

[126] Há também programas direcionados a empresas, que visam incentivar o emprego de mulheres chefes de família, entre outros.

programa de empréstimo para famílias monoparentais femininas (*boshi kafu fukushi shikin kashitsuke kin*), existente desde 1952, é utilizado por Aiko para pagar a mensalidade de sua escola de enfermeira. O ex-marido de Fumi, filho de mãe viúva, também estudou graças a esse empréstimo, que é isento de taxa de juros, assim como um dos assistentes sociais que respondeu à nossa entrevista. Na condição de órfão de pai, ele pôde concluir seus estudos universitários com o empréstimo realizado por sua mãe.

Outro programa importante para as entrevistadas é o programa de ajuda da saúde das famílias monoparentais femininas e outras famílias (*boshi katei shinryohi josei jigyo*), existente desde 1980, com modificação em 2005. O gasto da paciente numa instituição de saúde não excede 1000 ienes por mês (no caso de hospitalização, 2000 ienes por mês, no máximo três meses), quando, normalmente, o paciente comum que possui o seguro nacional de saúde (*kokumin kenko hoken*) deve pagar, aproximadamente, até metade do valor da consulta a cada vez.

Enquanto políticas de combate à baixa de natalidade (*shoshika taisaku*) são implementadas enfaticamente, as políticas sociais têm sofrido, mais intensamente, a partir do ano 2000, um processo de diminuição. Segundo um funcionário do Departamento de Assistência Social de uma das prefeituras que visitamos, esse enxugamento é executado em nome da autonomia (*jiritsu*) e da responsabilidade de auto-sustentação (*jikosekinin*), nos moldes da tendência alemã. Sugimoto (1997) chama a atenção pela “americanização” das políticas sociais japonesas.

A perspectiva da associação de mulheres chefes de família que foi nossa interlocutora ao longo da pesquisa é que o futuro próximo de mães sós e de seus

filhos seja mais duro em termos econômicos e de bem-estar, por causa dos cortes da alocação para famílias monoparentais e da pressão sobre as mães para trabalhar. A preocupação evocada é a de que elas tenham de aumentar a carga horária de trabalho ou ter um segundo emprego em detrimento do tempo de convívio com os filhos, já escasso nas condições atuais. Outra questão que se coloca é o fato de que o aumento do salário, que deve acompanhar o aumento de carga horária, faz com que as mulheres não sejam mais suficientemente "pobres" para receber a alocação para famílias monoparentais, colocando-as na condição de muito trabalho e pouca renda. Assim, Chikako critica o sistema que mantém as mães sozinhas na precariedade:

> *"Nossa alocação é cortada quando pensamos que finalmente conseguimos um dinheiro que podemos usar como bem entendemos. Quando há compensações, é mais fácil se esforçar, mesmo se é sofrido. Mas se sofremos corte da alocação porque o salário aumentou, nessa condição difícil de ser a única provedora do lar, mulher, acho que poderia ter alguma vantagem. Mas, mais nós trabalhamos, mais sofremos corte, então não sei se está correto… Eu acho que o poder público deveria intermediar emprego que ofereça um salário alto o suficiente para que não precise fornecer alocações. (…) Assim, teria como fazer planos para o futuro. Mas hoje, tenho medo de pensar no futuro, então vivo o dia–a-dia"*[127]*. (Chikako)*

4.2. As políticas de conciliação entre família e trabalho: pegando carona das medidas de combate à baixa de natalidade

[127] *« Yatto jibun no jiyu ni naru okane ga dekirunokana tte omouto gasa tte herasareru. Nanika meritto aruto gambareru janai desuka, shindokute mo. Demo, kyuryo agattakara, honja korewa iran yotte herasareru to tada de sae onnade hitotsu de gambatteru no ni chotto gurai meritto ga atte mo iinjanai kana to omoundesu ke do. Hatarakeba hataraku hodo hikarete ikukara sore ga iinoka douka... gyosei mo jido fuyo teate agenakute mo iiyouna antei shita, koshunyu no shigoto o assen suru beki. (...) Soushitara jinsei sekkei ga taterareru. Ima wa saki o kangaeru to kowai kara sono toki sono toki. »*

As políticas de conciliação entre família e trabalho estão hoje centradas em dois eixos principais: a ampliação e diversificação de creches e outros mecanismos de cuidado de crianças; e a aceitação por parte das empresas de promover a conciliação entre trabalho e família dos funcionários (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2004).

Contudo, mais que atender à questão específica da conciliação entre família e trabalho, foi a divulgação, em 1989, da menor taxa de natalidade da história, de 1,57%[128] (MURAYAMA, 2003: 19), que fez o país entrar no longo debate sobre soluções para o incentivo à gestação, colocando, mais uma vez, as mulheres no centro do discurso da reprodução.

O governo japonês passou a considerar a importância de políticas de apoio à criação dos filhos (*kosodate shien*) e da questão da conciliação família/trabalho (*ryoritsu shien*) como um problema de ordem pública; caso contrário, a queda da população teria repercussões graves dos pontos de vista social e econômico. Até então, a maneira como a mãe trabalhadora organizaria sua vida profissional e, principalmente, a questão da guarda dos filhos era tratada como uma questão de ordem privada; trata-se agora de apoiá-la para garantir a elevação da taxa de natalidade e, por conseqüência, o sistema previdenciário.

Programas de combate à diminuição da taxa de natalidade como o *Angel Plan, Kinkyu Hoiku taisaku to Gokanen keikaku* (Plano qüinqüenal de estratégias emergenciais de cuidados infantis), *Shoshika taisaku suishin kihon hoshin* (Diretrizes básicas de incentivo ao combate à baixa de natalidade), *Shin Angel Plan* (Novo Plano Angel) foram lançados, sucessivamente, a partir de 1994 (ARAI, 2003: 55;

[128] A taxa de natalidade não parou de cair desde então, sendo que em 2000 foi de 1,35 e em 2002, de 1,32 (Murayama, 2003).

MURAYAMA, Op. Cit..).

Quando a economia japonesa se deparou com a primeira crise do pós-guerra, em 1973, o Estado resolveu a questão dos gastos sociais por meio da "política do reforço da função doméstica", transferindo os cuidados infantis e dos idosos para as mãos das mães e esposas tidas como naturalmente aptas a se responsabilizar por tarefas do *care* (OOHINATA: 46). Com a crise de natalidade, o Estado, por intermédio do Ministério do Bem-estar e do Trabalho, passou a intervir ativamente na questão da conciliação.

Dessa forma, o *Shin* (novo) *Angel Plan* tem como objetivo amenizar o peso da dupla jornada feminina, aumentando o número de creches públicas e privadas, com aval do poder público (*ninka hoikuen*), atualmente em 22.000 (http://www.i-kosodate.net), ampliando o número de vagas para crianças de 0 a 2 anos, em razão da alta demanda para essa faixa etária (ver tabela a seguir) ao mesmo tempo em que pretende prolongar o serviço em termos de horário, assim como nos finais de semana e feriados (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2004).

Procurando contemplar a diversificação das formas de emprego das mulheres, como o prolongamento da jornada de trabalho, o trabalho noturno e o trabalho nos finais de semana, o *Angel Plan* desenvolveu programas de combate à falta de vagas em creches (*taikiji zero taisaku*) e de ampliação de diferentes formas de cuidado à infância. Este último ponto trata, especificamente, de programas de prolongamento do horário de permanência de crianças (*encho hoiku*), creche nos finais de semana e feriados (*kyujitsu hoiku*), creche esporádica (*ichiji hoiku*) e atendimento às crianças convalescentes (*byogoji hoiku*) (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2004b).

Há também o serviço de atividades para crianças em idade escolar após as aulas (*hokago jido club*), cujo número é de 12.000 centros no país. Centros de apoio às famílias (*Family Support Center*) são também implementados nos distritos das cidades, cujos serviços são voltados para recreação das crianças em horários não atendidos pelas creches e escolas e outras facilidades como transporte de crianças para a creche ou escola e para casa; recreação durante as férias; cuidados de crianças doentes, entre outros (http://www.i-kosodate.net).

Tabela 22: Número de crianças em espera de vaga para creches em abril de 2004

	Crianças na creche (%)	Crianças em espera de vaga (%)
0 anos	76.436 (3,9)	2.417 (10,0)
1 a 2 anos	541.739 (27,5)	14.029 (57,8)
3 anos	1.348.754 (68,6)	7.799 (32,2)
Total	1.966.929 (100,0)	24.245 (100,0)

Fonte: Ministério do Bem-estar e do Trabalho do Japão, 2004.

O segundo eixo do programa de incentivo à natalidade, com efeito positivo para a conciliação entre trabalho e família, são as diretrizes implementadas para que as empresas tomem iniciativas a favor da conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres e homens (HAGIWARA, 2003: 65-66). A diminuição de horas trabalhadas por ano[129], o apoio à implantação de creches e outros sistemas de guarda nas empresas e o incentivo à participação dos funcionários na vida familiar, principalmente por meio do estímulo à entrada da licença paternidade[130]

[129] O governo propõe limitar o tempo de trabalho em 1.800 horas anuais. Da mesma forma, apela para que as empresas ofereçam férias efetivas para funcionários e funcionárias.

[130] Em 1999, por exemplo, somente 0,55% dos homens optaram pela licença paternidade, enquanto 57,9% de mulheres entraram em licença maternidade (HAGIWARA, 2003: 65). Dentro da estratégia de incentivo à natalidade, o governo estabeleceu, em 2002, o objetivo de aumentar a taxa de licença paternidade para 10% (Idem: 66).

(MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2004) formam o pilar dessa política.

O patronato tem demonstrado resistência às sucessivas decisões governamentais e projetos de lei relacionados à questão da conciliação. De acordo com a Lei de incentivo às estratégias de apoio à formação das novas gerações (*jisedai ikusei shien taisaku suishin hou*), adotada em julho de 2003, empresas que comportam mais de 300 funcionários devem, a partir de 2005, apresentar um plano de ação de organização do ambiente de trabalho que facilite a conciliação entre vida profissional e maternidade/paternidade (MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR E DO TRABALHO DO JAPÃO, 2004).

Quando era ainda projeto de lei, a *Keidanren* (Federação das Organizações Empresariais) afirmara que os aspectos que envolvem as relações humanas não deveriam ser objeto de supervisão do Estado, que cada empresa deveria gozar da liberdade de decidir sobre o seu pessoal (HAGIWARA, Op. Cit.: 66). Segundo interpretação de Hagiwara (Idem), as empresas, ainda afetadas pela crise econômica dos anos 90, não estão dispostas a ver seu pessoal limitar o tempo de trabalho em proveito da vida familiar, sob o risco de se encarregar das funções do Estado de Bem-estar.

Voltando para o nosso campo, a falta de creches com horários alternativos é sentida como elemento limitador para a obtenção de um emprego. Para os membros da associação de mulheres chefes de família, as políticas públicas deveriam considerar o fato de que as mães necessitam agir dentro de uma seqüência casa → creche → trabalho → creche → casa, geograficamente muito próxima. A realidade é que, segundo elas, as creches e os empregos mais interessantes situam-se, muitas

vezes, longe da casa. A presença de filhos pequenos também é motivo para que as possibilidades de emprego sejam limitadas, pois não há creches suficientes, e, quando conseguem matriculá-los, devem respeitar os horários de entrada e saída, o que as impede de fazer horas extras ou trabalhar longe de casa.

Outro aspecto que dificulta o trabalho das mulheres é o fato de que é necessário comprovar que trabalha; no entanto, a busca do emprego é dificultada pela presença dos filhos, principalmente quando são pequenos.

Conciliação entre família e trabalho de Rosa, 47 anos, duas filhas, mãe solteira

As filhas de Rosa freqüentaram a creche desde muito pequenas. Rosa não teve dificuldade de encontrar vagas. Mas, como o horário de atendimento era restrito e ela devia trabalhar até à noite, Rosa ia buscá-las às 16hs e as levava para um centro infantil, que funcionava até as 20hs.

As crianças ficavam muitas vezes irritadas com essa rotina. Principalmente, a filha maior não gostava da creche, o que dificultava as coisas para Rosa; ela falava para a filha que, se ela não fosse para a creche, sua mãe não poderia trabalhar, e assim não ia poder comprar os brinquedos da personagem preferida do programa infantil .

4.3. Políticas de igualdade de gênero

As políticas de gênero foram introduzidas com a consolidação da política de participação conjunta entre homens e mulheres (*danjo kyodo sankaku*), após a Conferência Mundial de Mulheres em Beijing (1995). As ações governamentais são delegadas aos poderes públicos locais e aos centros da mulher (*josei center*) existentes em cada cidade. Das entrevistadas, uma participou do curso de informática e do seminário sobre emprego para mães sem cônjuge, realizado pelo Centro da Mulher (*josei center*) de sua cidade.

Da mesma forma, a adoção da lei sobre a violência doméstica (*DV ho*), em 2004, ajudou uma entrevistada a processar o ex-marido e possibilitou a reorganização de sua vida, pois foi ajudada por funcionários especializados da prefeitura para atendimento de vítimas de violência doméstica. Para ela, a associação de mulheres com a qual ela mantinha contato, o abrigo que a acolheu e os serviços da prefeitura (desde a obtenção de um dinheiro emergencial para viver uma semana no abrigo, até a obtenção da garantia de renda) foram fundamentais para que ela pudesse fazer a ruptura com o ex-marido.

4.4. Demandas das mulheres entrevistadas ao poder público

As outras solicitações e observações feitas pelas mulheres em relação às políticas públicas são: ter programa para empréstimo com a finalidade de compra de casa paramães sem cônjuge; o atendimento nos órgãos públicos deveria ser melhor;

aumento da oferta de emprego estável com renda suficiente; um critério mais rigoroso para alocação de renda mínima, pois pessoas não necessitadas se beneficiam, o que faz aumentar o estigma contra mulheres chefes de família; poderia haver isenção de contas como água e luz ou semi-isenção; a alocação de renda mínima deveria ser mais fácil de conseguir, assim como deixar de recebê-la; a alocação para educação dos filhos não deveria ser reduzida em mais da metade, a partir de 2008.

5. As condições de saúde

Quatro das 13 entrevistadas apresentam quadro de depressão, além de outro problema de saúde. Uma delas tem depressão muito grave, no sentido de não poder levar uma vida social normal. Todas elas são acompanhadas por um médico e fazem tratamento com antidepressivos. Duas entre elas possuem também síndrome de pânico, uma com asma e deficiência nas pernas (sem maiores explicações) e uma, com câncer do útero (segundo ela, retirado). Duas dizem ter problemas ligados ao mioma no útero e uma, irregularidade menstrual.

6. Habitação

A tabela a seguir mostra que duas entrevistadas são proprietárias de seu imóvel, três moram com a família, duas moram em apartamento público, e seis pagam aluguel. Das que são locatárias, as que recebem garantia de renda possuem

auxílio moradia, o que faz com que o preço do aluguel seja muito baixo (aproximadamente um décimo do valor). Morar em um apartamento público seria uma boa solução para as mães sozinhas; elas possuem uma dupla chance no sorteio, mas, mesmo assim, é preciso acertar: Aiko já está na sua sétima tentativa.

Tabela 23: Condição de moradia

	Proprietária ou aluguel?	***Pública ou privada?***	***Mora com os pais?***
Yasuko	Aluguel	Privada	Não
Yoshiko	Aluguel	Privada	Não
Fumi	Aluguel	Privada	Não
Hiroko	Aluguel	Pública	Não
Rosa	Aluguel	Privada	Não
Kiyomi	Proprietária	Privada	Não
Chikako	Proprietária	Privada	Não
Tae	Paga prestação	Pública	Não
Risa	-	-	Sim
Yukari	-	-	Sim
Tamaki	-	-	Sim
Aiko	Aluguel	Privada	Não
Sanae	Aluguel	Privada	Não

7. Mulheres chefes de família, objeto de estigma?

Em relação às discriminações por serem mães sem cônjuge, algumas mulheres disseram sentir desconforto em declarar publicamente sua situação familiar, como o caso de Hiroko, Sanae e Yukari. Hiroko, como foi descrito anteriormente, sofreu pressão no emprego pelo fato de que não podia fazer horas extras.

O tipo de pressão que sofreu Hiroko aparenta ser a maior causa da preferência das empresas de evitar contratar mulheres chefes de família monoparental, porque estas devem priorizar os cuidados dos filhos. Sanae diz

preferir não falar que é divorciada na creche onde trabalha, apesar de que a diretora não somente sabe do fato, como é bastante compreensiva sobre sua situação. Yukari disse ter sentido uma atmosfera negativa quando afirmava que era mãe sem marido, nas entrevistas. Logo depois da separação, Chikako sentiu-se envergonhada pela sua situação, pois sabia que estava sendo criticada pelo único fato de ser mãe sozinha:

> " Não conseguia andar na frente das pessoas olhando para frente… estava sempre olhando para baixo, mesmo sem ter feito nada de errado; porque o olhar das pessoas é severo, mesmo se não falam nada, parece que estou sendo criticada. Se acontece alguma coisa, vão nos acusar porque somos uma família de mãe e filhos… é muito comum ainda no Japão, você sabe[131]" (Chikako).

Discriminações em razãoda nacionalidade e da origem étnica, como Rosa, das Filipinas, e Yukari, de origem taiwanesa, não foram afirmadas. No caso de Rosa, muito pelo contrário, sua colocação foi intermediada pela agência nacional de emprego *Hello Work*.

Em relação à discriminação por causa dos atributos sociais, Tae, originária da comunidade *hisabetsu buraku-min*, relatou as dificuldades de encontrar emprego: nem o emprego doméstico foi possível encontrar, após ser demitida do centro de pesquisa onde trabalhava. O trabalho de vendedora de seguros foi o único possível de encontrar. Kiyomi também relatou sofrer discriminação empregatícia, em virtude da idade avançada, como foi mencionado anteriormente.

8. A rede privada de apoio

[131] *Shibaraku wa ue o muite arukotoga dekinakute... zutto shita o muite aruiteta, betsuni waruikoto o shita wakedewa nain dakedo mo, yappari seken no mette kibishii, ittenakute mo itteruyouni mieru, nanka aruto soko wa boshikatei dakara aanarunen tte souiu mikata. Nihon wa mada souiunoga ooi janaidesuka.*

As redes de apoio como organizações, família, amizades são aproveitadas pela maioria das entrevistadas. A participação nos grupos de ajuda e de atendimento direcionados para mulheres chefes de família monoparental é uma importante fonte de informação para usufruir das políticas públicas, assim como é um excelente local de encontro com pessoas com quem se possa ter afinidades. No entanto, para um bom número de entrevistadas, as ajudas material e moral provêm dos pais. Estes se envolveram no processo do divórcio/separação das filhas do mesmo modo que se envolveram no casamento delas, como reflexo do sistema familiar no qual a família de origem tem a responsabilidade de que a filha tenha um casamento bem-sucedido e em que o casamento ocupa lugar importante.

Assim, algumas mulheres precisaram de um respaldo vindo dos pais para efetivar o divórcio, o que demonstra a forte permanência da posição de filha, mesmo após o matrimônio. Por exemplo, o pai de Aiko trouxe a filha “de volta” para a família, por causa da violência do marido. O pai de Hiroko também interveio na separação; segundo ela, não teria se divorciado até hoje se seu pai não tivesse tomado a iniciativa. Quando da descoberta da infidelidade do marido, sua família pagou um alto valor para que a amante se afastasse do genro.

9. Os projetos

Os projetos das mulheres entrevistadassão: se tornar especialista em assuntos administrativos públicos (*gyosei shoshi*) e poder ajudar as mães sem cônjuge (Fumi); ter casa própria (Hiroko); abrir um pequeno restaurante (Rosa e

Yukari); deseja que a filha trabalhe no *show business* (Kiyomi); não consegue ter projetos (Chikako); recasar e formar uma família feliz (Risa); abrir um salão de manicure (Tamaki); obter diploma de enfermeira e ter mais um filho (Aiko); fazer inscrição para recebimento de alocação de educação dos filhos, *seikatsu hogo* (Sanae).

CAPÍTULO 7: AUTONOMIA, DEPENDÊNCIA E POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL: COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Até esse momento, atentamos para o exame do modo de construção social das mulheres chefes de família em cada país, assim como das experiências de vida daquelas do nosso universo de estudo, tomando como base a articulação entre família, trabalho e políticas públicas. A fim de sintetizar a investigação, esse capítulo pretende realizar a comparação internacional em duas temáticas, que serviram de fios condutores para estudo: se há ou não pauperização em razão da monoparentalidade e a configuração do equilíbrio entre a autonomia e a dependência das mulheres estudadas.

Pretendemos, assim, contribuir para o debate da feminização da pobreza relacionada à monoparentalidade feminina, levando em consideração o fato de que a pobreza deve ser entendida de um escopo mais amplo que o da pobreza econômica (TELLES, 1992; SEN, 1998; SORJ, 2008). A comparação internacional da autonomia e dependência das mulheres insere-se nessa abordagem. É por esse meio que identificamos o que há de universal entre as atrizes sociais, transcendendo oriente e ocidente, o hemisfério norte e o hemisfério sul.

1. A situação socioeconômica após a ruptura: a relativa pauperização após a monoparentalidade

Comparamos a situação atual da vida das mulheres e a situação anterior à ruptura conjugal ou à maternidade celibatária, para medir e comparar os efeitos da

monoparentalidade na situação socioeconômica das mulheres. São, ao todo, 17 mulheres (no total de 39) em situação de dificuldades após a ruptura conjugal.

O Brasil apresenta o menor efeito de monoparentalidade: quatro mulheres (Letícia, Sônia, Flávia e Léa) tiveram uma situação de maior precariedade em relação à situação anterior ao rompimento da relação conjugal. Para Letícia, no entanto, a separação coincidiu com o parto e a maternagem, fazendo-a retirar-se do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que seu companheiro a abandonava. Para a maioria das mulheres da amostra brasileira, a pobreza e a condição do trabalho precário era também a situação anterior à ruptura, exceto para Léa. Em seu caso, a separação marcou também uma ruptura em relação a um modo de vida de classe média alta.

Na França, a pauperização seguida da ruptura da relação com o pai dos filhos é fato para cinco mulheres: Valérie, Mireille, Catherine, Samantha e Sylvie. O abandono, traindo as espectativas de uma vida familiar, teve repercussões negativas para as mulheres imigrantes e/ou de baixa qualificação. Catherine sofreu o efeito direto da discriminação, enquanto Sylvie, como Léa, rompeu com o meio social ao qual pertence o ex-companheiro.

No Japão, a pauperização é mais ampla, sendo a situação de oito mulheres, todas casadas anteriormente (Yasuko, Yoshiko, Fumi, Hiroko, Kiyomi, Chikako, Yukari, Sanae). Sete entre elas interromperam o trabalho para se dedicar à função de dona de casa durante o matrimônio; a ruptura conjugal inesperada aparece também como ruptura econômica, pois sua trajetória se moldara, até então, para a dedicaçãod à vida reprodutiva.

Dessa forma, a pauperização socioecônomica é minoritária em nosso universo brasileiro e francês e majoritária em nosso universo japonês. Este último

parece refletir diretamente a maior pobreza que enfrentam os domicílios unipessoais e monoparentais, isto é, aqueles que são externos à norma social, apontados por Tachibanaki, Iwata e Sugimoto. As condições desfavoráveis das mulheres, estrangeiros e outros grupos sociais historicamente discriminados no mercado de trabalho trazem as variáveis sexo e minorias sociais (*minorities*) como fatores de discriminação conjugada.

No Brasil e na França, as variáveis sexo, raça/etnia e classe social provocam efeitos de precarização maiores que a variável "tipo de família".

Tabela 24: Número de mulheres que se encontram em dificuldades socioeconômicas após a monoparentalidade, por país

País	***Mulheres em dificuldades socioeconômicas***
Brasil	4
França	5
Japão	8
Total	17/39*

*Número total de mulheres

2. Autonomia, fragilidade e dependência: identidades sociais compartilhadas

Classificamos todas as mulheres do nosso campo de pesquisa em três tipos de identidade social construída até o momento da pesquisa. Um estudo longitudinal ajudaria a captar o processo da vivência da monoparentalidade de modo mais próximo ao ideal, mas isso demandaria um prazo maior de investigação. Assim, vamos nos limitar- a distinguir três grupos de situações, baseando-nos parcialmente, na denominação que Paugam (1991: 5-13) desenvolve, quando caracteriza uma tipologia das experiências dos beneficiários das ações sociais, em sua pesquisa

sobre desqualificação social. Trata-se de “fragilidade”, “dependência”, “ruptura”.

Em nosso estudo, distinguimos a situação das mulheres chefes de família monoparentais entrevistadas em três categorias de identidade social: “autonomia”, “fragilidade” e “dependência”. Não se deve, porém, interpretar que elas têm identidades fixas, pois mudanças de um campo para o outro devem ser consideradas ao longo do tempo.

A trajetória das entrevistadas, considerando as variáveis relações sociais, condição familiar, inserção no mercado de trabalho, uso das políticas públicas e das ajudas privadas, constituiu o critério de classificação. Dessa forma, autonomia remete à inserção no mercado de trabalho e a não necessidade de beneficío das políticas públicas de caráter social, em constante mutação (principalmente no Brasil e no Japão).

As políticas públicas devem ser aproveitadas como instrumento de capacitação para fazer a transição de uma situação para outra. Outras devem ser utilizadas ativamente como meio de ampliar e desenvolver a autonomia, como é o caso das políticas públicas de conciliação. A renda deve ser suficiente para garantir a vida. Igualmente, ela deve garantir uma moradia e permitir cuidar da saúde.

A capacidade de buscar ajudas em associações pode ser um indicador de autonomia, caso isso não se torne uma dependência em relação à associação. A existência de um projeto pode ser um indicador de autonomia, mas não mas necessária. Autonomia seria uma identidade social que permitiria afirmar, como fez Danièle, “*c´est la merde concrète mais pas la merde morale”*.

“ Fragilidade” corresponde à situação que Paugam qualifica de “risco de desclassificação social”, isto é, de estar em uma situação socialmente inferior ao que

conheceu anteriormente (Idem: 5). Esse tipo de experiência tem também a ver com as dificuldades de inserção profissional e com o desemprego (Idem: 6) e, podemos entender como uma perda brusca de um *status*. No entanto, nesse caso, uma visão de que é possível sair da situação é presente, e esforços são investidos para essa superação. Há recusa de permanecer usuário das políticas sociais por muito tempo, pois elas são encaradas como estratégia para fazer a transição.

"Dependência" é o tipo de experiência em que o indivíduo aceita se colocar em situação de "assistido". Segundo Paugam, "*elles acceptent l´idée d´être dépendantes et d´entretenir des relations régulières avec les services d´action sociale pour obtenir une garantie de revenu et des aides diverses, parce qu´il leur est impossible de faire autrement*" (Idem: 9).

As tabelas a seguir permitem-nos perceber a proporção das mulheres entrevistadas em cada categoria. No Brasil, sete inserem-se no tipo de identidade social "autonomia", cinco no "fragilidade" e uma no "dependência". É preciso ponderar, no caso do Brasil, que a autonomia é, em grande medida, forçada pela escassez e pela instabilidade das políticas sociais. As políticas de transferência de renda, por exemplo, estavam, na época, em fase de transição para a unificação do sistema.

No entanto, é possível dizer que a autonomia das mulheres brasileiras vai além das suas capacidades de "se virarem", o que significa que a ruptura conjugal pode ser o início de um processo de autonomização. Dito de outra maneira, a monoparentalidade pode ser um modo de viver com mais autonomia para as mulheres brasileiras da camada popular. Como uma comparação com as mulheres

em conjugalidade não foi realizada, não seria o caso de chegar a essa conclusão de modo precipitado, mas é possível afirmar, pela quantidade de mulheres pertencentes ao tipo autonomia, que a monoparentalidade não é especialmente um obstáculo para a autonomia da mulher de baixa renda. Mostra, também que a rede familiar e de vizinhança é ainda o modo mais eficaz de ajuda, em comparação aos outros dois países.

Tabela 25: Tipo de identidade social das entrevistadas no Brasil

Tipo de identidade social	***Mulheres entrevistadas***	***Número de mulheres***
Autonomia	Letícia, Simone, Lílian, Fernanda, Tatiana, Tânia, Léa	7
Fragilidade	Marta, Marlene, Flávia, Sônia, Lígia,	5
Dependência	Beth	1
		Total: 13

Na França, são sete que fazem parte do tipo de identidade social “autonomia”, três do tipo “fragilidade” e três do tipo “dependência”. Aqui, a condição necessária para não estar inserida na “dependência” é a situação de não assistência pela RMI. A escolaridade elevada é um dos fatores que leva à autonomia, mas não é o único meio para ela.

Isabelle e Fifi são mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho (mesmo que Isabelle reclame da falta de incentivo para trabalhadores de baixa renda), aproveitam as políticas familiares, as de conciliação, de moradia e de saúde, moram em habitação adaptada à sua renda, zelam pelo bem-estar dos filhos e possuem boa saúde. Os novos valores conjugais são, sobretudo, adotados pelas “francesas de origem”, mas as imigrantes como Yasmina e Marjane não são alheias a tais valores, caso contrário, não haveria separação.

A dependência das três mulheres não seria unicamente em relação aos serviços de ações sociais, mas também às associações e, no caso de Dora, ao homem que a sustenta.

Tabela 26: Tipo de identidade social das entrevistadas na França

Tipo de identidade social	*Mulheres entrevistadas*	*Número de mulheres*
Autonomia	Danièle, Camille, Aisha, Isabelle, Catherine, Fifi, Sylvie	7
Fragilidade	Marjane, Yasmina, Samantha	3
Dependência	Valérie, Mireille, Dora	3
		Total: 13

No Japão, são apenas quatro mulheres que se inserem no tipo de identidade social “autonomia”, enquanto há seis no tipo “fragilidade” e três no tipo “dependência”. Pode-se admitir que o efeito da monoparentalidade é positivo para poucas. A explicação para esse fato deve ser encontrada na segurança da conjugalidade que essa sociedade oferece, como mostraram Tachibanaki e Iwata. A razão da tímida aparição das famílias monoparentais pode ser encontrada no risco das situações de fragilidade e de dependência aos quais as esposas sabem que seriam expostas caso se separassem.

A dependência é aqui também não somente em relação às políticas sociais, mas também em relação às associações (podendo haver um vínculo de trocas de favores e de deveres, como no caso de Yasuko e Yoshiko) e à família de origem, cujo vínculo é forte nos momentos de decisões que concernem casamento e divórcio. A persistência da discriminação por idade é também um fator de fragilização à medida que a mulher envelhece. Da mesma forma, as mães encaram obstáculos reais e simbólicos para delegar os cuidados do filho, o que dificulta

também a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, a faixa etária em que as mulheres podem ser ativas, mesmo no setor “atípico”, é fortemente limitada.

Tabela 27: Tipo de identidade social das entrevistadas no Japão

Tipo de identidade social	*Mulheres entrevistadas*	*Número de mulheres*
Autonomia	Hiroko, Chikako, Risa, Aiko	4
Fragilidade	Rosa, Kiyomi, Tae, Yukari, Tamaki, Sanae	6
Dependência	Yasuko, Yoshiko, Fumi	3
		Total: 13

De um modo geral, as mulheres chefes de família que entrevistamos estão, majoritariamente, inseridas no campo “autonomia” (18 mulheres), seguido do campo “fragilidade” (14 mulheres) e, por último, no campo “dependência” (sete mulheres), o que indica que, em nossa amostra, as mulheres se apresentam mais autônomas que na situação de fragilidade ou de dependência.

A fronteira entre autonomia e fragilidade pode ser tênue, mas a monoparentalidade das mulheres não está, no caso de nossa amostra, diretamente ligada à destituição social. O que há em comum entre as autônomas é, sem necessariamente reunir todos os elementos, a inserção no mercado de trabalho, o investimento em sua formação, a propriedade, a saúde, a moradia, a noção de projeto. Entre as frágeis, o desemprego, a inatividade, uma renda muito baixa para o custo de vida da sociedade onde vive, a idade avançada, a condição de moradia não adequada, o uso de políticas sociais, o número maior de filhos, a saúde frágil. Para as dependentes, usuárias de políticas de transferência de renda, problemas graves de saúde, incapacidade de trabalhar, muitos filhos.

Tabela 28: Distribuição do tipo de identidade social das entrevistadas no Brasil, na França e no Japão

	Autonomia	***Fragilidade***	***Dependência***	***Total***
Brasil	7	5	1	13
França	7	3	3	13
Japão	4	6	3	13
Total	18	14	7	39

3. Conclusão

A investigação do efeito da monoparentalidade sobre as mulheres dos nossos campos de estudo permite-nos chegar a algumas constatações:

1) A pauperização por causa da monoparentalidade é fato para menos da metade de nossa amostra geral. Contudo, o efeito da monoparentalidade na situação socioeconômica das mulheres é mais forte no Japão, seguido da França e por último, no Brasil.

2) As dificuldades após a monoparentalidade não significam, porém, a destituição social automática, pois elas são relativas (isto é, à situação anterior).

3) No Brasil e na França, a pobreza aparece como condição que predetermina uma trajetória profissional e/ou econômica (o tipo de família aqui não é determinante). No Japão, é o tipo de família que antecede posição socioeconômica,em geral, porém, as minorias sociais seguem o modelo semelhante ao do Brasil e da França.

4) A maioria das mulheres aparece inserida no tipo de identidade social "autônomas", em contraponto às que se inserem no tipo "fragilidade" e "dependência". Assim, apesar de a pobreza ser a realidade da maior parte das mulheres chefes de família

monoparental entrevistadas, elas não são necessariamente responsáveis pelo

fenômeno da feminização da pobreza.

5) A situação de fragilidade atinge também um número elevado de mulheres, o que indica que a desclassificação social é um risco.

6) A diferença entre os países é que as japonesas aparecem como as menos autônomas e as mais frágeis. As francesas distribuem-se entre autonomia e dependência e as brasileiras, entre autonomia e fragilidade.

CONCLUSÃO GERAL

Nossa pesquisa procurou mostrar como as esferas da família, do trabalho e das políticas públicas intervêm na construção da identidade social das mulheres chefes de família monoparental de baixa renda, por meio de uma comparação internacional entre o Brasil, a França e o Japão.

Como um dos aspectos da formação da identidade social do sujeito, quisemos fazer transparecer e comparar o grau de autonomia das mulheres em precariedade do ponto de vista material, entendendo a autonomia como a capacidade de reelaboração dos acontecimentos externos e visualização de uma mudança a partir da própria experimentação da realidade.

Os constrastes do ponto de vista cultural, social e econômico entre os três países ajudaram a ressaltar as divergências da construção social das mulheres chefes de família monoparental, no sentido de permitir criar um tipo-ideal do contexto societal em que elas se inserem. Da mesma forma, são encontradas similaridades entre as experiências das entrevistadas. Começaremos por expor tais similaridades e em seguida, mencionaremos as particularidades encontradas na pesquisa sobre as mulheres chefes de família, em cada país.

Similaridades:

1) O aumento da taxa de monoparentalidade, que resulta da maternidade fora de união conjugal e da separação ou do divórcio nos três países, mostra que há uma efetiva adoção de novos

valores sobre a união conjugal, permitindo o surgimento de novas configurações familiares.

2) As mulheres entrevistadas apresentam baixa escolaridade, com matrimônio e maternidade precoces em relação à média de cada país. É possível verificar uma relação causal entre baixa escolaridade e conjugalidade/maternidade precoces.

3) Condição de trabalho precária e concentrada em "setores femininos" como limpeza, serviços domésticos, estética, venda, cuidados pessoais (crianças ou idosas), educação infantil, saúde (agentes comunitárias de saúde, *helper*).

Contrastes/particularidades:

O Brasil se apresenta como uma sociedade cujas uniões matrimoniais são informais e instáveis. O mercado de trabalho é igualmente marcado pela informalidade e instabilidade. Políticas públicas são de caráter seletivo e restrito em termo de perfil dos beneficiários (é necessário estar inserido em uma estrutura familiar e ser extremamente pobre). Nosso universo da periferia da cidade de São Paulo mostrou que há conflito entre uma forte inclinação à formação de família formada pelo provedor masculino e a dona de casa, de um lado, e uma prática extensa da monoparentalidade feminina, motivada não só pela cultura da instabilidade do casamento entre os pobres, mas também pela afirmação da individualidade, de outro. O ideal da família respeitável leva a repetidos casamentos e à ampliação da família com o nascimento de filhos das novas uniões, o que pode ser um dos fatores de inatividade e de maior grau de pobreza. Para algumas, porém, as relações amorosas devem se limitar ao namoro, prevalecendo a vontade de se

resguardar. A separação não implica necessariamente em uma ruptura da relação entre pai e filhos, mas ela é limitada aos finais de semana ou encontros esporádicos, o que dificilmente pode ser chamado de co-parentalidade. No ponto de vista profissional, as mulheres, mesmo as mais velhas, conscientes da necessidade de elevar seu nível de estudo interrompido devido à maternidade, retomam ou desejam continuar os estudos. A vida é vista por elas como um *continuum* onde é possível uma mobilidade social através dos estudos, que se encaixam nos interstícios das atividades reprodutivas e produtivas. Para elas, a vida não é vista com uma linearidade ordenada; pode-se começar a qualquer hora. Uma maior autonomia encontrada nas mulheres brasileiras deve-se a tal visão, conjugada com a possibilidade de recorrer aos mecanismos de apoio privado (familiar e da comunidade) e público (creche, saúde, moradia), embora exista limitação deste último do ponto de vista qualitativo e quantitativo. As políticas de transferência de renda não mostram influência significativa para as mulheres entrevistadas, por serem poucas que se beneficiam do programa.

A França nos mostra também uma instabilidade das relações conjugais, configurando um fenômeno pós-moderno entremeado de conflitos com os valores tradicionais. Há um desnivelamento dos valores familiares entre a população dita francesa de origem, a francesa dos departamentos do além-mar (DOM) e aquelas de origem estrangeira, com nacionalidade francesa ou não, legal ou ilegal. Nossa amostra francesa, reflexo do masaico humano da região da Ile-de–France, mostra a ambigüidade dos valores matrimoniais – pós-modernos e tradicionais – que não podem ser generalizados. É possível, porém, afirmar que aquelas que possuem um nível de estudo elevado possuem também um valor familiar alternativo de maternidade no celibato ou a coabitação, sem descartar o ideal de família tradicional

de onde são originárias. A monoparentalidade é acompanhada do fortalecimento dos laços individuais da relação com os filhos, com menor frequência de recomposição familiar do que o caso brasileiro, reforçando uma identidade parental no singular. No entanto, o projeto do recasamento é presente e foi fato para algumas. O mercado de trabalho para as menos diplomadas oferece empregos em setores tipicamente femininos de pouca estabilidade e possiblidade de ascenção profissional (limpeza, serviço de cuidados pessoais), colocando-as na categoria de trabalhadora precária. A renda do trabalho é completada com a renda das políticas familiares e sociais, elaboradas no sentido de neutralizar em certo grau a pobreza das famílias monoparentais. A alocação voltada para as famílias monoparentais é limitada a, no máximo, três anos, com a intenção de minimizar os efeitos da repentina ruptura familiar. Essa alocação significa, para nossas entrevistadas, uma renda complementar ao trabalho, sendo que a interrupção desta no término do período de recebimento (entre um e três anos) fazia diminuir a renda geral das mulheres. As estrangeiras, em situação de ilegalidade (porém mães de crianças nascidadas na França), sem o benefício das políticas sociais de renda e sem moradia fixa, se encontram em condição de forte dependência da ajuda do Estado e de associações.

No Japão o casamento e o nascimento dos filhos devem suceder na ordem clássica e dentro da legalidade. Uma vez casadas, a separação não faz parte das possibilidades, sendo esse acontecimento considerado um acidente. A divisão sexual dos papéis no seio da família cria uma forte expectativa pelo cumprimento do papel de provedor por parte do marido; a mulher, por sua vez, aceita priorizar a função de mãe e de dona de casa. O tempo do matrimônio do universo japonês é o mais longo dos três. O rompimento da relação por parte da mulher aconteceu, no caso de nossas entrevistadas, quando o homem falhou na sua integralidade como

cônjuge, com atos como de infidelidade, vícios e violência física, e o desemprego. A ruptura conjugal é em alguns casos ajudada pela família de origem da entrevistada, como manifestação do caráter familiar do matrimônio. Algumas mulheres passam a coabitar com seus pais após a separação. Não encontramos casos de recomposição familiar, mas sabemos que algumas entrevistadas estão abertas a novos relacionamentos. A ruptura conjugal acarreta, mais facilmente neste país, uma ruptura entre pai e filhos, por causa da idéia da anulação da relação de filiação formal baseado no sistema familiar *koseki*. Ademais, a divisão sexual do trabalho faz com que a interação entre pai e filhos durante o casamento seja escassa, o que dificulta uma coparentalidade repentina após a ruptura da união. Quanto ao emprego das mulheres, este é fortemente limitado para as que, além de possuírem, de baixo a médio nível de educação, interrompem suas atividades profissionais para dedicarem-se às atividades reprodutivas. Nossa amostra indica uma taxa de atividade menor (70%) do que a taxa de atividade média das mães chefes de família do país (83%). Quase todas têm acesso às alocações sociais voltadas para as mulheres chefes de família monoparental, o que complementa sua renda. O acesso às políticas de garantia de renda mínima é condicionado à incapacidade de trabalhar, que no caso das entrevistadas que recebem a totalidade dessa renda é justificado pela sua condição de saúde.

Em relação ao efeito da monoparentalidade, ligada à questão da pauperização das mulheres chefes de família sem cônjuge, pudemos concluir que no Brasil as alterações socioeconômicas são as menos significativas, por fazer parte da norma social da camada popular e pela presença do trabalho feminino independente da situação matrimonial. Na França, há impacto na situação socio-

econômica para as separadas, porém a instabilidade do emprego do marido obriga, tal como no Brasil, as mulheres a trabalharem quando são casadas. As mães solteiras diplomadas não sofrem alterações específicas à monoparentalidade a não ser o caso de uma delas que sofreu com a discriminação de sua situação familiar no trabalho. As mães solteiras imigrantes, de baixa escolaridade e ilegais são as mais vulneráveis e dependentes de instituições. No Japão, as transformações significam uma mudança drástica na vida da mulher divorciada, que não contava com uma vida sem a renda do marido, mesmo se elas trabalhavam em tempo parcial durante o matrimônio. Para algumas, a perda do *status* e da identidade de mullher casada resulta num sentimento de vergonha pela situação de monoparentalidade; outras, principalmente as mães solteiras, ao contrário do que pode se imaginar, vêem sua situação como uma vantagem em relação às suas amigas que não são mães. A maternidade ilegítima aparece inusitadamente como uma vantagem social.

No que concerne a questão da feminização da pobreza, em razão do aumento das famílias monoparentais femininas, não se trata de limitar a análise ao grau de pobreza das mulheres, mas de examinar suas experiências e subjetividades. A identidade social situada no campo da autonomia (e que pode ser mutante) não significa a ausência da precarização das famílias monoparentais femininas e tudo que a pobreza simboliza nas sociedades competitivas e de consumo, como são os três países que examinamos.

A presente pesquisa foi um exercício de desconstrução e de reconstrução do universo das mulheres chefes de família monoparental de sociedades que pensávamos conhecer (exceto a França, onde nunca vivemos). Os campos de estudo, geograficamente distantes, pesquisados dentro de um prazo curto de investigação *in loco,* nos faz considerar, diante de sua complexidade, que apenas

começamos a desbravar um terreno que precisa continuar a ser estudado. Uma análise longitudinal e mais aprofundada do percurso biográfico e do discurso das mulheres enriqueceria nossa investigação. Além da temática da monoparentalidade feminina, um reexame mais amplo das configurações familiares da camada popular dos três países, incluindo a experiência dos ex-cônjuges, ampliaria substancialmente as informações sobre os valores contemporâneos em constituição. A articulação feminina com a família e as ações sociais, aprofundando o conhecimento sobre o domínio da assistência e dos serviços de cuidados de pessoas (*care)*, fortemente presente na profissão de nossas entrevistadas, daria continuidade ao nosso tema amplo de pesquisa das relações sociais de gênero, trabalho e políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia E.. Globalização dos feminismos latino-americanos – Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: Alvarez, Sonia. E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000a, pp.383-426.

ALVAREZ, Sonia E.. Em que estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero. In: Faria, Nalu; Silveira, Maria Lucia; Nobre, Miriam (Orgs.). Gênero nas Políticas Públicas. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2000b.

ARAI, Yosuke. Gyosei no genba ni okeru ryouritsu shien seisaku (Políticas de apoio à conciliação do ponto de vista do poder público). Shigoto to katei no ryouritsu (Conciliação entre família e trabalho). **Gendai no esprit**. 2003/4, Nº429. Tokyo, 2003, pp. 55-64.

BACHILLI, Rosane Guimarães; SCAVASSA, Ailton José; SPIRI, Wilza Carla. A identidade do agente comunitário de saúde: uma abordagem fenomenológica. **Ciênc. saúde coletiva**. Jan./fev. 2008, vol.13, no.1, pp.51-60.

BADINTER, Elisabeth. **L´amour en plus**. Paris, Flammarion, 1980.

BATTAGLIOLA, Françoise. **Histoire du travail des femmes**. Paris, La Découverte, 2004.

BELTRÃO, Kaizo I., NOVELLINO, Maria S., OLIVEIRA, Francisco E. B. de, MEDICI, André C.. **Mulher e Previdência Social: O Brasil e o Mundo.** IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

BERQUÓ, Elsa e CAVENAGHI. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event? Comunicação apresentada no **Annual Meeting of the Population Association of America,** Philadelphia, Pennsylvania, Session 151, Adolescent Fertility in Developing Countries, 2005.

BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie**. Nathan, 1997.

BILAC, Elisabete Dória. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo,

Símbolo, 1978.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: Bruschini, Cristina e Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.). **Horizontes plurais – Novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1998, pp. 51-84.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX. Araújo, Angela Maria Carneiro de (Org.). Desafios da equidade. **Cadernos Pagu**. 17/18, 2001/02. Campinas, 2002, pp. 157-196.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. Set./dez., 2007, v. 37, nº132. Campinas, Autores Associados, 2007, pp. 537-572.

BURAKU LIBERATION AND HUMAN RIGHTS RESEARCH INSTITUTE. http://blhrri.org.

CADOLLE, Sylvie. Charges éducatives et rôle des femmes dans les familles recomposées. In: Heinen, Jacqueline (Coord.) Configurations familiales et vie domestique. **Cahiers du Genre**. Nº 30. Paris, L´Harmattan, 2001, pp. 27-52.

CABANES, Robert. A divisão sexual do trabalho: espaço privado e espaço público. (Mimeo)

CABANES, Robert; COSTA, Maria Aparecida; SILVA, Renata Carvalho da; SANTOS, Yumi Garcia dos. Violence domestique, crises et processus de reconfigurations familiales. Valluy, Jerôme e Freedman, Jane (Orgs.). **Persécutions des femmes.** Savoirs, mobilisations et protections. Paris, Editions du Croquant, 2007, pp. 289-303.

CAISSE D´ALLOCATION FAMILIALE. http://www.caf.fr.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade dos muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. Violência doméstica no espaço da lei. Bruschini, Cristina e Pinto, Céli Regina (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo, Editora 34, 2001, pp. 303-322.

CHARDON, Olivier e DAGUET, Fabienne. Enquêtes annuelles de recensement 2004 à 2007. L´activité des femmes est toujours sensible au nombre d´enfants. **INSEE Première**. Nº1171 – Janvier 2008.

CLADEM. **Questão de vida**. Balanço regional e desafios sobre o direito das mulheres a uma

vida livre da violência. CLADEM. Lima, 2000.

COENEN-HUTHER, Josette. Dominance et égalité dans les couples. In: Heinen, Jacqueline (Coord.) Configurations familiales et vie domestique. **Cahiers du Genre**. Nº 30. Paris, L ´Harmattan, 2001, pp. 179-204.

COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER DA CIDADE DE SÃO PAULO, **Informativo Mulheres em Foco**, Ano I – Nº1. São Paulo.

COTE, Denyse. La garde partagée des enfants: nouvelles solidarités parentales ou renouveau patriarcal?. **Nouvelles Questions Féministes**, Vol. 23, Nº3, 2004.

CREPIN, Christiane. Les familles monoparentales en Europe. **Allocations Familiales**. Dossiers d´Etudes 54, mars 2004. Paris, CNAF, 2004, pp. 4-7.

DAGNINO, Evelina. Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, Evelina (Org.). **Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Alvarez, Sonia; Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000, pp. 61-102.

DAMON, Julien. Avant propos. Quartiers sensibles et cohésion sociale. **Problèmes politiques et sociaux**. Nº906 novembre 2004. Paris, La documentation Française, 2004, pp. 5-11.

DAUNE-RICHARD, Anne Marie. Développement de l´emploi féminin, conciliation de la vie professionnelle et familiale et égalité entre femmes et hommes. L´expérience française. **Séminaire franco-japonais**, 19-20 novembre, 2007 (mimeo).

DAVID, Olivier ; EYDOUX, Laurence ; SECHET, Raymonde. Les familles monoparentales en Europe. **Allocations Familiales**. Dossiers d´Etudes 54, mars 2004. Paris: CNAF, 2004, pp. 8-37.

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002.

DEMAZIERE, Didier; DUBAR, Claude. **Analyser les entretiens biographiques**. L´exemple de

récits d´insetion. Les Presses de l´Université Laval. Saint Nicolas (Québec), 2007.

DEMAZIERE, Didier e SUGITA, Kurumi. Aims and methods of international comparison. Sugita e Kase (Ed.), The Unemployed and Unemployment in an International Perspective. Comparative Studies of Japan, France and Brazil. **ISS Research Series**. No. 19, Institute of Social Science, University of Tokyo. Tokyo, 2006.

DIEESE. **A mulher chefe de domicílio e a inserção feminina no mercado de trabalho**. São Paulo, Boletim DIEESE, Edição especial, março de 2004.

EYDOUX, Anne; LETABLIER, Marie-Thérèse. Les familles monoparentales en France. **Rapport de Recherche**. Centre d´Etudes de l´Emploi, Juin 2007, N°36.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo, Boitempo, 2007.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora. 2001.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra.** Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – A vontade de saber**. São Paulo, Graal, 2005.

FUJIWARA, Chisa. Josei no shotoku hosho to koteki fujo (A garantia de renda das mulheres e as políticas sociais). Osawa, Mari (Ed.). **Fukushi kokka to gender** (Gênero e Estado do bem-estar social). Tóquio, Akashi Shoten, 2004, pp. 199-232.

FUNDAÇÃO SEADE. http://www.seade.gov.br.

GAUTIER, Arlette. (**Se) vivre a croix rouge**. Rapport final. Novembre 1992.

GADREY, Jean; Jany-Catrice, Florence; Ribault, Thierry. **France, Japon, Etats-Unis: l'emploi en détail.** Essai de socio-économie comparative. Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

GIDDENS. **A transformação da intimidade**. São Paulo, Editora UNESP, 1993.

GOETSCHY, Janine. Avant propos. Sociologie du Travail. Les comparaisons internationales. **Théories et méthodes**. Montrouge, XXXI 2/89, Dunod, 1989, pp. 149-152.

GOLDANI, Ana Maria. A “crise familiar” no Brasil hoje. Família. **Travessia, revista do migrante**. Jan.-Abr./91. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1991, pp. 14-21.

GOMES, Jerusa Vieira. Família popular: mito ou estigma?. Família. **Travessia, revista do migrante**. Jan.-Abr./91. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, 1991, pp. 5-9.

GOVERNO METROPOLITANO DE TÓQUIO. **Haken rodo Q & A** (FAQ sobre trabalho terceirizado). Agosto de 2005. http://www.hataraku.metro.tokyo.jp.

GOVERNO METROPOLITANO DE TÓQUIO. **Keiyaku shain Q & A** (FAQ sobre o trabalhador com contrato em tempo determinado). Outubro de 2006. http://www.hataraku.metro.tokyo.jp.

GOVERNO METROPOLITANO DE TÓQUIO. **Hataraku josei to Rodo ho** (Mulheres trabalhadoras e a Lei básica do trabalho). Junho de 2006. http://www.hataraku.metro.tokyo.jp.

GOVERNO METROPOLITANO DE TÓQUIO. **Anata to kanai rodo ho (Você e a lei de do trabalho a domicílio).** Maio de 2006. http://www.hataraku.metro.tokyo.jp.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas – Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos Cruzados – Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo, Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. In: Araújo, Angela Maria Carneiro de (Org.). Desafios da equidade. **Cadernos Pagu**. 17/18, 2001/02. Campinas, 2002, pp. 237-266.

HAGIWARA, Kumiko. Ryoritsu e no approach – Shoshika taisaku o koete (Considerações sobre a conciliação - Além das estratégias de aumento da natalidade). In: Sugiyama, Chika (Ed.). Shigoto to katei no ryouritsu (Conciliação família e trabalho). **Gendai no esprit**. 2003/4, Nº429. Tokyo, Shibundo, pp. 65-73.

HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravad. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: Heilborn, Maria Luiza; Duarte, Luiz Fernando Dias; Peixoto, Clarice; Barros, Myriam Lins de (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2005, pp. 39-59.

HEINEN, Jacqueline. Etude de la division sexuelle du travail et comparaisons internationales: un pont a jeter. **Comparaisons Internationales**. No. 3 – Premier semestre. IRESCO. Paris, 1989, pp. 41-53.

HIRATA, Helena; LE DOARE, Hélène. Les Paradoxes de la Mondialisation**.** Les Paradoxes de la Mondialisation. **Cahiers du GEDISST**. Nº 21. Paris, L'Harmattan, 1998.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo, Boitempo, 2002a.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. Araújo, Angela Maria Carneiro de (Org.). Desafios da equidade. **Cadernos Pagu**. 17/18, 2001/02. Campinas, 2002b, pp. 139-156.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? Godinho, Tatau e Silvera, Maria Lúcia (Orgs.). **P**olíticas públicas e igualdade de gênero. **Caderno nº 8 da Coordenadoria Especial da Mulher**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp. 43-54.

HOGGART, Richard. **La culture du pauvre**. Paris, Les Editions de Minuit. Paris, 1970.

HUMPHREY, John. Au dela de la critique du déterminisme technologique. Comparaisons entre pays développés et pays en voie de développement. Sociologie du Travail. **Les comparaisons internationales.** Théories et méthodes. Sociologie du Travail. XXXI 2/89, Montrouge, Dunod, 1989, pp. 163-174.

IBGE, Censo demográfico 1991. http://www.ibge.gov.br.

IBGE, Censo Demográfico 2000. http://www.ibge.gov.br.

ILO. LABORSTA, Labor Statistics Database, Comparable estimates data 2005 http://laborsta.ilo.org, acesso em 20.5.2007.

INSEE. http://www.insee.fr.

INSEE. Femmes et Hommes. **Regards sur la parité**. 2008.

IRIBARNE, Phillippe D´. **La logique de l'honneur**. Paris, Seuil, 1989.

IWATA, Masami. **Gendai no hinkon.** Working poor, homeless, seikatsu hogo (A pobreza contemporânea. Trabalhadores precarious, moradores de rua e assistidos). Tóquio, Chikuma Shobo, 2007.

JUBY, Heather; Le Bourdais, Céline; Marcil-Gratton, Nicole; Rivest, Louis-Paul. Pauvreté des familles monoparentales et parcours professionnel des mères après la rupture. **Recherches sociographiques**, XLVI, 2, 2005, pp. 217-243.

KASHIWAGI, Keiko. **Kosodate shien o kangaeru – Kawaru kazoku no jidai ni** (Reflexões sobre apoio à criação de filhos na era da transformação da família). Tóquio: Iwanami Booklet, Nº 555, 2001.

KITA, Akemi. Jido teate seido ni okeru gender mondai (Questões de gênero na alocação familiar). In : Osawa, Mari (Ed.). **Fukushi kokka to gender** (Gênero e Estado do bem-estar social). Tóquio, Akashi shiten, 2004, pp. 159-198.

KOBAYASHI, Shinichi. Osaka-fu ni okeru boshikatei shien no genjo to kongo no tenbo (Serviços direcionados às famílias monoparentais femininas na província de Osaka : situação atual e perspectivas). **Gekkan fukushi** (Monthly Welfare). August 2003. Tokyo, 2003, pp. 28-31.

KOWARICK, Lucio; ANT, Clara. Kowarick, Lucio (Org.). Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo, Paz e Terra, 1988, pp.49-74.

LALLEMENT, Michel. Les usages de la comparaison internationale dans la sociologie du genre. Hirata Helena (Dir.). **Actes du colloque international Marché de travail et genre: comparaisons internationales Brésil-France**. São Paulo et Rio de Janeiro, 2007, pp. 99-107.

LADA, Emmanuelle. Job. In: Hirata, Helena, Laborie, Francoise, le Doare, Helene, Senotier, Daniele. **Dictionnaire critique du feminisme**. Paris, PUF, 2004, pp.121-123.

LAVINAS, Lena e NICOLL, Marcelo. Desafios da heterogeneidade feminina no desenho das políticas sociais. Comunicação apresentada no GT Gênero na contemporaneidade da **29ª ANPOCS**, outubro de 2005, Caxambu.

LEFAUCHEUR, Nadine. Familles à parent unique. **Le groupe familial**. Número 87. Avril-juin 1980, pp. 10-16.

LEFAUCHEUR, Nadine. Les “familles monoparentales” en questions. **Parents seuls: la famille après le divorce**. Dialogue, 101, Paris, 1988, pp. 28-44.

LEFAUCHEUR, Nadine. Les familles monoparentales. **Parents au singulier**. Paris, Autrement, 1993, pp. 27-37.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefe de família em Salvador. In: Bruschini, Cristina e Pinto, Céli Regina (Orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34., 2001, pp. 55-83.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Padrões da família escrava. Família. **Travessia**, revista do migrante, Jan.-Abr./91. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1991, pp. 10-13.

MARUANI, Margaret. **Travail et emploi des femmes**. Paris, La Découverte, 2003.

MAURICE, Marc. Implications théoriques et comparaisons internationales. **Théories et méthodes.** Sociologie du Travail. Les comparaisons internationales. XXXI 2/89, Montrouge, Dunod, 1989, pp. 175-190.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). http://dtr2004.saude.gov.br, acesso em 23/04/2008.

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO TRABALHO (Japão). **Boshi katei no haha no shugyo shien sesaku no jisshi jokyo 2005** (Situação sobre políticas públicas de apoio ao trabalho das mães de famílias monoparentais femininas).

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO TRABALHO (Japão). **Hataraku josei no jitsujou 2004** (Realidades sobre a mulher trabalhadora). http//www.mhlw.go.jp. Acesso em 20/4/2006.

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO TRABALHO (Japão). **Shoshika shakai hakusho 2004** (Relatório sobre a redução de natalidade na sociedade japonesa). http//www8.cao.go.jp/shoushi/whitepaper. Acesso em 25/4/2006.

MINISTÉRIO DO BEM ESTAR E DO TRABALHO (Japão). Jinko doutai tokei 2006 (Estatísticas das tendências populacionais 2006), http://www.mhlw.go.jp/toukei, acesso em 11.6.2007.

MINISTÉRIO DO BEM ESTAR E DO TRABALHO (Japão). Kinnenno Paato taimu rodosha no shugyo kozo no henka to (Transformações recentes da estrutura de emprego dos trabalhadores

com tempo parcial). Ministério do Bem estar e do Trabalho. **18 nenban Rodokeizai no bunseki** (Analises laborais e econômicos versão 2006). Documento no.5. Tóquio, 2006.

MINISTÉRIO DO BEM ESTAR E DO TRABALHO (Japão). Zenkoku boshi setai to chosa hokoku, 2005, www.mhlw.go.jp/houdou/2005/01/h0119-1b16.html.
Ministério do Bem-estar e do Trabalho. Shugyo keitai no tayouka ni kansuru sogo jittai chosa, www.mhlw.go.jp/toukei, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). Perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Brasília, março de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Brasil). http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/, acesso em 21/04/2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. http://www.mte.gov.br/seg_desemp/, acesso em 24/04/2008.

MURAYAMA, Yuichi. Kosodate shien no kon´nichi teki taisaku (Estratégias atuais para o apoio à criação de filhos). In: **Kozo kaikau to kosodate shien** (A reforma estrutural e a política do apoio à criação de filhos). Tóquio, Aoki Shoten, 2003, pp. 19-28.

MUROZUMI, Masako. Kazoku kakei, kakeinai kokojin e no shushi bunpai (Contabilidade doméstica e distribuição de renda entre membros da família). **Fukushi kokka to gender** (Gênero e Estado do bem-estar social). Tóquio, Akashi shiten, 2004, pp. 65-96.

NAKATA, Akiko; SUGIMOTO, Kiyoe; MORITA, Akemi. **Nichibei no single mother tachi** (As mulheres chefes de família monoparental no Japão e nos Estados Unidos). Kyoto, Minerva Shobo, 1997.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: Kaloustian, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo, Cortez Editora; Brasília, UNICEF, 2004, pp. 26-46.

NEYRAND, Gérard et ROSSI, Patricia. **Monoparentalité précaire et femme sujet.** Ramonville Saint-Agne, Éditions Érès, 2004.

NOBRE, Miriam. As mulheres nos programas de inclusão social. In: Emília, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**

– Desafios para as políticas públicas. Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, pp. 123-132.

NÚCLEO DE DEFESA E CONVIVÊNCIA DA MULHER VIVIANE DOS SANTOS. **Perfil das usuárias do serviço do Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos de maio de 2004 a abril de 2005**. São Paulo, 2005.

NWEC - National Women's Education Center. **Danjo kyodo sankaku tokei data book 2006 – Nihon no josei to dansei**. (Participação de homens e mulheres na sociedade. Estatísticas 2006. Mulheres e homens do Japão). Tóquio, Gyosei, 2006.

OCHIAI, Emiko. **21 seiki kazoku e – Kazoku no sengo taisei no mikata, koekata** (Para a família do século 21 – Como compreender e superar a família do pós-guerra). Tóquio: Yuhikaku sensho, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (Coord)., MORETTO, Amilton José; GIMENEZ, Denis Maracci (Pesq.). Políticas de combate à pobreza no município de São Paulo. **Caderno de trabalho 127**. São Paulo, Publicher Brasil, 2004.

OOHINATA, Masami. Nihon shakai no boseikan to sono keisei katei (O conceito da maternidade do Japão e seu processo de formação). In: Sugimoto, Kiyoe (Org.): **Gender ethics to shakai fukushi** (Ética de gênero e previdência social). Kyoto, Minerva Shobo, 2000, pp. 38-55.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante**. Japão e modernidade – mundo. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.

OSAWA, Mari. Fukushi kokka to gender (Gênero e Estado do bem-estar social). In: Osawa, Mari (Ed.). **Fukushi kokka to gender** (Gênero e Estado do bem-estar social). Tóquio, Akashi shiten, 2004, pp. 17-40.

PAUGAM, Serge. **La disqualification sociale**. Paris, PUF, 1991.

PEREIRA, Ronan Alves. Religiosidade japonesa: sincretismo e tolerância. In: **Guia da cultura japonesa**. São Paulo, Editora JBC, 2004, pp. 510-511.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O coração da fábrica**. Estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo, Editora 34, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, pp.46-47.

(II) PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2007.

PLANTIER, Joelle. Statut du technique dans l'enseignement. Essai de comparabilité entre la France et le Japon. **Comparaisons Internationales.** No. 3 – Premier semestre. IRESCO. Paris, 1989, pp. 69-83.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. http://www.promotoraslegaispopulares.org.br, acesso em 28/04/2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. IBGE. http://www.ibge.gov.br.

PUECH, Isabelle. Le non-partage du travail domestique. Maruani, Margaret (Dir.), **Femmes, genre et sociétés – Etat de savoirs**. Paris: La Découverte, 2005, pp. 176-183.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

RINDFUSS, Ronald R.; CHOE, Minja Kim; BUMPASS, Larry L.; TSUYA Noriko O.. Social networks and family change in Japan. **American Sociological Review**. December 2004. Vol. 69 No. 6. Washington D.C., 2004.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **A Mulher na Sociedade de Classes - Mito e realidade.** Petrópolis: Vozes. 1976.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A Incorporação do Enfoque de Gênero como Política de Desenvolvimento: Motivações, Institucionalização e Desdobramentos. **Cadernos Pagu**. 2006, pp.401-426.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **La Structure Socio-Politique Japonaise du Point de Vue de la**

Femme. Louvain-la Neuve, Tese para obtenção do grau de Master. Département de Sciences Politiques, Université Catholique de Louvain, 1993.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Autores Associados, São Paulo, 1996.

SCHILD, Verónica. Novos Sujeitos de Direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas "novas democracias". In: Alvarez, Sonia E.; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D´Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas; Falcão, Maria Tereza Couto; Figueiredo, Wagner dos Santos. **Violência dói e não é direito – A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo, Editora UNESP, 2005.

SEAGER, Joni. **Atlas des femmes dans le monde**. Paris, Editions Autrement, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO. http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/, acesso em 18/04/08.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. www.acaofamilia.prefeitura.gov.br, acesso em 15/06/06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/, acesso em 21/04/2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/, acesso em 18.04.08

SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO. http://www.emprego.sp.gov.br/programas/, acesso em 24/04/2008

SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. http://www.habitacao.sp.gov.br/http/indexhtm.htm, acesso em 25/04/2008

SEGALEN, Martine. **Sociologie de la famille**. Paris, Armand Colin, 2006.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no Trabalho Bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEGNINI, Liliana.Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: Emília, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres – Desafios para as políticas públicas**. Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, pp. 31-52.

SEN, Amartya. **Hinkon no kokufuku** – Ajia hatten no kagi wa nanika (Superando a pobreza – a chave do desenvolvimento asiático). Tokyo, Shueisha, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya K.. Gender and Co-operative Conflicts. In: Tinker, Irene (Ed.). **Persistent Inequalities**. Oxford, Oxford University Press, 1990.

SENADO. Relatório da Comissão externa da feminização da pobreza. www.senado.gov.br/anodamulher/destaques/relatorio_cd.asp (acesso em 06.02.08).

SHIMPO, Yukio. Hitori oya katei no seikatsu genjo to kadai (A situação das famílias monoparentais). In: **Gekkan fukushi** (Monthly Welfare). August 2003. Tokyo, 2003, pp. 12-15.

SHIOTA, Sakiko. **Korede iino? Nenkin to josei** (Pode continuar assim? Mulher e previdência). Kamogawa Booklet 103. Tóquio: Kamogawa Shuppan, 1997.

SILVERA, Rachel. **Articuler Vie Familiale et Vie Profissionelle em Europe**. Paris: La Documentation Française. Paris, 2002.

SINGLE MOTHERS FORUM. **Boshikatei no shigoto to kurashi** (Trabalho e vida cotidiana das famílias monoparentais femininas). Tóquio, 2003.

SINGLY, François de. **Fortune et infortune de la femme mariée.** Sociologie de la vie conjugale. Paris, PUF, 1987.

SINGLY, François de. (Orgs). La politique familiale. **Problèmes politiques et sociaux** nº 761, Paris, La Documentation Française, 2 février 1996, pp. 45-49.

SINGLY, François de. **Sociologie de la famille contemporaine**. Armand Colin, 2004.

SINGLY, François de. Nouvelles familles, nouvelles politiques. In.: Commaille, Jacques;

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In.: **Mulher e Política - Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p.37.

SORJ, Bila. **Reconciling work and family: issues and policies in Brazil**. Genebra: Condition of Work and Employment Series nº8, International Labour Oraganisation, 2004.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e o bem-estar das crianças: comparações interegionais. Mimeo, 2008.

SORJ, Bila; Fontes, Adriana; MACHADO Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. Set./dez. 2007, v.37, nº132, Fundação Carlos Chagas. Campinas, Autores Associados, 2007a, pp. 573-594.

SOUZA-LOBO, Elizabeth de. **A Classe Operária Tem Dois Sexos – Trabalho, Dominação e Resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SUGIMOTO, Kiyoe. Shakai fukushi no konnan (Dificuldades da previdência social). In: Sugimoto Kiyoe (Org.). **Gender Ethics to shakai fukushi** (Ética de gênero e previdência social). Kyoto, Minerva Shobo, 2000, pp. 1-17.

SUGIMOTO, Kiyoe. **Fukushi shakai no gender kozo** (Estrutura de gênero na sociedade do bem-estar social). Tóquio, Keiso Shobo, 2004.

SUGITA, Kurumi. Emprego atípico e desemprego na sociedade japonesa. Guimaraes, Nadya Araujo e Hirata, Helena (Orgs.). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. Sao Paulo, Editora SENAC, 2006.

SUGIYAMA, Chika. Hataraku hahaoya no tameno kosodate shien (Apoio à criação dos filhos para mães que trabalham). In: Sugiyama, Chika (Ed.). **Shigoto to katei no ryouritsu** (Conciliação entre família e trabalho). Gendai no Esprit. 2003/4. Tokyo, Shibundo, 2003, pp. 131-139.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania. A saída é pela porta**. São Paulo: Cortez

Editora; Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TACHIBANAKI Toshiaki. **Kakusa shakai. Naniga mondai nanoka** (A sociedade das diferenças.Qual é o real problema). Tóquio, Iwanami, 2007.

TAKEDA Jo. **Philippines josei enterteiner no life story** (História de vida das "enterteiners" de Filipinas). Nishinomiya, K.G. University Press, 2005.

TAKENAKA, Emiko. **Rodo to gender** (Trabalho e gênero). Tóquio, Domes Shuppan, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Cidadania Inexistente: incivilidade e pobreza**. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. São Paulo, Tese de doutoramento. Dep. de Sociologia, FFLCH/USP, 1992.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder – A família no mundo 1900-2000**. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

THÉRY, Irène. **Couple, filiation et parenté aujourd´hui**. Le droit face à la mutation de la famille et de la vie privée. Paris, Editions Odile Jacob/La Documentation française, 1998.

TSUTSUI, Kiyoko. Josei Paato taimu rodo. In: Akaoka, Isao, Tsutsui Kiyoko, Nagasaka Hiroshi, Yamaoka Hiroko. **Danjo kyodo sankaku to josei rodo** (A promoção da igualdade de gênero e o trabalho feminino). Kyoto, Minerva Shobo, 2000, pp. 71-88.

TSUTSUI, Kiyoko. Nihon no josei rodo no genjo to korekara no josei rodo (A situação atual do trabalho feminino no Japão e o trabalho feminino no futuro). In: Akaoka, Isao et. Alii, **Danjo kyodo sankaku to josei rodo** (O programa de igual participação dos sexos e o trabalho feminino). Tóquio: Minerva Shobo, 2000, pp. 19-37.

VANOVERMEIR, Solveig. Vue de l´ensemble. Regards sur la parité, édition 2008. INSEE (http:// www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/ref/FHPARIT08b.PDF).

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. Priore, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1997, pp. 189-222.

YAMADA, Masahiro. **Shoshi shakai Nippon**. Mou hitotsu no kakusa no yukue. (Japão, sociedade de baixa natalidade. Um outro caminho para as desigualdades). Tóquio, Iwanami, 2007.

YAZAKI, Lúcia Mayumi. Fecundidade da mulher abaixo do nível de reposição. **Estudos Avançados**, Volume 17, número 49, Setembro/Dezembro 2003. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2003, pp. 65-86.

YOKOYAMA, Gennosuke. **Nihon no kasou shakai** (A camada pobre no Japão). Tóquio, Iwanami, 2004.

YOSHIZUMI, Kyoko. **Kongaishi no shakaigaku** (Sociologia dos filhos ilegítimos). Kyoto: Sekaishiso-sha, 1993

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta** – As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

Material cedido pelo poder público

AMAGASAKI SHI. Wai wai kids plan Amagasaki (Plano para crianças da cidade de Amagasaki).

AMAGASAKI SHI. Boshi setai su no suii (Evolução das famílias monoparentais femininas da cidade de Amagasaki).

Hitori oya katei e. Atarashii seikatsu o hajimeru tameno guide book. (Para famílias monoparentais. Guia para o começo de uma nova vida). Tokyo.

HYOGO KEN. Boshisetai su. (Número de famílias monoparentais femininas).

HYOGO KEN. Boshi katei kafu oyobi fushi ni taisuru jigyo (Programas voltados para famílias monoparentais e viúvas).

HYOGO KEN. Boshi (kafu) fukushi sesaku taikei (Sistema de assistência para famílias monoparentais femininas)

SUB PREFEITURA DE GUAIANASES. Plano regional de assistência social 2005/2006.

SUB PREFEITURA DE GUAIANASES. Proposta de supervisão do programa Ação Família Viver em Comunidade/ Centro de referência Ação Família (CRAF).

TAKARAZUKA SHI FUKUSHI JIMUSHO. Heisei 18 nendo Hogo no doko (Tendências da população beneficiária da garantia de minima social).

TAKARAZUKA SHI FUKUSHI JIMUSHO. Seikatsu hogo no shiori (Informações sobre garantia de minima social).

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de classificação

-Idade?

-Raça, nacionalidade, etnia?

-Naturalidade?

-Grau de instrução?

-Quando veio para São Paulo/Paris/Tokyo e no bairro (caso não tenha crescido no local)?

-Quantos filhos?

-Qual a idade dos filhos?

-Renda mensal da mulher e da família (individual + resto da família)

-Religião

Condição de mãe chefe de família e representação de si

-Como foi sua infância e adolescência?

-O que levou a criar sozinha os filhos (tornou-se mãe solteira, se separou, se divorciou, ficou viúva)?

-Quantos anos tinha quando ficou grávida da primeira criança?

-Como foi a gravidez e o parto?

-Amamentou suas crianças?

-Caso tenha sido casada, como foi a vida conjugal na época?

-Quanto tempo viveram juntos?

-Qual a razão da separação?

-Como viveu a separação (materialmente e emocionalmente)?

-Como é o seu dia a dia hoje?

-O que mudou no seu dia a dia depois da separação?

-Ainda mantém contato com o(s) pai(s) da(s) criança(s)?

-Como ele é, o que faz? Como é a relação com a criança?

-Ele paga pensão ou oferece alguma ajuda material? Quanto?

-A pensão é suficiente para pagar as despesas?

-Seu(s) filho(s) recebem apoio não material (afetivo/emocional) do pai?

-Como você faz para pagar as despesas do dia a dia que a sua renda (ou pensão) não cobre?

-Quem ajuda a cuidar da(s) criança(s) ou fica com ela(s) enquanto está ocupada?

-Que tipo de ajuda recebe de outros membros da família?

-Como é sua relação com as crianças?

-Você tinha ou tem um ideal de família?

-Como era/é?

-Quais são as dificuldades da sua condição de mãe solteira/separada em relação às mulheres casadas?

-O que isso significa ser mãe chefe de família no seu meio?

Trabalho

-Ocupação atual (enfatizando se é trabalho formal/informal, integral/tempo parcial, funcionária contratada por período determinado/efetiva)?

-Quanto tempo de experiência?

-Qual foi a trajetória da sua vida de trabalho até chegar na ocupação atual? Falar da idade que ingressou em cada emprego (fazer uma cronologia do emprego - marcado pela discontinuidade?).

-Como dividiu o trabalho com a gravidez, o parto, amamentação, primeiros anos de vida da criança?

-Qual é o tempo utilizado para chegar e voltar do trabalho?

-Qual a carga horária?

-Trabalha nos finais de semana?

-Qual é a perspectiva do trabalho atual para o futuro? Gostaria de continuar no mesmo trabalho?

Condição de moradia

-Quais as características do bairro onde mora?

-Como é a casa? Planta e condição física e material (descrever a casa).

-Casa própria ou aluguel?

-Como conseguiu a moradia atual?

-O que deveria melhorar na sua casa e no seu bairro?

Saúde

-Você tem alguma queixa sobre a saúde?

-E em relação à saúde de seus filhos?

-Você tem fácil acesso às instituições de saúde como postos de saúde, clínicas e hospitais?

Políticas públicas e outros mecanismos de ajuda

-Recebe algum benefício financeiro do governo destinado às mães chefe de família ou à população de baixa renda?

-Se for o caso de receber, são suficientes para melhorar a qualidade de sua vida e de seus filhos?

-Se não, o que falta?

-Recebe algum apoio psicológico, público ou de outro caráter?

-A religião oferece alguma ajuda, além do conforto espiritual?

-Participa de alguma associação do bairro?

-Se for o caso, qual o benefício para a sua família?

-As crianças vão para a creche?

-Se for o caso, está satisfeita com ela? E o que deve ser melhorado?

-Quais as despesas para deixar a criança sob os cuidados da creche?

Projetos e demandas

-Quais seus projetos futuros?

-O que falta para levar adiante seus projetos?

-Que serviço público seria necessário para melhorar a qualidade de vida das mães chefe de família

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo